

FRANCISCO JOSÉ RAMIRES

SEVERINOS NA METRÓPOLE:
a negação do trabalho na cidade de São Paulo

Dissertação de mestrado apresentada
ao Departamento de Sociologia da Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo.

Orientadora: Prof^a Dr^a: Maria Helena Oliva Augusto

São Paulo - 2001

SUMÁRIO

RESUMO/ABSTRACT, 3

CONSIDERAÇÕES SOBRE A GRATIDÃO, 4

INTRODUÇÃO, 7

CAPÍTULO I

AMBULANTES NO BRASIL: o trabalho e os ambulantes na história da sociedade brasileira

- 1. Introdução, 25**
- 2. Das fímbrias à ribalta: a ética do trabalho precário, 36**

CAPÍTULO II

SEVERINOS, CIDADANIA E TRABALHO : a negação do espaço urbano e do trabalho na cidade de São Paulo

- 1. A tragédia urbana, 86**
- 2. Revalorização em “Calcutá”: o discurso da Associação Viva o Centro a respeito da cidade e dos camelôs, 95**
- 3. Trabalho e cidadania, 134**
- 4. Trabalho e desemprego, 163**

CAPÍTULO III

SEVERINOS NA METRÓPOLE: os ambulantes e o debate sobre a centralidade do trabalho, 185

CONSIDERAÇÕES FINAIS, 201

BIBLIOGRAFIA, 218

RESUMO: um grande mercado informal se estende por ruas e praças. Em São Paulo, milhares de homens e mulheres vendem todos tipos de mercadorias para sobreviver. Na sociedade brasileira, a desigual distribuição de educação, cultura, habitação, saúde, etc., assim como a migração e as novas transformações que ocorrem no processo e organização do trabalho, engendram uma combinação perversa, cuja principal causa/consequência é o desrespeito ao direito ao trabalho. A leitura e análise de livros e textos acadêmicos, e das entrevistas sobre as experiências de trabalho de camelôs revelam a formação da sociedade brasileira como uma história da (re)produção de indignas condições de vida.

Palavras-chaves: trabalho, emprego, informalidade, direito ao trabalho, cidadania, migração, camelô.

ABSTRACT: a great informal market extends for streets and squares. In São Paulo, thousands of men and women sell all kinds of goods to survive. In Brazilian society, the unequal distribution of education, culture, houses, wealth and so on, as well as the migration and new transformations that occur to working process and organisation, engender a devilish combination, whose main cause/consequence is the disrespect to the right-to-work. The reading and analysis of academic books and texts, and interviews about street peddlers working experiences reveal the making of Brazilian society as a history of (re)production of unworthy life conditions.

Keywords: work, employment, informality, right-to-work, citizenship, migration, street peddler.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A GRATIDÃO

Sinto uma pontinha de angústia quando assino este trabalho, pois é justo dizer que ele é resultado do relacionamento com várias pessoas. Contudo, opto por mencionar as pessoas que estiveram mais próximas no decorrer de minha passagem pelo mundo acadêmico. Antes, porém, presto meus agradecimentos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), cuja existência alimenta a esperança de que perdure um espaço público suficientemente forte, capaz de financiar propostas de pesquisa que não necessariamente estejam submetidas à lógica da lucratividade. Afinal de contas, seria tarefa difícil encontrar quem estivesse disposto a financiar uma pesquisa sobre as condições de trabalho dos ambulantes, em São Paulo (se é que o Helder me permite fazer uso de sua indagação, feita num daqueles momentos em que o ânimo necessário ao bom andamento da pesquisa parece esmorecer). Quanto às pessoas, vou construir uma espécie de escala (não hierárquica!) para mostrar quem esteve mais próximo das investigações feitas nos últimos três anos.

Meus pais vieram da zona rural. Minha mãe, Nair, nasceu em Jesuânia, pequena cidade situada no sul de Minas Gerais. Meu pai, Aureliano, veio de uma pequena aldeia lusitana, chamada Muxagata. Para eles, a USP é um mundo totalmente estranho, jamais imaginado. Em decorrência de minha incompetência, todos os esforços feitos para explicar-lhes, afinal de contas, qual o significado da palavra sociologia (meu pai costuma dizer que nem sabe pronunciar-la), foram inúteis. Entretanto, eles se alegraram muito com o fato de o filho ter ingressado no meio universitário, foram pacientes (sobretudo no decorrer do mestrado) e confiantes. Por tudo isso, e pelo amor que nutrem por mim, sou eternamente grato.

Quando eu estava terminando o curso técnico em eletrônica, em 1993, desisti de construir uma carreira na área de exatas. Fui muito repreendido pelos colegas ao deixar claro que minha intenção era prestar vestibular para ciências sociais. Entretanto, uma voz isolada, solidária, me estimulou a assumir a escolha, se houvesse mesmo disposição. Que dizer do Alberto senão que se trata de uma pessoa que faz jus ao sentido da amizade, sempre presente nos momentos alegres e tristes da vida, sempre disposto a ouvir meus comentários sobre o desenrolar da pesquisa. A ele (e também ao Rodolfo), a promessa de eterna amizade.

Em 1995, conheci uma mulher com a qual trabalhei durante, praticamente, toda a graduação. A Liana teve a paciência de ler e comentar muitos trabalhos referentes às disciplinas cursadas na faculdade. Transformou-se, rapidamente, em grande amiga, de modo que tem lugar não apenas na esfera do trabalho, mas também na pessoal. Ela leu e comentou duas versões preliminares desta dissertação. Excluir seu nome deste texto seria uma atitude injusta de minha parte. Conviver com ela não deixa outra alternativa a não ser reconhecer uma pessoa de valor inestimável, destas cuja presença em nossa vida provoca muitas e boas transformações.

O ano de 1998 foi marcado por reuniões semanais, nas quais eu, o Helder, a Viviane, a Régia e a Melissa procurávamos uma sala vazia, a fim de discutirmos as obras que faziam parte da lista de leituras exigidas no processo de seleção para o mestrado. Foram encontros muito instigantes e, por que não dizer, divertidos. Sempre estive mais próximo do Helder, que me faz lembrar de inúmeras conversas feitas nos restaurantes da USP ou em outros locais, nas quais pude perceber sua afinada capacidade de argumentação. De uma forma ou de outra, essas pessoas estão presentes nesta dissertação. A todas, minha profunda gratidão.

No exame de qualificação, no qual eu estava muito nervoso, Lúcio Kowarick e Francisco de Oliveira fizeram comentários cruciais sobre os resultados até então obtidos. Ao vê-los discorrer sobre o assunto em questão, saí com a consciência mais apurada a respeito das possibilidades que o tema comporta... e também um pouco angustiado, ante o trabalho que estava por vir. Sou muito grato por aquela breve aula.

Resta a tentativa de descrever, de forma sucinta e precisa, a experiência de ser orientado pela professora Maria Helena. Uma vez, eu estava conversando com uma amiga (doutora em comunicação social) sobre o mundo acadêmico. Ela se mostrava muito preocupada com a tendência de diminuição dos espaços para iniciativas individuais de pesquisa. Segundo ela, alguns professores e instituições de financiamento praticamente tornam imperativo o vínculo de propostas de jovens pesquisadores a projetos de maior porte, comprometendo todo processo de criação, que vai desde a concepção do tema inicial à redação da dissertação ou da tese. Confesso que me sentiria constrangido e infeliz se fosse submetido a essa situação. Por que faço essa consideração? A experiência de estar sob a orientação da Maria Helena representa a garantia da autonomia que toda atividade de pesquisa deve ter. Penso que se trata de uma lei de ouro sobre a qual não cabe qualquer tipo de questionamento. Atenção,

extremo rigor, tolerância, paciência e amizade são algumas palavras que não carregam exagero algum. A Maria Helena é também a doçura em pessoa.

Nas ruas da Paulicéia ainda desvairada, pude conversar com trabalhadores, paulistanos ou não, mas sobretudo vindos de estados da região nordeste, migrantes imbuídos do sonho de conquistar um trabalho que fosse sinônimo de dignidade. Eis um desafio imenso, ainda mais se levarmos em conta que ocorre numa cidade que, sem exagero, insiste em (re)criar a indignidade como condição normal de trabalho de inúmeras pessoas. Os camelôs me ensinaram muito sobre a difícil arte da sobrevivência em São Paulo e também guiaram meu olhar nas leituras acadêmicas. A todos eles, meus mais sinceros agradecimentos.

Para finalizar, tenho de fazer um último comentário. No decorrer do mestrado, pessoas como a Angela e Ana Cláudia (irmãs do Alberto), Alísia, Dudu e Helen me perguntaram se estaria incluída na dissertação alguma proposta que oferecesse solução para o problema da presença de trabalhadores nas ruas de São Paulo. A dimensão do fenômeno revela que, muito provavelmente, não devemos falar em solução, mas em soluções. Nos momentos em que fui questionado, sugeri uma resposta acadêmica que é verdadeira, mas que tem o defeito ser pouco convincente. Disse que uma investigação acurada das condições de trabalho e de todo o processo social que lança e mantém milhares de pessoas muito próximas da perda total de dignidade na vida, já é o primeiro passo rumo a uma nova sociedade. Aliás, vivemos num mundo em que pensar em alternativas ao que vemos soa quase como verdadeira heresia, sobretudo se tornarmos públicas nossas idéias. No mais, caso eu não tenha sido feliz na defesa de minhas idéias, resta apenas mencionar alguns versos escritos por Fernando Pessoa, que me parecem muito pertinentes:

*“O mundo é para quem nasce para o conquistar
E não para quem sonha que pode conquistá-lo, ainda que tenha razão.
Tenho sonhado mais que o que Napoleão fez.
Tenho apertado ao peito hipotético mais humanidades do que Cristo.
Tenho feito filosofias em segredo que nenhum Kant escreveu.
Ma sou, e talvez serei sempre, o da mansarda,
Ainda que não more nela;
Serei sempre o que não nasceu para isso;
Serei sempre só o que tinha qualidades;
Serei sempre o que esperou que lhe abrissem a porta ao pé de uma parede
sem porta (...)”*

INTRODUÇÃO

*Abençoado seja o camelô dos brinquedos de tostão:
O que vende balõeszinhos de cor
O macaquinho que trepa no coqueiro
O cachorrinho que bate com o rabo
Os homenzinhos que jogam box
A perereca verde que de repente dá um pulo que engraçado
E as canetinhas-tinteiro que jamais escreverão coisa alguma.*

*Alegria das calçadas
Uns falam pelos cotovelos:
- “O cavalheiro chega em casa e diz: Meu filho, vai buscar um pedaço
de
[banana para eu acender o charuto. Naturalmente
[o menino pensará: Papai está malu...”*

*Outros, coitados, têm a língua atada.
Todos porém sabem mexer nos cordéis com o tino ingênuo de demiurgos
[de inutilidades.
E ensinam no tumulto das ruas os mitos heróicos da meninice...
E dão aos homens que passam preocupados ou tristes uma lição de
[infância.*

Manuel Bandeira

Afirma-se, com freqüência, que a sociedade baseada no trabalho está com seus dias contados. O grande número de pessoas que não conseguem se integrar no mercado formal, segundo alguns, coloca em xeque tudo o que foi dito, até então, a respeito das relações e contradições sociais. Não desfrutando do vigor de outrora, o trabalho não mais seria fonte de dignidade, muito menos a promessa emancipadora de tempos atrás. A julgar por algumas colocações, o trabalho parece fadado a ser sinônimo de exploração, de um poder que exerce sua força sobre todos os homens, de forma mais ou menos intensa. Afinal de contas, será isso verdade, justamente no momento em que tantos fatos parecem conferir ênfase ao trabalho (conflitos entre camelôs, comerciantes e policiais; enormes filas nos centros de apoio aos trabalhadores; carteiras de trabalho sendo levadas em cerimônias religiosas para receberem as bênçãos do Céu; pesquisas que mostram índices de desemprego nunca antes vistos)?

Dizemos isso, pois as questões relativas ao desemprego, ao trabalho informal e à própria ansiedade vivida pelas pessoas nessas situações só podem ser compreendidas com base em mudanças na maneira como o trabalho é organizado e distribuído em

nossa sociedade. No caso brasileiro, veremos que são dois os aspectos cruciais para a compreensão adequada das relações de trabalho e dos problemas a elas vinculados. Em primeiro lugar, nossa formação histórico-social com raízes fincadas no passado colonial e escravista, que terminou por nos deixar um legado de marcante desigualdade na distribuição dos bens produzidos pela sociedade. Isso significa que, se levarmos em conta o processo de modernização da sociedade brasileira e todos os bens que ela coloca à disposição de seus integrantes (trabalho, educação, saúde, cultura, etc.), veremos que a grande maioria só tem acesso a eles de forma muito restrita, o que nos leva a considerar as possibilidades de melhor distribuição (1) da renda necessária para que as pessoas tenham condições de integrar o novo estilo de vida e, portanto, (2) do trabalho (meio pelo qual as promessas da vida moderna podem ser generalizadas). No Brasil, a escravidão ainda deixa marcas, pois podemos afirmar que toda nossa estrutura social foi forjada em cima de privilégios que ainda não foram superados, o que tem como consequência um modelo de industrialização e urbanização insuficiente para dar conta das necessidades não apenas das pessoas que ficaram no campo, mas da grande massa que, ao longo dos anos, foi inflando os grandes centros urbanos.

Em segundo lugar, não cremos, como algumas pessoas fazem, que os processos migratórios devam ser entendidos apenas a partir de transformações que ocorreram nos centros urbanos e terminaram por engendrar, nas pessoas da zona rural, o desejo de deixar a vida que levavam para trás e rumar para o eldorado que se anuncia nas grandes cidades, como São Paulo. Não que as pessoas não alimentem sonhos quanto às novas possibilidades de vida. Entretanto, queremos frisar que as condições necessárias para os dois processos em questão (industrialização e urbanização) começaram no campo, pois seus moradores foram expulsos ou por meio de violência explícita (invasão de terras por parte de fazendeiros, falsificação de títulos de propriedade), ou pela própria transformação das relações de trabalho no campo, pois a zona rural também se modernizou(z) e incorporou(ra) novas técnicas de produção que torna(ra)m desnecessários inúmeros trabalhadores, ou, ainda, pela ação conjunta, espécie de simbiose entre os fatores de cunho moderno e de cunho tradicional. Se o emprego de novas técnicas liberou(ra) inúmeros trabalhadores que passa(ra)m a se dirigir para os centros urbanos, as mudanças (também de caráter tecnológico) que percebemos nas indústrias diminuíram muito o número de funcionários necessários à realização das mais diversas tarefas. Como alternativa de ocupação para os que perderam seus empregos, há os setores de serviço e de comércio, que não só não conseguem absorver

a mão-de-obra que estava integrada no setor fabril (haja vista o aumento do número de desempregados), mas também terminam por oferecer postos de trabalho que se caracterizam pela maior rotatividade de emprego, até porque não se trata de setores em que haja sindicatos com grande poder de pressão e negociação na defesa de seus trabalhadores (exceção feita, talvez, aos motoristas de transportes coletivos). Para muitos trabalhadores, o destino será as ruas.

O trabalho exercido nas vias públicas coloca os camelôs não somente em uma situação distinta daquela dos trabalhadores formais, mas também dos próprios informais, escondidos nas estatísticas sobre desemprego e sob os “bicos” que garantem a sobrevivência. A visibilidade proporcionada pelas ruas sugere aspectos importantes a respeito do trabalho e dos trabalhadores informais. A rua é o local de quem não tem a existência levada em conta e luta por reconhecimento e por um lugar na vida social. No mínimo, queremos dizer que a presença dos ambulantes nas vias e logradouros públicos chamam a atenção para a parcela da classe trabalhadora que não está sob a proteção do sindicalismo e das leis trabalhistas e que, portanto, vê sua própria cidadania comprometida.

Os camelôs são excluídos do trabalho formal, mas não do “campo econômico”, ou seja, do sistema de relações de oposição e afinidade, dentro do qual ocorrem lutas pela obtenção de capital material (renda) e pelo estabelecimento de crenças a partir das quais os meios empregados em tais disputas são considerados ou não legítimos. Segundo Pierre Bourdieu, existir no campo é gerar efeitos, mesmo que sejam forças que ofereçam alguma resistência ou que atuem no sentido da exclusão propriamente dita. É nele que os camelôs (os “heréticos” ou pretendentes) participam de uma disputa por reconhecimento, já que não se enquadram perfeitamente nos limites que definem as condições de vínculo “verdadeiro” no campo, limites esses determinados segundo os interesses daqueles (os “ortodoxos”) que ocupam as posições dominantes¹. Participam de uma luta pela imposição de limites mais favoráveis a seus interesses, ou seja, pela imposição do ponto de vista legítimo sobre o campo (BOURDIEU, 1996:253), e as possibilidades de sucesso dependem sempre de alguns reforços (por exemplo, novas

¹ Aquilo que é reconhecido como posição dominante (e isso vale para qualquer campo), visto hoje como evidente, é o resultado de várias exclusões decorrentes de longas lutas históricas. Exemplo disso, apesar de seu autor não trabalhar diretamente com métodos e definições empregados por Bourdieu, é o livro *Trabalho e Vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*, de Lúcio Kowarick. Nessa obra, o autor faz uma análise interessante da constituição, no Brasil, da força de trabalho que começava a se definir segundo os moldes do capitalismo moderno.

clientelas; no caso dos camelôs, as pessoas que se dispõem a adquirir os produtos por eles comercializados) (*ibid.*, 264-265). Se quisermos ser mais ousados, podemos pensar nas possibilidades de sucesso a partir de medidas que vislumbrem uma reestruturação total da sociedade brasileira (em termos econômicos, políticos e sociais) capaz de absorver a mão-de-obra que sobrevive por meio de formas precárias de trabalho. Nos termos aqui salientados, a palavra excluído seria melhor empregada para aqueles que não conseguem nem mesmo participar de tais disputas (os mendigos e indigentes, por exemplo, com a condição de que não estejam vinculados a novas cooperativas que fazem uso do trabalho dessas pessoas, principalmente no recolhimento do lixo reciclável; nessas circunstâncias, mesmo esses retornam ao campo no sentido aqui mencionado).

Nas ruas e praças, os camelôs oferecem um mote para pensarmos na relação entre esfera pública e trabalho, no momento em que vários intelectuais proclamam, em alto e bom tom, a perda da importância deste. Como se tentará mostrar, o trabalho resiste e revela seu poder nas discussões acadêmicas, na vida das pessoas e nos questionamentos sobre a sociedade, sobretudo em termos de formas de, digamos, “extorsões” que incidem sobre a vida do trabalhador pobre brasileiro.

A reflexão que aqui iniciamos está fundamentalmente ligada à necessidade de desenvolver a noção de esfera pública em um sentido muito específico, pois dela poderemos partir para uma análise mais profunda a respeito da maneira como os camelôs legitimam sua situação de trabalho². Além disso, será possível articular essa questão do trabalho precário a outra não menos relevante, ou seja, a apropriação do espaço urbano, fenômeno que nos leva a refletir sobre a concepção social de cidade³

² Pensamos, sobretudo, na obra de Hannah Arendt, para quem o espaço público está diretamente ligado tanto à ação como ao discurso (ambos dotados de sentido na constituição de um “mundo comum”, que remete a um sentimento de partilha de um destino igualmente comum) (ARENDR, 2000:62); e à possibilidade de ser visto e ouvido por todos (*ibid.*, 59).

³ Na acepção aqui utilizada, a cidade remete a um momento histórico específico. Assim sendo, tal como demonstrado por Max Weber, o primeiro traço fundamental diz respeito à existência de um excedente produzido para ser inserido no mercado, o que faz com que a cidade seja local de comércio (WEBER, 1973:69). Além do mais, há todo um aparato jurídico e político que propicia o controle tanto sobre as atividades produtivas propriamente ditas como também sobre a circulação das mercadorias (*ibid.*, 76). Outro aspecto que deve ser levado em conta diz respeito ao seguinte fato: o típico habitante da cidade não satisfaz suas necessidades a partir de seu próprio cultivo (*ibid.*, 73). Isso faz lembrar um discurso feito por Fernando Henrique Cardoso, na abertura do seminário “*Centro XXI - As perspectivas para os Centros Urbanos das Metrópoles*”, publicado no jornal OESP em 31/10/95. Segundo Cardoso, a divisão do trabalho, como um dos traços importantes para a compreensão da cidade, traz consigo uma nova forma de sociabilidade na qual ninguém pode sobreviver sem o outro, fato esse já ressaltado por vários autores, desde o século XIX, Marx entre eles. Dentro ainda da questão da sociabilidade, a cidade é o local que não requer o face a face, local onde toda qualidade e individualidade são reduzidas à conhecida

que está em jogo, principalmente no que diz respeito às práticas repressoras às quais os ambulantes dos grandes centros urbanos são submetidos.

Os acontecimentos decorrentes dos conflitos entre camelôs, comerciantes e Estado parecem sugerir um novo estatuto para os informais, ainda mais se for levado em conta o crescente número de desempregados e o aumento da precarização das relações de trabalho. Mas o que significa esse novo estatuto?

No livro *Trabalhador por Conta Própria sob o Capital*, Reginaldo Prandi, ao traçar um quadro do dispêndio de força de trabalho em atividades com nula ou quase nula capitalização, marcadas pelo auxílio freqüente de membros da família e pela ausência de vínculo empregatício (PRANDI, 1978:25-26), afirma que as pessoas nessa situação não estabelecem relações de cooperação necessárias à existência (*ibid.*, 40). Constituem o que o autor chamou de *classe intermediária*, cujos interesses escapam à oposição entre capital e assalariamento. Conseqüentemente, não possuem um projeto político próprio capaz de dar sentido à sociedade como um todo (*ibid.*, 69), pois o capital pode, a qualquer momento, recrutar essa força de trabalho, o que a levaria, mais uma vez, à condição salarial (*ibid.*, 40). Se levarmos em conta um possível recrutamento, então os trabalhadores por conta própria fazem parte do que Marx chamou de *Exército Industrial de Reserva*, de modo que não há motivo para falar em classe intermediária. Na verdade, ajudam a compor a classe dos trabalhadores.

Ora, talvez seja possível afirmar que os camelôs, por escolha própria e/ou pelo aumento dos obstáculos à integração nas relações formais de trabalho⁴, ao se

indagação "*quanto custa?*" (SIMMEL, 1967:15) e onde toda produção, tal como já afirmado, se volta para o mercado, ou seja, para compradores anônimos (*ibid.*, 16). Estas são, grosso modo, algumas das características que definem os grandes centros urbanos, já que está em questão a situação dos camelôs em São Paulo.

⁴ Trata-se de uma tarefa extremamente complicada a distinção entre vontade própria e carência de alternativas de trabalho, pois é preciso destacar o grande contingente de migrantes que talvez valorizem uma concepção de trabalho não enquadrada perfeitamente nas atividades exercidas nos centros urbanos. Nesse sentido, o comércio de rua pode estar mais próximo de um ideal que não encontra seu espaço nos empregos, em que é mais nítida a separação entre capital e trabalho, patrão e empregado (traços característicos dos padrões de organização fordista e taylorista). Como exemplo desse desencontro, é muito sugestivo o trabalho de Antonio Candido a respeito da cultura caipira paulista. Valorizando uma situação que permitia certa margem de autonomia, as novas formas de trabalho, mais intensas e regulares, foram legadas ao escravo e ao colono europeu, já que o caipira "*não pôde, não soube ou não quis*" se submeter a tal situação (SOUZA, 1979:80).

Os modernos modos de organização requerem a adaptação do trabalhador à sua atividade e uma atenção perseverante no esforço produtivo. Aqui não há espaço para caprichos individuais. Está em jogo o ideal do trabalhador despersonalizado (HOLANDA, 1999:84). "*Para o empregador moderno o empregado é um simples número: a relação humana desaparece*" (*ibid.*, 142). As próprias músicas, presentes nos locais ocupados pelos camelôs, muito mais que mera propaganda para a venda de CD's e cassetes, sugerem a ausência de uma separação nítida entre trabalho e lazer, tal como nos mutirões tão comuns nos meios rurais e que, segundo Sérgio Buarque de Holanda, são motivados mais pela

envolverem na venda de mercadorias nas ruas, dão maior visibilidade ao conjunto de relações de cooperação que, a partir da percepção de uma situação comum⁵, são tecidas pelos trabalhadores informais como forma de dar conta das vicissitudes que marcam suas vidas. Aliás, devemos ir além, no sentido de estender essa percepção à sociedade como um todo, pois a idéia de esfera pública não pode ficar limitada a um conjunto restrito de pessoas. Como sugere Hannah Arendt, dessa situação emerge um mundo que vai além da vida pessoal, não sendo, portanto, encarado de forma meramente privada. Este é o caráter específico do mundo comum.

Se deve ser assim entre os informais, o mesmo é válido para o âmbito acadêmico, pois podemos perceber, como já dissemos, que essas pessoas fazem parte da classe dos trabalhadores, de modo que se torna necessário um novo equacionamento do discurso sobre as condições de trabalho. Em outras palavras, não basta lançar luz apenas sobre o sindicalismo tradicional (mesmo em termos do debate a respeito de sua crise). **É preciso também, definitivamente, incorporar nas análises uma parcela dos setores laboriosos até então ausente na pauta de discussões. É assim que, nas ruas, a presença dos camelôs suscita inúmeros questionamentos a respeito da apropriação do espaço e da própria situação do trabalho em nossa sociedade.** Logo, faz sentido indagar: é justo apropriar-se das ruas para prover a própria sobrevivência? Como fica o lado estético da cidade, mencionado pelas pessoas e organizações que criticam os ambulantes por “destruírem” a beleza da metrópole? Há trabalho fora dos limites definidos pelo emprego formal, ainda mais em um período em que esses mesmos limites estão sendo redefinidos? Há legitimidade e dignidade nessa situação?

expectativa de auxílio recíproco e pela excitação provocada pelas ceias, danças e desafios, que por um ideal de trabalho (*ibid.*, 60).

Além do mais, aspectos como alta rotatividade de empregos, aumento do tempo médio em que se fica desempregado, ausência de níveis de escolaridade que propiciem condições de regularidade das relações formais (se é que é possível pensar nesses termos, hoje em dia) dão sua contribuição para o desenvolvimento do mercado informal, como será esboçado adiante. O próprio processo migratório, fenômeno necessário à satisfação da necessidade de mão-de-obra engendrada nos centros urbanos, coloca em xeque os limites entre vontade própria e carência de alternativas. Talvez seja possível pensar que todos esses aspectos, que revelam a existência de pessoas submetidas a formas precárias de trabalho, devem ser situados não apenas nos limites dos traços de uma cultura distinta que é “trazida” para os grandes centros urbanos, mas sim numa rearticulação que possibilite ao migrante, por meio do desejo de autonomia, recuperar uma dignidade perdida.

⁵ É preciso deixar bem claro que talvez não se trate de uma situação moderna, no sentido de que esses laços sejam motivados por supostos ideais abstratos de união de classe, ou mesmo por interesses comuns, embora estes não estejam totalmente ausentes. É perfeitamente viável afirmar que estamos diante de formas de mobilização calcadas em relações pessoais (de amizade, vizinhança e família), arraigadas no espírito do brasileiro, como bem sugerem clássicos como *Raízes do Brasil*.

Permanecendo no âmbito estritamente privado ou, quando muito, nas estatísticas (pouco relacionadas à constituição do espaço público), os trabalhadores informais se tornam supérfluos para a sociedade. Restritos à dimensão privada, são impedidos de serem vistos e ouvidos, fato que é de fundamental importância para o assunto aqui abordado, pois não se dar a conhecer é não existir, tal como sugere Hannah Arendt:

“A privação da privacidade reside na ausência dos outros; para estes, o homem privado não se dá a conhecer e, portanto, é como se ele não existisse. O que quer que ele faça permanece sem importância ou consequência para os outros e o que tem importância para ele é desprovido de interesse para os outros”
(ARENDR, 2000:68).

Vale dizer o seguinte: os informais não se tornam supérfluos no sentido de estarem totalmente alheios em relação ao processo de produção social da riqueza. Muito pelo contrário. A própria literatura acerca da informalidade revela um ponto de inflexão no que concerne aos mercados formal e informal. Se, antes, o informal era visto com base na noção de marginalidade e de autonomia em face das relações tipicamente capitalistas, posteriormente houve uma guinada no sentido de se começar a analisá-lo como sendo determinado pelo *sistema de relações de mercado*. Nesse sentido, entre o formal e o informal há todo um vínculo dinâmico e intersticial (PIRES, 1995:152). Há uma relação baseada em subcontratação, prestação de serviços, venda de mercadorias e poupanças acumuladas em períodos de submissão às relações trabalhistas formais. Se assim é, a análise sobre a informalidade não se esgotaria na noção de estratégia de sobrevivência, muito menos na idéia de resistência que os mais pobres impõem ao capitalismo. Seria necessário ver a informalidade como “condição estrutural” desses trabalhadores em uma economia perversa (*ibid.*, 160). Trocando em miúdos, a informalidade é um resultado de decisões tomadas no âmbito do mercado formal.

A fim de esclarecer melhor a relação acima apontada, vale a pena expor algumas idéias desenvolvidas por Prandi. Segundo ele, o trabalhador por conta própria, como já mencionado, está “fora” da oposição entre assalariados e capital, mas sua situação é profundamente determinada pelo desenvolvimento dessa relação (PRANDI, 1978:30). Nesse sentido, as atividades desenvolvidas por esses trabalhadores existem

pelo fato de não terem sido assumidas de maneira intensiva pelo capitalismo. Contudo, há uma ressalva a ser feita aqui, tendo em vista que os camelôs vendem mercadorias que, reconhecidamente, fazem parte do processo produtivo engendrado pelo capitalismo e não, por exemplo, produtos de fundo de quintal. Não falamos em economias paralelas. Falamos da mesma economia.

Prandi também afirma que o fato de tais atividades serem oferecidas a preços menores, se comparadas a uma situação em que fossem empreendidas pelo sistema, contribui para o barateamento da reprodução da força de trabalho (*ibid.*, 40), o que significa salários mais baixos, que seriam adequados aos preços e serviços oferecidos pelos informais. Além disso, essa alternativa de sobrevivência faz com que o número de desempregados não se converta em uma situação que comprometa de forma muito acentuada o sistema capitalista, mostrando incisivamente suas contradições e gerando conflitos que visem anulá-las ou, ao menos, minimizá-las.

Além do mais, para poder existir, o trabalhador por conta própria requer duas condições básicas: (1) o indivíduo deve ter a posse de seus próprios meios de produção e (2) também deve haver um mercado disposto a consumir os produtos/serviços por eles comercializados (*ibid.*, 49). A segunda condição parece evidente quando pensamos na situação dos camelôs. Entretanto, a questão da posse dos meios de produção parece fornecer uma pista interessante no sentido da busca de uma diferenciação em relação aos demais trabalhadores aqui aludidos e da própria insuficiência dessas referências teóricas, tendo em vista a conhecida existência de camelôs que não gozam nem mesmo da posse de sua própria barraca (são “funcionários” de outros ambulantes), o que parece sugerir o poder das relações tipicamente capitalistas que, mesmo na informalidade, produzem uma separação entre detentores dos meios de produção e trabalhadores, cuja única possibilidade de existência se dá pela venda de sua força de trabalho. Assim, a análise sobre o trabalhador por conta própria é insuficiente para compreendermos bem a atual situação dos ambulantes.

Esse foi apenas um pequeno apanhado das muitas idéias tecidas em torno das relações trabalhistas. Importante mesmo é frisar que os informais são supérfluos no estrito sentido de que a eles não é dado o direito, legitimamente reconhecido, de questionar sua posição na sociedade. Cabe a eles o papel de amenizar conflitos que possam ser engendrados com o acirramento das contradições sociais, (1) oferecendo mercadorias e serviços àqueles que não os podem adquirir no mercado formal e (2) constituindo alternativas de trabalho que possibilitem a (re)produção da vida. Sem falar

nos fiscais que aproveitam o ensejo e perpetuam, por meio de extorsões, nossa já histórica “confusão” entre patrimônio público e privado (aspecto abordado, por exemplo, em obras como *Formação do Brasil Contemporâneo* e *A Revolução Brasileira*, de Caio Prado Jr.; *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda; *O Abolicionismo*, de Joaquim Nabuco; e *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, escrito por Maria Sylvia de Carvalho Franco). Quanto à possibilidade de protestarem, a sociedade “pede” que se calem, pois não têm nada a dizer. Mas voltemos à esfera pública.

Há aqui uma pista ímpar para pensarmos os motivos que fizeram com que os informais fossem relegados ao segundo plano nas teorias sociológicas, nas discussões sindicais e nas indagações que a sociedade constantemente faz a si mesma.

A incapacidade do sistema capitalista de incluir uma parcela significativa da população, gerando, assim, elevados índices de desemprego (que parecem não recuar - aliás, um dos muitos argumentos usados pelos que “esperam”, de camarote, a chegada da tão falada sociedade sem trabalho), em conjunto com os laços estabelecidos pelos camelôs, seja pela percepção de uma situação comum baseada na permanência na rua, seja por relações de parentesco e vizinhança, lançam as bases para a constituição de uma discussão pública que, no fundo, remete à posição tomada pela sociedade diante de pessoas que sobrevivem por meio de formas precárias de trabalho. Enquanto se falava em expansão econômica como sinônimo de crescente incorporação de mão-de-obra ao mercado de trabalho, podemos dizer que o desemprego era concebido como algo passageiro (ao menos, havia uma tentativa de convencer os trabalhadores dessa situação). Contudo, na medida em que se começa a falar em desemprego estrutural, ou seja, na ruptura da relação linear estabelecida entre as “variáveis” crescimento econômico e emprego, somos forçados a compreender melhor o significado do emprego, do desemprego e do trabalho.

Isso permite por em dúvida um tipo de pensamento que julga necessário o crescimento econômico para que os excluídos do mercado de trabalho insiram-se/retomem uma situação de formalidade. O tão almejado crescimento não vem e os grandes investimentos, quando se dão, geram um reduzido número de postos de trabalho, não restando outra alternativa a esses trabalhadores a não ser virem a público, buscar uma importância e desnudar a singularidade de cada um por meio de ações e palavras. No espaço público, toda ação significa “*dar início a um novo começo*”, como vemos no seguinte trecho de Arendt:

“Agir, no sentido mais geral do termo, significa tomar iniciativa, iniciar (como o indica a palavra grega archein, “começar”, “ser o primeiro”, e, em alguns casos, “governar”), imprimir movimento a alguma coisa (que é o significado original do termo latino agere). Por constituírem um initium, por serem recém-chegados e iniciadores em virtude do fato de terem nascido, os homens tomam iniciativas, são impelidos a agir (...)

“É da natureza do início que se comece algo novo, algo que não pode ser previsto a partir de coisa alguma que tenha ocorrido antes. Este cunho de surpreendente imprevisibilidade é inerente a todo início e a toda origem” (ARENDR, 2000:190-191)⁶.

Esse novo começo pode ser visto como uma nova apropriação do espaço ou mesmo algo que revele o trabalho enquanto centro para pensarmos não apenas nessa apropriação, mas na desigualdade que marca a vida de muitas pessoas. Ou mesmo a possibilidade de imaginar e tentar concretizar um novo tipo de formação social em que as pessoas não passem tantas privações no que diz respeito ao trabalho. Vale lembrar que, quando falamos em novas possibilidades de ocupação ou uso do espaço, isso não quer dizer aceitação da permanência dos camelôs nas vias públicas, já que ela torna explícita o fenômeno da precarização do trabalho. Aceitá-la é colaborar com uma situação perversa. Podemos dar a esse questionamento o estatuto de uma reflexão a respeito do próprio processo histórico da formação da cidade de São Paulo e de suas possibilidades quanto ao futuro. Mas e quanto ao discurso que também havíamos mencionado juntamente com a ação?

A palavra preserva a ação do esquecimento. Por meio dela, é possível dar significado aos acontecimentos (TELLES, 1990:35). Assim, a perda do espaço público, no qual ação e discurso podem proporcionar um acordo frágil e temporário de intenções, tem como conseqüência a produção de uma sensação de impotência ante aos acontecimentos da vida, de modo que a existência passa a ser vivida como destino e fatalidade (*ibid.*, 37). É no espaço público que se pode reconhecer o outro como semelhante e sua ação e seu discurso podem adquirir legitimidade⁷. Aparecendo, vindo

⁶ A disciplina *Indivíduo, Razão e Liberdade*, ministrada pela prof^a Maria Helena Oliva Augusto, no curso de graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP), tratou de vários aspectos da obra de Hannah Arendt, oferecendo, assim, subsídios importantíssimos para a discussão que aqui iniciamos. Cursei essa disciplina no primeiro semestre de 1997.

⁷ Os últimos acontecimentos que envolveram vereadores e fiscais da prefeitura de São Paulo, aparentam ser muito sugestivos no que diz respeito a essa questão. A partir do momento em que se dispõem a fazer denúncias relativas a extorsões levadas a cabo por membros do governo, muito mais que se livrar dos gastos decorrentes dessa situação ou se fazerem passar por vítimas, os camelôs desejam ser reconhecidos pela sociedade. Buscam legitimidade com base em um tema que tende a construir um consenso entre

a público, a luta por moradia, trabalho e pela própria vida é capaz de se contrapor às alternativas que se limitam à caridade, à solidariedade e à condescendência das pessoas ou das instituições, o que significa não depender de situações sobre as quais não se tem controle (*ibid.*, 39). Mais uma vez, a reflexão de Arendt se faz importante.

“... a aparência – aquilo que pode ser visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos – constitui a realidade. Em comparação com a realidade que decorre do fato de que algo é visto e escutado, até mesmo as maiores forças da vida íntima – as paixões do coração, os pensamentos da mente, os deleites dos sentidos – vivem uma espécie de vida incerta e obscura, a não ser que, e até que, sejam transformadas, desprivatizadas e desindividualizadas, por assim dizer, de modo a tornarem-se adequadas à aparição pública” (ARENDDT, 2000:59-60).

Outro ponto que deve ser salientado diz respeito ao entrelaçamento entre espaço público e a garantia de direitos, ou seja, trata-se de uma ligação que faz com que ações e opiniões tenham lugar na condução dos negócios humanos (TELLES, 1990:40). Como lembra Vera Telles, ficar reduzido ao ser humano em geral, desprovido de profissão, nacionalidade, opinião ou qualquer fato ao qual se identificar, significa não ter expressão no mundo comum e, portanto, não ter significado algum (*ibid.*, 41). Se vir a público é existir, todos os outros informais, buscando a sobrevivência de maneira velada, carrega(va)m nas costas o peso da inexistência política. Assim, tornava-se praticamente impossível o debate em torno das relações que unem os setores formal e informal, até porque essa questão não vinha à tona por meio do sindicalismo tradicional, pois os dilemas que afligiam os trabalhadores sindicalizados eram outros.

Isso nos coloca diante de algo que reforça uma crítica, feita por Telles, à condição do trabalho no pensamento de Hannah Arendt. Para esta, quando o trabalho passa a ser assumido como algo que confere excelência às pessoas, em detrimento das idéias de dor, esforço e pobreza, isso revela que o reino da necessidade invadiu o espaço público, comprometendo as possibilidades de liberdade humana, na medida em que não resta outra alternativa senão trabalhar, e o espaço público é justamente marcado pela liberdade de se criar algo novo⁸. Para Arendt,

peças e instituições, ou seja, o combate à corrupção. Depõem porque querem mostrar que têm algo a dizer.

⁸ Segundo Telles, todos os movimentos reivindicatórios dos trabalhadores, que ajudam a fazer e contar a história da luta travada entre capital e trabalho, vão de encontro à recusa de Arendt de reconhecer o trabalho em seu potencial de gerar um espaço público (TELLES, 1990:43).

“O fato de uma atividade ocorrer em particular ou em público não é, de modo algum, indiferente. Obviamente, o caráter da esfera pública muda segundo as atividades que nela são admitidas, mas, em grande parte, a natureza da própria atividade também muda”.

“(…) No instante em que o labor foi liberado das restrições que lhe eram impostas pelo banimento à esfera privada – e essa emancipação do labor não foi consequência da emancipação da classe operária, mas a precedeu -, foi como se o elemento de crescimento inerente a toda vida orgânica houvesse completamente superado e se sobreposto aos processos de perecimento através dos quais a vida orgânica é controlada e equilibrada na esfera doméstica da natureza. A esfera social, na qual o processo da vida estabeleceu o seu próprio domínio público, desencadeou um crescimento artificial, por assim dizer, do natural; e é contra esse crescimento – não meramente contra a sociedade, mas contra uma esfera social em constante crescimento – que o privado e o íntimo, de um lado, e de outro, o político, (no sentido mais restrito da palavra) mostram-se incapazes de oferecer resistência” (ARENDDT, 2000:56-57).

É crucial saber qual é, especificamente, o pensamento de Hannah Arendt a respeito do trabalho, se quisermos compreender sua reflexão e ver até que ponto a crítica de Vera Telles se sustenta.

Uma distinção é essencial: Arendt não fala apenas em trabalho, mas também em labor. O **labor** tem a ver com o ciclo biológico do corpo, com o ciclo natural (ARENDDT, 2000:15;156). Hannah Arendt afirma que aquilo que Marx, em *O Capital*, chama de trabalho, enquanto eterna condição do ser humano e, portanto, um traço do qual ele jamais poderá se desvencilhar, é, na verdade, labor (*ibid.*, 114). O **trabalho**, por sua vez, diz respeito a toda atividade humana que visa à produção de um mundo artificial (*ibid.*, 15). Poderíamos afirmar que o trabalho se refere às atividades que os homens exercem sobre a natureza no sentido de transformá-la. Digamos que se trata de um processo pelo qual a natureza perde sua condição meramente natural e passa a incorporar os resultados da ação humana sobre ela. Neste sentido, a natureza passa a ser alterada à imagem e semelhança dos homens em suas mais variadas formações histórico-sociais. O trabalho remete ao *homo faber*, ou seja, àquele que trabalha sobre os materiais, transformando-os segundo sua vontade (*ibid.*, 149). Por meio do trabalho, o homem não apenas converte o meio que o circunda, mas produz uma transformação

interior, ou seja, ele se (re)cria como o senhor de toda a natureza (*ibid.*, 152). Ao menos é essa a condição do homem moderno.

Um trecho de Jean-Jacques Rousseau nos parece muito sugestivo para a compreensão de outro aspecto do pensamento de Arendt.

“Quantos séculos talvez tenham decorrido antes de chegarem os homens à altura de ver outro fogo que não o do céu! Quantos acasos não lhes foram necessários para aprender os usos mais comuns desse elemento! Quantas vezes não deixaram que ele se extinguisse antes de ter adquirido a arte de reproduzi-lo! E quantas vezes, talvez, cada um desses segredos não morreu com aquele que o descobrira!” (ROUSSEAU, 1999a: 67).

Ora, se levarmos em conta o acaso mencionado pelo filósofo genebrês (as descobertas e sua comunicação ao longo das gerações), percebemos bem por que Hannah Arendt considera que a função do trabalho é estabilizar a vida humana (*ibid.*, 149), ou seja, oferecer aos homens alguma segurança relacionada à satisfação de suas necessidades, para que eles, por exemplo, não tenham de reaprender, a todo momento, a fazer o fogo, a utilizar certas técnicas agrícolas, medicinais e assim por diante. O trabalho garante não apenas essas possibilidades, mas também as condições para que seu conhecimento seja comunicado entre as sucessivas gerações, de forma escrita ou mesmo oral.

Quanto à relação entre labor e trabalho, Arendt diz que a este se associam termos como fabricação e uso, ao passo que àquele cabe a tarefa do consumo, da destruição (*ibid.*, 150). Não que esta esteja totalmente ausente do processo de trabalho, que envolve a destruição, mas ela é apenas um momento num processo mais amplo de construção, ao passo que o labor é, essencialmente, um processo destrutivo.

Após essa pequena discussão sobre o sentido dos termos labor e trabalho, que crítica Hannah Arendt faz à sociedade moderna, que a leva a defender uma dissociação entre trabalho e esfera pública, ou melhor, uma impossibilidade de encarar o trabalho e o labor como fontes primordiais de transformação social (como fez Marx, por exemplo)?

Em primeiro lugar, ela reconhece que o movimento operário já ostentou um caráter revolucionário, a capacidade de criar algo novo. Isso num momento em que era acidental a atividade econômica à qual as pessoas se dedicavam. Ostentava um teor revolucionário quando reivindicava a abolição da propriedade como condição

imprescindível para o exercício do direito de voto (*ibid.*, 229) e também a existência de garantias formais que converteriam o trabalho em emprego (*ibid.*, 231). A Europa do século XIX presenciou esses eventos. Entretanto, segundo Arendt, a partir do momento em que os trabalhadores deixaram de ocupar a margem da sociedade e se converteram numa massa de assalariados totalmente integrada num processo que (desde a Revolução Industrial) passou a destinar a produção ao consumo e não ao uso (*ibid.*, 137), assistimos à consolidação do império do labor sobre a vida humana, da necessidade sobre a liberdade, do ajustamento à sociedade tal qual é dada sobre a possibilidade de transformá-la. A questão não é mais promover algo novo, inusitado, criativo, mas tão somente ser membro da sociedade, sobreviver. O trabalhador não é mais um revolucionário. O trabalhador é mais um membro da sociedade de massas.

Em suma, o pensamento de Hannah Arendt oferece-nos uma análise da qual emerge um mundo em que a preocupação com a sobrevivência física e o trabalho ocupam um lugar tão grande na vida das pessoas, que chega a comprometer radicalmente a política.

Talvez possamos defender a seguinte idéia: no que concerne à escravidão, por exemplo, Hannah Arendt considera que a diferença fundamental entre sua forma antiga e a moderna é que esta foi pensada como meio de barateamento da mão-de-obra usada e explorada num processo que tinha o lucro como objetivo maior, ao passo que, na Grécia Antiga, ela era um meio empregado para excluir o labor das condições de vida, a fim de que os cidadãos pudessem se dedicar à atividade que era considerada especificamente humana, ou seja, a política (*ibid.*, 95). Contudo, o mundo moderno tem a pretensão da universalidade da condição humana e da cidadania, ou seja, todos os homens nascem iguais em direitos e, como marcos fundamentais desse princípio, podemos citar a Revolução Francesa (com seu lema Igualdade, Liberdade e Fraternidade) e a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Nesse sentido, a escravidão, seja lá qual for seu sentido, não tem lugar legítimo em nossa sociedade. Assim, o labor e o trabalho passam a ser não algo exclusivo, restrito a um grupo específico de pessoas, mas uma atividade à qual todos têm de se dedicar, pois não é só a reprodução da sociedade que está em jogo, mas a participação de todos os seus integrantes no usufruto da produção social. É dessa forma que o trabalho passa a ser elevado à condição de meio fundamental não apenas para a satisfação das necessidades físicas dos indivíduos, mas também para sua inserção no

que é considerado um padrão digno de vida, segundo os requisitos de determinado momento histórico.

O pensamento de Hannah Arendt revela-nos uma sociedade em que o trabalho foi convertido em uma forma de poder, de exploração, de anulação da política e, portanto, deixa como legado, para as sucessivas gerações (que representam a possibilidade de algo novo), a necessidade de pensá-lo como meio de liberdade, de transformação. Este era também o cerne de toda a produção de Marx, ainda que ele e Arendt tivessem trilhado caminhos distintos, muito provavelmente por terem vivido em circunstâncias históricas distintas. Sendo assim, é perfeitamente possível ver, na obra de Hannah Arendt, indícios para pensarmos a dimensão criativa do “trabalho” (trabalho e labor).

Jacques Rancière, em seu texto chamado “*O Dissenso*”, sugere uma idéia interessante para discutirmos essa relação entre trabalho e política. De acordo com ele, a lógica do privado, do ambiente doméstico, não permite que os indivíduos sejam reconhecidos como pessoas que têm algo a dizer, o que significa, em termos do pensamento de Hannah Arendt, como já foi frisado, não possuir lugar no tratamento dos acontecimentos sociais. Segundo Rancière,

“Para recusar a uma categoria de seres, por exemplo os trabalhadores ou as mulheres, o estatuto de seres políticos, basta constatar que eles pertencem a essa ordem doméstica que é o contrário da política. E, para que essas coisas mudem, não é suficiente que se passe da casa à fábrica e do escravo ao trabalhador juridicamente livre. Na lógica policial da repartição dos espaços e das funções, o trabalhador livre permanece membro apenas do espaço doméstico. O espaço do trabalho é um espaço privado em que um indivíduo nomeado empregador propõe condições a um número ‘n’ de indivíduos que – cada um por sua conta – as aceitam ou as recusam. Conseqüentemente, se esses indivíduos interrompem juntos o trabalho, se pedem para negociar com o empregador e, mais ainda, com o conjunto dos empregadores suas condições de trabalho, se levam essa questão ao Estado e à opinião pública, eles pedem algo impossível, que não tem sentido. Seu movimento portanto só é audível como um ruído de corpos sofredores irritados, ruído que a intervenção da autoridade pública deve fazer cessar” (RANCIÈRE, 1996:375-376).

Rancière merece que nos detenhamos um pouco em suas palavras, a fim de buscarmos perceber algum potencial político do trabalho. Antes, porém, é necessário tecer uma elucidação a respeito do significado do termo política.

A política está diretamente vinculada à criação de um espaço que permita a reflexão a respeito dos acontecimentos e constrangimentos sociais, o que remete à constituição de princípios de diferenciação entre o certo e o errado, o possível e o impossível, o permitido e o proibido, a razão e a desrazão (TELLES, 1990:44-45). A política reivindica um permanente questionamento da sociedade, principalmente no que concerne às suas representações e imagens relacionadas à condição de classe, sexo, idade, cor, trabalho, moradia⁹ e, por que não afirmarmos, o uso que é feito de ruas e praças da cidade.

Ora, segundo Rancière, esse questionamento se explicita como um escândalo. Para esse autor, o surgimento da democracia indica a ruptura com a lógica de dominação, vista como natural, ao sugerir o governo do povo, sendo este nada mais nada menos que a parcela dos que não possuem títulos que lhes permitam governar¹⁰. Tal proposta, do ponto de vista das classes dominantes, era um sonoro absurdo. De acordo com Rancière,

“A democracia é o poder do povo, do demos. Mas o que se entende exatamente sob esse nome? O demos, em Atenas, é constituído primeiramente pelos pobres. Mas pobres não é simplesmente uma categoria econômica, relacionada a um nível de recursos; é bem mais uma categoria simbólica, uma posição no mundo daquilo que se vê e se considera: pobres são as pessoas reais, as que não possuem nada, nenhum título para governar, nenhum título de valor a não ser o fato de terem nascido ali e não alhures. Esse nome para nós banal significa portanto originalmente uma ruptura inédita, a instituição de um mundo às avessas para todos os que pretendem fazer valer um título para governar. Significa que governam especificamente os que não têm nenhum título para governar” (RANCIÈRE, 1996:370).

⁹ De uma certa forma, isso está presente no pensamento de Claude Lefort, mais especificamente em termos de uma linguagem de direitos que permita por em xeque a ordem estabelecida por meio da possibilidade de oposição ao poder instituído (LEFORT, 1983:55-56).

¹⁰ Ao se referir à revolução pernambucana de 1817, Sérgio Buarque de Holanda apresenta um dos muitos argumentos contrários a tal acontecimento histórico. Aliás, muito elucidativo quanto à desqualificação imposta às classes populares. Referindo-se ao tal argumento, diz ele: *“É difícil, em todo caso, negar qualquer parcela de sinceridade ao documento em que (a referida pessoa) manifesta sua áspera repulsa à tendência, ao menos teórica, de uma revolução que pretendia abolir todas as barreiras sociais, nivelando-o, e aos demais membros da classe superior, com as camadas ínfimas da população. Ou, para repetir suas mesmas palavras, a um ‘sistema que, derrubando-me da ordem da nobreza a que pertencia, me punha a par da canalha e ralé de todas as cores e me segava em flor as mais bem fundadas esperanças de ulterior avanço e de mores dignidades’”* (HOLANDA, 1999:86-87).

A política não vem naturalmente. Trata-se de um desvio extraordinário, fruto de acaso ou violência (*ibid.*, 371), enfim, de focos não dominados plenamente pelo poder (LEFORT, 1983:56).

Aqui, a política é uma afronta ao princípio policial, ou seja, àquilo que leva à vigilância, à repressão e à ordem (RANCIÈRE, 1996:372). Quando a lógica da polícia afirma o princípio do cada um em seu lugar e em sua função, a política a desafia e propõe um conflito sobre a configuração do mundo em termos dos assuntos a serem tratados, dos atores vistos e ouvidos (*ibid.*, 373). Indo de encontro à concepção que define a rua como local de circulação e ao restabelecimento da ordem por meio dos camelódromos, os camelôs desafiam a lógica policial, fixam-se nas ruas e procuram o trabalho no local em que se resume o drama do desempregado, ou seja, de quem está no olho da rua. Não que o comércio ambulante seja uma questão de escolha, pois já chamamos a atenção para o cuidado necessário no tratamento desse aspecto.

A reflexão de Jacques Rancière parece, de certa forma, muito próxima da discussão sobre o espaço público, que faz parte das preocupações de Hannah Arendt. Além da já referida reconfiguração do mundo, a política é a busca por uma voz capaz de manifestar o justo e o injusto, o que demonstra a tentativa que alguns setores fazem no sentido de obter o reconhecimento de tudo o que é digno de ser visto e ouvido (*ibid.*, 373). O que está em jogo é a disputa para ter a voz integrada em uma percepção de mundo (*ibid.*, 374). A política apresenta vozes que tiram a mordaca e pedem o impossível. Para muitos, é isso que os camelôs pedem quando se apropriam de praças e ruas para proverem a subsistência, sem o recolhimento dos impostos referentes às suas atividades. Entretanto, devemos considerar que o questionamento crucial talvez seja a existência de um número suficiente de empregos que ofereçam segurança.

Levando-se em conta o que foi anteriormente dito, a presença dos informais nas ruas reivindica a constituição de um espaço público para que sua situação, no que diz respeito à relação entre os mercados formal e informal, seja alvo de discussões. Assim, os camelôs constituem sujeitos políticos no sentido atribuído por Rancière, ou seja, são aqueles não contados que estão em situação precária (*ibid.*, 377-378), muitas vezes tendo suas demandas desqualificadas por serem vistos como simples parcelas que desejam tão somente satisfazer seus próprios interesses (questiúnculas diante das "grandes" questões sociais). Desqualificação que não se limita à elite. Os camelôs não têm lugar, por exemplo, nos sindicatos que, tradicionalmente, defendem os interesses apenas de parcela da classe trabalhadora. Sem contar o fato de que muitas das críticas a

eles dirigidas provêm de pessoas que fazem parte dos trabalhadores e que terminam por fazer coro à idéia de que eles representam a degradação urbana ou mesmo não passam de vagabundos que, no fundo, fazem corpo mole na busca de trabalho.

Os camelôs estão à margem nas obras acadêmicas e fora dos setores industrializados (berço do sindicalismo nacional). Talvez, por isso, possam ajudar a perceber que o trabalho não se resume a emprego e ainda mantém um alto potencial enquanto elemento (des)estruturador da vida das pessoas. Ao que tudo indica, cabe ainda ao trabalho a difícil tarefa de revelar as contradições sociais em suas mais variadas formas e de abrir trilhas para sua superação. Em linhas gerais, é o que tentaremos provar.

Capítulo I

AMBULANTES NO BRASIL: o trabalho e os ambulantes na história da sociedade brasileira

1. INTRODUÇÃO

Noto que o homem, pelas roupas (e também pelo "ofício"), pertence às classes populares. Segura uma sombrinha branca numa das mãos e caminha portando uma pequena caixa, presa ao ombro por uma alça, e exibindo um olhar desconfiado (ao menos essa é a impressão). Em traços muito sucintos, que de forma alguma substituem a obra, essa imagem está presente no quadro *O Mascate*, de Antônio Firmino Monteiro (1855-1888).

Nas esculturas em madeira entalhada, de Erotides Américo Araújo, mais especificamente em seus *Tipos das ruas - Bahia (séculos XIX e XX)*, homens e mulheres aparecem carregando frutas, legumes e certos utensílios domésticos, como vasos e cestos, sobre suas cabeças. Na região nordeste e em outros pontos do país (principalmente nos centros urbanos), o ambulante é familiar, faz parte da paisagem social e chega a ocupar algumas breves linhas em determinadas obras literárias, como o poema *O mercado a que os rios*, de João Cabral de Melo Neto; os versos de Manuel Bandeira (na epígrafe inicial); e os livros *Vidas Secas* e *São Bernardo*, de Graciliano Ramos. Aliás, boa parte dos camelôs veio de estados do nordeste ou, no mínimo, são paulistanos que têm, em suas famílias, histórias que remetem a processos migratórios relacionados àquela região.

"*Mercador de Cestas, que se Carregam na Cabeça*", "*Negros Vendedores de Galinhas*", "*Barbeiros Ambulantes*", "*Negros de Carro*", "*Negros Livres Vivendo de Suas Atividades*", "*Vendedores de Pão-de-Ló*", "*Alegre Trovador*", "*Cavalo e Cabra à Venda*", "*Os Refrescos do Largo do Palácio*" e "*Calceteiros e Vendedores de Atacaça*" são alguns dos nomes de pinturas de Jean Batiste Debret, que revelam um personagem comum na história brasileira: o ambulante.

Varias são as iconografias em que é possível ver pessoas vendendo mercadorias nas ruas (ou trilhas, quando estas eram mais freqüentes que aquelas) e os mais velhos se recordam de ambulantes, que negociavam camisas, gravatas etc., e de deficientes físicos, que comercializavam bilhetes de loteria. Contudo, a forma que o

comércio informal de rua possui atualmente (inúmeras barracas fixas nas ruas), com o aumento do desemprego, ganhou um grande impulso no final da década de 80¹¹. De 1981 a 1992, por exemplo, Sabóia nota duas tendências que mudaram o mercado de trabalho nas principais metrópoles brasileiras (São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Recife): de um lado, a queda da importância da mão-de-obra assalariada e, de outro, mais um declínio, só que, dessa vez, do número de trabalhadores com carteira assinada (cf. SABÓIA, 1997:94).

Os desempregados acabam na rua e iniciam busca por um novo emprego ou qualquer tipo de atividade que possibilite a aquisição de renda. Tradicionalmente, as ruas constituem os caminhos percorridos da casa para o trabalho e vice-versa, o espaço no qual circulam pessoas e mercadorias. Não obstante todos os acontecimentos nelas presenciados, é possível notar pontos de concentração de barracas ou objetos distribuídos nas calçadas e calçadões (um tipo de feira permanente). Para os camelôs presentes na cidade, o que era caminho foi convertido em local de trabalho. Vai-se da casa para a rua e da rua para a casa.

O que pretendemos neste primeiro capítulo, é apresentar algumas referências que consideramos fundamentais para uma boa abordagem a respeito do trabalho na sociedade brasileira, no que diz respeito a duas dimensões, quais sejam: (1) como entender o processo histórico que culminou na formação de uma sociedade que passou a atribuir sentido ao trabalho, convertido em fonte de orgulho pessoal e de classificação social (pensamos na clivagem que divide os indivíduos entre trabalhadores, que merecem respeito, e os vagabundos, que são vistos com maus olhos) e; (2) buscar também indícios a respeito da existência do comércio ambulante em várias obras que, de uma forma ou de outra, foram permeadas pela curiosidade decorrente das transformações pelas quais o Brasil vem passando, desde 1888, e que despertam(ram) o interesse de inúmeros pesquisadores. Em quase todas, notamos que o foco de

¹¹ É possível pensar que a política não repressiva em relação ao comércio ambulante, adotada durante o mandato de Luiza Erundina (1988-1992), tenha sido fundamental para a expansão das atividades exercidas pelos camelôs. Entretanto, nos dias atuais, sua permanência em vários pontos do Centro Velho de São Paulo, apesar de todo o aparato mobilizado no sentido de afastá-los dessa região, sugere que o fenômeno em questão possui "raízes" que vão muito além das deliberações políticas. Essa visão veio a ser corroborada por recente notícia veiculada pela *Folha de S. Paulo*, no dia 22 de janeiro de 2001, a respeito de uma feira noturna que acontece no Parque D. Pedro II. Referindo-se a uma declaração do atual secretário municipal de abastecimento, Jilmar Tato, um dos trechos diz: "*Ele afirmou que os barraqueiros fazem 'baderna' e 'sujeira' na região central, cuja revitalização é uma das prioridades da prefeita Marta Suplicy (PT). 'Aquilo é o inferno de Dante'*". Como podemos notar, quando o assunto é a presença dos ambulantes nas ruas, em termos políticos, a pregação da "limpeza" da cidade não está limitada aos governos ditos de direita.

investigação não é o trabalho ambulante propriamente dito. Isso não nos permite dizer que faremos uma releitura de alguns clássicos, à luz da questão que nos interessa. Não se trata disso. Apenas buscaremos construir uma possível articulação entre informações, muitas vezes dispersas, a fim de compreendermos melhor o significado do trabalho ambulante na sociedade brasileira (ontem e hoje), suas rupturas e continuidades.

Nossa volta ao passado tem como ponto de partida a abolição da escravidão (1888), pois se trata de um marco crucial na constituição do trabalho livre no Brasil. É somente a partir desse momento que podemos falar na constituição de uma nova ordem social na qual o trabalho livre passaria a ter um papel dominante capaz de atribuir sentido¹² à vida dos indivíduos. O trabalho escravo tornava isso praticamente impossível. Digamos que a legitimidade fundada no trabalho é um “bem” social ao qual apenas o trabalhador livre tem acesso. Aliás, é no período que vai do fim do século XIX às primeiras décadas do XX que percebemos um crescimento considerável do número de trabalhadores que ganhavam a vida em ocupações informais, flutuantes (PINTO, 1994:30), como, por exemplo, vidraceiros; pintores especializados; carpinteiros; marceneiros; ferreiros; ourives; gravadores de placas; pintores de quadros, aquarelas e retratos a bico de pena; mestres de caligrafia; escultores; gravateiros; sapateiros; chapeleiros; seleiros; confeccionadores de artigos de couro; barbeiros; alfaiates; costureiras; ambulantes que realizavam pequenos consertos domésticos; mascates; carroceiros, enfim, são inúmeros os meios encontrados nas ações diárias de ganhar a vida (*ibid.*, 114). No caso das mulheres, havia quitandeiras, amas-de-leite, criadeiras, empregadas domésticas, lavadeiras (SANTOS, 1998:148).

Dedicando-se a tarefas que exigiam baixa aplicação de capital e envolviam membros da família, pois não havia dinheiro (salvo raras exceções) para contratar empregados; tendo suas atividades facilmente rotuladas como atividades de malandros e vagabundos, praticamente impossibilitando a formação de qualquer poupança, os

¹² A idéia de atribuição de sentido à vida refere-se à tentativa que as pessoas constantemente fazem com o intuito de obter legitimidade para suas vidas, por meio de ações e de discursos referidos ao trabalho. É importante salientar que a dedicação a ele não se limita a uma atividade na qual é preciso se empenhar por mera questão de sobrevivência (o que não é irrelevante). Trata-se também, como bem frisou Max Weber "*de um estilo de vida normativo baseado e revestido de uma ética*" (WEBER, 1992:37), de uma ação "*digna de louvor*" (*ibid.*, 49). A julgar pelas ações policiais e pelas críticas que recebem constantemente, fica claro o tamanho dos obstáculos que os camelôs devem transpor para obter esse reconhecimento por suas atividades.

ambulantes, de certa forma, representavam a expressão mais extrema de pauperismo¹³, melhor apenas que a situação dos mendicantes.

Devemos também levar em conta que há aqui uma preocupação com a passagem de um país essencialmente agrário para um urbano. Isso é de suma importância em termos da transformação dos valores que se referem ao trabalho. Além disso, precisamos ter em mente que boa parte dos camelôs entrevistados vieram de zonas rurais e, portanto, em maior ou menor grau, têm sua herança enraizada num tipo de cultura que torna possível uma forma de organização do próprio ritmo de vida, que mistura o “*tempo-trabalho*” e o “*tempo-lazer*”, trabalho e folga (PINTO, 1994:230). Talvez, por isso muitos ambulantes afirmam que é interessante trabalhar nas ruas, porque não há chefe e nem tempo certo para pegar no batente. Estão livres dos impropérios do patrão, que costumam suceder os atrasos e de outras relações conflituosas. Entretanto, sentimos que é necessário pensar que, no fundo, não fazem mais do que trocar um conjunto de problemas por outros de ordem distinta. Aliás, podemos dizer algumas palavras preliminares a respeito dessa separação e distinção entre o urbano e o rural, pois não devemos nos esquecer de que as transformações de teor capitalista também ocorrem no campo, de modo que, com o passar do tempo, há mudanças profundas no tipo social que migra para os grandes centros urbanos. Chega um momento em que as relações do tipo patrão-empregado se generalizam de forma tão acentuada, que terminam por abranger todas as partes do território, sejam elas rurais ou urbanas.

¹³ Se o indivíduo for tornado como centro da discussão, essa visão é muito pertinente. Contudo, se a família for tomada como referência da análise, ou seja, se levarmos em conta que outros membros da família também adquirem algum tipo de emprego, o trabalho precário, em algumas situações, não pode ser diretamente associado a um baixo padrão de vida (SILVA, 1971:125). Um dos jovens entrevistados afirmou que, somando os rendimentos da sua barraca e a de seu pai, o resultado chega a, aproximadamente, R\$ 2000,00 nos meses de bom movimento, o que certamente está longe de uma situação de grande penúria. Ainda mais porque ambas as barracas são legalizadas, o que elimina o problema, muito freqüente, de camelôs que perdem suas mercadorias (e estamos falando de investimento) em ações dos fiscais. Contudo, não podemos deixar de mencionar que, entre todos os entrevistados, esse exemplo é exceção, que também já deve ser relativizada pelo número de membros da família (sete pessoas). Referimo-nos à entrevista de João, que logo será abordada. Além disso, neste e no próximo capítulo, veremos que as relações familiares, sobretudo no que elas podem nos dizer a respeito das práticas de auxílio mútuo, tão comuns no meio rural brasileiro, são essenciais para compreendermos como os camelôs conseguem a façanha da sobrevivência numa cidade como São Paulo, dado esse tipo de trabalho precário. Ainda que a metrópole, por excelência, seja o local do indivíduo, da pessoa isolada que tem total responsabilidade pelos rumos tomados em sua vida e por sua própria sobrevivência, podemos dizer que, quando o assunto é o contingente humano que trabalha em condições muito penosas para produzir a vida, o outro (a família, os amigos, os vizinhos) tem presença muito acentuada no que diz respeito ao trabalho.

Um indicio dessa situação já pode ser notado numa obra lançada em 1966. Fazemos referência ao livro *A Revolução Brasileira*, do historiador Caio Prado Jr. Seu debate central está muito distante de nossas pretensões (fomos mais modestos em nossa proposta), pois não nos atribuímos a árdua tarefa de apreender as condições necessárias, engendradas ao longo da história, do processo de transformação revolucionária das relações de trabalho, e da ação política mais adequada, dado um conjunto de condições sociais que cabem ao sociólogo, historiador, membros de partidos políticos, filósofos, enfim, apreender. Contudo, a obra oferece subsídios muito relevantes para pensarmos a história das relações de trabalho e os processos de urbanização e industrialização da sociedade brasileira, principalmente em suas conseqüências para o estado de São Paulo, mais especificamente, sua capital.

Falamos da distinção entre rural e urbano imbuídos da consciência de que se houve um momento histórico em que não era possível falar numa separação nítida entre tempo de trabalho e tempo de lazer, essa distinção não se sustenta quando as relações tipicamente capitalistas vão se entranhando na vida social e, decididamente, determinando os destinos dos homens. Na década de 60, Caio Prado Jr. já chamava a atenção para o seguinte fato: no meio rural, as relações de trabalho possuem um teor salarial. Assim, não é possível falar em diferenças substanciais entre campo e cidade. Segundo esse autor,

“A posição dos fazendeiros e outros proprietários rurais brasileiros é, essencialmente, sob aquele aspecto econômico e social, a mesma dos proprietários e capitalistas com atividades nas cidades. Disso é um sintoma bem sensível e facilmente observável, o fato de que a transferência e passagem de uma categoria para outra, da cidade para o campo, ou vice-versa do campo para a cidade é freqüente e normal, incluindo-se perfeitamente nos hábitos correntes. Não tem mais significação que uma simples troca de ramo de negócios, e se observa a todo o momento e em todo o lugar” (PRADO JR., 1999:71).

Mais do que similitude entre ambos, o autor afirma que, em termos do processo de industrialização da sociedade brasileira, havia um vínculo intersticial entre os setores agrário e industrial. Chega a mencionar que, em São Paulo, por exemplo, as primeiras indústrias pertenciam a fazendeiros que aplicavam parte dos lucros auferidos no cultivo do café em investimentos urbanos (*ibid.*, 116). Um marco que tornou isso possível foi a construção das estradas de ferro. A partir do momento em que o

transporte ferroviário tornou mais fácil e rápido os deslocamentos no espaço, inúmeros fazendeiros passaram a comprar residências na capital paulista, pois sua permanência nas fazendas (até então também local de moradia) já não era necessária durante as 24 horas do dia. A ferrovia possibilitou a distinção entre local de moradia e local de trabalho (cf. MORSE, 1970:233). Nesse sentido, é no campo que tem início a batalha dos trabalhadores no sentido da busca por melhores condições de trabalho e emprego (PRADO JR., 1999:49), da qual a vida na cidade significará quase que um prolongamento, ainda que em condições distintas. No campo, tornou-se cada vez mais contundente a cisão e o conflito entre duas classes (burguesia e trabalhadores¹⁴).

Aqueles que migram em busca de uma vida melhor, quando chegam em outras cidades, precisam providenciar moradia e trabalho. Alguns conseguem empregos formais na indústria, no comércio ou mesmo no setor de serviços. Mesmo estes, não raro, acabam se deparando com o desemprego. Em meio a buscas constantes, por meio de parentes e amigos, acabam vendo a rua como possibilidade de sobreviver (ainda que provisória na cabeça de muitos). Os anos se passam e o provisório vai assumindo ares de algo que é permanente. Os mais jovens procuram não encarar o fato como projeto de vida, como revelam as entrevistas a seguir, de Fabiana e João, mas não se pode negar que haja grande chance de terem o mesmo destino de seus pais, parentes ou amigos (o que não quer dizer que pese sobre suas vidas um destino inexorável). A condição de jovens parece situar suas expectativas quanto ao futuro ante um feixe de incontáveis possibilidades e em nenhuma delas o comércio de rua é vislumbrado.

Fabiana tem 20 anos, nasceu em Fortaleza-CE, possui a 7ª série do ensino fundamental e veio para São Paulo com 16 anos de idade, atendendo ao convite dos tios que aqui residiam. Em Fortaleza, ajudava a mãe na pensão e no

¹⁴ Marx, no século XIX, já oferecia alguns parâmetros para pensarmos não apenas nas transformações pelas quais passava a relação campo-cidade, mas na própria criação histórica dessa separação. Numa passagem do *Manifesto Comunista*, é possível entrever como as relações de trabalho são completamente modificadas não apenas nos grandes centros urbanos, mas também no meio rural. Aliás, as grandes metrópoles só se formam graças aos processos migratórios que nada mais são do que a liberação da mão-de-obra que antes ganhava a vida no campo, convertida numa massa “inútil”. Segundo Marx, “Os pequenos empreendedores tradicionais – os pequenos industriais, comerciantes e os que vivem de renda, os artesãos e agricultores – decaem no proletariado; uns, cujo pequeno capital não é suficiente para permitir que adotem os processos da grande indústria, sucumbem frente à concorrência com os grandes capitalistas; outros porque sua habilidade é desvalorizada pelos novos métodos de produção. Assim, o proletário é recrutado em todas as classes da população” (MARX, 1998:15). É bom lembrar que não queremos dizer que esse processo se deu no Brasil tal como exposto na assertiva de Marx. Como veremos, nossa história é distinta e possui suas peculiaridades. De certa forma, um dos objetivos deste capítulo é oferecer subsídios que permitam vislumbrar o teor dessas transformações na sociedade brasileira.

restaurante da família. Segundo ela, os pais não gostaram da vinda da filha (afirmaram que o trabalho na rua não era algo que pudesse ser considerado bom). Fabiana reconhece que não encara a rua como um futuro, mas acha bom, tendo em vista que não passa necessidade e que, aqui em São Paulo, ela é independente e faz o que quer.

Segundo ela, às vezes procura emprego, às vezes não. Disse que a tia já havia pedido para ela voltar a freqüentar a escola e continuar seus estudos, mas confessa que não fez nenhum esforço para voltar a estudar. Além do mais, não possui nenhuma experiência de trabalho que lhe permita pleitear outra atividade.

Chegando em São Paulo, passou a residir com os tios, em Pinheiros. Moram em um apartamento alugado. Contudo, como o tio é, atualmente, o zelador do prédio, não precisam arcar com a despesa referente ao aluguel. A tia sempre possuiu uma barraca na rua. Assim, Fabiana passou a ajudá-la. Ao mesmo tempo, auxiliou outros ambulantes e também realizou várias viagens para o Paraguai, com o intuito de comprar mercadorias. Com o dinheiro que adquiriu, comprou a própria barraca para vender cd's ao lado da barraca da tia. Vai ao Paraguai de 4 em 4 meses (depende muito das vendas).

Fabiana afirmou que, de modo geral, os rendimentos são suficientes para cobrir os gastos com as mercadorias e sobram mais ou menos R\$ 300,00 para as despesas pessoais. Não possui horário certo para ir à rua. Às vezes, chega às 10h00, 11h30 e fica até 18h00, 19h00, sendo que realiza suas vendas de segunda a sábado. Guarda a barraca e as mercadorias em uma clínica dentária que fica em frente ao seu ponto na rua, pagando a quantia de R\$ 50,00 pelo pernoite.

Como ficou claro, Fabiana não encara a rua como, digamos, uma carreira à qual é preciso se dedicar com afinco. A rua é percebida como algo temporário e, ao mesmo tempo, desejado, já que nela transcorre uma atividade vista como o fundamento de uma suposta autonomia (ao menos em relação à família). Às vezes, chega a procurar emprego, mas sem grande ímpeto. Há o desejo de definir os rumos da própria vida. Contudo, um fato pode terminar se convertendo num grande problema: os estudos foram deixados de lado. Num mundo em que o conhecimento e a informação começam a ter um papel cada vez mais importante na disputa pelos minguados empregos, e em que a escolaridade é requisito fundamental na competição pelos postos de trabalho (ainda que não seja a garantia absoluta de sua conquista e manutenção), há boa chance de Fabiana acabar sofrendo as conseqüências dessa sua escolha, que pode vir a se converter numa espécie de efeito perverso. Atualmente, ela não encara isso como um problema. No futuro, entretanto, caso o comércio ambulante, por algum motivo,

comece a se revelar uma “alternativa” economicamente inviável ou mesmo algo que não mais corresponda aos anseios de Fabiana, a ausência de formação escolar emergirá como obstáculo à luta por outros meios de obtenção de renda, sobretudo se pensarmos em formas que incluam os direitos garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O que hoje é um ato deliberado, pode ocultar uma cilada.

Essa angústia, relacionada ao peso das conseqüências de escolhas feitas no passado, ausente na entrevista de Fabiana, salta aos olhos na história de um ambulante mais velho (Fernando). A experiência de pessoas conhecidas que, como ele, vieram de outros estados sem saber ler, mas que em São Paulo, conseguiram aprender, ocupa, em suas lembranças, o estatuto de algo potencialmente aberto a qualquer um. E é justamente essa possibilidade que terminou por fazer parte dos fatos facilmente rememorados e significativos, ditos em tom de frustração diante de uma vida que poderia ter sido distinta, de um futuro “*que não é mais como era antigamente*”¹⁵.

Fernando nasceu há 44 anos na cidade de Piancó - PB. Casado e pai de um filho, reside em Taboão da Serra, em uma casa alugada. Veio para São Paulo na esperança de conseguir "algo melhor para fazer". Viajou junto com um amigo e já tinha alguns parentes residindo em São Paulo. Na Paraíba, trabalhava, desde os 10 anos, no sítio do avô, onde plantava milho, feijão, arroz e algodão. Segundo ele, não havia problemas com a seca. Hoje, entretanto, muitos ficam debaixo de um pé de árvore, jogando dominó por não terem o que fazer. Não possuía dinheiro, mas comida também não faltava. Na época, as pessoas comentavam que a vida em São Paulo era melhor.

Afirmou que não tem nenhum estudo. Chegou a mencionar o mofral, mas disse que permaneceu nele durante um curto período de tempo. Quando chegou em São Paulo, trabalhava de obra em obra. Disse que era uma época boa para encontrar trabalho. Chegou a receber uma proposta para ser encarregado de obra, mas não sabia fazer alguns rascunhos que eram necessários. Também afirmou que poderia ter procurado uma escola aqui, pois alguns migrantes não sabiam escrever e acabaram aprendendo, mas não teve interesse.

Morou numa pensão durante 8 anos e seu primeiro trabalho foi como meio-oficial de carpinteiro. Também chegou a ser carpinteiro e marceneiro em construções, pois esse tipo de serviço era necessário nas obras que previam armários embutidos nos dormitórios. Exerceu tais atividades durante 4 anos e fez um acordo ao deixar o emprego. Sempre foi registrado. Segundo Fernando, pensava que era a melhor escolha, mas se arrependeu (não tinha cabeça). Afirmou que foi

¹⁵ Trecho da canção *Índios*, do cantor e compositor Renato Russo.

um bom funcionário e que, se não fosse a idade, talvez a firma o contratasse hoje. Fez teste em uma empresa especializada em trabalhos com madeira. Pensou que tinha suficiente experiência, mas não foi aprovado.

Há 13 anos, começou a trabalhar como ambulante, vendendo mercadorias que carregava nos braços. Atualmente, é proprietário de sua barraca. No início, falava que era melhor colocar a mercadoria na calçada sobre um pano, pois facilitava a fuga nas ações da fiscalização. Obteve sua barraca durante do governo de Luiza Erundina, quando conseguiu licença para trabalhar como ambulante.

Trabalha de segunda a sábado, das 9h00 às 19h00, 19h30 (algumas vezes até um pouco mais tarde). Conta que obtém cerca de R\$ 700,00/mês, incluindo as despesas. Se fosse trabalhar como pedreiro, não ganharia o suficiente para viver. Caso ganhasse bem, deixaria essa atividade. Guarda a barraca em um prédio que fica ali perto. Segundo ele, não paga nada pelo pernoite, a não ser uma cervejinha para o zelador.

Vende chinelos para crianças e compra suas mercadorias no Brás. Em sua casa, é o único que trabalha. Afirmou que ninguém fez comentários negativos a respeito de suas atividades.

No relato sobre João, o futuro inclui a vontade de abandonar a rua.

João tem 15 anos, é solteiro e nasceu em São Paulo. Atualmente, reside com seus pais no município de Francisco Morato, em casa própria, e cursa a 7ª série do ensino fundamental. Seus pais nasceram no Ceará. O pai¹⁶, quando veio para São Paulo, tinha 19 anos e possuía parentes aqui.

Em relação ao pai, seu primeiro trabalho foi na Rodoviária do Tietê. Tinha carteira assinada e trabalhava com vitrines e outros serviços. Permaneceu lá por um período de 1 a 3 anos (o filho não soube informar com certeza). Após isso, resolveu pedir demissão. Segundo João, era um funcionário que fazia tudo de maneira correta. Resolveu tentar um aumento quando percebeu que as pessoas mais estudadas não faziam nada. O patrão chegou a pedir para que ele ficasse, pois era bom funcionário, mas, mesmo assim, resolveu sair. Segundo o filho, se estivesse lá, já estaria aposentado.

Com o dinheiro adquirido, comprou as barracas para trabalhar nas ruas. Chegou a possuir cinco, espalhadas por pontos como Parque Dom Pedro II, Santo Amaro e Pinheiros. Como havia muitos problemas com a fiscalização da Prefeitura, resolveu vender três e ficou com as duas que estão em Pinheiros, num camelódromo. Segundo ele, como alguns não possuem a documentação em dia, os

¹⁶ As informações a respeito do pai, que se recusou a conversar comigo, foram fornecidas pelo filho. A entrevista procura reunir aspectos a respeito da vida de ambos.

demais também acabam tendo problemas. O pai trabalha nas ruas há, mais ou menos, 26 anos.

Sempre foi dono de sua própria barraca, sendo a primeira comprada de um ambulante. Vende bolsas compradas de fornecedores que, freqüentemente, vão ao local de trabalho. Algumas são adquiridas na Rua 25 de Março. Não soube informar com precisão o rendimento mensal, pois ele varia de mês a mês, mas disse que, em períodos de bom movimento, chegam a faturar de R\$ 1500,00 a R\$ 2000,00/mês. Também é preciso levar em conta os gastos que não são poucos, segundo ele: três conduções por dia, família grande (3 meninas e 2 homens - uma filha casada não mora mais com a família). Além do mais, há despesas com água (R\$ 6,50/mês), luz (R\$ 10,00/mês), vigilância (R\$ 5,00/semana) e mais o imposto anual da Prefeitura (R\$ 110,00, R \$ 120,00).

Ao falar sobre o tempo em que trabalha na rua, João disse que desde quando nasceu já foi aprendendo até ter a própria barraca. Não manifestou interesse em continuar sendo camelô ("eu não vou ficar muito tempo aqui"), pois afirmou pretender partir para uma loja. "Daqui eu vou pegar minha loja, montar meu negócio. Aí vai crescendo, vai se tornando rede".

Chega todos os dias às 9h00 e fica até 20h00. Ao ser questionado a respeito do horário de aulas, alterou o horário e disse que sai às 17h00, quando sua mãe vem para ficar em seu lugar, rotina que se repete de segunda a sábado.

Segundo João, ninguém demonstrou opiniões de reprovação em relação ao trabalho nas ruas. Acha que a atividade é boa, pois constitui um trabalho ("fico sossegado"), mas também disse que é ruim o contato com constantes atropelamentos, assaltos e contrabando de drogas que acontecem nas ruas.

Quando foi abordado a respeito de problemas com outros camelôs, disse que seu pai nunca os teve, pois é respeitado na praça ("já sabe como é que funciona"). Além do mais, sempre procurou ter bom relacionamento com os funcionários da Prefeitura e com os demais ambulantes.

João alimenta o sonho de ter a própria loja, se possível uma rede, como ele mesmo disse na entrevista. Ao contrário de Fabiana, mantém o vínculo com a escola, apesar de ter feito uma declaração que torna possíveis alguns questionamentos. Ao ser interrogado a respeito da possibilidade de ir à escola tendo de sair do local de serviço às 20h00, João afirmou que a mãe fica em seu lugar a partir das 17h00. Notamos também uma espécie de embate entre vantagens e desvantagens do trabalho ambulante. Nesse caso, não em termos de conflitos com a Prefeitura, pois as barracas são legalizadas, mas sim em termos de uma atividade que é considerada um trabalho, mas que também

coloca as pessoas em maior contato com a violência urbana, pois é maior o tempo em que se fica exposto na rua.

Se pensarmos na história do faxineiro, apresentada por Sennett em seu livro *A Corrosão do Caráter*¹⁷, é possível dizer o seguinte: ele aceitou esse serviço durante anos, sem reclamações, mas também sem grande entusiasmo. Para Enrico, o trabalho sempre foi pensado como meio de servir à família, fosse lá qual fosse a atividade. Além disso, havia um senso de tempo previsível (proteção, saber quando ia se aposentar). Mesmo realizando uma atividade inferior na escala de prestígio social, o faxineiro tinha uma vida que fazia sentido em termos de conquistas cumulativas, sentia-se autor de sua vida e adquiria um senso de respeito próprio (SENNETT, 1999:14). Em suma, era capaz de construir uma narrativa de vida (*ibid.*, 32), ou seja, de narrar a vida como uma sucessão de conquistas, incluindo aqui a sensação de ter as “rédeas” dos acontecimentos biográficos nas mãos. Ora, nenhum dos ambulantes mais jovens (e mesmo os mais velhos) pensam nas ruas como, digamos, um projeto de vida. Eles alimentam o sonho de deixar o comércio de rua, de fazer com que a condição de camelô não domine suas biografias. Se não há como escapar das ruas no momento presente, há desejo de expulsá-las do amanhã. Futuramente, elas voltariam a ser mero local de passagem. A condição de ambulante talvez termine sendo vista como um momento que antecedeu a vitória de quem, com dedicação e esforço, conseguiu sair incólume das armadilhas da vida.

Além do mais, o desejo de, na medida do possível, controlar a própria vida, torna-se ainda mais complicado quando falamos dos ambulantes que possuem pontos de venda fora dos camelódromos da Prefeitura, pois, a qualquer momento, podem perder sua barraca e sua mercadoria em ações de fiscalização.

Retornando à questão que envolve o tempo de trabalho e o de lazer, que deve necessariamente passar por uma redefinição quando o trabalho se pauta pela relação

¹⁷ No primeiro capítulo de seu livro, Richard Sennett compara a situação de um pai e seu filho. Enrico é nosso faxineiro, que passou a vida imaginando outro destino para seu filho. Conseguiu. Rico formou-se em engenharia elétrica e ainda cursou uma escola de comércio em Nova York. Em termos de rendimentos, faz parte dos cinco por cento que ocupam o topo da escala salarial da sociedade norte-americana. Em outras palavras, podemos reconhecê-lo como profissional bem sucedido. Rico, porém, alimenta certa indignação quando reavalia a história de seu pai. Na sua opinião, Enrico é um "conformista" por aceitar suas atividades como faxineiro, sem nunca ter tentado algo para melhorar sua situação. Enrico, na visão do filho, jamais aceitou correr riscos que pudessem representar ascensão social (cf. SENNETT, 1999:17). Além disso, Rico convivia com uma angústia que não parecia ter fim: incomodava-o muito o medo constante de perder o controle sobre sua própria vida, pois suas atividades ocupavam muito tempo, a ponto de declarar, em alguns momentos, que não "reconhecia" seus próprios filhos.

patrão-empregado, uma das entrevistadas, Adriana, ao ser questionada a respeito dos aspectos bons e maus do trabalho como ambulante, afirmou ser bom não ter patrão e poder chegar a hora que quer no serviço, apesar de costumar chegar todos os dias no mesmo horário (8h00-17h00 é a jornada de trabalho), só se atrasando em situações como trânsito, chuva, doença, vacinação das crianças. Como aspectos ruins, mencionou a chuva, que molha as mercadorias, e a ausência de férias, 13º salário e descanso. Também mencionou os constantes cortes de luz e água (no momento da segunda entrevista, o local estava sem água), decorrentes de ambulantes que não pagam sua parcela à pessoa encarregada de quitar as contas, pois se trata de um camelódromo registrado pela prefeitura¹⁸.

No momento, estas referências bastam para deixar claro os marcos que irão servir como orientação ao nos embrenharmos na discussão sobre os pormenores (1) da constituição do chamado *ethos*¹⁹ do trabalho na sociedade brasileira e (2) das transformações sociais e econômicas pelas quais ela passou, sempre tendo em mente que nosso foco de análise é o comércio ambulante.

2. DAS FÍMBRIAS À RIBALTA: A ÉTICA DO TRABALHO PRECÁRIO

"(...) Uma digna ociosidade sempre pareceu mais excelente, e até mais nobilitante, a um bom português, ou a um espanhol do que a luta insana pelo pão de cada dia. O que ambos admiram como ideal é uma vida de grande senhor, exclusiva de qualquer esforço, de qualquer preocupação. E assim, enquanto povos protestantes preconizavam e exaltavam o esforço manual, as nações ibéricas colocam-se ainda largamente no ponto de vista da Antigüidade clássica. O que entre eles predomina é a concepção antiga de que o ócio importa mais que o negócio e de que a atividade produtora é, em si, menos valiosa que a contemplação e o amor " (HOLANDA, 1999:38).

¹⁸ A entrevista completa sobre Adriana será apresentada no capítulo II deste trabalho.

¹⁹ *Ethos* é aqui empregado na acepção weberiana, isto é, trabalhar não é somente uma questão de necessidade de sobrevivência, o que em si é muito significativo. Acima de tudo, trabalhar é um dever moral. Como afirma Weber, em um trecho muito elucidativo que se refere a Benjamim Franklin, "*(...) o que é aqui pregado não é uma simples técnica de vida, mas sim uma ética peculiar, cuja infração não é tratada como uma tolice, mas como um esquecimento do dever. Esta é a essência do problema. O que é aqui preconizado não é mero bom senso comercial*" (referência a alguns conselhos dados por Franklin a todo aquele que deseja ter prosperidade nos negócios) - *o que não seria nada original - mas sim um ethos. Esta é a qualidade que nos interessa "* (WEBER, 1992:31).

Foram-se os anos e, com eles, um Brasil em que a aventura era avultada e o trabalho relegado ao plano do que em nada contribuía para a dignificação do homem. Aos poucos, foi preciso superar o provisório, substituí-lo por uma dedicação "religiosa" aos empreendimentos produtivos, pois não estava mais em jogo assegurar apenas a própria subsistência. O florescimento do capitalismo exigia de cada um o cumprimento de seu papel em um contínuo processo, cujo resultado era a constituição do excedente a ser posto no mercado. Cabia ao homem (e à mulher) buscar trabalho e dedicar-lhe muitas horas de sua vida. Assim, nos fins de semana, eles poderiam descansar, ostentando no semblante o orgulho de quem não somente cumpriu as atividades relacionadas à sobrevivência, mas também um dever moral.

Iniciamos aqui uma tentativa, talvez não muito rigorosa e certamente incompleta, de apresentar as condições em que foi sendo engendrado um *ethos* do trabalho na sociedade brasileira. Como esse modo de ver o trabalho e a ele se dedicar está rigorosamente ligado à emergência do capitalismo, nossa reflexão buscará suas bases sobretudo na história dos homens livres²⁰, ou seja, em todos aqueles que escapam à oposição senhor-escravo. Isso não quer dizer que a escravidão, no Brasil, não possua sua parcela de responsabilidade nos rumos tomados pelo trabalho livre, sem falar no prestígio (ou sua ausência, num determinado momento) a ele atribuído.

Uma abordagem histórica prévia, nos termos aqui mencionados, representa uma construção teórica que oferece subsídios a partir dos quais é possível obter respostas que dêem conta dos seguintes aspectos: (1) uma espécie de luta travada pelos ambulantes não apenas pela sobrevivência, mas pela sua capacidade de conferir solidez à imagem do trabalhador, no plano das representações que criam para si mesmos e para a sociedade; (2) além disso, é necessário verificar em que medida suas condições precárias de trabalho abalam o mundo das representações, de modo que a própria identidade de trabalhador muitas vezes não resiste e ameaça soçobrar. Digamos que quando falamos em formas débeis de trabalho, devemos levar em conta as carências materiais e também as subjetivas. Isso sem falar que procuramos identificar um conjunto de referências que permitam lançar luz às transformações pelas quais o

²⁰ Os trabalhadores livres, segundo Maria Sylvania de Carvalho Franco, eram todos aqueles que se dedicavam aos serviços que não podiam ser realizados por escravos e não interessavam aos homens de posses (FRANCO, 1983:60). No interior da ordem escravocrata, eram serviços residuais relacionados ao transporte de produtos, comercialização de algumas mercadorias, desbravamento e preparo da terra para o cultivo, além de outras atividades executadas por agregados que viviam nas fazendas.

comércio ambulante passou, desde que a ordem social calcada no trabalho livre tornou-se dominante.

"*Clássico de nascença*", como afirmou Antonio Candido, a obra *Raízes do Brasil* oferece um ótimo gancho para dar início à discussão aqui proposta. Nela, há um capítulo inteiro dedicado às noções de trabalho e aventura, que são fundamentais para nossas pretensões.

Estabelecendo uma análise acerca da vinda dos europeus para as Américas (sobretudo espanhola e portuguesa), Sérgio Buarque de Holanda salientou a seguinte situação: foi quase nula a contribuição do trabalho no processo de conquista e colonização (HOLANDA, 1999:45). A façanha coube aos aventureiros. Entretanto, o que isso quer dizer exatamente?

Trabalho e aventura são princípios que orientam as ações humanas. Ditam as maneiras como se dão as relações dos homens com o meio natural e entre eles próprios, com vistas à (re)produção da vida. Assim,

"a exploração dos trópicos não se processou, em verdade, por um empreendimento metódico e racional, não emanou de uma vontade construtora e enérgica: fez-se antes com desleixo e certo abandono " (ibid., 43).

O *ethos* da aventura valorizava precisamente o desleixo, o provisório. Não se tratava de vagabundagem. Que isso fique bem claro! Realizaram-se empreendimentos, mas estes se davam sem que houvesse neles empregada uma forte vontade racionalmente ordenada. O aventureiro marcava seu lugar na sociedade por meio da audácia, da instabilidade. A possibilidade do imprevisto o seduzia. A segurança e a estabilidade eram desprezíveis. "*Nada lhes parece mais estúpido e mesquinho do que o ideal do trabalhador*". Podemos dizer que não havia honra para aqueles que não estivessem dispostos a se embrenhar pelas matas, colocando a própria vida em risco. Na América, o português procurava uma riqueza que custava ousadia, não trabalho²¹ (*ibid.*, 49).

Para ficar mais claro, em *O Semeador e o Ladrilhador*, capítulo que também faz parte do livro *Raízes do Brasil*, o autor tece uma reflexão sugestiva no que concerne à colonização portuguesa. Segundo ele, a colônia era um simples lugar de passagem

²¹ Essa idéia também aparece no livro *Caminhos e Fronteiras*, do mesmo autor (cf. HOLANDA, 1995:138).

(HOLANDA, 1999:99). O ímpeto português não era animado pela vontade de vencer a natureza, ordenar e dominar o novo mundo, ao contrário do que anunciavam as cidades da América espanhola, marcadas pela criação de núcleos estáveis, bem definidos. A passagem seguinte oferece uma boa exemplificação para o que está sendo dito.

(...) "a construção da cidade" (espanhola) "começaria sempre pela chamada praça maior. Quando em costa do mar, essa praça fica no lugar de desembarque do porto; quando em zona mediterrânea, ao centro da povoação. A forma da praça seria a de um quadrilátero, cuja largura correspondesse pelo menos a dois terços do comprimento, de modo que, em dias de festa, nelas pudessem correr cavalos. Em tamanho, seria proporcional ao número de vizinhos e, tendo-se em conta que as povoações podem aumentar, não mediria menos de duzentos pés de largura por trezentos de comprimento, nem mais de oitocentos pés de comprimento por quinhentos e trinta e dois de largo; a mediana e boa proporção seria a de seiscentos pés de comprimento por quatrocentos de largo. A praça servia de base para o traço das ruas: as quatro principais saíam do centro de cada face da praça. De cada ângulo saíam mais duas, havendo o cuidado de que os quatro ângulos olhassem para os quatro ventos. Nos lugares frios, as ruas deveriam ser largas, estreitas nos lugares quentes. No entanto, onde houvesse cavalos, o melhor seria que fossem largas " (ibid., 97).

O trabalhador, por sua vez, lança suas "pragas" aos valores e modos de orientar a vida, característicos da aventura. Para ele, a vida deve ser conduzida com método e racionalidade. É preciso que se finquem cercas de previsibilidade para não cair nas armadilhas da Fortuna. Há uma espécie de "policia" dentro de cada um e este não se cansa de transmitir sua máxima de vida: trabalhe²²! Na mente do trabalhador,

"o esforço lento, pouco compensador e persistente, que, no entanto, mede todas as possibilidades de desperdício e sabe tirar o máximo de proveito do insignificante, tem sentido bem nítido para ele" (ibid., 44).

Herança desse período, o *ethos* da aventura ficaria gravado por muito tempo na índole do brasileiro. A própria expansão territorial da colônia talvez não fosse tarefa

²² No pequeno, mas interessante livro *O Nascimento das Fábricas*, dedicado à reflexão a respeito da constituição da classe trabalhadora, Edgar de Decca fala na internalização de um "relógio moral" capaz de manter, em cada pessoa, a autodisciplina necessária à realização das tarefas, obviamente da maneira como o trabalho passou a ser organizado à medida que as relações tipicamente capitalistas foram se tornando predominantes (DECCA, 1982:15).

a ser entregue a um trabalhador. Durante os séculos XVI, XVII e XVIII, as bandeiras "recrutavam" indivíduos movidos pela coragem e pela afinidade com o inesperado, ou seja, o aventureiro. Em busca de braços a serem empregados nos processos de produção, ou de extração do tão cobiçado ouro, os bandeirantes se valeram de atividades ajustadas à constante mobilidade à qual estavam sujeitos. Caça e coleta, assim como plantações que não exigiam técnicas muito complexas e mostravam os primeiros frutos em curto período de tempo, garantiam o mínimo necessário a um estilo de vida marcado pelo provisório. Os primeiros bandeirantes que se aventuraram mata a dentro valeram-se de muitas práticas comuns aos povos indígenas, como fica claro na seguinte passagem:

"(...) os adventícios deveram habituar-se às soluções e muitas vezes aos recursos materiais dos primitivos moradores da terra. Às estreitas veredas e atalhos que estes tinham aberto para uso próprio, nada acrescentariam aqueles de considerável, ao menos durante os primeiros tempos. Para o sertanista branco ou mameluco, o incipiente sistema de viação que aqui encontrou foi um auxiliar tão prestimoso e necessário quanto o fora para o indígena. Donos de uma capacidade de orientação nas brenhas selvagens, em que tão bem se revelam suas afinidades com o gentio, mestre e colaborador inigualável nas estradas, sabiam os paulistas como transpor pelas passagens mais convenientes as matas espessas ou as montanhas aprumadas, e como escolher sítio para fazer pouso e plantar mantimentos" (HOLANDA, 1995:19).

“Herdeiro do desbravamento e posse franca dos sertões”, o caipira era definido pela desnecessidade de trabalhar²³ (SOUZA, 1979:86). Acostumado à precariedade, ele plantava tão somente para sua própria subsistência. O comércio, como fim último de todo processo produtivo, não tinha lugar e nem sentido em sua vida. À exceção do sal, produto que o impelia ao contato com os centros populacionais (*ibid.*, 47), a dieta do caipira baseava-se na plantação de mandioca, milho, feijão e algumas verduras; na caça, pesca e coleta (*ibid.*, 55). Além do mais, o preparo da terra, feito por meio de queimadas (técnica que logo esgota a fertilidade do solo), tornava normais os

²³ Não se trata de um tipo de formação social em que o trabalho estivesse ausente. Como já mencionamos, não estamos falando de vagabundagem. A ausência era justamente a do trabalho provido de aspectos históricos específicos, tais como os apontados nesse texto. Segundo Marx, *"como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana"* (MARX, 1983a:50).

deslocamentos em busca de novos locais para plantação. A condição de itinerante ainda compunha seu estilo de vida e suas práticas de sobrevivência. O caipira era quase um ambulante (não no sentido de quem se dedica ao comércio de rua, mas sim de quem possui um estilo de vida que não é plenamente sedentário). Enquanto havia terra em abundância, o caipira conseguia manter sua vida. Contudo, sua cultura entrou em crise assim que a terra, com o processo de destruição da ordem escravocrata, começava a adquirir um valor que antes estava incorporado nos escravos²⁴.

A mobilidade, então, assumiu um novo significado, pois não mais era expressão de uma especificidade cultural, como no caso dos caipiras. Ou o trabalhador migrava para trabalhar como empregado nas áreas agrícolas modernas, ou a solução era dirigir-se aos centros urbanos, ajudando, assim, a constituir a classe proletária, cujas ocupações mais comuns eram operário, pedreiro, comerciante, carpinteiro, motorista, funcionário público, mascate²⁵, comerciário, tintureiro, mecânico (*ibid.*, 186).

Há ainda outro aspecto que merece ser salientado e que, juntamente com o que foi dito até aqui, muito contribuiu para essa desvalorização do trabalho.

Tendo em vista que a única experiência de atividade sistemática conhecida tinha como referência o trabalho escravo, é óbvio que a primeira e, talvez, única alternativa possível era considerá-la desonrosa. Proprietários e homens livres herdaram visões diametralmente opostas em relação a isso. Os últimos consideravam o trabalho regular e disciplinado como algo degradante, ao passo que aqueles marcavam os homens livres com a pecha de vadios, indolentes e imprestáveis (KOWARICK, 1987:11;12). Essa discussão merece uma apresentação um pouco mais extensa.

O ócio dominava a sociedade colonial brasileira. De acordo com Caio Prado Jr., em sua obra *Formação do Brasil Contemporâneo*,

²⁴ A Lei de Terras de 1850 significou um grande obstáculo ao acesso à propriedade por parte dos homens sem recursos, sobretudo os imigrantes, pois a aquisição de terras só poderia ser efetivada por intermédio de compra (MARTINS, 1981:59). Essa lei ofereceu condições para a formação de capitais proprietários da terra e, conseqüentemente, tornava o trabalho em terra alheia o único meio de sobrevivência dos pobres, pois estes não tinham condições de adquirir uma propriedade (MARTINS, 1997:12;16). O colono não veio para o Brasil para ser proletário, mas para acumular dinheiro e se tornar proprietário (MELLO, 1987:85).

²⁵ Sobre as conseqüências da escravidão em relação ao trabalho, Martins diz o seguinte: "a condição de homem livre, para ser concebida como condição compatível com o trabalho, tinha que passar por redefinições ideológicas radicais, pois, para o negro", citando uma das muitas pessoas que se preocuparam em observar o Brasil, 'a liberdade era (...) a liberdade de nada fazer' (MARTINS, 1981:60). Como afirmou Florestan Fernandes, para o negro que deixou a condição de escravo a partir da abolição, o significado da liberdade era a possibilidade de decidir como, quando e onde trabalhar (FERNANDES, 1965a:13).

"a indolência, o ócio dos casos extremos, mas sempre uma atividade retardada, uma geral moleza e um mínimo de dispêndio de energia resultarão daí para o conjunto da sociedade colonial" (PRADO JR., 1994:347).

É possível afirmar que três fatores contribuíram para isso: (1) uma cultura européia, que não considerava o trabalho fonte de dignidade para aqueles que a ele se dedicassem (*ibid.*, 347); (2) o exemplo da cultura indígena que não via sentido algum nas atividades disciplinadas (*ibid.*, 348); (3) e, por último, a contribuição trazida pelo próprio sistema colonial para dar ao trabalho um sentido totalmente degradante (*ibid.*, 348;349), pois não havia dignidade possível na servidão. No que diz respeito a esta, Rousseau, em seu *Contrato Social*, afirma que a liberdade é o fundamento da condição humana. Portanto, abrir mão da liberdade ou ser forçado a fazê-lo é uma afronta (talvez a pior) ao ser humano (cf. ROUSSEAU, 1999b:62). A escravidão seria, assim, a forma mais cabal de degradação do ser humano.

A consequência da escravidão para a noção de trabalho já havia sido percebida, de forma primorosa, por Joaquim Nabuco. Em *O Abolicionismo* (1883), numa passagem muito instigante, Nabuco diz o seguinte:

"Mais de uma vez, tenho ouvido referir que se oferecera dinheiro a um dos nossos sertanejos por um serviço leve e que esse recusara prestá-lo. Isso não me admira. Não se lhe oferecia um salário certo. Se lhe propusessem um meio de vida permanente, que melhorasse a sua condição, ele teria provavelmente aceito a oferta. Mas, quando não a aceitasse, admitindo-se que os indivíduos com quem se verificaram tais fatos representem uma classe de brasileiros que se conta por milhões, como muitos pretendem, a dos que recusam trabalhar por salário, que melhor prova da terrível influência da escravidão? Durante séculos ela não consentiu mercado de trabalho, e não se serviu senão de escravos; o trabalhador livre não tinha lugar na sociedade, sendo um nômade, um mendigo e por isso em parte nenhuma achava ocupação fixa; não tinha em torno de si o incentivo que desperta no homem pobre a vista do bem-estar adquirido por meio do trabalho por indivíduos da sua classe, saídos das mesmas camadas que ele. E como vivem, como se nutrem, esses milhões de homens, porque são milhões que se acham nessa condição intermédia, que não é o escravo, mas também não é o cidadão" (NABUCO 2000:115;116).

Ora, o legado da escravidão era definido pela ausência das condições sociais para a realização do trabalho livre e do que ele significa em termos de dignidade e de

possibilidade de ascensão e de construção de uma vida segura, estável. Assim, o trabalho deve realizar a função de ser a base sobre a qual se constitui, pouco a pouco, um projeto de vida futura. Nas palavras de Nabuco, podemos notar dois aspectos fundamentais: o sonho, o desejo mesmo da constituição de uma nova nação (aliás, da nação propriamente dita, posto que nessa noção está presente a idéia de homens iguais e capazes de deliberar, em conjunto, seus próprios destinos – coisa que, definitivamente, não havia sob a escravidão), fundada na liberdade (e aqui se inclui o trabalho livre), mas também a constatação de que, em decorrência de muitos anos de escravidão, essas condições sociais estavam completamente ausentes, o que se percebe pela referência à recusa a um trabalho regular empreendida não por um ou outro vagabundo (não se trata de vagabundagem!), mas pelo povo de modo geral. No lugar de atividades constantes a partir das quais as pessoas construíssem suas vidas, Nabuco via trabalhadores nômades e atribuía um sentido profundamente negativo a essa condição, que marcava a vida de milhares de brasileiros. A degradação do trabalho vai além e revela outra herança do período escravocrata: uma situação social em que os trabalhadores não possuem papel político nenhum nas deliberações de caráter público, o que oferece as condições necessárias ao aumento da exploração, sobretudo se levarmos em conta padrões acostumados às imposições feitas aos escravos.

“A escravidão não consente, em parte alguma, classes operárias propriamente ditas, nem é compatível com o regime do salário e a dignidade pessoal do artífice. Este mesmo, para não ficar debaixo do estigma social que ela imprime nos seus trabalhadores, procura assinalar o intervalo que o separa do escravo, e imbui-se assim de um sentimento de superioridade, que é apenas baixeza de alma, em que saiu da condição servil, ou esteve nela por seus pais. Além disso, não há classes operárias fortes, respeitadas, e inteligentes, onde os que empregam trabalho estão habituados a mandar escravos. Também os operários não exercem sobre nós a mínima influência política” (ibid., 126).

As transformações pelas quais o país passava iam engendrando as condições necessárias à elevação do trabalho à categoria de fonte de dignidade (ao menos esse era o projeto defendido por homens como Joaquim Nabuco). Contudo, como veremos, a abolição foi tão somente o primeiro dos muitos passos que seriam necessários. 1888 foi um marco divisor entre duas épocas (HOLANDA, 1999:171). Pouco a pouco, os centros urbanos faziam jus ao nome e iam ocupando o espaço até então preenchido pelo

mundo rural. Sobretudo no que diz respeito à produção de alimentos, o campo passava a se firmar como fonte abastecedora das cidades, apesar de tal processo não se dar de maneira uniforme²⁶ (*ibid.*, 172).

Enquanto as grandes fazendas de café do Rio de Janeiro e Vale do Paraíba ostentavam a "silhueta" dos grandes latifúndios auto-suficientes, o mesmo não se passava no Oeste Paulista. Nessa região, a fazenda não mais constituía o pequeno mundo do proprietário e sua família. Era tão somente fonte de renda e riqueza, e não mais local de moradia. Alguns fazendeiros começaram a se dirigir para São Paulo em busca de mais conforto e animação, pois as estradas de ferro já permitiam um contato mais fácil com as propriedades. Em alguns casos, chegavam a trabalhar como industriais, diretores de empresas, banqueiros, grandes comerciantes, políticos e jornalistas (PINTO, 1994:66;67). Além do mais, a produção de mantimentos nas fazendas entrou em visível declínio, cabendo aos centros urbanos o papel de distribuidores de tudo o que era necessário à subsistência (HOLANDA, 1999:174;175).

Desde 1888, ano do fim do trabalho escravo e advento da liberdade jurídica para a venda da força de trabalho, reduzidos à condição de não proprietários, de proletários (pura força de trabalho), homens, mulheres e mesmo crianças, seja no setor formal, seja na informalidade, se quiserem sobreviver, têm de vender sua força de trabalho aos proprietários dos meios de produção e comercialização de mercadorias. A partir da Abolição, inúmeras foram as transformações econômicas e as mutações na sociabilidade dos brasileiros e dos estrangeiros que para cá vieram. Industrialização, instalação de setores tecnologicamente mais avançados, migrações internas, constituição de padrões de consumo típicos dos países desenvolvidos, enfim, tudo isso nos fez crer que seríamos um país moderno para todos (cf. MELLO & NOVAIS, 2000:560-562). Mas não nos antecipemos.

Esse processo também ficava mais claro com o crescimento demográfico, um dos aspectos fundamentais na formação das grandes cidades. No período que vai de 1872 a 1920, o crescimento da população de São Paulo pode ser apreendido na Tabela 1.

O capitalismo avança. Mostra-se não só na já citada separação entre local de moradia e de trabalho, mas no próprio processo produtivo. As receitas para melhorar a

²⁶ Antônio Candido também demonstra sensibilidade em relação a essas transformações, ao discutir as relações comerciais entre os bairros caipiras e as vilas. Se, antes, armarinhos, bugangas, tecidos e utensílios eram adquiridos por meio de mascates que se deslocavam e chegavam até eles, posteriormente, as atividades comerciais passaram a ser cada vez mais centralizadas nas vilas (SOUZA, 1979:178).

produção não mais eram herdadas, mas sim aprendidas nas escolas e nos livros (HOLANDA, 1999:175). Entretanto, ainda não tinha havido alterações significativas na situação dos homens livres. Aliás, muito ambígua! Parece definir-se pelo conflito entre prestígio e descrédito, o que pode ser facilmente mostrado a partir de alguns fatos.

TABELA 1: Crescimento populacional da cidade de São Paulo entre os anos de 1872 a 1920.

Ano	População
1872	26.020
1890	64.934
1900	260.060
1910	314.000
1920	581.435

FONTE: cf. SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem Tudo Era Italiano*. São Paulo, Ed. Annablume, 1998.

Na passagem de um mundo que prezava mais a ética do aventureiro para outro em que o trabalhado assume a função de pedra angular, o tropeiro ocupa posição intermediária entre o antigo bandeirante e o futuro fazendeiro. Digamos que as trilhas percorridas por ele e suas tropas servem como metáfora da passagem entre esses dois mundos. Nas palavras de Sérgio Buarque de Holanda,

"O tropeiro é o sucessor direto do sertanista e o precursor, em muitos pontos, do grande fazendeiro. A transição faz-se assim sem violência. O espírito de aventura, que admite e quase exige a agressividade ou mesmo a fraude, encaminha-se, aos poucos, para uma ação mais disciplinadora. À fascinação dos riscos e da ousadia turbulenta substitui-se o amor às iniciativas corajosas, mas que nem sempre dão imediato proveito. O amor da pecúnia sucede ao gosto pela rapina. Aqui, como nas monções do Cuiabá, uma ambição menos impaciente do que a do bandeirante ensina a medir, a calcular oportunidades, a contar com danos e perdas. Em um empreendimento muitas vezes aleatório, faz-se necessária certa dose de previdência, virtude eminentemente burguesa e popular. Tudo isso vai ofertar diretamente uma sociedade ainda sujeita a hábitos de vida patriarcais e avessa no íntimo à mercancia, tanto quanto às artes mecânicas. Não haverá aqui, entre parênteses, uma das explicações possíveis para o fato de justamente São Paulo se ter adaptado, antes de outras regiões, a certos padrões do moderno capitalismo?" (HOLANDA, 1995:132;133).

O tropeirismo é um exemplo de atividade desempenhada por homens livres, que tinha lugar na sociedade de então (ao menos até entrar em crise com a introdução dos modernos meios de transporte, representados, na época, pelas ferrovias). Até porque, como ficou claro na passagem supracitada, provavelmente alguns fazendeiros tinham em suas memórias a imagem de um período em que percorreram muitas trilhas que ligavam litoral e interior.

A despeito de integrar o rol de empreendimentos considerados residuais, era algo indispensável. Cabia aos tropeiros e seus animais o escoamento da produção agrícola rumo às cidades litorâneas. Definido por uma grande atividade comercial, associada a condições precárias de transporte (FRANCO, 1983:62), o tropeiro guardava muito da situação precária do caipira. Seja pela falta de condições, seja pela mentalidade presa ao espírito aventureiro, ele estava submetido a uma relação de dependência para com o fazendeiro, principalmente quando estava em jogo a necessidade de pasto e alojamento, sempre trocados por serviços prestados nas fazendas nos momentos de folga (*ibid.*, 63). Naquela época, os tropeiros também carregavam consigo a pecha de “vagabundos errantes”, que logo se apressavam em gastar seus salários, sem pensar em fazer economias que servissem de esteio para a ascensão social (MORSE, 1970:40).

Quando honesto, experimentado e decidido, o condutor de tropas era muito valorizado. Tanto é que o comércio de burros constituía um meio de ascensão sócio-econômica, movida sobretudo pelo desejo de integração na sociedade a partir da possibilidade, por exemplo, de permitir o acesso dos filhos à universidade (*ibid.*, 67) (ao menos para aqueles que já estivessem mais próximos da mentalidade econômica do grande fazendeiro e, portanto, já demonstrassem maior parcimônia).

Mas se era essa, a grosso modo, a situação do tropeiro, outros "ofícios" apresentavam algumas diferenças substanciais. A venda de produtos no varejo era um bom exemplo. Se aos centros urbanos passou a ser atribuída a função de abastecimento, como frisado anteriormente, Sérgio Buarque de Holanda chama a atenção para o tom de desdém existente na expressão quitandeiros (referência àqueles que se dedicavam a plantar e comercializar mantimentos) (HOLANDA, 1999:174).

Eram os cafezais que conferiam "real" dignidade aos homens (fazendeiros, obviamente), cujas atividades estavam a eles relacionadas (haja vista a situação dos tropeiros acima aludida). O comércio era visto com desdém. Com exceção do imigrante enriquecido, que valorizava a ética do trabalho (PRADO JR., 1994:366), de um modo

geral, os negócios não faziam parte do conjunto das atividades mencionadas com orgulho (*ibid.*, 295). Até porque os senhores de engenho, os lavradores e os fazendeiros muito deviam, economicamente falando, a esses negociantes (*ibid.*, 295), o que talvez explique o descrédito que pesava sobre os últimos²⁷. O suposto descrédito desnuda uma relação conflituosa que envolvia dívidas.

Estabelecendo relações com escravos e também com fazendeiros, os vendeiros eram tidos pelos últimos como bisbilhoteiros, indiscretos e indignos de confiança (sem contar o fato de que alguns dos produtos por eles comercializados provinham de furtos realizados por escravos). Além disso, dada a dependência de um fluxo irregular de dinheiro, representado pela passagem de tropas pelas estradas, os vendeiros viam-se obrigados a praticar preços elevados, muitas vezes mantendo clientes por meio da prática de endividamento (FRANCO, 1983:74;75), o que não era lá algo muito bem visto. Por tudo isso, estavam fora do conceito de honestidade socialmente estabelecido (*ibid.*, 116).

Devemos frisar que a aventura pouco a pouco perdia terreno em uma economia que tinha o café como principal eixo de toda riqueza e a abolição da escravatura colocava sobre os homens a tarefa de destituir o trabalho de todo contorno degradante, constituído ao longo de séculos de cativo. O provisório era cada vez mais desqualificado. Desqualificação que já era notada no discurso dos viajantes europeus. Estes, ao se referirem às fazendas brasileiras, afirmavam que elas demonstravam a preferência dos homens pelo ócio (*ibid.*, 109). O próprio Joaquim Nabuco preocupou-se com a imagem de abandono que se via em várias regiões em que o trabalho escravo predominava (NABUCO, 2000:106). A escravidão e sua forma de trabalho eram sinônimos de atraso.

Em outra passagem de *Caminhos e Fronteiras*, começamos a ver o repúdio a qualquer forma de comércio que lembrasse as antigas andanças de tempos idos. Até mesmo o tropeiro passa a ser desdenhado com o advento das ferrovias. Não só desdenhado, mas sua atividade torna-se economicamente inviável, já que não tinha a

²⁷ Dentre as leituras realizadas, somente uma pode ser mencionada em que o termo mascate está isento da pecha negativa que recaía sobre ele. Nabuco afirma que, em decorrência da escravidão, apenas as capitais possuíam casas comerciais. Acrescenta também: "*Assim como nada se vê que revele o progresso intelectual dos habitantes - nem livrarias, nem jornais - não se encontra o comércio, senão na antiga forma rudimentar, indivisa ainda da venda-bazar. Por isso, o que não vai diretamente da Corte, como encomenda, só chega ao consumidor pelo mascate, cuja história é a da civilização do nosso interior todo, e que, de fato, é o pioneiro do comércio, e representa os limites em que a escravidão é compatível com a permuta local*" (NABUCO, 2000:127).

menor chance de concorrer com as modernas e mais rápidas locomotivas. Se o tropeirismo chegou a ser um meio de ascensão social, da construção da segurança econômica que permitiria aos filhos chegarem à faculdade, as novas modalidades de transporte fizeram com que seus dias de glória se esgotassem.

"Não admira se ainda em 1893, quando o desenvolvimento ferroviário extinguiu quase todo esse comércio, um sacerdote zeloso, o cônego Antônio Augusto Lessa, chamou a atenção de seu prelado para a necessidade de um combate sem tréguas aos costumes soltos e até às doutrinas heterodoxas que observava na cidade – 'fruto pernicioso das antigas e célebres feiras de animais, e pela aglomeração de gente de toda a espécie, sem lei, sem religião e sem fé que, denominando-se negociantes, vinham de toda parte do Brasil'" (HOLANDA, 1995:133;134).

Ora, dessa situação é possível depreender as condições de vida de quem estava "fora" do circuito diretamente relacionado às fazendas cafeeiras. Se, antes, o tropeiro, por exemplo, alimentava a pretensão de ver o filho nos bancos de uma faculdade, se ele tinha seu lugar no mundo, as formas ambulantes de trabalho iam, aos poucos, caindo em desgraça. A vida dessas pessoas começou a ser mais difícil. Com a urbanização, germinou o trabalho precário. Com a criação de novos meios de vida, outros foram destruídos. Aos poucos, começava a se constituir na sociedade brasileira (ao menos nos locais que se erigiam como centros dinâmicos da economia, como São Paulo), a visão histórica negativa sobre os ambulantes. Se Joaquim Nabuco chegou a considerá-los nossos "pioneiros", aos poucos constituía-se um poder urbano institucional definidor uma ordem legal que passaria a perseguir os que estivessem fora de seus limites.

O comércio ambulante, descrito e analisado na obra *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*, pautava-se justamente pelo provisório. A sobrevivência das mulheres pobres, que a ele se dedicavam, era marcada pela clandestinidade e pelo improviso constante de papéis informais (DIAS, 1995:19). Em todo o livro, nota-se o predomínio da situação de precariedade que, segundo a autora, só pôde ser resgatada a partir das entrelinhas, das fissuras e do implícito (*ibid.*, 50). Brancas pobres, escravas ou forras, as mulheres tocavam a vida vendendo hortaliças, toucinho, fumo, pães, ovos, frangos, sal, mel, alfinetes, sabão, panos de algodão, panelas de barro, cera, aguardente, enfim. Além disso, ofereciam serviços como lavadeiras e cozinheiras. *"Anônimas, viveram antes o tempo dos pequenos e a luta de sobrevivência dos oprimidos, alheias*

aos problemas dos patriarcas e estadistas do primeiro reinado" (ibid., 27). Ganhavam a vida, ou o que dela restava, perambulando pelas ruas de São Bento, do Rosário, da Quitanda; pela rua Direita e Ladeira de São Francisco. Carregavam o fardo de serem chamadas de roceiras e quitandeiras, em uma sociedade na qual todo o prestígio, como já mencionado, era legado aos senhores de engenho, lavradores de produtos de exportação, capitalistas, banqueiros, mercadores, burocratas, funcionários administrativos e eclesiásticos (ibid., 52).

Num trecho do periódico *O Doze de Maio*, de 8 de junho de 1863, citado no livro *Formação Histórica de São Paulo (de comunidade à sociedade)*, vislumbramos o aumento dos problemas que essas mulheres enfrentavam para sobreviver numa São Paulo em constante transformação. Na referida passagem, lemos o seguinte:

"Tínhamos na rua do Commercio quitandeiras a venderem suas hortaliças, suas frutas, etc. O progresso material dispersou as quitandeiras, espalhou-as para longe em todos os rumos, e foi no lôdo da várzea do Carmo construir um sisqueiro immundo a que se deu o nome de praça do mercado que ha de concluir-se lá para os tempos futuros" (cf. MORSE, 1970:178).

Vale a pena frisar que já havia esforços de regulamentação desse tipo de atividade bem antes do século XIX. Mais uma vez, valemo-nos do trabalho de Sérgio Buarque de Holanda que cita trecho de um edital da Câmara de São Paulo, datado de 23 de julho de 1730. Diz o seguinte:

"ordenamos e mandamos que, de hoje em diante, as quitandeiras, que costumam vender nas quitandas ou pellas ruas desta cidade, nam vendam fumo, sal e arros e tousinho, sem que almotasem²⁸ primeiro pello requerimento que nos fizeram os taverneiros desta cidade, cujos generos só poderam vender os tais com licença nossa, debaixo da almoçaria, e aquela pessoas que os taes generos tiverem de sua lavra, porque só a estas o nam proibimos" (HOLANDA, 1995:199).

A exemplo do que se passa hoje com os camelôs, a sobrevivência dessas mulheres era, então, posta em xeque. O processo de urbanização de São Paulo (hoje, a

²⁸ Este verbo provém do termo de origem árabe *almotacé*, que, segundo o *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa (Michaelis - 1998)*, significa "inspetor de pesos e medidas que fixava o preço dos gêneros alimentícios".

revalorização do centro e de outros pontos da cidade)²⁹ fechava os espaços por elas utilizados, pois dependiam muito dos chafarizes públicos (locais onde lavavam roupas) e das próprias ruas, onde criavam soltos seus porcos e outros animais. Suas casas eram construídas fora dos padrões definidos pelas legislações, fato que originava atritos no que concerne a arruamentos, reformas de calçadas e alinhamento de residências (DIAS, 1995:57). Acima de tudo, nesse momento, a cidade perdeu sua suposta aura de neutralidade, desnudando sua face de dominação. Viver numa cidade é estar submetido a uma malha de poder, mesmo que ela não seja sentida. Como espaço marcado pela presença de pessoas de origens social e econômica distintas, a cidade começou a incomodar parte da sociedade da época, o que ficou claro na fala do padre Antônio Augusto Lessa.

No fundo, parece estar em jogo a constituição do que Braverman chamou de "mercado universal", processo em que praticamente todos são envolvidos pela total subordinação a uma situação marcada pelas relações capitalistas (BRAVERMAN, 1987:235). De acordo com esse autor,

"O anel urbano fecha-se em torno do trabalhador, e em torno do agricultor expulso da terra e os confina nas circunstâncias que impedem as antigas práticas de auto-abastecimento dos lares. Ao mesmo tempo, a renda proporcionada pelo trabalho torna disponível o dinheiro necessário para adquirir os meios de subsistência fabricados pela indústria, e assim, exceto em períodos de desemprego, a coação da necessidade que compelia a trabalhos domésticos é muito enfraquecida. Se antes tudo era fabricado em casa, o capital industrial avança e vai se apropriando das funções da casa e da fazenda" (ibid., 234;235).

Em tempos idos, a maior parte dos alimentos comprados vinha em bruto, sem embrulhos (BRAVERMAN, 1987:233). Valendo-me de um depoimento oferecido por meu pai, que trabalhou durante muitos anos como feirante, ele afirmou que as ervilhas, hoje, normalmente comercializadas como enlatado, durante muito tempo eram

²⁹ Não estamos confundindo os dois processos. Eles possuem traços que os distinguem. Na virada do século XIX para o XX, havia um ímpeto de construção de uma cidade nos moldes europeus, como já vimos. As obras arquitetônicas de Ramos de Azevedo, como o Teatro Municipal, por exemplo, deixavam transparecer esse processo de europeização da Paulicéia. A cidade estava em construção, abandonando suas feições coloniais. Hoje em dia, a cidade já está construída. A grande questão gira em torno da busca por um tipo de especialização do espaço urbano, ou melhor, por maior lucratividade nos negócios presentes, principalmente, na região do Centro Velho. O centro de São Paulo é objeto de um projeto que tem por meta convertê-lo num local de comercialização de produtos e serviços, alguns deles relacionados ao lazer e à cultura (a reforma da Estação Júlio Prestes é um exemplo significativo). A revalorização, sobretudo no que tange à perseguição aos camelôs, é melhor explorada no capítulo II.

adquiridas a granel nas feiras da Paulicéia. Nos dias atuais, há discursos para os quais a comercialização de alimentos nas ruas constitui uma afronta às normas de higiene, e todos sabemos que o comércio ambulante de São Paulo também se ocupa da venda de alimentos, sejam eles legumes, sanduíches, salgadinhos e mesmo de “cafés da manhã”, como é possível notar nos arredores do Hospital das Clínicas³⁰.

Constantemente sendo alvos do fisco, as padeiras, por exemplo, defrontavam-se com empecilhos criados por licenças, pesos e medidas; pela necessidade da construção de fornos e compra de tachos de cobre. Eram também problemáticos o abastecimento de farinha e sal, e os altos preços praticados por intermediários, que encareciam seus produtos. Sem falar nos preços estabelecidos pela Câmara, que constituíam, juntamente com tudo o que foi salientado, verdadeiros obstáculos à sobrevivência e ao bom andamento dos negócios dessas mulheres (DIAS, 1995:69-70).

Alias, curioso como o princípio que norteia hoje a construção de camelódromos já se fazia notar naquela época, pois todo o aparato repressivo agia no sentido de impedir a circulação das mulheres e fixá-las em locais demarcados (*ibid.*, 74), ou mesmo tornar praticamente impossível sua atividade. Atualmente, os ambulantes, indo de encontro ao que o nome sugere, são reprimidos justamente por se fixarem nas ruas³¹. No máximo, podem ficar em locais apropriados, definidos pelo poder público. No fundo, o que está em jogo é a luta pela apropriação do espaço. Luta que envolve interesses distintos e na qual aqueles que não possuem voz no tratamento

³⁰ O comércio de alimentos que se aproximam muito de um café da manhã (bolos, café, leite, chocolate quente, tortas, coxinhas, pastéis, sanduíches e outros salgados) é muito comum nos arredores da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, onde estão o Hospital das Clínicas (HC) e o Instituto do Coração (INCOR), pois os ambulantes se valem do contínuo vaivém de pessoas que, em muitos casos, têm de chegar muito cedo a fim de marcar, realizar consultas, ou mesmo visitar parentes e amigos internados. Há uma espécie de adaptação dos camelôs à posição territorial por eles ocupada. Eles terminam por se submeter à especialização que podemos notar na cidade de São Paulo. Exemplificando: na região do Brás, inúmeros são os ambulantes que comercializam roupas; na Santa Ifigênia, há o predomínio do comércio de equipamentos eletrônicos; na região central, a diversidade dos ambulantes acompanha a diversificação das mercadorias ali vendidas.

³¹ Alguns camelôs apresentam uma situação distinta. Ao contrário dos ambulantes que buscam um local nas ruas, aqueles que se aproveitam da malha ferroviária paulista, necessitam da circulação. Saltam muros, ludibriam fiscais, carregam seus produtos de vagão em vagão, estação em estação, enquanto o trem avança e revela (em seu interior e pelas janelas) uma precariedade que persiste: num caso, dessas pessoas que vendem pequenas mercadorias; noutro, de quem mora na periferia, fatos que, em muitas situações, possivelmente coincidem. Num dia em que fiz, de trem, o trajeto São Paulo-Mogi das Cruzes, no decorrer de toda a viagem, pude notar que a presença dos ambulantes era constante. Homens e mulheres, adultos, idosos e crianças vendiam doces, balas, chocolates, roupas, aparelhos de barbear, canetas, pentes, brinquedos, enfim, tudo o que não constituísse grande obstáculo à circulação e à fuga (quando fosse o caso).

das questões sociais envolvidas, podem muito bem ser simplesmente banidos para longe do olhar, assim como ocorre com o lixo.

Muitos dos ambulantes eram tidos como vagabundos. Na Inglaterra do século XIX, inúmeras pessoas que viajavam em busca de trabalho eram chamadas (erroneamente) de vagabundas (cf. HOBBSAWM, 2000:55).

Tropeirismo e comércio de mercadorias. Ainda que, no fim das contas, essas duas atividades terminassem caindo no mesmo tipo de descrédito social e na inviabilidade econômica, num certo momento, como ficou claro, é inegável que gozavam de níveis distintos de prestígio. Como explicar isso?

Podemos dizer que uma pista fundamental é notar o vínculo entre esses serviços e a elite dedicada às grandes atividades econômicas da época, no caso, a produção de café. O tropeirismo estava intimamente associado ao setor cafeeiro, pois era o responsável direto pelo escoamento do produto em direção ao litoral do país. Em relação às mulheres que realizavam algum tipo de comércio nas vias públicas no século XIX, e que estavam sujeitas a todo tipo de repressão, as escravas das casas mais abastadas, curiosamente, em nenhum momento eram incomodadas pela exigência de licenças de venda (*ibid.*, 78). O fim da pecha de vagabundagem que incidia sobre os homens livres nacionais (resposta aos constantes movimentos reivindicatórios, anarquistas ou não, e a questões de outra ordem, como os obstáculos à vinda de imigrantes para o Brasil) é também um demonstrativo cabal disso, tendo em vista que, enquanto se comportavam de forma condizente com os interesses dos fazendeiros, não havia problema. Contudo, a partir do momento em que começaram a se organizar e exigir melhores condições de trabalho, a elite econômica nacional concluiu que os colonos representavam perigo.

Mantidos nas fímbrias do processo produtivo até praticamente 1930, os brasileiros, sobrevivendo de atividades relacionadas a transportes, obras públicas, abertura de estradas, implantação de ferrovias, desbravamento e desmatamento, "*afundavam-se na miséria itinerante e sem destino*" (KOWARICK, 1987:109;110). Entre o escravo e o fazendeiro, há um número crescente de desclassificados, inúteis ou inadaptados, que viviam de atividades incertas ou nem isso (PRADO JR., 1994:281). Esse contingente humano, era composto...

(...) "*sobretudo de pretos e mulatos forros ou fugidos da escravidão; índios destacados de seu habitat nativo, mas ainda mal ajustados na nova*

sociedade em que os englobaram; mestiços de todos os matizes e categorias, que, não sendo escravos e não podendo ser senhores, se vêem repelidos de qualquer situação estável, ou pelo preconceito ou pela falta de posições disponíveis; até brancos, brancos puros, e entre eles, como já referi anteriormente, até rebentos de troncos portugueses ilustres" (...) (ibid., 282).

Só com a I Guerra Mundial (obstáculo à grandiosa leva de imigrantes que se dirigiam aos cafezais do Oeste Paulista), e com o início do êxodo rural, é que os fazendeiros começaram a se empenhar em mudar seu ponto de vista sobre os nacionais e, a partir daí, fazer com que estes mudassem sua percepção quanto ao trabalho regular.

No que diz respeito ao êxodo rural, vários imigrantes chegaram a demonstrar profundo descontentamento com a situação de trabalho no Brasil. Baixos salários, atrasos e fraudes nos pagamentos, precárias condições de moradia, vigilância severa e proibição de certos hábitos sociais, que faziam parte de suas culturas, eram as reclamações mais frequentes (PINTO, 1994:56). Algumas pessoas, mesmo indo de encontro aos conselhos de familiares, chegavam a preferir uma vida itinerante a estabilizar-se em qualquer ocupação ou lugar (*ibid.*, 63). Esses conselhos pautavam-se pelo freqüente vínculo, socialmente criado, entre as pessoas que tinham atividades instáveis ("informais"³²) e a vagabundagem ou malandragem, como já foi salientado.

Ao capital não bastava impedir o acesso à terra e aos instrumentos de produção. Era necessária uma transformação cultural. O trabalhador deveria estar disposto a trabalhar para outrem, produzindo muito além do necessário para sua subsistência, e se orgulhar disso³³ (*ibid.*, 10). O trabalho não mais poderia ser um mero

³² A palavra talvez seja anacrônica aqui, pois praticamente não havia qualquer tipo de regulamentação trabalhista na sociedade da época (um dos critérios para definirmos a informalidade). Aliás, as condições de trabalho nas grandes fazendas de café, por exemplo, que constituíram o eixo econômico principal do Brasil, não eram lá muito boas. Inúmeras eram as reclamações e protestos feitos pelos imigrantes que vieram para o Brasil. Só para ter uma idéia, a primeira tentativa de empregar mão-de-obra imigrante, ainda antes do fim da escravidão (1852), feita pelo senador Vergueiro, era baseada num esquema de venda de trabalho futuro, pois o trabalhador devia obrigações para quem o contratasse até que as dívidas referentes aos gastos dos fazendeiros com a viagem fossem quitadas. Esse procedimento logo despertou uma forte reação de líderes políticos europeus e dos próprios empregados (cf. FURTADO, 1996:126).

³³ Encarado por cada um como um sistema sob o qual todos terão que viver e morrer, a análise sociológica exige que se retire o véu do capitalismo, revelando, assim, sua historicidade. Em sua obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Max Weber esforça-se por compreender o processo de sua constituição (a partir de uma determinada perspectiva, é claro) e os obstáculos erigidos por todo um mundo tradicional para o qual as idéias e práticas capitalistas eram totalmente irracionais, mundo esse igualmente irracional aos olhos daquilo que, pouco a pouco, crescia de forma irrefreável. Como exemplo dessas resistências, Weber tece uma apresentação a respeito do trabalhador tradicional. Para este, "A oportunidade de ganhar mais era menos atrativa do que a de trabalhar menos. Ele não perguntava: quanto posso ganhar por dia se trabalhar tanto quanto possível, mas, quanto devo trabalhar a fim de

coadjuvante. Era preciso que assumisse a posição central no palco do processo produtivo e da própria história.

A partir da virada do século, São Paulo começava, ainda que de maneira incipiente, a assumir a posição de cidade de vanguarda, marcada pelo aumento populacional e pelo estabelecimento das primeiras indústrias, merecendo especial destaque os ramos de tecelagem, alimentos, serraria, vestuário, bebidas e cerâmicas (ROLNIK, 1988:75). É verdade que a agricultura (sobretudo representada pela produção de café) ditou os rumos das atividades produtivas. De acordo com o censo realizado em 1920, no Brasil, a população em atividade era constituída por, aproximadamente, 9,1 milhões de pessoas, sendo distribuídas da seguinte forma: 6,3 milhões (69,7%) envolvidas em atividades agrícolas; 1,2 milhão (13,8%) na indústria (pequenas oficinas) e 1,5 milhão (16,5%) que se dedicavam a atividades urbanas de baixa produtividade, serviços domésticos e “bicos” (FAUSTO, 1999:281-282).

Nascia, aos poucos, o fenômeno da urbanização e, com ele, uma crescente demanda por serviços especializados. Havia procura por produtos manufaturados e pela necessária rede para sua distribuição. O café tornava imperiosa a constituição de estradas de ferro, a fim de que pudesse ser escoado via porto de Santos (*ibid.*,297). Começava a agonizar todo tipo de atividade que lançasse suas bases na pura e simples subsistência. A exportação exigia a liberação de mão-de-obra dedicada integralmente à produção que gerava lucro (HOFFMANN, 1977:24-25). O autoconsumo, aos poucos, dava lugar ao “modo de produção tipicamente capitalista”³⁴. Em São Paulo, era

ganhar o salário, dois marcos e meio, que ganhara anteriormente e que era suficiente para minhas necessidades tradicionais? Este é um exemplo do que denominamos 'tradicionalismo'. O homem não deseja por natureza ganhar cada vez mais dinheiro, mas simplesmente viver como estava acostumado a viver, e ganhar o necessário para este fim (WEBER, 1992:38). Esse aspecto histórico, que concerne à atitude dos homens em relação ao trabalho (restrito à satisfação de necessidades básicas e nada mais), também foi apreendido por Marshall (cf. MARSHALL, 1967:110). Os homens livres e pobres só abandonariam a própria subsistência se impelidos pela necessidade (MELLO, 1987:79).

³⁴ Generaliza-se a produção de mercadorias. Os meios de produção e subsistência revelaram-se, aos trabalhadores, como propriedade alheia, não restando alternativa a estes a não ser converterem-se em empregados de outrem (MARX, 1985:69). Não podendo se apropriar dos produtos de sua atividade, o homem foi obrigado a avaliar seu trabalho em termos de salário. O camponês independente passava a trabalhar como jornaleiro para o agricultor, artesãos eram convertidos em assalariados, ex-escravos passavam a ter um patrão (*ibid.*, 88). Segundo Marx, na mente do operário o que importa é a forma abstrata da riqueza (o dinheiro). Há, de um lado, indiferença significativa em relação ao conteúdo do serviço (tipo de atividade) e, de outro, predisposição a experiências que valham maior rendimento (*ibid.*, 102-103). Essa discussão sugere que os ambulantes pertencem à classe trabalhadora. Em todas as entrevistas, os camelôs demonstraram certa "indiferença" em relação ao comércio de rua. Essa atividade foi avaliada de forma positiva se comparada, por exemplo, à total ausência de renda que marca a condição dos desempregados. Além disso, não podemos esquecer que, em quase todos os casos, o comércio ambulante foi indicado por amigos ou parentes (possíveis fontes de desvalorização e estigmatização desse meio de ganhar a vida). Eis o que podemos classificar como a dimensão “cultural”

possível dedicar-se a atividades relacionadas a artesanato, comércio de rua, fábricas de fundo de quintal, profissões liberais e construção (FAUSTO, 1999:284). Em relação ao comércio de rua no início do século, vários sírio-libaneses vendiam mercadorias de porta em porta, sendo substituídos por judeus, a partir de 1920 (*ibid.*, 279).

Em 1950, os imigrantes já eram donos de pequenos negócios, trabalhavam por conta própria, na indústria, e tinham condições de oferecer educação formal aos filhos, sendo que alguns chegavam até mesmo à universidade (MELO & NOVAIS, 2000:582). Boris Fausto nos lembra do judeu *de prestação* que percorria as ruas de São Paulo com mercadorias nas costas e nos braços (tecidos e gravatas, por exemplo) e, no fim do dia, voltava para seu lar, no Bom Retiro (FAUSTO, 2000:31). Posteriormente, abandonando as ruas, alguns chegaram à condição de médios e grandes empresários, ainda que estes fossem pouquíssimos (MELLO & NOVAIS:584).

Ao discutir o crescimento industrial em São Paulo, Boris Fausto faz menção a uma cidade que estava de braços abertos a todos os que para ela viessem e se dedicassem às atividades acima salientadas. Por outro lado, havia opções mais precárias como, por exemplo, serviços domésticos e empregos nas fábricas nascentes. Era uma época em que, de certa forma, o trabalho nas ruas “equiparava-se” a outras atividades (isso não pode ser generalizado), no sentido de que o trabalho como ambulante ainda tornava possível a ascensão social (ou, no mínimo, não era marcado por condições adversas tão distintas assim). Era comum encontrar estrangeiros trabalhando como mascates (sobretudo italianos). Era um período em que essa prática era uma via para se progredir. A essa atividade, ligava-se o sonho de adquirir o próprio armazém na beira das estradas ou mesmo de conquistar uma loja ou fábrica na cidade, principalmente em São Paulo (MORSE, 1970:181;240). A situação dos operários não era muito distinta da vida daqueles que trabalhavam na clandestinidade. Basta ver a já citada insatisfação dos imigrantes com seus patrões.

Atraindo imigrantes (italianos, portugueses, espanhóis, japoneses, sírio-libaneses, enfim), num primeiro momento, e, em seguida, pessoas vindas de outros estados, a cidade progressivamente engendrava as condições de desvalorização

do fenômeno, o que significa a percepção que as pessoas têm a respeito dessa situação. O comércio de rua não pode ser apenas encarado como uma situação que, por algum motivo, se impõe às pessoas, de modo a não deixar escolha. Os ambulantes refletem sobre seu modo de ganhar a vida, buscam sua legitimação e até mesmo chegam a preferi-la a algum outro tipo de atividade (o que não elimina, em hipótese alguma, a condição do comércio ambulante como precarização das condições de vida). Além do mais, é uma forma de obtenção de recursos necessários à satisfação das necessidades materiais e, por que não dizer, das espirituais.

daquilo que passou a ser chamado de subemprego, ou seja, o conjunto de ocupações de baixa qualificação, instáveis e mal remuneradas (ou mesmo a desocupação). Tinha início um drama que se acentua nos dias atuais: uma demanda por empregos que supera o que é oferecido. As promessas urbanas (abertas a todos) começavam a assumir a condição de meras ilusões (*ibid.*, 282). Era muito grande a distância entre as expectativas das pessoas e as reais possibilidades econômicas oferecidas pela cidade (*ibid.*, 253). Expandiam-se os cortiços e, na mesma proporção, o desejo das elites de se manterem distantes das zonas populares (ROLNIK, 1988:78), freqüentemente associadas à desordem, ao caos, à promiscuidade e à imoralidade. Nesses locais, residiam trabalhadores não-qualificados (negros e mulatos), marginais, biscateiros, vagabundos, criminosos, artistas, prostitutas e alguns migrantes do sul da Itália (*ibid.*, 82). O modo de vida provisório, anteriormente tratado, assistia ao surgimento de um verdadeiro abismo que o separava das tarefas dignas de reconhecimento social às quais as pessoas se dedicavam, imbuídas de um sentimento de utilidade³⁵.

A greve de 1917, ocorrida em São Paulo, já sugere não apenas essa inflexão, mas também seu corolário: esboçava-se a preocupação dos trabalhadores com o bem-estar. Na pauta de reivindicações, havia aumento de salários; proibição do trabalho para os menores de 14 anos; jornada de 8 horas; abolição do trabalho noturno para as mulheres e menores de 18 anos; acréscimo de 50% nas horas-extras; fim das atividades de sábado à tarde; garantia de emprego; respeito ao direito de associação; intervenção do Estado em relação ao combate da carestia; e redução de 50% nos valores do aluguéis. Tudo isso em meio à pressão de indústrias pela não existência de uma legislação trabalhista (FAUSTO, 1999:300), pois trabalhadores e patrões eram livres na elaboração de um contrato que “satisfizesse” os interesses de ambas as partes, consideradas iguais nos “compêndios” liberais. No imaginário dos trabalhadores, principalmente daqueles que vieram da Europa, constituía-se um “Welfare State”, mas apenas no imaginário³⁶.

³⁵ O outro lado da moeda: não se tratava apenas da valorização ou não desses tipos de atividade. Basta lembrar algumas condições sociais inéditas de produção, dentre as quais é possível destacar a vigilância sobre os trabalhadores. Era preciso que o trabalho fosse ordenado e que houvesse uma adequada transformação dos meios de produção. O processo produtivo não podia ser interrompido e o tempo nele gasto não podia exceder o necessário (MARX, 1985:51). Em outras palavras, a nova representação do trabalho disciplinado, visto como fonte de orgulho, não pode ser separada do conjunto de medidas punitivas para aqueles que se desviassem da expectativa social.

³⁶ Não se trata do Estado de Bem-Estar Social em sua forma acabada, que só se realizou plenamente nos países europeus, após a II Guerra Mundial. Queremos dizer que os trabalhadores começaram a pressionar o Estado para que fosse criada uma legislação trabalhista que garantisse um conjunto mínimo de direitos

Como já foi dito, a agricultura ainda superava as atividades industriais. Estas só iriam tomar a dianteira a partir de 1930. Até esse ano, o Estado não promoveu nenhuma política deliberada de crescimento industrial (*ibid.*, 289) e o país era carente de indústrias de base (cimento, ferro, aço e máquinas) (*ibid.*, 288).

Abriu-se, então, a década de 30 e, com ela, um conjunto de medidas, tomadas pelo Estado, com o intuito de abandonar a condição agrário-exportadora, fazendo com que o Brasil colocasse no centro a economia urbano-industrial (OLIVEIRA, 1972). Essa inversão ganhava forças: o Estado passou a atuar na transferência de recursos para o setor industrial, tornando-o mais rentável e criando obstáculos para que os empreendimentos agrícolas crescessem a um ritmo maior se comparados à indústria (*ibid.*, 14-18). Entretanto, essa tendência não tinha como meta a aniquilação completa da agricultura, já que ela assumia dois papéis fundamentais: no que concerne à exportação, (1) era a fonte de recursos para a aquisição de máquinas (FAUSTO, 1999:287); (2) por outro lado, em relação ao mercado interno, satisfazia ao aumento da demanda por alimentação (importante fator para a reprodução da força de trabalho) (HOFFMANN, 1977:25). Ao se referir ao setor agrícola, Francisco de Oliveira nos diz o seguinte:

"Esta tem um nova e importante função, não tão importante por nova mas por ser qualitativamente distinta. De um lado, por seu sub-setor dos produtos de exportação, ela deve suprir as necessidades de bens de capital e intermediários de produção externa, antes de simplesmente servir para o pagamento de bens de consumo; desse modo, a necessidade de mantê-la ativa é evidente por si mesma. O compromisso entre mantê-la ativa e não estimulá-la como setor e unidade central do sistema, a fim de destruir o "velho mercado", será um dos pontos nevrálgicos de todo o período: ao longo dos anos assiste-se aos "booms" e às depressões, os quais afetarão sensivelmente o ritmo da acumulação global, mas é possível dizer que o compromisso é logrado, ainda que instavelmente. De outro lado, por seu sub-setor de produtos destinados ao mercado interno, a agricultura deve suprir as necessidades das massas urbanas, de forma a não elevar o custo da alimentação principalmente e secundariamente o custo das matérias-primas, e não obstaculizar portanto, o processo de acumulação urbano-industrial " (OLIVEIRA, 1972:15;16).

e também uma instância jurídica à qual as pessoas pudessem recorrer em casos de problemas envolvendo patrões e empregados. No Brasil, jamais existiu um Estado de Bem-Estar Social nos moldes europeus, ou seja, aquele em que os gastos com seguridade social (manutenção da renda, assistência, educação) constituíam a maior parte do orçamento (cf. HOBBSAWM, 1999:278).

A legislação trabalhista também foi fundamental ao propósito aqui discutido, ao promover ganhos de subsistência (a idéia de um salário mínimo) que, não sendo muito elevados, favoreciam a acumulação de capital e, portanto, a continuidade do desenvolvimento do setor urbano (*ibid.*, 12).

Foi durante o Estado Novo (1930-1945) que foram instituídos o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e as Juntas de Conciliação e Julgamento, encarregadas de apaziguar os conflitos entre trabalhadores, empresários e Estado, e toda a rede de “proteção” e regulação das relações trabalhistas (controle do trabalho de mulheres e crianças, férias, jornada de 8 horas, indenização nas demissões sem justa causa) (FAUSTO, 1999:335;352). Apesar de não existir plena liberdade na constituição e atuação dos sindicatos (em alguns momentos foram totalmente proibidos), isso já representava grande avanço para os trabalhadores, sobretudo num país em que, até então, os operários não levavam uma vida muito distinta em relação às pessoas que ganhavam a vida por meio de ocupações ditas instáveis (PINTO, 1994:81). A ausência de uma legislação trabalhista dava margem à arbitrariedade dos fazendeiros, como já foi mencionado anteriormente. Em relação a esse assunto, há mais um ponto a ser frisado.

Não podemos esquecer que as relações do campo eram marcadas pelo latifúndio e pela monocultura. As pessoas que residiam no meio rural foram expulsas e caminharam aos milhares para as cidades, sem que houvesse prejuízo para a produção comercial agrícola³⁷. Submetida a um processo de mecanização, esta passou a produzir mais e melhor.

Quanto às formas de expulsão dos trabalhadores rurais, uma passagem de Caio Prado Jr. nos coloca diante de importantes referências, sobretudo para compreendermos melhor o significado do comércio ambulante nos grandes centros urbanos, constituído por inúmeros migrantes. Dada a diversidade das condições sociais de trabalho que existiam na sociedade brasileira, o autor nos diz que é possível falar em três formas pelas quais os trabalhadores rurais tornaram-se “inúteis” em seus locais de nascimento.

Em primeiro lugar, muitos arrendatários passaram a deixar terras que começavam a ser utilizadas de forma a incrementar a lucratividade oferecida por sua ocupação, fato que implicava, necessariamente, a diminuição do número de pessoas que

³⁷ A ausência de uma legislação trabalhista e de qualquer tipo de política previdenciária no campo (cf. OLIVEIRA 1972:18) tornavam ainda mais precárias as formas de trabalho na zona rural.

as ocupavam (PRADO JR., 1999:50). Em segundo lugar, mas ligado ao que já foi dito, algumas áreas ditas pioneiras (do Paraná e de Goiás, por exemplo), que também passaram por um processo de valorização, foram alvo de grileiros, ou seja, de pessoas que forjavam títulos de certas áreas, de maneira fraudulenta, e, como se fossem os verdadeiros donos, expulsavam posseiros que, em muitos casos, tinham permanecido em suas terras há muitos anos. Por último, Caio Prado Jr. refere-se a grandes áreas que eram preparadas com o intuito de serem convertidas em pastagens, principalmente para a produção de gado de corte, já que a urbanização e a industrialização tinham como consequência o aumento do consumo urbano de carne (*ibid.*, 51). O resultado de todas essas práticas era a liberação de mão-de-obra que começou a migrar, em maior intensidade, para os centros urbanos.

Com as grandes levas de pessoas que rumavam para as cidades em busca de novas oportunidades de sobrevivência, a urbanização assumiu um ar caótico, pois as cidades não tinham condições de receber o enorme contingente de pessoas que para elas se dirigiram. Deixados ao abandono, os migrantes revelavam que o processo de urbanização provocara a miserabilização da população brasileira (cf. RIBEIRO, 2000a: 198). Indo para estados como Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo e Maranhão; para Brasília ou mesmo inflando os grandes centros nordestinos, a constituição de favelas, mocambos, formas de subemprego e mendicância revelava (e ainda revela) pessoas que “*perambulam e congestionam ruas e praças*” (cf. ANDRADE, 1973:57). Aliás, a chamada questão urbana tem sua raiz no campo. No fundo, trata-se de uma verdadeira questão rural.

Em *A Revolução Brasileira*, Caio Prado Jr. defende essa idéia, pois a miséria que envolvia a vida das pessoas que viviam nas regiões agrícolas do país se refletia nas zonas urbanas (PRADO JR., 1999:137). Essa percepção é de suma importância para compreender a constituição do problema das formas precárias de trabalho que fazem parte do cenário das grandes áreas metropolitanas, ainda mais quando, em sua obra, podemos perceber uma referência indireta aos ambulantes. Aliás, uma constante na grande maioria das obras acadêmicas voltadas para a problematização das condições de trabalho nos grandes centros urbanos brasileiros, principalmente daquelas pessoas que vivem na informalidade (fato que requer entrevistas com esses trabalhadores a fim de contribuir para o conhecimento referente aos processos de precarização das relações de trabalho e às ações voltadas para a aquisição de alguma renda necessária à vida nos

grandes centros urbanos). Eis um trecho em que os ambulantes surgem, digamos, na penumbra, vistos de soslaio:

“Trata-se do fato da desocupação que em boa parte do campo brasileiro, e particularmente em certas regiões, como o Nordeste, interior da Bahia e Minas Gerais, incide sobre a população trabalhadora rural e priva apreciáveis e crescentes parcelas da mesma de meios regulares de subsistência. Esse fato é conhecido e vem sendo repetidamente assinalado. Revela-se, entre outros sintomas mais sensíveis, na extrema mobilidade da população rural daquelas citadas regiões e acentuado êxodo que nelas se verifica, com a conseqüente concentração nos centros urbanos de grandes contingentes de desocupados, semidesocupados e outros sem meios regulares de vida. É certamente essa situação o mais grave reflexo das contradições presentes na economia brasileira, e que revela sua crescente incapacidade de proporcionar trabalho e ocupação normais e regulares a toda a população potencialmente ativa do país” (ibid., 150-151).

Nas cidades, parece continuar uma situação que enobrece e privilegia alguns, “fazendo-os donos da vida”, ao passo que muitos são condenados à degradação em prol do enriquecimento alheio. O trabalho ainda parece manter o caráter de desumanização que marcava o Brasil Colônia. Para Darcy Ribeiro, a força de trabalho ainda é encarada pela elite brasileira como sendo destinada a desgastar-se no esforço produtivo (RIBEIRO, 2000a:212). O que nos interessa diretamente é que há um processo de constituição da chamada *ética do trabalho* e, simultaneamente, boa parte dos trabalhadores se vêem sujeitos a uma situação perturbadora, em que o dever moral ligado ao trabalho deve ser buscado em condições sociais profundamente adversas.

Antes de prosseguir, reconhecemos que já há subsídios suficientes para defendermos a maneira com vislumbramos as referências históricas até aqui mencionadas, ou seja, abordar a “história”³⁸ das relações de trabalho no Brasil, de

³⁸ As aspas são essenciais para deixarmos claro o seguinte: não faz parte das pretensões desta pesquisa fazer um levantamento exaustivo sobre a condição de vida dos trabalhadores (nacionais e estrangeiros) desde 1888. No fundo, uma tarefa dessa dimensão só é possível para muitas cabeças, o que significa que ela foi e vem sendo feita nos inúmeros trabalhos que procuram dar conta dos mais diversos aspectos envolvidos nas transformações das condições de vida das classes trabalhadoras. Nosso esforço de “localizar” o ambulante (ou sua ausência) em algumas obras-chaves remete à tentativa, como já dissemos, de buscar os subsídios necessários a uma melhor compreensão a respeito das práticas de sobrevivência dessa parcela dos trabalhadores nacionais, e também mostrar a ruptura diacrônica do contrato social, como uma espécie de desrespeito que é legado pelas gerações anteriores. O contrato faz-se também entre as gerações. Essa maneira de abordar o contratualismo tem lugar no pensamento de John Rawls. Segundo ele, “É óbvio que, para que todas as gerações ganhem (exceto talvez as primeiras), as partes devem concordar com um princípio de poupança que assegure que cada geração receba de seus predecessores o que lhe é devido e faça a sua parte justa em favor daqueles que virão

modo a afirmar que estamos diante de condições sociais legadas do passado e que remetem a uma formação social totalmente alheia aos princípios de um “contrato social” de igualdade entre seus integrantes, principalmente quando o assunto é a distribuição mais equitativa das possibilidades de vida.

No que concerne ao trabalho, essa ruptura do contrato engendra uma situação muito perversa, pois alguns setores da sociedade tendem, primeiro, a culpar a grande massa de desempregados e semicupados pela sua sorte no mercado.

Em segundo lugar, há, portanto, a incapacidade de perceber que, no fundo, esse grande contingente humano que sobrevive a duras penas nada mais é do que a consequência da insuficiente criação de postos de trabalho, que ofereçam não apenas ocupação regular, mas que essa atividade permita às pessoas construírem uma vida digna a partir do trabalho, ou seja, a ruptura (ou não realização) do contrato revela que, após mais de um século de sua enunciação, o sonho de Joaquim Nabuco ainda é um desafio não enfrentado. Após 60 anos de CLT, 48% da população brasileira economicamente ativa está regida por contratos de trabalho (cf. OLIVERA, 2000:13). Assim, podemos afirmar que o Brasil, mesmo nos grandes centros urbanos, ainda possui traços de seu passado tradicional e profundamente opressivo. Não é à toa que o contrato social, uma das inflexões que caracterizam bem a emergência de um pensamento social e político moderno, não se realiza plenamente em nosso país.

Nosso esforço de recolher informações a respeito de uma história do desrespeito aos princípios que norteiam o contratualismo e, portanto, os pilares das sociedades ditas modernas, exige uma incursão por certas obras, no sentido de revelar em que medida elas contêm indícios que sustentam nossa reflexão. Além de tudo o que dissemos até aqui, o pensamento histórico de Caio Prado Jr., contido na obra acima aludida, muito contribui para nossas pretensões, como no seguinte trecho, que faz alusão ao abismo que separa alguns setores da sociedade brasileira, ou seja:

“(...) este abismo que ainda se abre entre os dois extremos largamente apartados da sociedade brasileira: um deles, a minoria que já começa a participar do teor de vida do mundo moderno, e que tão freqüentemente, e tão ilusoriamente

depois” (RAWLS, 2000:318). A questão do contratualismo remete à breve discussão sobre a esfera pública, apresentada no início de nosso trabalho. O segundo capítulo foi elaborado com o intuito de discutir melhor essa questão, de modo que, após sua leitura, certamente as referências históricas aqui levantadas serão melhor compreendidas. Há uma interdependência entre os dois capítulos, pois o primeiro apresenta um conjunto de informações históricas que não seriam apreendidas nas entrevistas, ao passo que o segundo nos permite entender a situação atual dos ambulantes.

também, se toma pela realidade brasileira. O outro, a grande maioria ainda semi-imersa, senão imersa de todo em longínquo passado onde estagnou, e que sem dúvida representa a essência daquela realidade. E que enquanto perdurar em tal situação, não permitirá nunca ao Brasil livrar-se da mediocridade que é sua” (PRADO JR., 1999:153).

Esse problema também foi mencionado por Richar Morse, ao revelar que a formação de São Paulo se deu de tal forma, que a maior parte de sua população sobrevivia com escassos recursos, ao passo que havia uma pequena elite consumidora de bens de luxo a preços elevados (MORSE, 1970:310). Ora, se há uma quase apartação entre a elite e a massa constituída pelas classes empobrecidas, presenciamos (até nossos dias) a reprodução de uma forma de organização das relações de trabalho feita de maneira a beneficiar tão somente um pequeno setor da sociedade, ou seja, o trabalho não é garantia de uma distribuição mais equânime da produção social. Para alguns, trabalho é conforto, poder e riqueza. Sobre outros, pesa uma profunda contradição: a produção histórica de uma ética (ethos) do trabalho³⁹ nos termos até então vistos e, portanto, de condições sociais em que as pessoas buscam parte de seu orgulho (sua honra) por meio do trabalho, tem seu contraponto numa mesma realidade em que o trabalho é sinônimo de penúria que se estende durante longos anos. Por isso falamos numa ética do trabalho precário, pois não podemos nos referir a ele, de forma indiscriminada, como meio de ascensão social e de construção de um futuro seguro, de uma vida estruturada a partir de conquistas fundadas no trabalho. Retomando o historiador já citado,

“Trata-se, sem a menor dúvida, de assegurar o bem-estar e conforto, em completa dissonância com os padrões gerais do país, de minorias que no conjunto da população brasileira são muito pequenas. É direta ou indiretamente para isso

³⁹ Muito já dissemos a respeito dessa ética do trabalho. À guisa de complementação, devemos afirmar que Florestan Fernandes, na análise que fez sobre o destino dos negros a partir da constituição de uma formação social baseada no trabalho livre, destaca que, na cidade de São Paulo, essa nova maneira de organizar o trabalho envolveu uma disposição a aceitar mesmo os trabalhos mais degradantes, a percepção da necessidade de constituição de uma poupança com a renda proveniente do trabalho e de especular sobre novas maneiras de emprego da riqueza acumulada (FERNANDES, 1965a:5). No caso dos negros, isso representava um sério problema não apenas devido à concepção de liberdade por eles sustentada (como já foi visto na nota 25), mas também por que a eles cabiam sempre as tarefas mais modestas e menos compensadoras, como engraxar sapatos, vender jornais ou verduras, transportar peixe, comércio de quinquilharias, carregadores, limpeza de casas, entrega de folhetos, transporte de cartazes, serviços nas cavalariças, ajudante de pedreiro, carpinteiro e, no caso das mulheres, criadas, mucamas, cozinheiras, vendedoras de frutas (*ibid.*, 3;50).

que se dirige o melhor e principal da produção industrial brasileira, como seja, edificações de luxo, automóveis, aparelhos domésticos, mobiliário e decoração, vestuário de alto padrão, gêneros alimentícios requintados...” (PRADO JR.,1999: 160).

Por meio da leitura de Caio Prado Jr., podemos inferir que o princípio fundamental da formação histórica do Brasil engendrou uma sociedade que mostra sua face moderna e luminosa para alguns, mas que esconde um lado obscuro para a maior parte da população, e que desafia a instituir algo que esteve ausente em nossa constituição, ou seja, um controle público sobre a iniciativa privada (cf. *ibid.*, 159, 161, 164, 165, 168). De certa forma, Rousseau se faz presente nas entrelinhas do historiador, ainda que não diretamente mencionado. O filósofo genebrês certamente se reconheceria nesta passagem:

“(...) não é possível com a miséria física e moral da grande massa do povo brasileiro, e a mediocridade de quase todo restante, construir uma grande nação moderna que ofereça para todos, num futuro previsível, segurança, bem-estar e prosperidade” (*ibid.*, 182).

Falávamos sobre reivindicações dos trabalhadores, de tentativas de constituição de uma esfera pública por meio da qual os fundamentos do contratualismo se concretizassem não apenas de forma livresca, formal. Houve e há, na sociedade brasileira, buscas consideráveis de edificação dessa esfera pública.

Na década de 30, mesmo que a legislação trabalhista apresentasse um lado que se referia a uma "doação" de Getúlio Vargas ao povo, essa relação de dependência desapareceu no momento em que esse conjunto de leis, uma vez estabelecido, assumiu a condição de direito e, como tal, passou a permitir ao assalariado a reivindicação de seu cumprimento. Como disse Francisco Weffort, *"o que passa a contar agora é o cidadão que reivindica o cumprimento da lei "* (WEFFORT, 1978:73).

Entretanto, mesmo que essa referência aos direitos entre em cena na sociedade brasileira, sobretudo quando relacionada à regulamentação das relações trabalhistas, muitos foram os problemas que os trabalhadores tiveram de enfrentar e que decorreram da herança de toda a história de nossa formação, muito mais que de um passado getulista.

Num texto intitulado *Protesto urbano e política: o quebra-quebra de 1947*, José Álvaro Moisés analisa as formas de participação popular no período democrático posterior à II Guerra Mundial (1945-1964). Nesse trabalho, ele tenta dar conta da ocorrência de várias formas de protesto popular (ditas espontâneas, visto que não canalizadas por uma orientação mais racional, no sentido da articulação entre meios e fins) e da dependência imposta aos sindicatos, em relação ao Estado, desde o primeiro governo de Vargas. Como explicar a onda de manifestações realizadas no ano de 1946, na cidade de São Paulo? Quais os seus significados?

Moisés toma um episódio ocorrido no dia 1º de agosto de 1947. Após o anúncio do aumento no preço das passagens dos transportes coletivos, então administrados pela Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC), trabalhadores e pessoas que estavam nas ruas do centro da Paulicéia e de vários bairros da cidade iniciaram um movimento de depredação de ônibus e bondes. Dirigiram-se também para a sede da prefeitura a fim de “*ajustar contas com o prefeito*” (cf. MOISÉS, 1985:54-55). Também houve saques a lojas e armazéns que comercializavam gêneros de primeira necessidade (*ibid.*, 58). Na visão de alguns, a balbúrdia estava instaurada. A ordem urbana, ameaçada.

Segundo Moisés, esse episódio só pode ser compreendido levando-se em conta (1) a repressão às atividades sindicais e (2) o congelamento dos salários de trabalhadores industriais e demais assalariados. Nesse ínterim, as passagens constituíam um componente importante nos custos de reprodução da força de trabalho⁴⁰, sobretudo se considerarmos que boa parte dos trabalhadores residia em regiões periféricas, distantes dos locais de trabalho, e que a cidade não contava com um sistema de transporte rápido e barato.

Duas observações devem ser feitas. Pelo que foi exposto acima, as condições de trabalho dos moradores da Paulicéia não eram nada boas, de modo que, como ficará mais claro adiante, a urbanização e a industrialização não podem ser apreendidas como processos que generalizaram boas condições de vida.

⁴⁰ O custo do transporte também é algo que pesa nas despesas dos ambulantes e há uma série de procedimentos realizados com o intuito (quando possível) de minimizá-lo. Alguns residem em módicas pensões situadas perto de seu local de trabalho (como os entrevistados na região da rua Teodoro Sampaio e do Hospital das Clínicas). Além do mais, no decorrer da pesquisa, ao mesmo tempo que íamos nos familiarizando com os locais de residência dos camelôs, foi possível perceber que, em pontos próximos aos locais das entrevistas, circulavam ônibus cujos destinos, em muitos casos, eram os bairros mencionados. Assim, alguns conseguem fazer o trajeto da casa para o trabalho sem necessidade de baldeações e, portanto, do pagamento de duas ou mais passagens na ida e também na volta.

Em segundo lugar, cabe uma crítica ao pensamento de Moisés. Para isso, precisamos salientiar uma passagem de seu trabalho. Segundo o autor,

"(...) o que nos interessa mais para o caso considerado é o fato de que, em sua maior parte, as ações espontâneas mencionadas aqui acabam, quase sempre, por produzir efeitos políticos, ao nível do Estado, que fazem com que o próprio Estado se veja na obrigação de dar alguma sorte de resposta às massas populares, seja em termos da simples repressão às ações violentas, seja em termos de alguma solução para os problemas que motivaram a ação popular. Quer dizer, o Estado se vê diante da contingência de reconhecer nos setores das classes populares mobilizados pela ação específica o agente ao qual deve algum tipo de satisfação. Isso, num contexto de formação do Estado moderno brasileiro, está diretamente relacionado com a reivindicação dos direitos de cidadania que, aliás, a ideologia oficial reconhece como próprios às classes populares" (MOISÉS, 1985:61).

Ora, não acreditamos na possibilidade de colocar lado a lado as duas atitudes estatais mencionadas, dado que constituem formas diametralmente opostas de reação a protestos populares. Falar em solução para os problemas que afligem os trabalhadores e no reconhecimento de seus direitos é algo totalmente distinto de acionar a força pública para restabelecer uma ordem abalada. Esta última representa muito bem uma história que, como afirmou Francisco de Oliveira, é marcada pela violência e pela proibição da fala (cf. OLIVEIRA, 1999:59). É nesse sentido que falamos em ruptura do contrato social. Alias, a julgar pelos quebra-quebras de 1959, 1974 e 1976 (mencionados pelo próprio Moisés); pelos movimentos sindicais que vieram à tona no fim da década de 70; pelos níveis de desemprego e pelo teor das entrevistas obtidas, por exemplo, não houve nada no sentido de minimizar, de forma abrangente, a situação de exploração à qual os trabalhadores eram (e são) submetidos.

Todo esse esforço de constituição de uma esfera pública na qual os trabalhadores pudessem expressar seus interesses e reivindicar seus direitos, quando visto à luz dos ambulantes e demais trabalhadores precarizados, traz à tona o lado perverso do desenvolvimento que apresentamos grosseiramente: expulsos do campo e esforçando-se para se ajustarem às condições urbanas de vida, esses trabalhadores não tinham (e não têm) suas falas ouvidas, dado que não fazem parte da formalidade. Se, como foi mencionado, a legislação trabalhista tardou a se generalizar e ser respeitada na zona rural, muitos migrantes que deixaram as regiões agrícolas e não conseguiram

empregos formais nos grandes centros urbanos, por exemplo, continuaram na mesma situação de cidadania incompleta. A transferência para as grandes cidades não significou acesso à cidadania (cf. MARTINS, 1997:23). Prossigamos.

O crescimento da indústria tinha suas exigências. Uma ampla rede de serviços tornou-se imperiosa. Ao mesmo tempo, o setor industrial não abria mão de seus privilégios. Ao monopolizar a maior parte da riqueza social produzida, surgiu no palco um vasto número de serviços baseados na pura força de trabalho, que não exigiam o emprego de grandes quantias de capital. O país que se modernizava convivia e fazia uso de uma espécie de economia de subsistência que não desapareceu. O moderno crescia e se alimentava do arcaico (OLIVEIRA, 1972:8). Com a função de atender a todos aqueles engajados diretamente nas indústrias, pessoas de baixo poder aquisitivo abriam pequenas mercearias, bazares, lojas, oficinas mecânicas e de reparos; dedicavam-se à lavagem de automóveis e ao comércio ambulante (*ibid.*, 30, 39 e 40). Fazendo isso, contribuía não apenas para a satisfação das atividades que se faziam necessárias, mas também para o rebaixamento dos salários em geral, visto que, na falta de um termo mais condizente, eram empreendimentos mais baratos se comparados aos similares que envolviam grandes investimentos (obviamente, contabilizados nos preços de seus serviços/produtos)⁴¹.

⁴¹ Marx percebeu que a produção capitalista tende a conquistar todos os ramos industriais (e também comerciais) dos quais não havia se apoderado até determinado momento (MARX, 1985:135). Isso também foi válido em relação ao Brasil. Se, no início do processo de industrialização, o secundário levou ampla vantagem sobre a rede de serviços, pois era preciso impedir a intensa e simultânea capitalização destes, para que não mantivessem concorrência com a indústria pelos fundos disponíveis ao processo de acumulação (OLIVEIRA, 1972:29), com o passar dos anos, foi sendo estabelecida uma ampla rede de serviços com grande investimento de capitais. Surgiram hipermercados e *shopping centers* e não apenas pequenas lojas e mercearias; serviços de manutenção automotiva começaram a disputar o mercado com as pequenas oficinas mecânicas. Ao contrário do que afirmou Prandi (1978), segundo o qual as atividades desenvolvidas pelos trabalhadores por conta própria só existem por não terem sido assumidas de maneira intensiva pelo capitalismo, elas persistem a despeito de todos os grandes empreendimentos. Basta ver o caso dos ambulantes, que vendem mercadorias comercializadas em qualquer grande rede de lojas (a despeito das possíveis diferenças de qualidade entre os produtos). Por ter sido escrita na década de 70 (período em que ocorreu o chamado milagre brasileiro, marcado por altos índices de crescimento econômico, como veremos mais adiante, combinado com aumento da pobreza, diga-se de passagem), a obra de Prandi é permeada pela referência a um momento histórico em que havia grande incorporação de mão-de-obra sobretudo nas indústrias, mas também em outros setores importantes à organização da vida urbana. As perspectivas que se abriam talvez assinalassem para um crescimento que, aos poucos, tomaria conta de todos os setores de produção, distribuição e comercialização das mercadorias, fazendo com que muitas atividades realizadas por conta própria acabassem perdendo sua viabilidade econômica. Contudo, o presente assinala um caminho muito diverso. Os inúmeros serviços não eliminaram a presença dos ambulantes nas ruas de muitas cidades brasileiras. A lógica da economia não permite a sustentação de um princípio excessivamente linear, pois a destruição de antigas formas de trabalho não necessariamente é compensada pela criação de novas, ao mesmo tempo que não devemos alimentar grandes expectativas de estilos de vida qualitativamente distintos e superiores para todos os trabalhadores, com base apenas em informações estatísticas de crescimento econômico. Como já aludimos anteriormente, o moderno (as condições modernas de trabalho) engendra as condições para que pessoas vivam de práticas tidas como

Os centros urbanos ganhavam importância e sua população aumentava. Suas possibilidades, se não constituíam certezas absolutas (há sempre um fator de insegurança nos processos migratórios), ao menos eram um convite à tentativa de melhorar a vida⁴². Convite forçado, tendo em vista a ampliação das necessidades que exigem dinheiro, e a impossibilidade de obtê-lo na zona rural (DURHAM, 1973:162). Em outras palavras, generalização da produção de mercadorias e proletarização dos trabalhadores.

Devemos levar em conta que o processo de urbanização e industrialização não pode ser apreendido tão somente com base em critérios meramente quantitativos de caráter demográfico. O rural e o urbano sofriam algumas transformações e a verdade é que essa inversão alterou profundamente o modo de ser, de agir e de pensar das pessoas, tanto do campo como das cidades⁴³. As pessoas, muitas vezes expulsas do campo, buscavam novas oportunidades de vida nas cidades (RIBEIRO, 2000a:197;198). Forma-se, aos poucos, uma “sociedade em movimento”.

Ao abordar a transferência de inúmeras pessoas para os grandes centros urbanos, Caio Prado Jr. chega a falar em melhoria das condições de vida em termos materiais, financeiros e sociais.

“Transferindo-se do campo para a cidade, o trabalhador deixa para trás uma situação econômica e uma posição social sensivelmente inferiores àquelas que passa a ocupar. E ascende assim, pelo menos no seu modo de sentir e interpretar as coisas – no que aliás coincide com o pensamento geral -, na escala e hierarquia da sociedade” (PRADO JR., 1999:175).

A vida na cidade atrai e fixa, reúne melhores oportunidades, representa um futuro próspero individual e uma forma superior de existência (MELLO & NOVAIS,

arcaicas. O que não significa que estejamos acusando Prandi de sustentar um pensamento linear. Na verdade, cremos que a diferença é mais de momentos históricos distintos que terminam por exigir dos pesquisadores respostas a desafios diversos.

⁴² Se os migrantes, quando questionados, demonstram uma orientação calcada nesse desejo de “ascensão” social, esta nem sempre se concretiza. Muito pelo contrário. Os poucos que conseguem o feito servem como exemplo e esperança para a massa que só pode realizar os desejos de consumo na fantasia (KOWARICK, 1976:54).

⁴³ Uma das primeiras surpresas (desagradáveis) dos migrantes, quando na metrópole, deve-se ao fato de não entenderem por que trabalhar todos os dias e por que uma gripe, um ônibus quebrado, uma chuva não são motivos suficientes para se chegar atrasado no trabalho e têm, como consequência, a perda do dia de folga (EVELYN, 1998:72).

2000:574). No sertão, a vida já era “movimentada”. Não é à toa que o romance *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, inicia com um capítulo intitulado *Mudança* e termina com outro não menos sugestivo (*Fuga*), ou seja, termos que sugerem movimento. Nesse sentido, deparamo-nos com uma produção literária que se alimenta de uma realidade (e também serve de interpretação para essa mesma realidade), cuja essência revela condições sociais que convertem o sertanejo num ser itinerante, que busca, a todo custo, escapar da morte. Esse traço nos parece crucial (sobretudo se levarmos em conta que a grande maioria dos entrevistados possui algum vínculo com a região Nordeste do Brasil), pois a condição de ambulante parece inscrita na vida dessas pessoas, como se esperasse apenas o momento exato para aflorar enquanto realidade concreta. Em muitos casos, esse momento se revela na migração.

A cidade representa a cultura, os bons costumes, a educação, a elegância, ao passo que recai sobre o campo a pecha da rusticidade e da barbárie (LE GOFF, 1997:124). A mesma comparação entre cidade e campo está presente na literatura. Mais uma vez, no romance *Vidas Secas*, o personagem Fabiano sentia-se inferior num dia de festa na cidade, ainda que esta não fosse uma metrópole. Contudo, as promessas de futuro próspero não se universalizaram e, em muitas situações, as pessoas acabam sendo fixadas nas ruas, como no caso de ambulantes e mendigos. Para os últimos, destituídos de trabalho, moradia e família, a possibilidade de se firmarem como trabalhadores é mais reduzida.

Em outras palavras, não há porque falar em migração no sentido de generalizá-la em termos de ascensão social. Muitos apresentam o desejo de retorno ao lar (terra natal) e, se tomarmos como parâmetro apenas o “*modo de sentir e interpretar as coisas*”, como foi afirmado por Caio Prado Jr., caímos numa insuficiência, pois a transferência para a cidade, como já sugerimos, promove uma mudança qualitativa na vida como um todo e alteram-se os próprios parâmetros usados na classificação do que venha a ser uma vida mais ou menos precária e penosa. No caso dos camelôs, talvez seja melhor falarmos nos processos migratórios como troca de problemas (os velhos pelos mais novos), e não melhoria incondicional de todos os que se arriscam numa viagem repleta de incertezas.

De acordo com Mello e Novais, em 1950, no campo, 85% dos trabalhadores eram compostos por posseiros, pequenos proprietários, parceiros, assalariados temporários ou permanentes, todos eles extremamente pobres ou miseráveis. Os assalariados permanentes (colonos e trabalhadores das usinas) ganhavam pouco, mas,

segundo os autores, estavam integrados ao capitalismo. Como forma de complemento da renda, acabavam exercendo certos tipos de atividades temporárias (MELLO & NOVAIS, 2000:575). Nos centros urbanos, vão trabalhar nas indústrias, no comércio. Alguns conseguem se aposentar, mesmo intercalando momentos de ocupação e desemprego. Outros, deixados de lado pela Fortuna, após certo período em empregos com carteira assinada, acabam passando muitos anos como ambulantes. Alguns já chegam e fazem “carreira” nas ruas. Aquilo que era provisório vai se tornando permanente, mesmo que a contragosto. Em alguns casos, não há prólogo antes do mercado informal: muitos, quando na cidade, não conheceram outro tipo de atividade senão o comércio de rua.

Em muitos casos, os migrantes perceberam que as possibilidades de ascensão social (quando já não eram pensadas para si mesmos, ao menos eram direcionadas para os filhos) estavam diretamente ligadas à formação educacional⁴⁴. Os migrantes chegavam à conclusão de que o conhecimento “livresco” era essencial à adaptação nesse novo ambiente social, assim como para muitas pessoas que passaram parte da vida no campo há alguns anos atrás, a escola não era vista como algo necessário (*ibid.*, 576). Um trecho de entrevista feita com Jerônimo, nascido na década de 40, traz a representação que não conferia muito valor à escolaridade. Essa representação pertencia a uma ordem social específica e era dominante nas pessoas providas das classes populares rurais.

Jerônimo, 56 anos de idade, nasceu na cidade de Luís Correa-PI e, hoje, reside no Embu das Artes. É casado e tem 6 filhos. No que diz respeito à escolaridade, afirmou que não pode considerar um mês de colégio como estudo. Disse que não havia escola por perto e que, quando ela chegou (ainda que precária), ele já estava em idade de trabalhar. Comentou que os estudos eram considerados luxo e que ensinar os filhos a trabalhar era algo mais importante.

Mesmo a atual discussão a respeito do trabalho infantil e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) não fazia sentido. O trabalho era visto como forma não apenas de preparar as crianças para a vida, mas também como meio de mantê-las

⁴⁴ Os negros, personagens do difícil ajustamento à moderna sociedade de classes que se constituía, aos poucos, com a abolição do trabalho escravo, foram percebendo, sobretudo com o desenvolvimento dos processos de urbanização e industrialização, na cidade de São Paulo, que a valorização do trabalho e um melhor posicionamento na concorrência com os demais trabalhadores passava, necessariamente, pela escolarização (FERNANDES, 1965b:91).

distantes de más influências. Enquanto trabalhava, “a criança não pensava besteiras”, como disse uma entrevistada (Nilda) que, apesar de jamais ter sido ambulante, nasceu no meio rural, no estado de Pernambuco. O trabalho, mesmo destituído de qualquer qualificação, no sentido dado pela metrópole, tinha uma espécie de função “pedagógica” na vida da criança.

No campo, as condições de moradia e alimentação eram tão precárias quanto as de trabalho. Aliás, quando o trabalho não oferece condições minimamente dignas, não é possível esperar algo diferente. O trabalho precário produz uma disjunção entre as necessidades a serem satisfeitas. Ou uma ou outra. A combinação de duas, ou mais, só se faz com o sacrifício de uma ou algumas delas. Mello e Novais descrevem muito bem as condições de alimentação e habitação no campo.

“Moravam, o pai, a mãe e os filhos, numa casa de taipa apertada, muito poucas de tijolo, chão de terra, telhado de sapé, algumas de telha, um ou outro móvel, água de poço, muitas vezes infectado, a ‘casinha’ ou o mato por banheiro (...) Em geral, todos mal alimentados, alguns desnutridos: comiam arroz, feijão ralo, farinha de milho ou mandioca, preferida especialmente no Nordeste, de vez em quando uma ‘mistura’: galinha, servida especialmente para os doentes, carne de porco, um pouco de carne de vaca, ovos” (ibid., 577).

A vitória da usina sobre o engenho significou proletarização da massa camponesa, cada vez mais impossibilitada de trabalhar em sua própria terra, em virtude das exigências referentes à jornada de trabalho, em geral, seis dias de trabalho por semana. O resultado foi a formação de trabalhadores errantes, que transitavam à procura de atividades remuneradas (cf. ANDRADE, 1973:123;125). A expulsão e a exploração dos trabalhadores do sertão, e a modernização (o antigo engenho foi “devorado” pela nova usina) foram também apreendidas no campo da arte, e isso fica muito evidente no poema *O Rio*, de João Cabral de Melo Neto:

*"Vira usinas comer
as terras que iam encontrando;
com grandes canaviais
todas as várzeas ocupando.
O canavial é a boca
com que primeiro vão devorando
matas e capoeiras,
pastos e cerrados;
com que devoram a terra
onde um homem plantou seu roçado;*

*depois os poucos metros
onde ele plantou sua casa;
depois o pouco espaço
de que precisa um homem sentado;
depois os sete palmos
onde ele vai ser enterrado.*

*“(...) Para trás vai ficando
a triste povoação daquela usina
onde vivem os dentes
com que a fábrica mastiga.
Dentes frágeis, de carne,
que não duram mais de um dia;
dentes são que se comem
ao mastigar para a Companhia;
de gente que, cada ano,
o tempo da safra é que vive,
que, na braça da vida,
tem marcado curto o limite.
Vi homens de bagaço
enquanto por ali discorria;
vi homens de bagaço
que morte úmida embebia (...)”*

A industrialização e a urbanização, como já lembrado, criam novas possibilidades de vida, investimento e trabalho. A concorrência entre homens formalmente livres determina as possibilidades de investimento e as oportunidades de trabalho (para os não proprietários)⁴⁵ (MELLO & NOVAIS, 2000:581). Na terra das oportunidades (versão brasileira do *american way of life*), segundo a análise de Mello e Novais, há três tipos sociais básicos (o imigrante, o migrante rural e o negro) e aqui entramos mais diretamente na questão das possibilidades de ascensão social.

No que diz respeito ao negro, talvez não haja tanta diferença assim em relação ao migrante, a ponto de ser possível falar em tipos sociais distintos. O negro, muitas vezes, é migrante. No romance *Vidas Secas*, por exemplo, a questão racial já está presente. As pessoas para as quais o personagem Fabiano havia trabalhado não são

⁴⁵ A questão de ser ou não proprietário merece destaque em nossa análise. A propriedade não pode ser encarada, pura e simplesmente, como um bem material (terreno, estabelecimento comercial, máquinas e ferramentas, enfim). A propriedade (é Marx quem nos ensina isso) refere-se a determinado tipo de relação social ligada ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho (MARX & ENGELS, 1993:29), de tal forma que, entre as duas classes (os proprietários e os não proprietários), se engendra uma distribuição desigual de poder, um domínio dos primeiros sobre os últimos (*ibid.*, 48). A criação e a reprodução de relações calcadas na propriedade privada oferecem as bases do trabalho constrangido. Mesmo entre os ambulantes que são donos de suas próprias barracas, podemos dizer que sua situação, como buscamos mostrar, é determinada por essas relações, pois eles só são o que são por serem pessoas destituídas dos meios de produção da própria vida. Chegam em São Paulo quase sem nada, dispostos/forçados a oferecer sua força de trabalho a quem se disponha a contratá-los. Alguns se incorporam, digamos, no centro de produção e distribuição. Outros penduram-se nas fímbrias e, ainda assim, não deixam de tomar parte no processo produtivo, pois nada mais fazem do que vender mercadorias e, portanto, contribuírem para o incremento do capital.

chamadas pelo nome (com exceção de Tomás da bolandeira), mas sim pelo termo “o branco”. Contudo, não há como negar: para o negro, o trabalho apresenta um tom mais degradante. Primeiro trabalhador, antes reduzido à condição de escravo, de mercadoria, com a Abolição, ficou submetido à miséria absoluta. A sociedade brasileira...

"nunca fez nada pela massa negra que a constituía. Negou-lhe a posse de qualquer pedaço de terra para viver e cultivar, de escolas em que pudessem educar seus filhos, e de qualquer ordem de assistência. Só lhes deu, sobejamente, discriminação e repressão" (RIBEIRO, 2000a:222).

A história de negros e mulatos na sociedade brasileira remete a um capítulo da não realização dos termos de distribuição equitativa das possibilidades de vida entre os homens que se sentem (ou deveriam se sentir) ligados uns aos outros por laços de reciprocidade, por um sentimento de bem comum que vai além dos interesses individuais. A afirmação de Darci Ribeiro carrega consigo o cerne da questão, mas uma incursão pela obra de Florestan Fernandes é imperativa.

Em seu denso e fascinante esforço de compreender o ajustamento do negro (antigo escravo) às transformações das condições de trabalho e da própria vida, a partir do fim dos instrumentos jurídicos que davam sustentação à sociedade escravocrata, ou seja, ajustamento (1) às novas formas de distribuição das alternativas de trabalho, (2) à criação das disposições psicológicas e sociais que passaram a ser necessárias, e à (3) incorporação destas pelos negros e mulatos, esse autor traz à tona modificações históricas profundas e radicais, mas que, no limite, significaram o seguinte: ninguém se responsabilizou pela manutenção e segurança dos libertos, por seu ajustamento (FERNANDES, 1965a:1). A Abolição, cuja tarefa essencial era fazer do senhor e do escravo verdadeiros cidadãos (cf. NABUCO, 2000:124), não passou de pura espoliação. A despeito dos debates nos quais Nabuco foi uma espécie de Rousseau brasileiro, a verdade é que não houve força social suficiente para que, a longo prazo, o dilema dos negros fosse introduzido na pauta das discussões públicas da sociedade brasileira (FERNANDES, 1965a:2). Quando parte da sociedade, sobretudo os fazendeiros, reivindicava a solução para o problema da mão-de-obra após a abolição, a tônica não foi a transformação do escravo em trabalhador livre, mas sua substituição pelo imigrante branco (*ibid.*, 18). Havia o projeto de construção de uma nova sociedade travestida de modernidade porque válida apenas para alguns. Numa passagem breve,

mas profundamente significativa, Florestan disse que os negros “*viveram dentro da cidade, mas não progrediram com ela e através dela*” (*ibid.*, 71).

Negros e mulatos ficaram sujeitos a uma situação em que o acaso regulava as oportunidades de trabalho e seu aproveitamento (*ibid.*, 106). Ora, o acaso é aquilo que escapa à vontade humana, que desafia a possibilidade da construção racional de um projeto de vida, do destino concebido num certo sentido. Em outras palavras, falar que uma dada parcela da sociedade estava submetida àquilo que é fortuito, é reconhecer que a estreiteza do pacto social na história da sociedade brasileira, sobretudo quando sabemos que o contrato social é um ato deliberado da vontade humana, não em termos de sua instituição (Rousseau não busca um momento histórico a partir do qual as pessoas se reuniram e decidiram firmar um pacto, pois não é este o problema), mas de sua vigência e da descoberta (esta sim histórica) de que uma nova pretensão de igualdade, muitíssimo acentuada na Europa a partir do século XVIII, passava necessariamente pela construção de uma esfera pública nos termos por nós apresentados até aqui. O pacto social é, portanto, oposto ao acaso. Não só isso. Tem em si a pretensão de controlar as contingências e, acima de tudo, de assegurar que diferenças de caráter natural (como a cor da pele, por exemplo) não sirvam de fundamento para a constituição e perpetuação de desigualdades sociais. Segundo o próprio Rousseau,

“O pacto fundamental, em lugar de destruir a igualdade natural, pelo contrário substitui por uma igualdade moral e legítima aquilo que a natureza poderia trazer de desigualdade física entre os homens, que, podendo ser desiguais na força ou no gênio, todos se tornam iguais por convenção e direito”
(ROUSSEAU, 1999b:81).

Após a II Guerra Mundial, com a intensificação da industrialização, Fernandes menciona o “*limiar de uma nova era*”, que não significa melhorias substanciais nas condições de vida da população negra do país, mas talvez um enfraquecimento (muito tardio, a julgar pela data da libertação dos cativos) da clivagem racial produzida pela sociedade brasileira. Os negros, digamos, como os trabalhadores nacionais, já plenamente socializados no mundo da ética do trabalho, ainda que continuem pobres e detenham o perverso monopólio (ao qual foram relegados) das ocupações de baixa remuneração e de pouco prestígio social (entre as quais está incluído o comércio

ambulante), passaram a ocupar postos que, antes, estavam definitivamente fechados para eles. Segundo esse autor, com o crescimento econômico, houve empresas que foram obrigadas a adotar posturas mais racionais no que dizia respeito à seleção, supervisão e promoção de funcionários, o que fez com que a cor da pele passasse a ser ignorada ou, no mínimo, posta em segundo plano (FERNANDES, 1965b:28).

Podemos arriscar a seguinte reflexão: a partir da segunda metade do século XX, os negros passaram a situar-se numa posição mais ou menos similar à dos demais trabalhadores pobres da sociedade brasileira (há uma “democratização” da precariedade); carregam consigo uma marca de cunho estamental⁴⁶ (a cor da pele) e nada garante que (ainda que o mercado nada saiba sobre a honra – cf. WEBER, 1998:691) a generalização das relações de mercado a faça desaparecer, pois toda diferença estamental, como disse Max Weber, não tem a posse de bens (diferenças de caráter exclusivamente econômico) como algo decisivo (*ibid.*, 687). Ou seja, ainda que a divisão de classes passe a ser mais significativa na análise de seus dilemas, ela não constitui a garantia da eliminação da discriminação. Contudo, no que concerne diretamente aos nossos propósitos, queremos simplesmente dizer que a discriminação racial pode ainda ter uma relevância profunda no que diz respeito às posições que envolvem grande poder em nossa sociedade, mas que, na situação de trabalho precário, a cor da pele não parece desempenhar grande função. O ambulante negro goza da mesma condição que o mais branco de todos os camelôs. Numa situação de precariedade absoluta, negros e brancos estão no mesmo barco e são as condições de trabalho a referência fundamental para bem compreendermos a situação desses trabalhadores.

Negros, mulatos, brancos pobres, todos passaram a formar uma massa de trabalhadores constituída por braceiros estacionais, mendigos, biscateiros, domésticas, cegos, aleijados, enfermos (FERNANDES, 1965b:233). A eles são deixados os trabalhos mais pesados e de menor prestígio social. Poucos eram os que galgavam postos públicos de menor importância ou trabalhos especializados mais valorizados, como marceneiro, costureira, alfaiate. Aprenderam ou, antes, foram constrangidos a

⁴⁶ O estamento, para Weber, significa um tipo de classificação social essencialmente pautada por privilégios relacionados a um estilo de vida, a maneiras formais de educação e ao prestígio fundado em aspectos hereditários ou profissionais (WEBER, 1998:244). O destino dos homens na sociedade passa a ser profundamente determinado pelo sentimento de honra que define o pertencimento (ou não) a um seletivo grupo social, ou seja, a honra cria distância e exclusividade (*ibid.*, 690). No nosso caso, a cor da pele seria a diferença de caráter estamental, posto que os negros foram desmerecidos em relação às pessoas de pele clara.

viver de expedientes, passaram a residir em favelas, cortiços, malocas. Quanto à escolaridade, gozavam de pouca ou nenhuma educação formal (MELO & NOVAIS, 2000:583).

Quanto ao migrante, ele é aquele que tem de aceitar qualquer tipo de serviço (*ibid.*, 598), o que também não configura diferença substancial em relação aos negros. Como afirmou João Cabral de Melo Neto,

“(…)
*Severino, retirante,
o meu amigo é bem moço;
sei que a miséria é mar largo,
não é como qualquer poço:
mas sei que para cruzá-la
vale bem qualquer esforço (...)*”

O migrante ganhava a vida na construção civil, em serviços domésticos e de limpeza; era também carregador de sacos de cereais, vigia noturno, ajudante de caminhoneiro ou de cozinheiro, vendedor ambulante, feirante, lavador de automóvel; muitos também conseguiam exercer algum tipo de atividade nas indústrias (MELLO & NOVAIS, 2000:598;599). Vale lembrar que, a partir do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), foram implantadas no Brasil indústrias elétricas e químicas pesadas, farmacêutica, de máquinas e equipamentos sofisticados, aço, petróleo, energia elétrica e automobilística (*ibid.*, 590), e que, portanto, mesmo para aqueles que não tinham nenhuma formação profissional, era grande a oferta de trabalho.

Também no setor de comércio e de serviços, as mudanças eram significativas. O sorvete industrializado, por exemplo, triunfou sobre o homem que empurrava seu carrinho pelas ruas da cidade, soando uma buzina para dizer que vinha chegando o sorvete; o supermercado (e, futuramente, o hipermercado) iam ganhando o espaço antes deixado à venda, ao armazém, ao açougue, à peixaria, à quitanda, à carrocinha, ao caminhão (*ibid.*, 566). Entretanto, essas transformações não eliminaram completamente as “antigas” maneiras de comercialização.

Os exemplos acima citados remetem aos produtos alimentícios (talvez o primeiro tipo de produtos vendidos por ambulantes, pois não exige grandes investimentos de capital - o que eles não têm). No início do século, algumas pessoas colhiam legumes, frutas e verduras em suas pequenas roças, e levavam-nos à cidade, a fim de vendê-los. É preciso lembrar também que outros sobreviviam da realização de pequenos consertos (reformavam panelas, afiavam facas, enfim). Entretanto, a

diversificação dos padrões de consumo, a partir da qual produtos industrializados ganhavam mais espaço na vida das pessoas, não fez com que o trabalho nas ruas fosse erradicado. Esses produtos também ingressaram no comércio ambulante. Contrabandos, refugos, marcas falsificadas, carregamentos roubados, tudo passou a ser vendido pelos camelôs a preços mais módicos.

Mas a grande ambição de muitos trabalhadores era deixar a condição de empregados e ganhar autonomia. Na mente, o sonho era o trabalho por conta própria e poder afirmar a condição de pequeno empresário (*ibid.*, 598). Obter renda para si, não ter patrão e muito menos horário rígido, e evitar as tarefas monótonas e contínuas. Eram esses os anseios de boa parte dos trabalhadores (*ibid.*, 600). Ainda que em várias entrevistas esteja presente essa valorização de um trabalho desprovido de hierarquia (submissão a um chefe), não deixa de ser importante falar que também há disposição a aceitar a condição de empregado, desde que signifique melhores rendimentos e segurança.

A cidade grande, num primeiro momento, constitui um ambiente hostil e desconhecido, cujos padrões culturais, que regulam a participação na vida econômica e social, não são dominados pelo migrante (DURHAM, 1973:183). Fazem-se necessárias novas formas de locomoção e orientação no espaço, isso sem falar nas relações sociais. É assim que uma rede de contatos com parentes, amigos e colegas se torna importantíssima para todo aquele que se envolve na aventura da migração. Só que, dessa vez, a aventura não é movida pelo amor ao desconhecido. Na mente de nosso aventureiro, salvo raras exceções, predomina um ímpeto que o leva à estabilidade.

Dois problemas iniciais (como obter trabalho e moradia) dão as “boas vindas” aos modernos “aventureiros”, dos quais, em geral, o segundo é logo solucionado, seja por meio de indicação de pensões, seja pela permanência na casa de amigos e parentes ao longo de determinado período. Pessoas que passam a dividir o lar com primos e tios; filhos que vêm morar com os pais ou vice-versa; mulheres que conseguem ocupações domésticas e vivem na residência de seus patrões. Mas não basta obter abrigo e estabelecer contatos a fim de escapar da completa imersão nas “relações da rua” (cf. DAMATTA, 1991: 61;64;100). É preciso um trabalho não apenas para prover a subsistência, mas também para conquistar a sensação de ser reconhecido pelos outros como alguém que se dedica a alguma atividade útil (CASTEL, 1998:527). É preciso um trabalho para ser alguém. Antes de mais nada, o fantasma da vagabundagem, que, desde a Idade Média, persegue todos os estrangeiros e pessoas que estão fora da ordem

do trabalho (*ibid.*, 119), deve ser exorcizado, até porque o migrante não deixa de ser uma espécie de estrangeiro e seu contato com outro ambiente social costuma dar início a relações conflituosas. Se for camelô, será acusado de não aceitar outro emprego, escolha que, para alguns, só pode provir de um “vagabundo”.

O trabalho, assim como a moradia, é obtido por meio de contatos pessoais. Desde o emprego numa indústria até o comércio nas ruas, tudo revela o papel de amigos, parentes, vizinhos. Muitos dos camelôs entrevistados “ingressaram na rua” (expressão, de certa forma, paradoxal, mas presente na já citada entrevista de João – páginas 32 e 33) ou porque já tinham parentes que assim ganhavam a vida (começavam como ajudantes até acumular dinheiro suficiente para adquirir a própria barraca), ou porque foram convidados por amigos que conheceram nos locais de trabalho ou no bairro em que residiam. Quando tinham todos os documentos, era possível pleitear algumas ocupações que propiciavam rendimentos não muito exíguos. Àqueles que não se enquadravam nessa situação, restava o lado de fora da cerca da proteção legal: empregos temporários, marcados por salários excessivamente reduzidos (DURHAM, 1973:150).

Trabalhavam como pedreiro (autônomo), ajudante de ambulantes e de caminhoneiros; empregados em serviços de limpeza ou mesmo na construção civil, como pedreiro ou vigia (*ibid.*, 153). Alguns conseguiam logo sua própria barraca. Outros, retornando à formalidade, continuavam nos fins de semana como camelôs. Se é verdade que as ocupações marginais só eram positivas quando temporárias, pois representariam um período de ajustamento às condições urbanas de vida (*ibid.*, 155), muitos descobririam a perenidade do provisório, bem antes de Robert Castel analisar a perplexidade de uma França que, após o “pleno emprego”, redescobre os “inúteis para o mundo” (CASTEL, 1998:32) e a precariedade como destino (*ibid.*, 527).

Há uma diferença significativa entre os tipos de ocupação conquistados. Trabalhar por conta própria ou ser empregado no setor informal, por exemplo, significa rendimentos significativamente distintos, assim como revelam as Tabelas 2 e 3 Páginas 78 e 79).

Boa parte conseguia ingressar na indústria, às vezes valorizada pelo registro em carteira (quando isso acontecia), férias, 13º salário, assistência médica. Em outras situações, o trabalho na fábrica era encarado como temporário, um meio para concretizar o ideal do trabalho autônomo (DURHAM, 1973:162), seja como dono de seu próprio estabelecimento comercial (pequenos bares e mercearias, adquiridos por

meio de poupanças), seja realizando atividades associadas a conhecimentos adquiridos ao longo das experiências profissionais (serviços de pintura, instalação elétrica e encanamento) (*ibid.*, 167).

Quanto às formas de moradia desses trabalhadores, podemos fazer as seguintes considerações.

O cortiço, moradia tradicional de todos aqueles que se inseriam de forma precária na sociedade, não deixou de existir. Persiste e demonstra vigor. Contudo, um novo tipo de configuração espacial passou a ganhar maior relevância nos trabalhos sociológicos. O olhar não mais se voltava para os focos de doenças e “promiscuidades”, que ameaçavam os lares dos mais abastados. Os pobres foram para mais longe; passaram a adquirir terrenos e construir casas em locais sem infra-estrutura⁴⁷. Uma residência aqui outra acolá (onde o ônibus ainda não chegava). Surgia a periferia.

Símbolo de pujança econômica e pobreza, de crescimento do consumo de bens de luxo e diminuição do salário real de boa parte dos trabalhadores, a periferia revela um quadro que poderia deixar muitos economistas perplexos. Desnutrição e condições precárias de moradia e saúde não desapareceram com o desenvolvimento econômico. Em muitos casos, até se agravaram (KOWARICK, 1976:17). No decorrer do milagre brasileiro, o crescimento econômico (*ibid.*, 59) não trazia, em seus braços, a promessa de bem-estar social. Os adeptos da “teoria do bolo” viam-se diante de novos questionamentos: a distribuição da riqueza não se realizava somente após a produção, mas a maneira como esta se dava já engendrava uma repartição desigual na forma de lucros, salários e serviços públicos (*ibid.*, 63). Se havia (e há) uma massa miserável, certamente era porque os lucros eram muito superiores à remuneração dos trabalhadores e os investimentos do Estado não se davam de maneira uniforme, se tomarmos as diferentes regiões da cidade.

Migrantes recém chegados a São Paulo e antigos moradores, expulsos por investimentos públicos aplicados em áreas centrais e sua correlata especulação financeira, compunham o “tipo” humano existente nas regiões periféricas. Além do

⁴⁷ A autoconstrução, de um modo geral, era a única alternativa para aqueles trabalhadores que viam a moradia ser praticamente eliminada dos custos de reprodução da força de trabalho. A idéia de um mínimo necessário incorporava tão somente transporte, alimentação e saúde (KOWARICK, 1976:43), de forma muito precária. Em algumas situações, era possível ter acesso a bens de consumo duráveis, desde que o pagamento fosse parcelado, fato que tinha como consequência endividamentos e sacrifícios relacionados às necessidades vitais (*ibid.*, 74). O resultado do mutirão (a casa), segundo Francisco de Oliveira, “reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho - de que os gastos com habitação são um componente importante - e para deprimir os salários reais pagos pelas empresas” (OLIVEIRA, 1972:31).

crescimento migratório, a retenção de terrenos, com o intuito de que fossem mais valorizados, fez com que, sobretudo entre 1960 e 1970, surgissem bairros cada vez mais distantes em relação às regiões centrais da cidade (*ibid.*, 29;30). Pouco a pouco, o precário fincava suas raízes, cada vez mais fundas, e oferecia ensejo para a afirmação de que a “desordem” urbana, caracterizada pela ocupação irregular, encobria outra questão: a desigual distribuição da riqueza e da socialização dos benefícios do desenvolvimento econômico, em forma de salários diretos ou de bens coletivos (*ibid.*, 21-22). Estes últimos, dispostos apenas àqueles que por eles pudessem pagar.

TABELA 2: Rendimento médio de todos os trabalhos dos proprietários de empresas do setor informal, por posição na ocupação, segundo sexo e o número de trabalhos - Brasil (1997).

	Rendimento médio de todos os trabalhos dos proprietários de empresas do setor informal (em R\$)		
		Posição na ocupação	
		Conta própria	Empregador
Total	564	457	1 154
Homens	664	548	1 229
Mulheres	371	291	951
Único trabalho	514	429	1 001
Homens	604	518	1 040
Mulheres	335	260	892
Mais de um trabalho	1 038	740	2 275
Homens	1 301	892	2 673
Mulheres	652	539	1 333

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento.

No que diz respeito ao trabalho, a busca constrangida pelo moderno estilo de vida provocou uma transformação significativa na forma como ele era visto. Se, com a escravidão, o trabalho era a forma mais bem acabada da degradação humana, posteriormente, outros foram os critérios para seu julgamento. Mais limpa ou suja, livre ou pesada, rotineira ou criativa, subalterna ou ligada à direção, eram essas as referências para a avaliação de qualquer tipo de atividade (MELO & NOVAIS, 2000:605).

Foram-se os anos e o sonho de uma sociedade moderna para todos vê-se ameaçado, ou melhor, incompleto. De 1964 em diante, uma combinação perversa radicaliza-se: crescimento econômico e compressão de salários (*ibid.*, 618). Entre 1967 e 1973, o crescimento da economia atingiu o nível de 11,2% a.a. De 1973 a 1980, essa taxa caiu para 7,1% (*ibid.*, 620). Simultaneamente, uma política de rebaixamento dos

salários, a proibição dos sindicatos e uma maior facilidade na dispensa de funcionários (sobretudo com a criação do FGTS⁴⁸) minaram os salários dos trabalhadores, ainda que houvesse a criação de postos de trabalho com carteira assinada.

TABELA 3: Rendimento médio do trabalho das pessoas ocupadas nas empresas do setor informal, exclusive os proprietários, com rendimento, por sexo, segundo características selecionadas - Brasil (1997).

	Rendimento médio do trabalho das pessoas ocupadas nas empresas do setor informal, exclusive os proprietários (em R\$)		
		Sexo	
		Homens	Mulheres
Total	240	253	218
Nível de instrução			
Sem instrução ou menos de 1 ano de estudo	215	226	183
1º grau incompleto	217	224	190
1º grau completo	249	272	214
2º grau incompleto	212	238	180
2º grau completo	281	341	241
Superior incompleto	332	441	248
Superior completo	477	498	464
Sem declaração	277	252	319
Posição na ocupação			
Empregado com carteira assinada	290	315	261
Empregado sem carteira assinada	208	222	174
Grupos de idade			
Menos de 10 anos	141	141	140
10 a 17 anos	140	140	140
18 a 24 anos	220	231	202
25 a 39 anos	279	301	243
40 a 59 anos	304	339	259
60 anos ou mais	318	345	248
Sem declaração	209	181	241

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento.

⁴⁸ Cf. OLIVEIRA, Francisco, 1972:76-77.

Mello e Novais acreditam numa certa ascensão social, se esta for entendida como a fuga da miséria rural, da construção civil e dos trabalhos sujos, pesados e monótonos dos operários (*ibid.* 625). Não obstante essa afirmação, já demos sinais de é temeroso defendê-la. É certo que não mais é necessário carregar água na cabeça, ainda que práticas semelhantes fossem comuns em São Paulo. Há fotos do início do século que mostram lavadeiras nas margens do Tamanduateí. Atualmente, a antiga cabaça, cheia de água, foi substituída pelas mercadorias, freqüentemente deslocadas do local do pernoite para o ponto na rua e vice-versa, ou nos momentos em que a fiscalização resolve agir. Além disso, de fato, a tentativa de fugir da construção civil (pesada e mal paga) é constante. Contudo, a rua, como alternativa, por exemplo, já assume uma forma bem acabada de trabalho precário. Na história de um dos entrevistados, em que a vida precária chegou ao paroxismo, se comparada às dos demais ambulantes com os quais foi possível conversar, o comércio de rua mal oferece recursos para moradia. Quando chega a noite, Jorge estende o colchão ao lado da barraca, pois seus rendimentos não mais comportam os gastos com moradia, o que o fez enviar suas filhas para que passassem a morar com a mãe em Brasília.

Jorge tem sua própria barraca e vende banana, repolho, batata doce, maçã, abóbora, tomate, cebola (tudo comprado num mercado que fica ali perto ou em local mais barato). Afirmou que até consegue comprar a fiado.

Tem 49 anos, nasceu em Gil Goes (Piauí), possui a 5ª série do antigo 1º grau e está separado há 15 anos. Vive em São Paulo há 8.

No Piauí, os pais trabalhavam na roça, mas afirmou que passava pouco tempo lá, pois estudava em outra cidade. Começou a trabalhar com 12 anos de idade, como ambulante. Comprava mercadorias no interior e ia vendê-las nas feiras. Comercializava feijão de corda, polvilho doce, farinha de trigo e continuou nessa atividade até os 17 anos. Segundo Jorge, seus pais nunca fizeram comentários negativos a respeito desse trabalho, pois não tinham condições de oferecer algo melhor ao filho.

Com 17 anos, foi para Brasília. Disse que não conhecia ninguém nessa cidade. Alugou um quarto e obteve seu primeiro emprego num órgão público (era encarregado de um grupo de varredores de rua). Passou 3 anos e 8 meses nesse serviço, sendo que, durante muito tempo, pediu para ser mandado embora. Como não conseguia, resolveu fazer um acordo e pediu demissão. Afirmou que o salário era muito baixo, quase equivalente ao dos faxineiros que com ele trabalhavam (fato não muito bem aceito). Jorge nunca imaginou que viria para São Paulo e demonstra

vontade de voltar para aquela cidade. Segundo ele, há muita perseguição aos camelôs aqui em São Paulo (“é mais perseguido que bandido”).

Sua segunda atividade em Brasília já foi como ambulante. Depois, voltou a trabalhar como pedreiro e ladrilheiro (afirmação que sugere já haver exercido esses tipos de atividade, apesar de não tê-las mencionado antes na entrevista). Disse que alternou muitas ocupações e tomou a decisão de ser ambulante de forma definitiva.

Fez a seguinte comparação para justificar o trabalho como camelô e não um formalizado. Para ele, dependendo do trabalho, o funcionário, no fundo, acaba pagando para trabalhar. Quando pedi que explicasse melhor essa afirmação, ele disse: se tomarmos os serviços de construção civil, que é um ramo ao qual já se dedicou, o funcionário acorda, aproximadamente, às 4 da manhã e bate o cartão no fim do expediente às 6 horas da tarde. Falou que não compensa⁴⁹. No final das contas, acaba ganhando mais como ambulante e disse que não via utilidade no “INPS” e nem mesmo na aposentadoria (que só rende um salário mínimo). Trabalhar fichado, só se for para ganhar bem. Está há 28 anos como ambulante.

Desde que veio para São Paulo, sempre trabalhou como camelô no mesmo local (Parque D. Pedro II). Disse que já chegou a ganhar bem, a ponto de dar entrada num terreno financiado em Suzano, mas acabou perdendo por não ter dinheiro para quitar as prestações. Em algumas situações, a fiscalização (o “rapa”) levou toda sua mercadoria. Chegou a comentar que isso havia acontecido com uma chilena que também trabalha ali e falou para ela não desanimar, pois “mais tem Deus para nos dar do que o Diabo para carregar”.

No momento, disse que o movimento anda muito ruim (há muita concorrência, muitos camelôs). Antigamente, pagava um vigia para tomar conta das mercadorias que passam a noite ali mesmo. Hoje, já enviou as duas filhas que moravam com ele para Brasília e dorme ao lado de sua barraca (havia 2 colchões enrolados sob os tabuleiros). Em relação às refeições, disse que só almoça e não janta.

Contou que uma vez o filho mais velho, que o auxiliava no trabalho, se envolveu com drogas. Encontrou-o com um policial e este havia pedido R\$ 3000,00 para liberá-lo ali mesmo, caso contrário, somente com o delegado. O filho ficou preso 7 meses.

Quando afirmou querer retornar a Brasília, disse que, primeiro, tem de quitar sua dívida com um agiota para ficar com o nome limpo, pois é com isso que um homem deve se preocupar: “andar certinho e ficar bem visto pelas pessoas”. É preciso trabalhar e não ser um vagabundo, um beberrão.

⁴⁹ Jorge percebeu, à sua maneira, a quebra do ciclo necessidade, labor, satisfação, quando o labor do corpo apenas satisfaz necessidades alheias e só recebe para si exaustão e miséria (cf. EVELYN, 1998: p.141).

Jorge disse que tem um ponto no camelódromo que fica ao lado, mas optou por não ficar lá. Segundo ele, as mercadorias ficam muito escondidas. “Lá só serve para passar drogas”. Além disso, é preciso pagar uma taxa de R\$ 10,00 para o sindicato para abrir a inscrição e mais R\$ 12,00 mensais. Foi procurado por membros dos sindicatos, mas não aceitou.

O relato obtido a partir da conversa com Jorge é revelador da opressão à qual um ambulante pode ser submetido. Em suas representações, o trabalho surge como pilar da imagem idônea perante as pessoas, de alguém que não é visto como vagabundo, bebedor, mas sim como trabalhador que se empenha na construção da própria vida. Contudo, esse mesmo trabalho não é suficiente para satisfazer as necessidades materiais e para manter os familiares junto de si e prover seu sustento. Os rendimentos como ambulante impedem Jorge de ter uma residência (mesmo que alugada) e também estão aquém do provimento da própria alimentação. A impossibilidade de se firmar plenamente (não apenas no discurso) como trabalhador é reforçada pela existência de dívidas, muito provavelmente advindas, em parte, de empréstimos necessários para a re aquisição de mercadorias apreendidas por ações de fiscalização do poder público. A própria justificativa apresentada para sua ausência no camelódromo, muito provavelmente se deve à carência dos recursos necessários ao pagamento dos impostos devidos à Prefeitura. Em suma, as experiências de trabalho de Jorge servem de alimento para nosso ceticismo em relação às oportunidades oferecidas por São Paulo. Reforçam a opinião de que o comércio ambulante desnuda um caráter opressivo do trabalho no ambiente urbano que não há como esconder. Opressivo por não significar (1) satisfação das necessidades presentes; (2) por estar totalmente desvinculado dos direitos trabalhistas; (3) e por não conferir a possibilidade de formação de uma poupança que sirva de alavanca para a transformação da situação do trabalhador. Na vida de Jorge, não parece haver brecha que possibilite falar em ascensão social. É temeroso fazer esse tipo de afirmação, mas estamos diante de uma condenação, de uma armadilha da qual dificilmente é possível escapar.

Mesmo tendo elaborado um discurso do qual é possível depreender que ele escolheu não mais procurar emprego, de forma alguma a escolha elimina a vida extremamente penosa que define sua história. Houve um ato de deliberação, mas este não é dotado de suficiente consistência para servir de base para dizermos que o comércio ambulante foi objeto de cálculo econômico. Houve ponderação (como podemos notar, principalmente na comparação com as atividades na construção civil),

mas esta não esconde um sem-número de determinantes que nos permitem fazer uma afirmação muito forte, mas consistente: Jorge tem sua cidadania totalmente comprometida e a muito custo é possível afirmar que o trabalho como ambulante confere dignidade.

De tudo o que foi dito, a precariedade marcou boa parte da história de homens e mulheres. A história do trabalho no Brasil talvez não permita que se atribua um caráter puramente positivo ao ato de ganhar a vida. Se, na Europa, o trabalho perdeu a aura de castigo que o envolvia (ganharás a vida com o suor de suas atividades e darás a luz em meio a dores, como reza a tradição católica) e passou a ter o *status* de vocação à qual cada um de nós deve se submeter; se, do outro lado do mar, chegou-se a pensar que os homens haviam atingido um bom padrão de justiça social na distribuição da imensa riqueza produzida (HOBBSAWM, 1999:21), no Brasil, é muito mais perversa a relação de muitas pessoas com o trabalho. De um lado, trata-se de um dever moral (fonte da tão almejada sensação de ser útil, de obter o reconhecimento alheio), mas esse não se separa das precárias condições de vida que seguem como um incômodo fardo sobre as costas de muitos trabalhadores. Isso tudo numa época que expurgou um fantasma, mas colocou outro em seu lugar. Se, no século XIX, era o espectro do comunismo que rondava o mundo, hoje em dia o “espírito” é outro: o mundo desencantado, que sonhou poder eliminar a pobreza, convive com os desempregados e subempregados. O Brasil não presenciou uma “era de ouro” (do lado dos trópicos, talvez esse sonho jamais tenha sido levado muito a sério), mas parece não escapar do legado deixado pelos “escombros” do século XX (desemprego em massa, graves depressões econômicas, aumento do precipício que separa ricos e espoliados, e uma combinação entre rendas limitadas e despesas ilimitadas por parte do Estado) (*ibid.*, 19).

No caso específico dos ambulantes, assim como o trabalho, eles deixaram as fímbrias (os poucos espaços de uma ordem social anterior, distinta da ordem capitalista), ocupadas por homens e mulheres do século XIX, sendo que essas últimas serviram de fonte de inspiração para o nome da Rua da Quitanda, local onde muitas mulheres (brancas, pobres, escravas e forras), sentadas em esteiras, vendiam alimentos e outros produtos. Os ambulantes passaram a vender toda uma variedade de mercadorias que fazem parte do centro do sistema produtivo. Deixaram de levar serviços e mercadorias (como os mascates faziam) a locais distantes quando as vias de comunicação eram muito escassas e precárias, e os contatos entre as diversas regiões do

país não eram freqüentes. Ao longo do tempo, o comércio de rua permite depreender a seguinte situação: estar nas ruas não significa uma forma de adaptação provisória (ainda que o seja em alguns casos). Os anos se passam e o ambulante finca raízes, a ponto de seus filhos enveredarem pelos caminhos dos pais. Assumiu e ainda assume uma posição inglória na ribalta (na “sociedade do trabalho”), carregando o pesado fardo da ética do trabalho precário.

O trabalho abandonou as fímbrias e conquistou a ribalta na organização da sociedade como um todo e, portanto, na vida das pessoas. A condição de ambulante, como buscamos mostrar, há muito tempo deixou de ser meio de ascensão social, uma via pela qual as pessoas sonhavam em obter o próprio negócio na Paulicéia. Aos poucos, passou por uma radical transformação que o converteu na expressão mais bem acabada de uma formação histórico-social incapaz de garantir boas oportunidades de vida aos que, obrigados e/ou seduzidos, se dirigiram para São Paulo.

Considerar a presença dos camelôs nas ruas como ato deliberado de quem não almeja empregos formais; chamar a atenção para o caráter perverso da história brasileira, quanto ao trabalho, e não ter em vista a necessidade de uma análise pormenorizada sobre as condições da parcela da classe trabalhadora que não faz parte dos setores historicamente mais combativos, sindicalizados e vinculados ao setor industrial (objeto de inúmeras obras acadêmicas), quer dizer deixar de lado aspectos cruciais para a compreensão do significado do trabalho no passado e no presente da sociedade brasileira.

Capítulo II

SEVERINOS, CIDADANIA E TRABALHO:

a negação do espaço urbano e do trabalho na cidade de São Paulo

1. A TRAGÉDIA URBANA

Ainda que um projeto de pesquisa seja crucial para o desenvolvimento de qualquer investigação científica, os rumos tomados por esta e os enfoques dados à discussão vão sendo construídos e alterados no decorrer da tarefa sobre a qual nos debruçamos em algum momento da vida. Estas duas colocações exigem explicação mais detalhada.

O projeto, antes de mais nada, oferece as condições necessárias para o bom desenvolvimento do trabalho acadêmico, quais sejam: permite uma espécie de mapeamento das obras relacionadas ao tema escolhido e, como todo mapa, orienta o processo de investigação; em nosso caso, revela a ausência quase total dos trabalhadores que vivem do comércio ambulante no conjunto das obras que tentam dar conta da análise das relações de trabalho na sociedade brasileira (os trabalhadores formais; os processos históricos de constituição de sindicatos, sobretudo do setor industrial; e o aumento do número de pessoas deslocadas para o setor de serviços, mais recentemente, parecem monopolizar a atenção de sociólogos, historiadores, economistas, geógrafos etc.); quanto às obras que, de uma forma ou de outra, abordam a vida dos ambulantes, são essenciais para qualquer tentativa de compreensão do fenômeno social em questão, mas são também insuficientes (o que não significa – longe disso! – que temos a pretensão de oferecer a última palavra sobre o assunto). Uma citação de Hegel explica melhor o que foi dito:

“(...) a tradição não é apenas uma ama que conserva fielmente o patrimônio recebido para o manter e transmitir invariável aos vindouros, como o curso da natureza que, através de infinitas variações e atividades de formas e funções, sempre se conserva fiel às suas leis originais sem progredir; não é estátua de pedra, mas é viva, e continuamente se vai enriquecendo com novas contribuições, à maneira do rio que engrossa o caudal à medida que se afasta da nascente. O conteúdo desta tradição é formado por tudo quanto o mundo espiritual produziu, e o espírito universal nunca permanece estacionário” (HEGEL, 1999:382).

Por que a assertiva hegeliana? Para dizer, simplesmente, que este trabalho não passa de pequeníssima contribuição incluída na produção referente ao assunto em pauta, escrita com o intuito de dispersar um pouco a névoa que impossibilita uma compreensão mais acurada sobre as histórias de todos aqueles que, no decorrer de suas vidas, viram-se na condição de protagonistas de uma “peça” que faz parte da grande tragédia urbana brasileira: o comércio ambulante.

Com toda a importância do projeto inicial, não há como nos desvencilharmos da seguinte condição: entrar na vida dos ambulantes que buscam a sobrevivência nas ruas da cidade de São Paulo terminou por revelar imprescindíveis algumas abordagens que, num primeiro momento, não faziam parte dos planos de investigação. Se o primeiro capítulo foi concebido para ser uma espécie de “estado da arte” (bem limitado, é verdade) da constituição das condições de trabalho tipicamente capitalistas, na sociedade brasileira, e também a tentativa de pincelar, em vários autores, a presença do comércio ambulante em suas obras, seu significado e transformações, este capítulo não estava presente nas intenções que permeavam as primícias de nossa investigação (ao menos, não na forma que assumiu aqui). A pesquisa também é, fundamentalmente, uma descoberta.

O levantamento inicial, ainda que indispensável, é insuficiente para dar conta do comércio ambulante. Se nos limitássemos a ele, incorreríamos na mesma tradição de obras que ou não se interessam(ram) por essa parcela da classe trabalhadora, ou tocam(ram) no assunto encarando-o como consequência de outras questões que constituem o cerne de suas discussões. Nos dois casos, a situação dos ambulantes é preterida (ao menos no que diz respeito à trajetória de vida e à situação desses trabalhadores). Daí a importância do conjunto de entrevistas orientadas pelo fulcro do trabalho.

Dentre todas as considerações que vêm à tona quando falamos nos camelôs, citemos uma indagação que sempre reaparece: os camelôs escolheram essa forma de trabalho? Afirmamos isso por que as entrevistas e toda a pesquisa vão muito além desse aspecto. Sociologicamente, abordar o comércio ambulante reduzindo-o a escolhas individuais é abrir mão da necessidade de apreender o fenômeno em sua totalidade, o que levaria ao empobrecimento da investigação. Dizer também que os camelôs são pessoas que fracassaram em sua tentativa de ajustamento às condições de vida numa cidade como São Paulo (a metrópole coloca problemas muito distintos se comparados com o meio rural – como já vimos), é incorrer no mesmo erro, pois como explicar o

fato de muitas pessoas já nascidas na metrópole não conseguirem escapar da teia da informalidade? Além do mais, a existência de pessoas que passaram quase toda a vida na formalidade, mas também perceberam que isso não foi suficiente para evitar o trabalho como ambulante, constitui um desafio a esse tipo de visão. As escolhas existem, mas assumem significado completamente diverso quando inseridas no conjunto de outras considerações que devem ser levadas em conta. Aprender estes outros aspectos faz parte dos objetivos deste estudo. O relato dos ambulantes forma apenas uma parte do trabalho. Como disse Hannah Arendt,

“A ação só se revela plenamente para o narrador da história, ou seja, para o olhar retrospectivo do historiador, que realmente sempre sabe melhor o que aconteceu do que os próprios participantes. Todo relato feito pelos próprios atores, ainda que, em raros casos, constituam versão fidedigna de suas intenções, finalidades e motivos, não passa de fonte útil nas mãos do historiador, e nunca tem a mesma significação e veracidade da sua história” (ARENDR, 2000:204-205).

Nossa investigação, ainda que seja de cunho sociológico, esteve permeada pelo espírito do historiador, nos termos da filósofa alemã, se é que não é demasiada presunção fazer uma afirmação como esta de forma tão categórica. Nas entrevistas, tivemos a chance de perceber, dentro de certos limites, as escolhas, os desejos e projetos alimentados pelos ambulantes. Podemos ver como elas terminam por construir microbiografias reveladoras. Em alguns casos, porém, as expectativas quanto ao futuro já esmoreceram. Naqueles em quem ainda é possível vislumbrar a sustentação de alguns sonhos, não há como fazer vista grossa diante do fato de que as condições necessárias para a concretização desses anseios talvez não existam, o que seria a confirmação da tragédia.

A busca por informações que esclareçam a migração e a sobrevivência numa cidade como São Paulo, permite-nos questionar a produção acadêmica que abordou diretamente a situação dos ambulantes ou somente a tangenciou. Uma investigação a respeito daqueles que, num primeiro olhar, “fracassaram” no ajustamento às condições de vida na metrópole, como é o caso dos camelôs, oferece a possibilidade de percebermos nuances em processos históricos que são marcados, em muitas análises, pela uniformidade. Trocando em miúdos, a migração pode não significar ascensão; o comércio ambulante pode não ter como melhor referência para sua interpretação o fracasso individual. Aquilo que já foi escrito, até por ter sido produzido em

circunstâncias histórico-sociais distintas das que hoje marcam a vida dos ambulantes na São Paulo, pode ser enriquecido à luz de tudo o que foi descoberto no decorrer da pesquisa.

A descoberta à qual se refere este capítulo, anuncia um esforço de articulação entre as seguintes referências: contrato social, esferas pública e privada (já houve uma prévia discussão sobre isso) e trabalho (precário). Acreditamos que Rousseau possa dizer-nos algo a respeito dos camelôs da Paulicéia, principalmente quando posto ao lado de Marx.

Há uma série de cuidados que devem ser tomados na incorporação de textos clássicos à luz do dilema do comércio ambulante de uma cidade como São Paulo. Podemos dizer que, em vários momentos, toda a orientação recebida nos lembrava constantemente que autores como Rousseau, Marx e tantos outros viveram em épocas distintas. Logo, tiveram de lidar com questões específicas. Marx e Rousseau não falaram nada sobre os camelôs. Mesmo que tivessem falado, os ambulantes da Europa dos séculos XVIII e XIX não eram os mesmos que havia no Brasil no mesmo período, muito menos os que sobrevivem, atualmente, nas ruas da Paulicéia. A leitura dos clássicos serviu para iluminar nossa investigação, orientar nossos questionamentos para que as indagações mais relevantes prevalecessem ante aquelas que pouco contribuíssem para a elucidação da forma de trabalho precário que nos interessa.

É preciso apresentar a produção acadêmica na qual vamos beber as informações necessárias para desenvolver o assunto, pois se trata de um tema vastíssimo que, por si só, já mereceria muita dedicação e tempo. Aliás, se nos embrenhássemos por ele, o foco central do trabalho muito provavelmente seria deixado de lado. Nosso ponto de partida é composto por oito referências: os textos (1) *Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal*, de Francisco de Oliveira, e (2) *Reinventar a Democracia: entre o Pré-contratualismo e o Pós-contratualismo*, de Boaventura de Sousa Santos, ambos presentes no livro *Os sentidos da democracia*, organizado pelo primeiro e pela professora Maria Célia Paoli; o capítulo (3) *Segregação urbana, enclaves fortificados e espaço público*, da obra *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*, de Teresa Pires do Rio Caldeira; e os livros (4) *Do Contrato Social*, de Jean-Jacques Rousseau, (5) *Uma Teoria da Justiça*, de John Rawls; (6) *A Condição Humana*, de Hannah Arendt; (7) “*O Contrato Social*” ou *As Ilusões do Jogo do Poder* e (8) *Figuras do Corpo Político: o último dos artefatos*

morais em Rousseau e Pufendorf, ambos escritos pelo professor Milton Meira do Nascimento.

Inúmeros são os autores que oferecem contribuições valiosas para pensarmos o fenômeno social do comércio de rua na cidade de São Paulo. Muitos deles não ocupam a mesma posição nas “correntes” teóricas das ciências humanas. Hannah Arendt, Max Weber e John Rawls, em vários momentos, tecem críticas às obras de cunho marxista. Assim, se tivermos de decidir sobre o predomínio de algum autor, diríamos que Marx, de forma direta (em suas obras) ou indireta (em autores como Francisco de Oliveira, Lúcio Kowarick e Caio Prado Jr.), corta nosso trabalho de ponta a ponta. Talvez soe estranho, mas não havia como evitar a referência a obras tão dispares. Tomemos o exemplo da produção weberiana para explicar melhor esse “dilema”.

Max Weber foi de fundamental importância, pois sua obra, grosso modo, tentou dar conta do processo histórico que fez com que o estilo de vida dito ocidental não apenas tomasse conta de toda a Europa, mas transpusesse suas fronteiras e passasse a definir, direta ou indiretamente, a vida de todas as pessoas. No que concerne ao trabalho, Max Weber ofereceu uma interpretação não apenas das mudanças, digamos, materiais e organizacionais das atividades produtivas às quais os homens se debruçaram no decorrer do tempo, mas, principalmente, da nova disposição mental com que os homens, a partir da Reforma Protestante, passaram a encarar o trabalho. Este passou a ser louvado como algo que conferia dignidade às pessoas. Da ênfase na punição (como é possível depreender do texto do Gênesis), passamos, historicamente, à ênfase na idéia de vocação (presente no Novo Testamento), sobretudo a partir da interpretação dada por Calvino. Trabalhar passou a ser um ato de louvor a Deus. Em outras palavras, Max Weber oferece, como ele mesmo afirma ao longo de sua obra *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, um ponto de vista que tenta dar conta da transformação cultural que associou o trabalho a uma ética a ser seguida e louvada.

A chamada ética do trabalho é uma das marcas características da sociedade capitalista. Não que Weber queira dizer que existia uma relação de causa e efeito entre a religião protestante e a moderna ordem econômica. Ele afirma que nem Lutero, nem Calvino, nem qualquer outro reformista imaginavam estar contribuindo para a constituição do capitalismo; afinal de contas, a vida social prega suas peças nos seres humanos, pois o resultado das várias ações dos homens nem sempre mantém afinidade com as intenções primeiras de seus atores. Fizemos uso de Max Weber não tanto para abordar o abandono de nosso passado colonial e escravocrata, no qual o trabalho não

era sinônimo de dignidade, mas sim para oferecer uma caracterização adequada dessa nova ética do trabalho.

Entretanto, devemos fazer a seguinte indagação: podemos afirmar, com certa segurança, que a ética do trabalho esteja consolidada na sociedade (o que não significa que não haja a possibilidade de qualquer outra transformação cultural como a analisada por Weber – a história é aberta – e muito menos que todas as pessoas assumam-na como algo que oriente suas condutas de vida)? Ao mesmo tempo, parece-nos que o referencial weberiano se revela insuficiente para dar conta da situação dos camelôs. Por quê? Se muitos entrevistados dizem que é melhor comercializar mercadorias nas vias públicas do que roubar, é a ética do trabalho que se contrapõe aqui à vagabundagem, ao roubo. Os ambulantes firmam-se como trabalhadores e não como bandidos. Contudo, boa parte dos entrevistados ou alimentaram um forte desejo de integrarem o mercado formal (ter registro em carteira e usufruir dos benefícios dessa condição) ou ainda alimentam.

Nesse sentido, por mais elucidativa que seja a contribuição de Max Weber, como explicar esses desejos irrealizados? Como iluminar o desemprego, as ansiedades de pessoas desocupadas numa sociedade que não apenas contrapõe o trabalhador ao bandido e desdenha este em função daquele, mas que busca ver no trabalho uma fonte de segurança e não de angústias e de privação? Ainda que Weber chame nossa atenção para o fato de que a ascense religiosa, no momento em que o protestantismo ganhava terreno, garantisse que “*a desigual distribuição de riqueza deste mundo era obra especial da Divina Providência*” (WEBER, 1992:127), atualmente, não há como sustentar essa idéia, sem maiores problemas, até por que, no Brasil, por exemplo, desde o período dos governos militares (1964-1985), percebemos uma disposição não apenas da Igreja Católica, mas também de várias filiações protestantes, em buscar compreender os mecanismos sociais que geram pobreza, miséria e desemprego. É assim que a obra de Marx nos parece mais consistente, por permitir uma melhor articulação entre trabalho, exploração econômica e suas conseqüências na vida de homens e mulheres, jovens e idosos.

Retomando a questão do contratualismo, as referências teóricas mencionadas alguns parágrafos acima parecem ser suficientes para as pretensões desta pesquisa, na medida em que permitem uma articulação fundamental, qual seja: o pertencimento a uma coletividade (à sociedade) reivindica a criação de um senso de bem-estar mínimo para todas as pessoas e como a sobrevivência passa pela questão do trabalho, a noção

pública de bem-estar coloca-o como fonte de uma vida que não seja sinônimo de privações, de pobreza (que, na Grécia Antiga, como Hannah Arendt lembrou, era sinônimo de má saúde, sujeição às necessidades físicas, à escravidão e à violência promovida por outros homens) (*ibid.*, 40); na qual o labor não represente o resgate de sua raiz etimológica, ou seja, pobreza, dor, esforço, solidão, desprezo e abandono (*ibid.*, 58). Ora, ganhar (ou perder) a vida nas ruas de uma metrópole como São Paulo representa, num certo sentido, um tipo de ruptura com os termos do contrato social e, portanto, com o bem comum. O que isso quer dizer?

A sobrevivência de cada integrante da sociedade fica limitada, única e exclusivamente, ao âmbito privado. Em outras palavras, a sobrevivência e o trabalho das pessoas dizem respeito somente a elas. Quando a sociedade abre mão do contrato, muitos indivíduos são lançados à sua própria sorte e os demais, melhor posicionados, simplesmente lavam as mãos. Mesmo ocupando as vias públicas, os camelôs estão restritos ao âmbito privado, nos termos apresentados por Hannah Arendt e Jacques Rancière. Qualquer referência a direitos não faz sentido para os ambulantes. Ao invés de serem tratados como membros pertencentes à sociedade e, como tais, mercedores da participação digna na partilha da produção social, no sentido mais amplo do termo, são vistos como um estorvo: atrapalham a circulação de pessoas e veículos, e contribuem para a degradação da beleza da metrópole. Em suma, perdem qualquer reconhecimento.

A discussão referente às esferas pública e privada veio à mente, de início, por meio da questão da apropriação do espaço (ocupação das ruas e praças da cidade de São Paulo pelas pessoas que realizam o comércio informal). Aliás, lançando um olhar sobre a metrópole, é bom que fique claro o seguinte: ainda que a “onipresença” dos ambulantes ganhe destaque, essa forma de apropriação das ruas não se restringe, de forma alguma, a eles. Os próprios lojistas crêem-se no direito de deixar parte de suas mercadorias do lado de fora de seus estabelecimentos; várias pessoas distribuem informes publicitários a respeito dos mais variados serviços (comércio de jóias, cursos de informática, empréstimos financeiros, cartas de motorista, consultórios odontológicos, serviços de advocacia, enfim); homens de idade ficam sentados nas ruas e calçadas com o corpo coberto de anúncios de emprego, expostos ao olhar dos que os cercam (e são muitos) em busca de alguma alternativa de trabalho; há modernos “quiosques” das mais variadas loterias, como é possível notar na Praça da Sé. Ocupar as ruas, longe de ser uma atitude exclusiva de camelôs, dos artistas de rua, parece fazer

parte da lógica urbana brasileira. Não há como não lembrar uma passagem de *Tristes Trópicos*, escrito por Claude Lévi-Strauss, acerca de seu primeiro contato com a sociedade brasileira, na época em que veio com a missão de tomar parte na constituição da Universidade de São Paulo:

“Vestindo roupas mais leves que de costume e pisando nos meandros ondulados de um calçamento de mosaico branco e preto, percebo, nessas ruas estreitas e sombreadas que cortam a avenida principal, um ambiente particular; a transição entre as residências e a rua é menos marcada do que na Europa; as lojas, apesar do luxo de suas vitrines, prolongam a exposição das mercadorias até a calçada; ninguém presta muita atenção se está fora ou dentro. Na verdade, a rua não é mais apenas um lugar por onde se passa; é um local onde se fica⁵⁰”
(LÉVI-STRAUSS, 1996:80-81).

No Brasil, ao que tudo indica, a relação entre o âmbito privado (residências e estabelecimentos comerciais, por exemplo) e o espaço público, representado pela rua, parece assumir certa peculiaridade que a distingue de outros meios sociais. No caso dos camelôs, desaparece a distinção entre casa, rua e local de trabalho. Restam apenas a casa e a rua. Em alguns casos, não há nada além da rua, que termina por reunir o local em que se trabalha e onde se dorme, pois seria perverso demais fazer uso da palavra lar quando nos referimos a um espaço tão hostil.

Francisco de Oliveira, no exame de qualificação, havia chamado minha atenção para a insuficiência do trabalho no que concerne ao problema da esfera pública. Ele e Lúcio Kowarick apresentaram uma encruzilhada e eu me vi lançado ao meio, tendo de escolher uma senda pela qual prosseguir. Se aquele, dentre outras colocações, frisou o problema acima aludido, este apontou insuficiências no que diz respeito ao tratamento histórico que passou a ser trilhado no decorrer da pesquisa (objeto do primeiro capítulo).

Por que a história passou a ser fundamental para a análise da vida dos trabalhadores que comercializam mercadorias nas ruas da Paulicéia? Valho-me de duas idéias, uma de Hegel, outra de Marx:

“Desta característica da produção espiritual, que supõe um mundo espiritual preexistente e o transforma no ato de se apossar dele, segue-se que a

⁵⁰ Todos os grifos são meus.

nossa filosofia só pode existir enquanto ligada à precedente, da qual é necessário produto; e o curso da história mostra, não o devir de coisas a nós estranhas, mas sim o nosso devir, o devir do nosso saber” (HEGEL, 1999:382-383).

“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aqueles com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar a nova cena da história do mundo nesse disfarce tradicional e nessa linguagem emprestada” (MARX, 1956:17).

O interesse que animou a pesquisa foi a vida dos atuais vendedores ambulantes, o nosso devir, nas palavras de Hegel. O trecho com que Marx inicia seu *18 Brumário de Luis Bonaparte* revela o fulcro do problema: ganhar a vida por meio do mercado ambulante é um fenômeno que não pode ser compreendido apenas a partir de referências atuais. Aliás, pode, se tivermos em mente que as circunstâncias que servem como “paradigma” para o estudo da forma de trabalho precário que desperta o interesse não só de pessoas envolvidas nos meandros acadêmicos, mas também de outros setores da sociedade, foram construídas pelas gerações passadas e compõem o legado que recebemos e que, portanto, limita nossas possibilidades quanto ao futuro, ainda que este seja aberto. Além do mais, o comércio ambulante deve ser visto à luz da constituição do mercado de trabalho, das formas de comercialização e dos padrões de consumo. Daí a importância desse recorte diacrônico.

A despeito das colocações de ambos os professores, deparei-me, no meio do caminho, com uma breve leitura, porém muitíssimo instigante. O texto de Francisco de Oliveira, mencionado acima, sugere uma interessante discussão a respeito do que significa a política como forma de reivindicação dos setores sociais que foram/são desrespeitados e que afirmam seu direito à fala, à apropriação de uma parcela de todos os bens criados pela sociedade e a um questionamento a respeito de como esses bens são distribuídos e negados a algumas pessoas (OLIVEIRA, 1999:60-61). A partir dessa idéia, emprestada do filósofo Jacques Rancière, Francisco de Oliveira desenvolve seu pensamento no sentido de chamar a atenção para a formação da sociedade brasileira.

Esta, para ele, é enraizada na violência, na proibição da fala, na privatização daquilo que é público (*ibid.*, 59). No limite, a história brasileira sintetiza a destruição de toda e qualquer tentativa de construção social de um senso de bem comum. Nos termos que nos interessam, a história brasileira segue fiel em seu desrespeito ao contrato social.

Por que, então, as breves, porém consistentes, 27 páginas desse texto despertaram tanto nossa atenção? Ao invés de escolher um caminho que tornasse os debates sobre a história e a questão do bem público mutuamente exclusivos, resolvemos nos embrenhar numa tentativa de, dentro dos limites de uma dissertação de mestrado, trabalhar mais sobre a análise presente nesse texto, tendo como fio condutor a experiência de trabalho dos camelôs. Como fizemos uso da metáfora da encruzilhada, digamos que a trilha histórica foi a escolhida, mas levamos conosco o outro debate em forma de lampião, a fim de iluminar o caminho.

Antes, porém, de apresentar o referencial teórico que sinaliza o problema do contratualismo, cabe apresentar algumas considerações a respeito de uma pesquisa feita nos arquivos da Associação Viva o Centro, que tenta trazer à baila a concepção de cidade e cidadania presente no discurso da referida instituição. Essa discussão inicial refere-se à aludida questão da ocupação do espaço urbano. Só, então, abordaremos o problema de forma mais adequada.

2. REVALORIZAÇÃO EM “CALCUTÁ”: o discurso da Associação Viva o Centro a respeito da cidade e dos camelôs⁵¹

Vale a pena iniciar com uma afirmação que foi veiculada na seção “Frente Ampla”, da revista *República* (jan./2000, nº 39):

"Não demora muito e o prefeito Celso Pitta⁵² conseguirá transformar São Paulo numa imensa Calcutá. Agora, não são apenas camelôs e ambulantes. Nos

⁵¹ As informações a respeito das práticas e concepções da *Associação Viva o Centro* foram obtidas a partir de pesquisas feitas em documentos elaborados pela própria instituição. Foram analisadas as seguintes publicações: Revista *Urbs* n.º 3, 8, 9 e 10; *Viva o Centro em Revista* n.º 10; *Informes* n.º 103, 105, 107, 111, 114, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 125, 126, 130, 131, 134, 138, 139, 143, 147, 148, 149, 150. Os trechos que aparecem entre aspas foram extraídos desses boletins. Outra referência importante para a apreensão da postura da associação em relação aos camelôs foi o livro *Centro Velho de São Paulo: memória – momento*, escrito por Rogério Ribeiro da Luz, um dos membros da Viva o Centro. Esse livro, algumas notícias de jornais que foram pinceladas no decorrer da pesquisa e outras referências de cunho teórico (a tese de doutorado de Heitor Frúgoli Jr., por exemplo), na medida em que corroboraram idéias selecionadas em periódicos da instituição, levaram-nos a encarar como desnecessária a realização de entrevistas com outros integrantes, pois elas talvez só viessem a ratificar o que já havia sido descoberto. Não que as entrevistas não fossem importantes, mas fogem à discussão central desta pesquisa.

fins de semana vendem-se cachorros, roupas e até cadeiras de escritório nas calçadas de São Paulo. É só chegar e espalhar o produto na rua: a esculhambação virou regra (...) Um pouco de moralidade ajudaria a estética da cidade e contribuiria para obrigar aqueles que fabricam produtos industriais a comercializá-los dentro da lei, pagando, inclusive, os impostos devidos".

Essa afirmação estabelece uma comparação entre São Paulo e Calcutá! Antes de mergulhar na exposição a respeito dos princípios e práticas de uma instituição que muito se aplica no chamado processo de revalorização do Centro Velho da Paulicéia, por que não citar algumas palavras de quem já esteve na Índia, a fim de termos uma melhor dimensão do teor do paralelo traçado entre as duas cidades mencionadas? O antropólogo Lévi-Strauss lá esteve e nos diz o seguinte:

“As grandes cidades da Índia são subúrbios miseráveis; mas aquilo que nos envergonha como se fosse uma tara, aquilo que consideramos uma lepra constitui aqui o fato urbano reduzido à sua expressão última: aglomeração de indivíduos cuja razão de ser é aglomerar-se aos milhões, sejam quais forem as condições reais. Lixo, desordem, promiscuidade, ajuntamentos; ruínas, cabanas, lama, imundícies; humores, bosta, urina, pus, secreções, purulências; tudo aquilo contra o que a vida urbana nos parece ser a defesa organizada, tudo aquilo que odiamos, tudo aquilo de que nos protegemos a tão alto custo, todos esses subprodutos do convívio aqui jamais alcançam seu limite. Antes, formam o meio natural de que a cidade necessita para prosperar. Para cada indivíduo, a rua, atalho ou viela, fornece um lar onde ele senta, dorme, pega sua comida diretamente de um lixo pegajoso. Longe de repugnar-lhe ela adquire uma espécie de estatuto doméstico só pelo fato de ter sido excusada, excrementada, pisoteada e manipulada por tantos homens” (LÉVI-STRAUSS, 1996:126).

Após breve idéia sobre Calcutá, muito reveladora quanto aos deslocamentos humanos, ao longo da história, sobretudo no que diz respeito a pessoas expulsas do campo e, literalmente, lançadas à sua própria sorte no processo de constituição dos grandes centros urbanos, creio que podemos prosseguir, pois é da cidade,

⁵² O prefeito Celso Pitta governou a cidade de São Paulo no período de 1997 a 2000.

principalmente no que ela representa em termos de espoliação⁵³ do ser humano, que vamos tratar nas próximas páginas.

Criada em 1991, a *Sociedade Pró-revalorização do Centro de São Paulo* (Viva o Centro) defende um conjunto de concepções a respeito do centro urbano, sua importância e ocupação. Cabe a nós apresentá-las de maneira clara e, sempre que possível, tecer algumas indagações, pois não raras são as situações em que há verdadeiros abismos entre enunciações e práticas. No fundo, trata-se de uma preocupação, já explicitada por Heitor Frúgoli Jr., segundo a qual os discursos calcados em supostos interesses gerais muitas vezes escondem (sem grande sucesso) uma prática de exclusão das classes populares (FRÚGOLI JR., 1998:77). Dizemos isso tendo em vista que o discurso da *Associação Viva o Centro*, em muitas passagens, parece caminhar por uma corda e, se, em alguns momentos, menciona idéias como resgate da cidadania, em outros, ele parece desequilibrar e pender para o lado da exclusão propriamente dita, que, no caso, prega um centro livre dos pobres. É essa ambigüidade que buscaremos revelar e discutir.

A exclusão, em muitas situações, dá-se também nos próprios trabalhos acadêmicos ou em obras que foram concebidas como retratos de épocas passadas. No que concerne a isso, Carlos José Ferreira dos Santos, em seu livro *Nem tudo era Italiano*, chama nossa atenção para duas posições muito comuns em relação ao trabalhador nacional pobre, completamente envolvido em formas precárias e instáveis de trabalho.

De um lado, são totalmente negligenciados, como se não existissem. Por outro lado, são excluídos e desqualificados em relação àquelas que eram concebidas como sendo as formas de vida adequadas ao perímetro municipal urbano (SANTOS, 1998:69). No fundo, a discussão que aqui se inicia diz respeito ao conjunto de valores relacionados às imagens da cidade, à busca pela reordenação de seu espaço e à maneira como, no contexto urbano, é mostrada a presença de setores provindos das classes populares (*ibid.*, 20). Em seu livro, Santos revela como as fotos da Paulicéia, no fim do século XIX e início do XX, desvendam um desejo de europeizar a cidade (*ibid.*, 24). As grandes construções arquitetônicas, sobretudo as de Ramos de Azevedo, ganham destaque. Em contrapartida, sugestivamente desfocados, lá estavam sempre os

⁵³ Uma boa noção de espoliação urbana, no sentido de mecanismos que agravam a exploração no trabalho, da ausência de bens de uso coletivo que terminam por propiciar às pessoas precárias condições de moradia, pode ser encontrada no livro *Escritos Urbanos* (cf. KOWARICK, 2000:22).

trabalhadores pobres, empurrando carrinhos, carregando pacotes, lavando roupas nas margens do Tamandateí (época em que isso ainda era possível), vendendo mercadorias e serviços para quem deles necessitasse. Na cidade que se pretendia européia, as fotos escondiam as cenas que destoavam do projeto da elite paulistana, que procurava “por” São Paulo num molde europeu. Ampliando imagens, convertendo o “periférico” em objeto central de análise, Santos realiza algo que foi salientado por Francisco de Oliveira: uma recuperação da história dos dominados (OLIVEIRA, 1999:61).

Na passagem do século XIX para o XX, a modernização da cidade baseava-se na especialização dos espaços e na distinção entre trabalhadores e os que não eram encarados como tais (SANTOS, 1998:75). O espaço passa a ser projetado com uma função específica e isso exige um comportamento condizente dos cidadãos, pois falamos numa construção do espaço, dos comportamentos, do homem em si. Batuques, congadas, sambas, moçambiques, formas de manifestações populares, e a própria presença de inúmeros ambulantes nas ruas (*ibid.*, 125) não coadunavam com o estilo europeu que se queria implantar⁵⁴. A urbanização foi marcada por atos de repressão às tradições culturais dos negros, que perturbavam o sossego e o decoro da população branca (FERNANDES, 1965a:45). Além disso, ao contrário do imigrante, a população nacional era inferiorizada em termos culturais, sociais e étnicos se comparada ao modelo de disciplina do trabalho que se queria implantar aqui no Brasil (*ibid.*, 40).

Decorridos quase cem anos do período abordado pelo autor que fez um resgate do trabalhador pobre nacional, pois as luzes se voltavam para os imigrantes que cruzavam o oceano movidos pela esperança de tempos melhores, parece que as mesmas questões mantêm uma atualidade bem conservada e merecem vir à tona, pois podem nos auxiliar a iluminar a experiência do trabalho ambulante. É óbvio que, explicitamente, não há qualquer referência a um desejo ainda vivo de europeização (ou de americanização) de São Paulo, ainda que o informe nº 120 da Associação, de 1997, traga uma referência a espaços destinados ao comércio popular, situados em cidades

⁵⁴ Para aqueles que acham que essa busca por um centro livre de manifestações populares pertence tão somente aos arquivos históricos, não custa nada mencionar a seguinte afirmação de Rogério Ribeiro da Luz, a respeito do Teatro Municipal: “*A verdade é que o Municipal, tal como mãe generosa, sempre abriu seus braços para o erudito e o popular, o clássico e o moderno. Num ponto extremo, que só a irresponsabilidade e a falta de coerência explicam, recebeu até bailes de carnaval, numa concessão lamentável do poder público*” (LUZ, 1999:66). Não é à toa que, como veremos, uma das propostas da Viva o Centro é usar o sambódromo como espaço a ser ocupado pelos ambulantes. Este tipo de afirmação e outras de mesmo teor alimentam nosso ceticismo em relação à concepção do centro urbano como espaço marcado pela diversidade cultural e social, pregada pela Associação.

como Nova York, Boston e Barcelona, localizados fora de seus perímetros urbanos. Aqui, trata-se apenas de uma comparação, um exemplo de medidas que poderiam ser tomadas, em São Paulo, com o intuito de controlar o comércio de rua.

Referindo-se ao centro, a Associação, legítima representante dos interesses e das concepções de setores comerciais e financeiros implantados no espaço urbano paulistano, mas que também não se limita a essa posição, tendo em vista que, em seus pronunciamentos, se dirige a todos os paulistanos (moradores de áreas nobres e periféricas, trabalhadores e empresários), afirma que se trata de uma **“área eminentemente pública e democrática”**, dotada de um potencial capaz de induzir **“as grandes transformações que São Paulo exige”**. A situação de calçadas e ruas é tomada como indicador da qualidade da administração pública e também como padrão de civilidade. Assim, buracos, poços d’água, degraus, desníveis, ocupações irregulares, tanto por parte de imóveis como de camelôs (estes nos interessam mais diretamente) contribuem para a perda da dignidade urbana e são reveladores do descaso dos governantes. Diante desses problemas, a Associação aponta o processo de revalorização como interessante para a cidade e para a **“esmagadora maioria da população”**. Como exemplo, ela diz o seguinte: a vasta feira livre privada que cobre a região central impede não somente a sua recuperação, mas, sobretudo, uma importante consequência da política de revalorização, ou seja, a geração de **“milhares de empregos permanentes nas áreas de entretenimento, turismo e comércio formal”**⁵⁵.

Trata-se de um forte argumento quando uma parcela da população passa boa parte de seu tempo procurando emprego, enquanto a outra vive com o medo de perder o seu. Podemos também acrescentar os próprios camelôs. Em vários casos, estes desistiram de procurar ocupação no mercado formal. Não devemos nos esquecer do seguinte: longe de serem meros obstáculos à criação de empregos, os camelôs também são desempregados.

⁵⁵ No dia 16/05/2001, a Folha de S. Paulo exibiu uma reportagem intitulada “Camelô é obstáculo à recuperação do centro”, que inicia da seguinte forma: *“Há 938 barracas no caminho do projeto Reconstruir o Centro, plano da prefeitura para revitalizar a região que será anunciado hoje, às 10h, pela prefeita Marta Suplicy”*. No caderno “Ilustrada” do mesmo jornal, no dia 28/06/2001, uma outra reportagem sobre o lançamento do livro *Imagens de São Paulo – Gaensly no Acervo da Light (1899-1925)*, do fotógrafo suíço Guilherme Gaensly (1843-1928), tem o sugestivo nome de “Da Belle Époque ao caos”. Em dois jogos comuns entre presente e passado, em que fotos de locais conhecidos são postas lado a lado, o presente revela muitos informes publicitários e os ambulantes nas ruas. Certamente, eles não constituem a referência à Belle Époque. Fazendo coro ao discurso da Viva o Centro, a reportagem diz que a cidade de São Paulo assume um ar caótico.

No fundo, há uma situação indesejável que constitui obstáculo à modernização da cidade. Há cem anos atrás, São Paulo era candidata à condição de metrópole europeia e hoje, em mais uma virada de século, ela “pleiteia” o *status* de cidade mundial⁵⁶.

Reforçando o “bem comum”, o cel. da PM, Marcos Alcantara Lima, em entrevista à Associação, afirmou que a presença dos camelôs esconde o ilícito (tráfico de drogas, comércio ilegal de armas, assaltos e furtos⁵⁷). Um dos camelôs entrevistados (Jorge – páginas 80, 81 e 82) chegou mesmo a afirmar que o camelódromo, próximo ao qual fica sua barraca, só servia para o comércio de drogas. Os próprios ambulantes têm medo da violência que marca o cenário da Paulicéia.

Os depoimentos do coronel Alcantara Lima e de Rogério Luz explicitam a procura pela ordem social, que parece ser inerente à própria constituição da cidade. A aparência de desordem suscitada pela presença do comércio ambulante nas ruas paulistanas (“*a esculhambação virou regra*”) cria inúmeros empecilhos à vigilância e à coordenação das relações de troca (do setor formal obviamente), pois, segundo Castells, o centro significa a possibilidade de coordenação das atividades e de criação das condições de comunicação entre os atores (CASTELLS, 1983:271), sentido afrontado se levarmos em conta a imagem caótica que está presente nas concepções a respeito da apropriação do espaço por parte dos camelôs. A candidata à condição de cidade mundial é transformada num imenso labirinto caótico, o que não deixa de ser fonte de desconforto para todos os moradores, sejam eles ambulantes ou não.

Mas não pára por aí. A requalificação da área central é uma **“imperiosa necessidade para a sobrevivência econômica e social de São Paulo no século XXI (...)”**. Numa entrevista concedida por Jorge da Cunha Lima (um dos idealizadores da Viva o Centro) a Heitor Frúgoli Jr., é mencionada uma cidade que se projeta para o futuro, que torna imperativa a preservação de sítios emblemáticos e instituições (cf.

⁵⁶ Para uma discussão a respeito do tema *cidade mundial*, veja MEDEIROS, Bianca Freire. *São Paulo, cidade global? Testando algumas hipóteses sobre cidades mundiais na periferia*. Anais da Anpuh, Recife, pp. 797-810, 1997 e MARQUES, Eduardo e TORRES, Haroldo G. *São Paulo no Sistema Mundial de Cidades*. Universidade de Columbia:Universidade de Harvard, 22 p. mimeo, 1997.

⁵⁷ Faz-se necessário um cuidado especial para não confundir os camelôs com os próprios criminosos e traficantes. É óbvio que isso pode ocorrer, mas também não é possível uma generalização direta. No que concerne às práticas ilícitas de ganho (roubos, furtos, brigas), estas também eram comuns e constituíam um complemento à escassa renda dos trabalhadores na virada do século XIX para o XX (PINTO, 1994:184). Já Carlos José Ferreira dos Santos afirma que os supostos vagabundos (referência comum aos ambulantes e às pessoas que moravam na antiga Várzea do Carmo) aparecem em algumas fotos carregando trouxas, cestos, tabuleiros e balaios; lavando roupas; conduzindo carroças; esperando mercadorias em frente dos mercados (SANTOS, 1998:97), ou seja, realizando algum tipo de trabalho.

FRÚGOLI JR., 1998:60). Num dos trechos de seu livro, Rogério Ribeiro da Luz diz o seguinte:

“(...) a Operação Urbana Centro representa, definitivamente, um importante passo pela requalificação da área. É um conjunto de medidas para que o Centro deixe de ser um espaço melancólico e de degradação, que provoca medo e constrangimentos nas pessoas, e que volte a ostentar as qualidades de dinamismo e modernidade. A invasão do Centro pelos camelôs, sem teto e miseráveis de toda a espécie é apenas parte do problema.

“A própria falta de noção de cidadania acaba respondendo por lamentáveis práticas, como monumentos depredados, paredes pichadas e sujeira. Decadência, enfim, como é o caso da que atinge belos edifícios antigos do Centro, que foram se descaracterizando” (LUZ, 1999:153-154).

A palavra cidadania, em algumas passagens, é associada aos aspectos materiais da cidade e não aos *“camelôs, sem teto e miseráveis de toda a espécie”*. Cidadania, ao que tudo indica, é empregada na relação dos homens com o espaço físico urbano, mas ficamos sem resposta quando temos em mente o coração do termo cidadania: a relação dos homens entre si. E nem se trata de uma idéia recente, como podemos ver num trecho de Hannah Arendt:

“A rigor, a polis não é a cidade-estado em sua localização física, é a organização da comunidade que resulta do agir e falar em conjunto, e o seu verdadeiro espaço situa-se entre as pessoas que vivem juntas com tal propósito, não importa onde estejam” (ARENDDT, 2000:211).

Com a retirada dos camelôs, o centro voltaria a ser um **“local de encontro, compras, lazer e cultura”**, talvez à maneira do antigo *“Triângulo Central”* (espaço compreendido entre as ruas Direita, São Bento e XV de Novembro) e todo seu *glamour* presente nos bancos, casas comerciais, confeitarias, cervejarias, cafés, redações de jornais, lojas de moda, joalherias e praças (SANTOS, 1998:70). Nestas considerações, por outro lado, já podemos perceber referências à comercialização e, portanto, ao consumo, mas também à sociabilidade produzida pelos encontros realizados em vários pontos do centro urbano.

O centro de São Paulo é o espaço público por excelência; local da monumentalidade, expressa nos tribunais, na Catedral, Bolsa de Valores, Teatro

Municipal, Largo São Francisco, edifícios e esculturas. Aqui, já é possível entrever a defesa de uma cidade marcada pela diversidade, pois vemos referências aos poderes político, religioso e econômico, e também à cultura e à ciência, pois a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo situa-se no Largo São Francisco. Enfim, um “centro de verdade, civilizado⁵⁸ e limpo”, mas ameaçado por praças abandonadas, calçadas repletas de camelôs, lixo, buracos, desleixo e insegurança. Sobre o Largo do Paissandu, Rogério Luz diz que...

“O Largo, que outrora foi o epicentro da vida boêmia paulistana, não evoca hoje sequer uma pálida lembrança do passado. O local está entregue a camelôs, desocupados e meninos de rua que fazem dele a sua casa. Reflexo disso é a escultura Mãe Preta, de Júlio Guerra, de um bronze agora bastante esmaecido que nada lembra aquele dos áureos tempos em que ela foi ali instalada, em 1955, no aniversário da cidade” (LUZ, 1999:41).

O que era para ser “a grande vitrine de São Paulo”⁵⁹, converte-se em feiras livres de bugigangas e coberturas de metal e acrílico (referência ao Terminal de Ônibus do Parque D. Pedro II).

Tais referências nos permitem trazer à tona uma pequena contribuição de Henri Léfèbvre, autor que lembra o seguinte: a cidade concentra a população, os meios de produção, o capital, as necessidades, os prazeres e as atividades administrativas. Além disso, é nela que se encontra a sede do poder político, que garante o poder econômico, protege os meios de produção e proíbe os excessos e a violência por meio da polícia (LÉFÈBVRE, 1999:49). Mas, mesmo com todo o aparato policial, a permanência de populares nas ruas de São Paulo (mais especificamente, dos camelôs) desafia a nítida segregação que, por exemplo, havia em Manchester, no século XIX, onde se notava uma nítida separação entre bairros de classe média e de operários⁶⁰ (*ibid.*, 18). No caso

⁵⁸ Importa notar que a oposição entre civilização e barbárie veio com o progresso, no século XIX, presenciou sua virada e demonstra vitalidade no início do século XXI. Discutiremos mais adiante esse aspecto.

⁵⁹ Raquel Rolnik lembra que a região central é considerada um cartão de visitas (um postal), imagem que se exhibe para fora e que representa o poder urbano ao olhar de seus habitantes (ROLNIK, 1988:86).

⁶⁰ A respeito dessa segregação em Manchester, um texto de Engels é muito sugestivo: “A cidade é construída de forma tão peculiar que se pode morar nela durante anos, entrar e sair diariamente, sem entrar em contato com um bairro de trabalhadores, ou mesmo com um trabalhador, isto é, desde que se limite a negócios ou passeios. Isto provém principalmente do fato de que, ou por um tácito acordo inconsciente, ou por uma intenção já consciente, os bairros dos trabalhadores estão rigorosamente

de São Paulo, se é possível uma segregação em termos de moradia (as classes populares se concentram na periferia, com exceção de alguns cortiços e favelas), ao menos por meio do trabalho (e da mendicância), lá estão diariamente os populares.

Alguns autores, como Teresa Caldeira, afirmam que as classes de maior poder aquisitivo se sentem incomodadas pelo contato rotineiro com os setores mais pobres. Em seu livro *Cidade de Muros*, ela afirma que o centro, atualmente, é marcado pelo mal-estar decorrente do inevitável contato da elite com as camadas mais pobres da sociedade, formadas por vendedores, crianças de rua, travestis e prostitutas. A Praça da Sé, espaço da classe trabalhadora, usada por moradores pobres de São Paulo, passa a ser evitada pelos mais ricos (CALDEIRA, 2000:324). Dado o elogio de Rogério Luz à escultura representada por uma mulher negra (lembrança material das manifestações populares ocorridas há anos, como salientamos, e, simultaneamente, a referência ao espaço tomado por integrantes dos segmentos populares da Paulicéia), podemos solucionar a aparente contradição da seguinte forma: o que incomoda o senhor Luz e os setores mais abastados de São Paulo é o contato com o popular vivo, pois este, quando presente em forma de escultura, não traz nenhuma angústia. Para não sermos muito categóricos, podemos dizer que há, no mínimo, um sentimento de medo associado a determinados locais da cidade e não uma aversão direta aos setores mais pobres da sociedade. Esse sentimento de medo é revelador, pois mostra uma condição social na qual o “mundo moral”, artefato (portanto, construído pelos próprios homens) do qual decorrem relações de obrigação dos homens entre si, sem o qual os homens não poderiam viver bem (NASCIMENTO, 2000:28;37), parece falhar. Se há a sensação de caos é por que estão em xeque os princípios que decorrem do contrato firmado entre os homens (falamos do “contrato social”) e que estabelecem as condições necessárias para que os problemas sejam resolvidos segundo um critério que, no mínimo, mantenha a violência dentro de limites toleráveis.

O discurso da Associação Viva o Centro e seus integrantes, apesar de suas boas intenções e de algumas referências que parecem ser o mínimo exigido para o convívio social, leva-nos a questionar até que ponto é possível vislumbrar a concretização do princípio de cidadania da Grécia. São Paulo não é a antiga Atenas e, portanto, não se trata aqui de mera transposição mecânica, mas sempre que ouvimos falar em cidadania, em democracia, escritos de antigos filósofos e análises a respeito da antiga sociedade

separados das partes da cidade reservadas à classe média, ou, quando isto não acontece, estão dissimulados sob o manto da caridade” (ENGELS, 1989:308-309).

grega vêm à tona, como se, de alguma forma, procurassem mostrar que somos herdeiros do povo de Atenas.

A tragédia se completa e se agrava quando notamos indícios de práticas que tornam extremamente difícil a possibilidade de imaginarmos um meio de realização da cidadania. Nem todos os paulistanos, ainda que vivam juntos, parecem ter esse propósito comum. Grave também é o uso do termo cidadania para legitimar a realização daquilo que é, no fundo, a criação de obstáculos à sua efetivação. Prossigamos a fim de desenvolvermos melhor nosso pensamento.

Como **“coração e centro nevrálgico da metrópole”, não é possível permitir o comércio ilegal, que põe os camelôs à mercê de ‘gangsters’⁶¹”,** fato que configura um processo de **“degradação da cidade e das relações econômicas formais”**. Tal comércio constitui uma **“atividade disfuncional, sem higiene ou qualidade, e que degrada o espaço público e prejudica a mobilidade dos pedestres e veículos”**. Não custa reproduzir parte do Informe nº 103, de março de 1997:

“O Centro de São Paulo é expressão de um paradoxo. Por um lado, a área já vem dando os passos fundamentais para a sua efetiva requalificação. Dispõe de um projeto abrangente, de uma sociedade civil organizada e, mais que tudo, de uma atualidade histórica esmagadora como futuro núcleo de funções e atividades em torno do qual vai se estruturar a cidade mundial que São Paulo poderá ser já neste início de século XXI. O paradoxo é que toda essa energia tem o seu fluxo prejudicado por uma questão aparentemente menor, mas decisiva para a recuperação do Centro – a negligência oficial no trato dos espaços públicos da região. A questão é de dramática importância porque as noções de espaço público e de cidadania são inseparáveis. O primeiro é uma das instâncias de expressão e exercício dos direitos e deveres que a vida democrática pressupõe. Sem espaços públicos vigorosos, a cidade transforma-se em mero campo de interesses privados. É o que já se percebe claramente em São Paulo, principalmente no Centro, onde ocorre um forte processo de degradação do espaço público. Hoje, os logradouros da área são o cenário da brutal preponderância de interesses privados que se entrecruzam e até se associam para melhor controlá-los, em prejuízo da cidade e de sua população. Calçadas e calçadas sofrem a ocupação maciça dos camelôs. O lixo se acumula nas ruas e praças. Prédios e monumentos estão pixados. Não há sanitários públicos. O ambiente denuncia o desinteresse de quem deveria cuidar

⁶¹ Que fique claro aquilo que foi mencionado por Heitor Frúgoli Jr.: vários líderes dos camelôs desfrutaram de bom poder aquisitivo (a revista Veja chegou a entrevistar alguns que possuíam até mesmo apartamento), mas não se pode deixar de falar que a grande maioria está sujeita a tais lideranças e aos anseios de ganho ilícito por parte de fiscais da Prefeitura (FRÚGOLI JR., 1998:97).

dele. No espaço degradado a delinqüência se instala, fechando o círculo de desleixo e abandono”.

O trecho acima aludido nos faz pensar que há fundamento quando se fala, como Frúgoli Jr. o fez, em nova higienização (cf. FRÚGOLI JR., 1998:96). A situação é muito semelhante, por exemplo, às discussões, surgidas no início do século XX, a respeito dos cortiços existentes em São Paulo. Naquela época (cf. SANTOS, 1998:92) e, ao que tudo indica, nos dias atuais, dois “gládios” se defrontam na arena paulistana: o incontrolável, promíscuo, feio, sujo, imoral e bárbaro, contra o seguro, saudável, belo, limpo, moral e civilizado. Ao menos é este tipo de oposição que podemos depreender no discurso da Viva o Centro.

Na passagem acima mencionada, é clara a referência ao problema da privatização do espaço, no sentido de que ele passa a ser usado a partir da perspectiva dos interesses privados, ou melhor dizendo, do predomínio destes sobre o interesse comum que define a cidade na acepção mais adequada do termo. Sabemos que a constituição da sociedade civil (da cidade propriamente dita) requer a formação de um interesse comum, mais especificamente, exige a transformação do indivíduo isolado, atomizado, independente dos demais, num “ser relativo”, ou seja, que é parte de um todo e tem consciência dos direitos e das obrigações que decorrem dessa nova situação (NASCIMENTO, 2000:156). Nesse caso, o discurso da Viva o Centro já abre uma perspectiva que vai de encontro à mera exclusão.

Locais de moradia dos setores mais pobres da cidade (negros; mulatos e migrantes provindos do sul da Itália, que sobreviviam graças a empregos não qualificados; biscateiros; vagabundos; criminosos; artistas; prostitutas) eram facilmente identificados com desordem, caos, promiscuidade, lixo, pestes e imoralidade, de modo que despertavam o medo das classes mais abastadas, sem contar que em nada contribuía para a constituição de um tipo de configuração espacial funcional aos lucros almejados por essas classes (ROLNIK, 1988:80-82). Lixo, desordem, degradação e barbárie: termos mobilizados sempre que há alguma referência aos camelôs.

“Civilizada e civilizatória”, a cidade de São Paulo não pode tolerar cenas como essa: Teatro Municipal tendo suas **“escadarias ocupadas por mendigos e desocupados, restos de fogueiras e excrementos, algazarra de carros e camelôs”**. De acordo com a Associação, todos os cidadãos têm direito à cidade, desde que se

submetam a **“normas e valores que devem estar acima dos interesses imediatos de grupos e classes”**. Isso também reforça a sensação de que o discurso da Associação é permeado por um viés público.

“A serviço de grupos cartelizados em forma de crime organizado, os camelôs jamais voltarão, por total desinteresse financeiro, ao regime de carteira assinada”. Há ainda mais referências interessantes, como esta: **“nunca os espaços públicos do Centro estiveram, como agora, tão desprestigiados, inóspitos e entregues à sanha privatizante de grupos que, em vez de tolerados, precisam é ser enquadrados urgentemente às regras da convivência civilizada”**.

Para finalizar, a Viva o Centro declara que seu objetivo é **“o desenvolvimento da Área Central de São Paulo, em seus aspectos urbanísticos, culturais, funcionais, sociais e econômicos, de forma a transformá-la num grande, forte e eficiente Centro Metropolitano, que contribua eficazmente para o equilíbrio econômico e social da Metrópole, e para o pleno acesso de toda a população à cidadania e ao bem-estar”**. São os seguintes os seus princípios: (1) **“a diversidade funcional e humana é fator decisivo de desenvolvimento e vitalidade da metrópole e de seu Centro; (2) “só a metrópole socialmente justa e politicamente democrática pode ser funcional e competitiva; (3) a qualidade do espaço público é um requisito básico para o pleno exercício da cidadania⁶²; (4) a identidade da metrópole resulta do processo pelo qual os valores do seu patrimônio histórico, arquitetônico, cultural e econômico são percebidos e apropriados por seus cidadãos; (5) o Centro metropolitano é o local por excelência onde investimentos públicos e privados devem complementar-se em benefício de um harmônico desenvolvimento urbano, social, cultural e econômico da metrópole”**.

Nesse discurso, podemos notar como o centro, se submetido a uma política que trouxesse de volta a vida que por lá vagava, em alguma época, se tornaria fonte essencial de resolução de inúmeros problemas de toda a sociedade (não só dos moradores da região em questão e dos que lá possuem algum empreendimento ou mesmo seu emprego). Isso fica claro nos princípios (acima apresentados) que norteiam a ação da Viva o Centro. Geração de empregos, preservação de patrimônios históricos,

⁶² Além das supostas forças universalizantes, decorrentes do processo de globalização, assistimos também ao reforço do local, sendo o termo “cidadania” frequentemente associado a limites cada vez mais restritos (MEDEIROS, 1997: 800). Esse fato parece ser corroborado pelo discurso da Associação Viva o Centro.

facilidade de circulação pelas vias públicas⁶³, criação de novas possibilidades de lazer, pois a cidade se tornaria mais aprazível, enfim, uma série de benefícios que constituem as expectativas de praticamente todos os habitantes da cidade e não necessariamente de uma única classe.

Segundo essa concepção, a região central de São Paulo é dotada de um potencial de generalização que impressiona e, portanto, nos impele a fazer a seguinte indagação: há alguma sustentação em tudo o que foi dito ou devemos perguntar a quem serve a revalorização? Isso porque, se há preocupação em apresentar os projetos de revalorização como sendo de interesse do público em geral (desde o grande comerciante até as camadas populares), é possível vislumbrar alguns problemas relacionados à viabilidade de tudo o que é pregado por organizações como a Viva o Centro.

Toda reforma urbana envolve grandes investimentos e um não menos relevante número de proprietários. Também é preciso levar em conta os usuários/ocupantes do espaço a ser transformado. Além do mais, todas as propostas não escapam à formação do debate público, a partir do qual são tecidas vários questionamentos concernentes às melhores propostas e aos atores que capitalizariam os maiores benefícios (ROLNIK, 1988:85). Para quem deseja ter uma idéia a respeito do capital envolvido no atual processo de revalorização da região central de São Paulo, basta ir até a última página de qualquer revista *URBS* e ver a lista (nada modesta) dos participantes que compõem a Associação Viva o Centro. Só para oferecer um pequeno exemplo, a presença da FEBRABAN, FIESP, BOVESPA e BankBoston já sugere o volume de capitais envolvidos nos projetos de revalorização.

Um aspecto muito evidente, e que já foi mencionado, é a capacidade de apresentar os interesses que movem todo o processo de revalorização, como representando interesses gerais. É preciso convencer a sociedade a fim de que ela legitime ou, no mínimo, não crie nenhum obstáculo à concretização dos projetos concebidos. Como a Viva o Centro faz isso? Marx oferece algumas pistas em sua *Ideologia Alemã* para refletirmos sobre a prática da referida associação em sua busca

⁶³ Conversando com um ambulante que vendia chocolates, balas e bolachas em frente ao Hospital das Clínicas, fiz uma pergunta a respeito da ação da fiscalização, que havia retirado todos os camelôs daquela região. Portando apenas um pequeno carrinho de mão (afirmou que tinha uma barraca ali), ele concordou com a atitude da prefeitura, alegando que a presença dos camelôs atrapalhava muito a entrada e saída de pessoas que iam ao hospital.

por uma cidade que ofereça a todos os seus habitantes melhores condições de trabalho, habitação, consumo e de lazer (gratuito ou negociado). Diz ele:

Com efeito, cada nova classe que toma o lugar da que dominava antes dela é obrigada, para alcançar os fins a que se propõe, a apresentar seus interesses como sendo o interesse comum de todos os membros da sociedade, isto é, para expressar isso mesmo em termos ideais: é obrigada a emprestar às suas idéias a forma de universalidade, a apresentá-las como sendo as únicas racionais, as únicas universalmente válidas” (MARX, 1993:74).

Marx estava se referindo à Europa que deixava para trás a Idade Média e seus nobres detentores de terras, e começava a assistir à criação e generalização das condições sociais capitalistas. Por isso faz referência à disputa entre duas classes distintas que se digladiavam, uma para tentar se manter no poder, outra para ocupar os postos de poder político e, sobretudo econômico, até então dominados pelos nobres e por religiosos. Ora, não se trata disso quando nos referimos ao processo de revalorização da cidade de São Paulo. Não estamos diante de uma nova classe. Em meio a todos os participantes da Associação, é possível perceber o predomínio daqueles que representam o capital financeiro⁶⁴ e o comércio propriamente dito. Além do mais, o próprio campo da cultura, digamos assim, está envolvido no projeto, pois assistimos a inúmeras tentativas de recuperação de construções que pertencem àquilo que é considerado patrimônio histórico da sociedade (igrejas, cinemas, estações - como a Júlio Prestes, hoje transformada numa sala de concertos musicais -, prédios antigos, praças, esculturas, enfim). A assertiva de Marx serve para iluminar uma situação na qual não está em jogo uma transformação revolucionária que revela a sobreposição de uma nova classe à(s) antiga(s) que detinha(m) as posições de poder, mas sim um leque de atitudes de setores sociais interessados em empreender mudanças na região central

⁶⁴ Referindo-se ao papel do setor financeiro na economia capitalista, Paul Singer afirma o seguinte: "As finanças permitem dissociar os períodos de produção e de distribuição da movimentação de valores. Elas permitem a consumidores que ainda não têm dinheiro utilizar ou consumir bens alheios, mediante pagamento de aluguel ou de juros. E elas permitem a empresários, também contra pagamento de juros, comprar meios de produção e contratar empregados antes de ter vendido as mercadorias que acabaram de produzir" (SINGER, 2000:32). Ou seja, o setor financeiro acelera o giro de capital. Em *O Capital*, Marx já chamava a atenção para uma importância cada vez maior do crédito no processo de acumulação capitalista. Segundo ele, "(...) a produção capitalista faz surgir uma força inteiramente nova, o crédito. Este, de início, insinua-se furtivamente, como auxiliar modesto da acumulação e por meio de fios invisíveis leva para as mãos de capitalistas isolados ou associados os meios financeiros dispersos, em proporções maiores ou menores, pela sociedade para logo se tornar uma arma nova e terrível na luta da concorrência e transformar-se por fim num imenso mecanismo social de centralização de capitais" (MARX, 1982:727-728).

que se traduzam em ganhos de caráter econômico e cultural, pois a dimensão econômica não é a única envolvida, já que há a pretensão de converter o Centro Velho da cidade de São Paulo num local agradável à visitação pública, mesmo que esta não represente diretamente consumo de bens ou de cultura. Trocando em miúdos, o projeto de um novo centro, ao menos em teoria, não se limita ao conjunto de serviços voltados exclusivamente aos consumidores, mas também envolve o cidadão que deseja sentar no banco de uma praça e lá ficar por algum tempo, pensando na vida, vislumbrando a arquitetura da cidade ou mesmo os comuns passos apressados do paulistano.

O que também importa é destacar a existência da possibilidade de pontos comuns entre os interesses de grupos sociais distintos. Há, em outras palavras, uma medida comum que faz com que todos os interesses possam ser levados em conta nas discussões políticas que ocorrem na sociedade⁶⁵. Isso significa que os projetos propostos por determinados grupos sociais necessitam do consentimento dos demais e todos eles podem “lutar” por sua concretização, sendo que uma das arenas dessa disputa (talvez a principal) é o Estado, nos âmbitos municipal, estadual ou federal.

A partir do momento em que nos referimos à sociedade capitalista e não à transição revolucionária entre dois mundos distintos, entramos no mérito dos mecanismos pelos quais a nova sociedade resolve seus conflitos e realiza suas deliberações políticas (não nos esquecendo daqueles que passam a ter o direito de tomar parte nesses procedimentos). Isso é reconhecido pelo próprio Marx. A existência de alguns direitos garantidos (o de voto, por exemplo) pode ser considerada um avanço em relação a momentos históricos anteriores, já que esse direito não era concedido a todos. Criticando a suspensão dos direitos políticos, a partir de 2 de dezembro de 1851, durante o governo de Luís Bonaparte, na França, Marx afirma o seguinte:

“A lei de 31 de maio de 1850 era o golpe de Estado da burguesia. Todas as vitórias até então conquistadas sobre a revolução tinham apenas um caráter provisório. Viam-se ameaçadas assim que cada Assembléia Nacional saía de cena. Dependiam dos riscos de uma nova eleição geral, e a história das eleições a partir de 1848 demonstrava irrefutavelmente que a influência moral da burguesia sobre as massas populares ia-se perdendo na mesma medida em que se desenvolvia seu poder efetivo. A 10 de março o sufrágio universal declarou-se completamente contrário à dominação burguesa; a

⁶⁵ Eis uma colocação que já antecipa a discussão contratualista que será empreendida mais adiante, ou seja, o contrato permite o reconhecimento de um ponto em comum no qual se assentam todos os julgamentos das exigências sociais (RAWLS, 2000:5).

burguesia respondeu pondo fora da lei o sufrágio universal. A lei de 31 de maio era, portanto, uma das necessidades da luta de classes” (MARX, 1956:59).

Marx fala de um Estado que permite a formação de uma instância pública que transcenda os interesses de uma única classe (e também é consequência da constituição dessa esfera pública) e permita a problematização, digamos, da produção de bens sociais e sua distribuição. Precisamos esclarecer um ponto. A produção, a distribuição e o consumo são indissociáveis e, portanto, não podemos falar em consumidor sem levar em conta o trabalhador; o trabalho, o ato da criação carrega em si o momento de destruição, de consumo, pois todo trabalho é, antes de tudo, um ato de transformação, tanto do ambiente natural como do próprio homem. Se o trabalho for deixado de lado, então ficamos reduzidos aos que não têm a vida marcada por formas precárias de obtenção de rendimentos imprescindíveis à satisfação das necessidades humanas. Mais do que isso, se falamos apenas em consumo, ficamos limitados a uma visão enviesada acerca da realidade social, pois não é possível falar numa sociedade de consumidores, fazendo abstração das condições de trabalho da população. Quanto ao processo de constituição de uma instância de discussão pública, essa idéia também vem à tona no *Manifesto Comunista*. Nele, Marx e Engels dizem o seguinte:

“Esta organização dos proletários em classe, e com isso em partido político, pode ser destruída em qualquer momento pela concorrência entre os próprios trabalhadores. Porém, ela ressurgue sempre, mais vigorosa, mais firme, mais poderosa. Ela força o reconhecimento dos interesses específicos dos trabalhadores na forma de leis, na medida em que eles se aproveitam das divisões entre os burgueses. Assim ocorreu, por exemplo, quando foi aprovada a limitação da jornada de trabalho de dez horas na Inglaterra” (MARX & ENGELS, 1998:17).

Essas informações são essenciais, pois tendo em vista o predomínio de um discurso que não deixa de ser revelador do teor de exclusão, em relação aos camelôs, na “produção espiritual” (produção de idéias) da Viva o Centro, e a participação do Estado no processo de revalorização da região central de São Paulo, por meio de serviços de locomoção, isenções fiscais, elaboração/modificação de leis (sobretudo aquelas que dizem respeito ao zoneamento urbano), tentaremos desenvolver a seguinte idéia: as diferenças entre camelôs e comerciantes e o próprio setor financeiro permitem falar numa espécie de privatização dos recursos e instâncias públicos, pois não fica claro em

que medida os camelôs e a própria população são contemplados (tendo em vista o discurso acima aludido) em igual medida. Como é possível sugerir esse pensamento?

Quando discutimos esse tipo de problema, devemos levar em conta que, além dos meios de produção material, não devem ser considerados menos relevantes os meios de produção espiritual, envolvidos na formação das idéias⁶⁶ (cf. MARX & ENGELS, 1993:72). A Associação Viva o Centro, financiada por seus membros, promove seminários e estudos, publica revistas, informes e artigos nos grandes jornais a fim de transmitir seus discursos e engendrar a legitimação de sua atuação e da pressão exercida sobre o poder público. Realiza entrevistas com pessoas que fazem parte do Estado (lideranças políticas, policiais, bombeiros, secretários, enfim) no sentido de tentar buscar um consenso que envolva a sociedade em seu conjunto (e não este ou aquele setor - a Associação se dirige à população da cidade de São Paulo, ao morador dos Jardins e ao da periferia, aos comerciantes e aos trabalhadores), para que suas idéias e projetos sejam reconhecidos e aceitos por todos. A cidade que pretende forjar, como podemos perceber em alguns trechos até aqui, é uma cidade para todos. Contudo, algumas de suas práticas e a maneira como se refere à população pertencente às camadas mais pobres da sociedade, nos levam a crer que se, de um lado, há a pretensão de benefícios generalizados, por outro lado, também podemos pensar, no mínimo, que o resultado da ação destoava das motivações que a animavam. Por mais que se esforce em defender um ideal de cidade que beneficie a todas as pessoas, uma espécie de negação da cidadania explode aqui e ali, contrariando todas as previsões. Uma passagem de Caio Prado Jr. parece ser muito sugestiva.

“(...) os indivíduos humanos são sem dúvida os artífices de sua história e da sucessão de fatos sociais de que a história se compõe, uma vez que esses fatos não se constituem, em última instância, senão de ações individuais. Mas, na medida em que cada ação individual se integra, como em regra se dá, em conjuntos progressivamente maiores de ações de outros indivíduos, em que essas multiplicadas ações individuais se somam, contrapõem, influem reciprocamente umas nas outras e se combinam entre si, configurando com isso fatos sociais cada vez mais amplos e complexos, nessa medida tais

⁶⁶ Léfèbvre nos lembra do sentido mais amplo que a produção assume no pensamento de Marx. A história, como resumo da ação humana, envolve a produção de coisas, obras, idéias, ideologias, consciência, conhecimento, ilusões, verdades (LÉFÈBVRE, 1999:37). Em Marx, o trabalho se confunde com produção da vida (da própria e da alheia); produção de modos de vida, de consciência, sendo ele, um ato histórico transformador, condição da relação entre homem e natureza (MARX & ENGELS, 1993:27).

decorrências sociais das ações individuais vão escapando cada vez mais do alcance, controle e mesmo previsão dos indivíduos” (PRADO JR., 1999:135).

Além disso, por deter um poder econômico considerável, por ter todo um aparato que facilita muito a circulação de idéias, a realização de campanhas publicitárias e a formação de consensos, a Viva o Centro tem a capacidade de fazer com que o Estado direcione parte dos recursos arrecadados aos projetos urbanos por ela defendidos, estabeleça leis de ocupação do espaço (a recente lei de exclusão da região central, que impede sua ocupação por parte de camelôs, é um bom exemplo) e crie mecanismos de isenção fiscal àqueles que reformem fachadas de construções.

Contudo, não é possível afirmar que haja coincidência entre a Viva o Centro e o Estado. A Associação e seus membros não se apropriam diretamente do aparato estatal. Em alguns boletins, como vimos, ela expressa sua crítica ao poder público (no caso, a Prefeitura de São Paulo), que se mostra incapaz de evitar o retorno dos ambulantes aos locais dos quais já haviam sido retirados⁶⁷. Chegou a manifestar posição contrária à

⁶⁷ Não é ocioso transcrever um trecho de uma reportagem já citada da Folha de S. Paulo (16/05/2001). Nele, “O diretor da Ação Local Barão de Itapetininga, o empresário Cláudio Beutel, afirma que o êxodo do comércio de alto padrão da área não pára. ‘Na semana passada, a Copenhagen fechou. No lugar, surgem as lojas de R\$ 1,99’.

“Ação Local é um programa da Associação Viva o Centro, que designa uma espécie de síndico para cada região. Para Beutel, a desordem é a grande causadora do enfraquecimento do comércio”.

Não há como não notar a referência ao termo síndico, que faz parte dos prédios, ou seja, do âmbito daquilo que é privado. Ainda que não pareça, essa associação é muito importante. Em reportagem veiculada no dia 27/09/1999 (“Comércio contrata ‘zeladores de rua’ para expulsar mendigo de área pública”), a Folha de S. Paulo revelou que empresas passaram a ser contratadas por comerciantes e moradores para afastar mendigos de certas regiões do centro da cidade. A reportagem inicia da seguinte forma: “Comerciantes e moradores de condomínios paulistanos estão criando uma espécie de milícia antimiséria para expulsar mendigos, moradores de rua e bêbados ocasionais de ruas e praças públicas do centro da cidade.

“Já há até empresas que se autodenominam zeladoras de espaços públicos, especialmente criadas para livrar hotéis, restaurantes e pontos comerciais da convivência com vizinhos incômodos”.

Um dos expulsos deu a seguinte declaração: “Tocaram a gente de lá como se faz com animal e ainda ameaçaram bater. Só sobrou aqui (República)”.

O primeiro informe sobre o programa Ação Local (ANO I – jul. 99 – Nº 1) traz idéias como as seguintes: “O Programa Ação Local da ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO foi criado para desenvolver um sentimento de comunidade e identidade da população que reside e/ou trabalha no Centro e levá-la a organizar-se em núcleos de participação local para zelar por suas ruas, praças ou fragmentos urbanos. Para isso, a Associação dividiu o núcleo da área central em 50 microregiões sob um critério de homogeneidade, e em cada uma delas passou a incentivar a organização de associação de moradores, comerciantes, profissionais liberais, executivos de empresas locais, síndicos de condomínios residenciais e comerciais e usuários permanentes para lutar por melhoramentos para a rua ou região. Funcionalmente autônomas, as AÇÕES LOCAIS observam, no entanto, um estatuto padrão fornecido pela VIVA O CENTRO, o que assegura o caráter transparente e democrático das decisões assumidas em cada uma delas. Em contato estreito e permanente com o público de sua microregião, os diretores de AÇÃO LOCAL encaminham reclamações e sugestões sobre problemas de sua área às autoridades responsáveis da Prefeitura, Estado ou União e às concessionárias de serviços públicos, cobrando providências e auxiliando na sua implementação”.

proposta de deslocamento de um maior contingente policial para as regiões mais periféricas. Segundo a Viva o Centro, o policiamento tem importância fundamental na própria região central⁶⁸, não apenas no que diz respeito à proteção da propriedade privada (lojas, escritórios, estabelecimentos comerciais e financeiros em geral), mas também porque boa parte das pessoas que pertencem às classes populares está diariamente na região central (para trabalhar, consumir, divertir-se).

Ainda no que diz respeito à relação entre o Estado e os interesses sociais, podemos adiantar o seguinte: há uma espécie de sobretrabalho (produção que vai além daquilo que é posto à venda no mercado) que é distribuído por toda a sociedade. Além da taxa média de lucro, usada no processo produtivo em forma de salários, melhorias técnicas e organizacionais, aceleração da rotatividade do capital e aumento da produtividade (LÉFÈBVRE, 1999:137-138), o Estado retém parte dessa produção, por meio de impostos⁶⁹, e supervisiona essa distribuição para que não ocorram excessos intoleráveis (*ibid.*, 138). Eis o princípio fundamental do funcionamento da esfera pública como controle sobre a lógica do mercado, que atrela o usufruto dos bens socialmente produzidos à posse de uma renda suficiente para tanto. Mas isso também merece ser encarado com cuidado. Francisco de Oliveira, por exemplo, em sua *Crítica à Razão Dualista* mostra como o papel do Estado brasileiro foi fundamental na constituição de uma sociedade extremamente desigual em relação à distribuição social de sua riqueza.

Para uma simples exemplificação da desigualdade relacionada à influência exercida sobre o Estado, é possível mencionar o seguinte: como tentativa de abandonar práticas que tenham como foco a mera exclusão dos mais pobres, a Associação propôs

⁶⁸ O policiamento é um dos pilares da sociedade burguesa. Em *A Questão Judaica*, Marx afirma que “A segurança é o conceito social supremo da sociedade burguesa, o conceito de polícia, segundo o qual toda a sociedade somente existe para garantir a cada um de seus membros a conservação de sua pessoa, de seus direitos e de sua propriedade”. (MARX, 1991:44).

⁶⁹ Segundo Léfèbvre, o Estado “retém uma parte importante da mais-valia global (por diferentes meios: impostos, empresas estatais) e age poderosamente sobre sua distribuição entre as camadas e frações de classes da sociedade burguesa; em particular, ele gera os grandes serviços públicos indispensáveis a uma sociedade, e que fazem a sociedade, no entanto, sem coincidir com a relação econômica produção-consumo, base da sociedade burguesa. Trata-se da escola e da universidade, dos transportes, da medicina e dos hospitais, ‘da cultura’; e conseqüentemente, da cidade” (LÉFÈBVRE, 1999:136-137). A despeito da importância das colocações de Lefebvre, o caso brasileiro exige certos cuidados. Em primeiro lugar, a história da periferia de São Paulo, por exemplo, revela insuficiência na distribuição desses recursos (basta nos lembrarmos que um dos grandes problemas que afligiam - e afligem - a população das áreas periféricas é a ausência ou precariedade de vários serviços públicos). É bom que se diga que não fazemos uso do conceito de mais-valia para referirmo-nos diretamente à situação de trabalho dos camelôs, mas à constituição de um fundo público a ser distribuído por toda cidade em forma de serviços coletivos imprescindíveis.

a ida dos camelôs para espaços não públicos, onde pudessem montar seu negócio e eliminar o estigma que os segue como uma sombra. De camelôs, eles se tornariam microempresários (mudança significativa, apesar de não exercer sedução em todos os ambulantes). Tais locais ficariam conhecidos como *popcenters*⁷⁰ e atenderiam uma clientela com menor poder aquisitivo. Todavia, esse programa parece não gozar da mesma atenção dada às políticas de revalorização, tendo em vista a omissão da Prefeitura em construir um estacionamento, perto do local designado (no Brás), criar uma linha de ônibus e promover a divulgação do projeto. Por tudo isso, vários camelôs, que resolveram tentar essa nova possibilidade de trabalho, foram praticamente obrigados a abandoná-la e retornar às ruas, pois essa alternativa não estava sendo economicamente viável. É preciso que esclareçamos melhor esse aspecto.

Antes, porém, há uma breve nota: um discurso e uma prática que apontam para a mera exclusão dos ambulantes, ficam mais claros não apenas pelo tratamento desigual acima mencionado, mas também pela maneira com que as lojas de R\$ 1,99 e uma rede comercial como a Copenhagen foram avaliadas por Cláudio Beutel, apresentada na nota 67 (não há como não perceber um tom desdenhoso em sua comparação). Não se trata meramente de converter os ambulantes em micro-empresários. Aliás, pode até ser isso mesmo, desde que longe da região central (local, ao que tudo indica, condizente com estabelecimentos comerciais de ‘alto padrão’). No informe nº120, de agosto de 1997, a Associação Viva o Centro faz a seguinte proposta:

“Quando se analisam as alternativas para a localização dos camelôs, sempre se buscam ‘locais de passagem’ para as barracas, ignorando-se o elevado potencial de atração que possui, por si só, uma grande concentração comercial. É o caso, no comércio de luxo, dos shopping centers e, no do comércio popular, a ‘feira do Paraguai’ de Brasília e os famosos outlets fora do perímetro urbano de metrópoles como Nova York, Boston, Barcelona, que atraem diariamente milhares de fregueses habituais e turistas. É dentro dessa visão moderna que a VIVA O CENTRO lança à discussão a idéia do uso do Sambódromo como experiência pioneira de mercado popular ou ‘popshopping’”.

Sobre a inviabilidade econômica dos *popcenters*, o não pagamento de impostos é extremamente funcional ao comércio de rua. Aliás, podemos dizer o seguinte: a

⁷⁰ Os *popcenters* foram concebidos a partir de uma ação conjunta entre o Sindicato dos Trabalhadores da Economia Informal, uma empresa de *outlets* populares, o SEBRAE e a Prefeitura de São Paulo.

clandestinidade (a sonegação fiscal), quando posta ao lado das histórias de muitos ambulantes, mostra que não é ela o grande sinal de desrespeito à cidadania⁷¹. Os fatos que levam as pessoas a “optarem” pelo comércio de rua nos dão a verdadeira dimensão do que significa sobreviver numa cidade como São Paulo por meio de formas precárias de trabalho (estas, sim, a grande afronta ao exercício da cidadania). Esse fato norteia inúmeras das entrevistas feitas com os camelôs. Trata-se de um grupo constituído por pessoas, em geral, com baixa escolaridade⁷² e que, em sua maioria, foram personagens de movimentos migratórios. Inúmeros Severinos, para não nos esquecermos da fascinante poesia de João Cabral de Melo Neto. Alguns nem mesmo tinham o dinheiro da passagem, tendo sido necessário pedirem emprestado para algum membro da família (ou mesmo amigo) que residisse em São Paulo. Antes de continuarmos nossa análise sobre o discurso da Viva o Centro, cremos que o relato de duas entrevistas é essencial para apreendermos o ajustamento dos ambulantes à Paulicéia e as formas pelas quais eles obtêm renda. As entrevistadas são Marlene, Adriana e Renata.

Marlene tem 32 anos e nasceu em Minas Gerais. É solteira, possui um filho e reside no Jardim Jaqueline. Quando perguntei se morava em casa própria, ela afirmou que considerava própria a residência, pois não pagava aluguel. Questionei-a a respeito dessa resposta, perguntando se a casa não estava legalizada. Respondeu afirmativamente e completou dizendo que o Jardim Jaqueline é uma favela.

Veio para São Paulo com 18 anos. Mudou-se com os donos da casa, onde trabalhava como empregada doméstica. Exerceu esse tipo de atividade durante, aproximadamente, 11 anos ao longo de sua vida.

Após 3 anos, saiu dessa residência e passou por outras (ao todo, foram três). Até os 20 anos de idade, nunca foi fichada em seus serviços. Em geral, morava no local onde trabalhava. Somente numa das residências foi registrada e tinha férias.

Trabalhou também em dois restaurantes: um no Terminal Rodoviário do Tietê e outro num flat, localizado na Av. Rebouças, sendo 2 anos de atividade em cada

⁷¹ Não há dúvida que o fracasso desse empreendimento merece uma discussão mais aprofundada, sobretudo no que concerne ao modelo de crédito (ou sua ausência) ao qual os ambulantes eventualmente tiveram acesso, mas é igualmente explícito que, se comparadas ao montante de dinheiro envolvido nos programas de revalorização, as “espantosas” quantias, necessárias à implementação dessa alternativa de trabalho para os camelôs, certamente não onerariam muito os cofres da Prefeitura. Isso sem falar que se, de um lado, não foi possível providenciar uma linha de ônibus para facilitar o acesso ao local onde se situava o *popcenter*, facilmente se criou uma linha de circular central unindo as praças da Sé, João Mendes, República, Princesa Isabel e Parque Dom Pedro II.

⁷² Fato fundamental, visto que a “carreira” do migrante depende não somente do mercado de trabalho, mas das qualificações que a pessoa possua não apenas em termos de conhecimentos técnicos. As atitudes, representações e motivações, relacionadas ao trabalho urbano, são também essenciais (DURHAM, 1973:147).

um deles. Após isso, conseguiu emprego em uma loja, no centro da cidade, permanecendo aí durante 4 anos. Após esse período, foi obrigada a fazer um acordo para deixar o emprego, pois a loja estava fechando suas portas. Segundo Marlene, essa era a melhor escolha, já que o processo referente aos direitos trabalhistas levaria muito tempo.

Quando ainda era doméstica, cursava o 1º ano do antigo 2º grau, mas teve de abandonar os estudos, devido a um dilema: tinha de escolher entre trabalhar e estudar. Ela lembra que, apesar de cursar uma escola pública, os livros eram caros. Além do mais, gostava muito de estudar, o que causou arrependimento pela escolha. Na época, dividia aluguel com algumas colegas de classe. Morar fora do trabalho era importante, pois havia folga de 15 em 15 dias (espécie de rodízio de funcionários em residências que eram muito grandes – “mansões” - e exigiam a presença constante de alguns empregados) e precisava de um lugar para descansar. Era uma pensão em que não podiam morar crianças. Quando ficou grávida, teve de deixar o local.

Uma amiga, cujo marido a tinha abandonado, havia comprado um terreno no Jardim Jaqueline e a convidou para ir morar com ela. Quando a amiga resolveu vender a casa, Marlene “comprou” um terreno e contratou um homem (disse que forneceu uma “ajuda”, pois não havia jeito de pagar mesmo) para erguer um barraco que, segundo ela, está caindo aos pedaços, mas não compensa fazer uma casa de alvenaria, pois há ameaças constantes de despejo e o dinheiro seria perdido. Enumerou rapidamente todos os móveis da residência (cômodo e banheiro) e afirmou que era um local “só para descansar o esqueleto”.

Está nas ruas há quase um ano. Segundo ela, ficou muito endividada, pois precisava pagar R\$ 100,00 para uma pessoa olhar seu filho quando estava trabalhando. Hoje ela pode levar e pegar o filho na escola, sendo que ele fica com a mãe durante a jornada de trabalho. O comércio ambulante foi uma forma de conciliar trabalho e maternidade.

Marlene sai de casa às 10h00, pega o filho, leva sua marmita e diz que não está faltando nada. Permanece na rua até 18h30, isso de segunda a sábado (dia em que termina o expediente meia hora mais cedo).

Em relação à renda mensal, afirmou que no frio é muito difícil. Ganhava aproximadamente R\$ 10,00/dia e disse que ainda não sabe como será no verão (espera que seja melhor).

Possui uma caixa de isopor que fica sobre um carrinho e compra a mercadoria no Largo de Pinheiros, nos locais mais baratos. Teve de se deslocar algumas vezes (mudar de ponto), pois atrapalhava a passagem de pedestres. Além disso, alguns camelôs reclamavam, afirmando que a presença dela em determinados pontos contribuía para encobrir as mercadorias que estavam sendo vendidas. Comercializa refrigerante, cerveja e água gelada e, no fim do dia, também coloca alguns salgadinhos

à disposição, pois evita colocá-los no período em que um senhor, que está na rua há anos, abre sua barraca de doces, balas e salgados.

O carrinho fica em uma casa no local. O preço do pernoite é de R\$ 10,00 e varia de acordo com o volume a ser guardado. Afirmou que uma senhora aluga o espaço. Segundo Marlene, é a melhor opção, pois ela vê que o camelô está trabalhando (espécie de garantia de pagamento, o que pode não ocorrer se o cômodo fosse alugado para alguém morar). Mencionou o desejo de comprar um guarda-sol como meio de chamar a atenção dos fregueses e também como proteção (afirmou que sua “corzinha”, ela conseguiu do sol, por ter de ficar vendendo suas mercadorias na rua).

Na entrevista de Marlene, podemos depreender a dificuldade com que se deu seu “ajustamento” à cidade de São Paulo. A permanência na casa dos patrões no período em que trabalhou como doméstica, a opção por uma pensão e, posteriormente, por uma residência nas quais os gastos eram repartidos com uma amiga (que havia sido abandonada pelo marido e, portanto, não seria nenhum absurdo afirmar que a presença de Marlene tinha a função de aliviar o peso das despesas do lar), são as maneiras iniciais de solucionar o problema da moradia. Para terminar, reside numa favela em condições que a levam a fazer referência que sintetiza muito bem um de seus dilemas: os R\$ 10,00/dia obviamente não são suficientes para cobrir despesas com aluguel. A solução foi encontrada numa casa localizada numa favela, sendo que ela mesma chamou a atenção para o fato de que não a considera uma moradia (trata-se de um local para tão somente “descansar o esqueleto”), sendo que a possibilidade de despejo torna muito arriscado empregar eventuais poupanças na ampliação do espaço ou mesmo do conforto da casa. Aliás, o próprio dinheiro envolvido na construção foi representado como mera ajuda, pois não havia condições de remunerar o pedreiro. Além do mais, a perspectiva de grande demora no pagamento de indenização decorrente de um processo rescisório de contrato, suas condições de trabalho e moradia anunciam a forma como a situação de muitos ambulantes revela a quebra de sua cidadania. Com muito custo, podemos dizer que Marlene é uma cidadã na acepção ampla do termo.

Isso reforça nossa idéia de que as representações (no caso, sobre a moradia) não sugerem algo que ocupa o lugar daquilo que não se efetiva plenamente na realidade, mas sim que o plano das representações termina por ser atingido pela forma precária como as pessoas satisfazem suas necessidades. Digamos que a representação surge de uma carência, mas também é determinada por esta. A imagem que Marlene faz de sua moradia é tão frágil quanto suas condições de vida.

Eis o relato da entrevista de Adriana:

Adriana tem 37 anos, está separada do marido e mora em casa própria com suas três filhas. Nasceu na cidade de Cruz das Almas - BA, possui a 4ª série primária e está há 14 anos em São Paulo, no bairro de Caucaia do Alto.

Ao ser questionada a respeito dos motivos que a levaram a deixar sua cidade natal, Adriana disse que em São Paulo as condições eram melhores para ganhar a vida. Segundo ela, na Bahia era muito difícil ganhar quaisquer R\$ 10,00 para comer. Quando morava no Nordeste, auxiliava sua família na roça, pois moravam no terreno do patrão e trabalhavam no plantio de mandioca e fabricação de farinha. Comparando os dias atuais àqueles passados em Cruz das Almas, Adriana disse ser muito melhor atualmente, pois não é mais preciso carregar água na cabeça, há luz elétrica e água encanada.

Lá, somente o marido exercia atividades como carregador de caminhão em um armazém, no qual era fichado. O trabalho era intermitente, ou seja, durante alguns dias, havia serviços a serem feitos no estabelecimento, mas também havia períodos em que os empregados ficavam em casa, aguardando nova chamada. Em situações como essas, o marido conseguia fazer alguns “bicos” como pedreiro e servente. Tais atividades, porém, segundo Adriana, não proporcionavam bons rendimentos. Contudo, após certo período, os mais velhos começaram a ser dispensados. Foi aí que resolveram abandonar a cidade. Para realizar a viagem, foi preciso pedir o dinheiro emprestado aos tios do marido.

Em São Paulo, estabeleceram-se na casa deles e o marido começou a trabalhar na oficina de carros do próprio tio (serviço que possibilitou o pagamento do dinheiro da viagem). Após a separação (4 anos a contar da chegada em São Paulo), Adriana obteve seu primeiro emprego como doméstica, também sendo fichada. Antes de ter sua própria casa, permaneceu na casa dos tios de seu ex-marido durante 10 anos. Não pagava aluguel. Apenas auxiliava no pagamento de contas como luz e água.

Começou a trabalhar como doméstica por meio da indicação da tia, que já exercia tais atividades. Adriana se refere à cunhada de seu marido usando esses termos, apesar de não haver nenhum vínculo de parentesco. Nessa época, já deixava as crianças na creche para ir trabalhar. Abandonou esse serviço, mas não ficou muito tempo parada, pois afirmou que empregada não permanece longos períodos de tempo sem ter atividades. As próprias patroas indicam locais onde encontrar trabalho.

A segunda experiência de trabalho deu-se em uma empresa (IDEATEX) que fabricava artigos de borracha (luva cirúrgica, mamadeira, chupeta, dedal, balão). Preencheu uma ficha na empresa a partir de indicação de vizinhas que lá trabalhavam. Passou 4 anos nesse emprego, exercendo as atividades das 7h30 às 17h30, tendo uma hora de almoço todos os dias. Jamais fez hora-extra. Segundo ela,

após a 3ª gravidez, recebeu o salário maternidade e foi mantida no emprego durante o período de amamentação (3 meses). Após isso, teve de abandonar o emprego (segundo ela, prática comum em relação às gestantes). Adriana disse que eles (a empresa) fizeram suas contas (indenização) e ela aceitou. Disse que chegou a preencher uma ficha na mesma empresa, mas nunca mais foi chamada. Com o dinheiro da indenização, conseguiu comprar um terreno que, segundo seu depoimento, não era muito caro (chegou a fazer uma referência usando a moeda atual – R\$ 40,00).

Como a tia do ex-marido trabalhava há algum tempo vendendo ervas, passou a acompanhá-la e seu salário era definido por comissão. Com o dinheiro da indenização proveniente de suas demissões, construiu dois cômodos em seu terreno e comprou a barraca de uma mulher que estava se mudando para Campinas.

Vendo no trabalho ambulante uma maneira de não passar fome (jamais ouviu qualquer comentário negativo, por parte de familiares e amigos, a respeito da atividade exercida na rua), Adriana sai de casa todos os dias às 6h00, abre sua barraca (localizada num camelódromo em Pinheiros) às 8h00 e só vai para casa, mais ou menos, às 17h30, sendo que tal rotina se dá de segunda a sábado. O almoço é feito no próprio local de trabalho, sendo a comida comprada nos bares/restaurantes da região, e a mercadoria é adquirida junto a um fornecedor que vai à Bahia duas vezes ao ano. Manifestando incerteza, afirmou ganhar em torno de R\$ 300,00 a R\$ 400,00 por mês, sendo que suas principais despesas em relação ao trabalho são: água (R\$ 7,00/mês), luz (R\$ 10,00/mês), guarda contratado pelos próprios camelôs (R\$ 5,00/semana), o imposto pago à Prefeitura (R\$ 50,00/ano) e a compra das mercadorias.

Quando questionada a respeito dos aspectos bons e maus do trabalho como ambulante, Adriana frisou que é bom não ter patrão e poder chegar a hora que quiser no serviço, apesar de costumar chegar todos os dias no mesmo horário, só se atrasando em situações como trânsito, chuva, doença, vacinação das crianças. Como aspectos ruins, mencionou a chuva, que molha as mercadorias, e a ausência de férias, 13º salário, descanso. Adriana mencionou os constantes cortes de luz e água (no momento da segunda entrevista, o local estava sem água), devido ao fato de que algumas pessoas deixam de pagar essas taxas.

A entrevista de Adriana deixa transparecer muitas semelhanças em relação à de Marlene. Somente após alguns anos e indenizações decorrentes de demissões, Adriana conseguiu obter um terreno e construir “dois cômodos”. Digamos que sua situação é um pouco melhor, pois está num camelódromo da Prefeitura, o que a deixa numa posição mais cômoda em relação aos ambulantes que, a qualquer momento, podem ser alvo de ações da Guarda Civil Metropolitana e ter suas mercadorias apreendidas.

Contudo, isso não nos permite dizer que ela esteja satisfeita, pois não são usufruídos direitos como férias, 13º salário e descanso.

No relato construído a partir da conversa com Renata, percebemos que ela teve de deixar os filhos morando com a avó, na Bahia, por não ter recursos suficientes para proporcionar-lhes condições dignas de vida. Reside em casa aluga e usou o adjetivo **cruel** em sua referência ao trabalho como ambulante, que, no início, não foi suficiente para cobrir as despesas com a moradia. Renata obteve empregos em estabelecimentos comerciais. Contudo, mais uma vez está às voltas com a condição de camelô que, se é extremamente incômoda (a julgar pelo termo enfático – cruel), ao menos indica disposição de quem luta pela sobrevivência sem lançar mão de meios considerados ilegítimos (no caso, roubos e assassinatos).

Renata tem 32 anos. Nasceu em Araripina (Pernambuco), foi criada na Bahia e veio para São Paulo com 28 anos. É legalmente casada, mas está separada. Possui dois filhos que estão com a avó, na Bahia, e chegou a concluir o segundo grau.

Afirmou que tinha vontade de conhecer São Paulo. Veio a passeio e ficou por aqui mesmo, permanecendo na casa de alguns parentes.

Na Bahia, chegou a trabalhar 1 ano num supermercado, no caixa e não era registrada, mas foi demitida. Afirmaram que o supermercado estava em crise e era preciso reduzir o número de funcionários.

Logo em seguida, foi contratada por uma loja de calçados e confecções. Dessa vez foi registrada e ali permaneceu por 6 anos. No início, era vendedora, sendo posteriormente promovida a caixa. No fim, fez um acerto de contas para vir para São Paulo.

Em São Paulo, o primeiro trabalho, segundo ela, foi cruel. Passou 8 meses como camelô. Vendia café com leite, mas acabou desistindo, pois o que ganhava não era suficiente para pagar o aluguel.

Em dezembro desse ano, trabalhou 1 mês como vendedora na loja Babuch. Também não era registrada.

Logo depois, passou a trabalhar numa loja localizada na Av. Tiradentes. Era registrada como balconista. Passou 2 anos e 8 meses, sendo demitida sem justa causa.

Após buscar outros trabalhos, voltou a ser camelô. Está há 6 meses na rua e afirmou que continua procurando serviço. É dona de suas mercadorias, que são compradas na Galeria Pajé. Continua residindo em casa alugada (R\$ 230,00/mês, somando água e luz). Reside na Vila Ré e todos os dias pega 2 ônibus e 2 metrô nos trajetos de ida e volta. Suas mercadorias ficam num depósito, pagando R\$ 1,50/dia pelo pernoite. Afirmou que não conhece o dono. Segundo Francisca, sua renda mensal fica em torno de R\$ 300,00. Disse também que é melhor trabalhar na rua do que ser

despejada. Para aqueles que falam mal de camelôs, ela oferece a seguinte resposta: o importante é ter saúde e disposição para trabalhar, ir à luta. Ao menos é melhor que roubar e matar, disse no fim da entrevista.

Fica claro que muitas pessoas, quando se deparam com o desemprego, ingressam no comércio de rua e as mercadorias e barracas são adquiridas com recursos provenientes de momentos em que estavam inseridas no mercado formal. Vale lembrar que isso não é válido para todos os ambulantes, já que vários deles são empregados de outros, ou seja, não possuem nem mesmo sua própria barraca, o que agrava ainda mais sua situação. Ora, se alguns migrantes têm o mérito de obter pequenos negócios (bares, oficinas de fundo de quintal, pequenas lojas), essa não é a regra. Não tendo lugar para construir um estabelecimento comercial, ficam nas calçadas. Não podendo pagar os impostos, vivem na clandestinidade (à luz do dia⁷³), já que inúmeras pessoas vêem esse comércio como alternativa de consumo em detrimento de um mercado (o formalizado) que oneraria demais seus orçamentos.

Retomando a análise sobre a concepção de cidade presente no discurso da Associação Viva o Centro, toda noção de planejamento da cidade implica a constituição de um poder urbano, formado por um rol de mecanismos econômicos, ideológicos e políticos que reprimam tudo o que seja considerado afronta a um determinado padrão de ordem social. Não há cidade sem o seu correlato, ou seja, um poder que a constitua, organize e faça perdurar, e que defina um padrão que oriente o tipo de apropriação, socialmente aceitável (e rentável), do espaço, além de produzir um discurso a respeito da cidade e do cidadão.

Inseridos no atual debate a respeito do papel de algumas cidades localizadas na periferia do capitalismo (como São Paulo), vários grupos sociais produzem discursos a

⁷³ Maria Inez Machado Borges Pinto, em *Quotidiano e Pobreza: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo*, salienta o aumento das ocupações informais no período que vai do fim do século XIX às primeiras décadas do XX e enumera várias palavras que se referem a esse mercado (PINTO, 1994:94). Algumas delas chamam a atenção: economia invisível, subterrânea, submersa, oculta. Ora, à luz do atual comércio de rua, não parecem termos muito adequados. Os camelôs estão aí para qualquer um ver. Não há nada de oculto. É claro que esse tipo de afirmação faz sentido se pensarmos na total ausência de quantificações a respeito dos ambulantes que ganham a vida nas ruas paulistanas, ou mesmo se pensarmos na sua inexistência para o sistema de proteção social. Mas isso não pode servir de referência única para um estudo a respeito desses trabalhadores. Este é só um breve comentário, pois a obra da autora em questão é uma excelente e interessante tentativa de resgate de aspectos como os que estão sendo aqui discutidos, muitas vezes relegados à lata de lixo da história. Em inúmeras fotos sobre a paisagem paulistana do início do século, que retratam a circulação de pessoas bem vestidas, prédios públicos e privados, vias, praças e monumentos, descobre-se na penumbra, no segundo plano, a presença das classes populares, carregando cestos, tabuleiros, trouxas ou guiando carroças (SANTOS, 1998:77), como já foi sugerido anteriormente.

respeito da cidade. Bianca Freire Medeiros salienta a competição, estabelecida entre os atores, pelas vantagens que podem ser conquistadas a partir da predominância de uma concepção em detrimento das demais. A cidade não é um local harmônico, até porque discursos e práticas não primam por um matrimônio perfeito (cf. MEDEIROS, 1997:800), e as vantagens decorrentes de determinados tipos de intervenções não são distribuídas de maneira equânime.

Milton Santos e María Laura Silveira, na obra *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*, demonstram como (1) os movimentos populacionais; (2) a distribuição da agricultura, das indústrias e dos serviços; (3) as leis e o próprio alcance da cidadania são de suma importância para uma acurada compreensão das novas funções do espaço geográfico (cf. SANTOS & SILVEIRA, 2001:21). Estas são cada vez mais definidas pela capacidade de pressão de interesses econômicos que conseguem fazer frente ao Estado, de modo que as deliberações políticas terminam sendo conduzidas segundo os ditames de grandes conglomerados econômicos (*ibid.*, 257), algo que devemos levar em conta quando nos reportamos a assuntos como os processos de revalorização dos quais a cidade de São Paulo é um exemplo.

Funcionalidade, promoção da cidadania, caráter civilizador, eficiência e bem-estar da população são algumas das expressões empregadas na imagem urbana apreendida nos boletins da Viva o Centro. As políticas de revalorização de certas regiões urbanas, com muita frequência, vêm associadas a grandes possibilidades de crescimento econômico. É preciso, então, tentar traçar os limites de uma possível objetivação dessa concepção. Será que basta seguir as premissas da Associação para, mais cedo ou mais tarde, termos a utopia cidadina ali presente? Seria apenas uma questão de tempo ou, na verdade, há limites para a socialização dos benefícios prometidos? Aliás, é possível pensar em termos de socialização ou o melhor registro é o da apropriação privada do território urbano, criado e recriado, fundamentalmente, numa luta em que a cidade dos negócios se sobrepõe à cidade cidadã?

Em primeiro lugar, devemos lembrar que crescimento econômico (representado na prometida geração de empregos, decorrentes dos investimentos aplicados na região central) pode levar tanto à concentração de renda como à sua melhor distribuição (*ibid.*:64)⁷⁴. Como sugerido por Francisco de Oliveira, já na década de 70, àqueles que

⁷⁴ Apenas um exemplo: no dia 18/01/2000, a *Folha de S. Paulo* mencionou que 1999 foi marcado por um volume de investimentos estrangeiros diretos da ordem de US\$ 29,976 bilhões (recorde, de acordo com estatísticas do Banco Central). Ora, dado que investimentos diretos significam capital voltado à produção (compra de empresas, instalação de novas plantas industriais) e não à mera especulação financeira, é

acreditam em uma melhor distribuição de renda ao longo do tempo, os valores da Tabela 4 parecem não permitir esse tipo de expectativa. Se nossa distribuição excessivamente desigual já era conhecida no passado, ela persiste nos dias atuais.

TABELA 4: Medidas de desigualdade da distribuição de renda familiar total per capita no estado de São Paulo – RMSP e interior (1998).

Medidas de Desigualdade da Renda Familiar	Estado de São Paulo	RMSP	Interior
Renda Familiar Total			
Distância entre Ricos e Pobres (1)	40,4	45,0	30,8
Índice de Gini (2)	0,546	0,566	0,501
Parcela apropriada pelos 5% Mais Ricos (3)	24,1	26,0	20,3
Parcela apropriada pelos 10% Mais Ricos (3)	37,3	39,3	32,9
Parcela apropriada pelos 50% Mais Pobres (3)	17,5	16,4	20,3
Parcela apropriada pelos 10% Mais Pobres (3)	1,0	0,9	1,3
Parcela apropriada pelos 5% Mais Pobres (3)	0,2	0,2	0,3
Renda Familiar Per Capita			
Distância entre Ricos e Pobres (1)	44,0	53,3	33,7
Índice de Gini (2)	0,567	0,584	0,527

Fonte: Pesquisa de Condições de Vida/PCV – SEADE

(1) Razão do 95º percentil pelo 5º percentil de renda.

(2) Inclui famílias com renda familiar igual a zero.

(3) Calculado sobre a massa de rendimentos totais relativa aos percentis de renda familiar per capita.

A julgar pelo processo de privatização, que começou a ser implementado no governo Collor e atingiu maior efetividade com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, cujo governo teve início em 1994, houve um acréscimo significativo da participação de capitais externos na economia brasileira. Com base nessa situação, muito foi dito a respeito das vantagens a serem usufruídas pela sociedade, seja por uma melhor atuação do Estado em setores como saúde, educação e policiamento, pois essa instituição estaria livre dos gastos envolvidos na administração de suas empresas, seja pela esperança de um aumento do número de empregos gerados em decorrência dos

sugestivo que, simultaneamente, vivamos, seja de acordo com índices do IBGE, seja com os dados produzidos pela Fundação Seade, um período que ratifica a quebra de recordes, só que, dessa vez, em relação ao desemprego. Nos últimos anos, sobretudo a partir do governo Collor, ocorreram algumas transformações. Além de mudanças de caráter mais técnico, que fizeram com que empresas tivessem o mesmo nível de produtividade mantendo um menor número de funcionários, a abertura das importações (o que significa a entrada no país de produtos mais baratos, se comparados a seus similares nacionais) fez com que aumentasse o número de desempregados, vítimas da crise que afetou alguns setores da economia brasileira. Também é possível falar não apenas na crise de alguns setores específicos, mas da economia como um todo. De 1981 a 1992, a taxa de crescimento da economia baixou para 1,3% ao ano, muito aquém da taxa histórica de 7% (cf. SABÓIA, 1997:93). Talvez possamos arriscar a seguinte idéia: a mudança no papel do Estado pode gerar incerteza quanto às políticas adotadas por essa instituição, o que faz com que os empresários mantenham certa precaução, que, em outras palavras, pode significar demissão ou, no mínimo, não contratação de funcionários ou contratação sem carteira assinada, pois isso diminui os custos indiretos dos encargos trabalhistas.

novos investimentos. Ora, se observarmos, por exemplo, o tempo médio gasto na procura de emprego (Tabela 8 - página 127), tudo leva a crer que, para os trabalhadores, a situação não é das melhores. Tomando como referência os anos 90, esse tempo apresentou um salto incrível (passou de 14 semanas para 48, no que concerne ao desemprego total). Em 11 anos, o valor foi triplicado. Até o momento, as promessas não foram realizadas.

Voltemos ao discurso da Associação, que deixa margem para pensarmos ser muito vaga sua noção de cidadania. Vaga por se aproximar muito de uma forma sem conteúdo (situação em que uma palavra passa a ser usada de forma indiscriminada, podendo significar quase tudo e, portanto, correndo o risco de nada dizer)⁷⁵. A noção aparece associada à qualidade do espaço público e ao desejo de ter um centro grande, forte e eficiente (traços supostamente essenciais ao pleno exercício da cidadania). Até aqui, parece que ficou bem explícita a aproximação camelô-barbárie. Por trás da idéia referente aos povos que não falavam o latim (bárbaros), está o não reconhecimento da possibilidade de enunciar indagações e ter a fala incluída no andamento da *res publica*. Em suma, a voz dos camelôs não pertence ao conjunto de tudo o que é digno de ser visto e ouvido (cf. RANCIÈRE, 1996:373). Se assim for, então não resta outra alternativa a não ser reconhecermos que há o predomínio de uma “cidadania” de consumo, que, no limite, significa o seguinte: se tens recursos para consumir o que a cidade oferece, és cidadão na cidade dos negócios.

No que concerne aos camelôs, as críticas mais constantes são: **(1) inviabilizam a vida econômica da região e a geração de empregos formais; (2) não cumprem as obrigações fiscais e trabalhistas; (3) estão envolvidos em contrabando, sonegação e corrupção; (4) deixam lixo nas ruas; (5) facilitam a ação de marginais e impedem a ação da polícia e dos bombeiros em casos de emergência.**

Cabe fazer a seguinte indagação: também não sonégam impostos as lojas acusadas de colocar parte de seus produtos nas bancas de camelôs, auferindo lucros a partir da situação precária de pessoas que sobrevivem por meio do comércio de rua? Não deixa, o setor formal, de cumprir suas obrigações trabalhistas quando assistimos à diminuição do número de postos de trabalho com carteira assinada, como fica explícito

⁷⁵ Eis o que Braverman chamou de sabedoria convencional, ou seja, uma situação em que idéias parecem evidentes por si mesmas, independentemente de haver ou não respaldo factual que as sustente (BRAVERMAN, 1987:369).

na Tabela 5⁷⁶ (página 121), na qual vemos o número dos trabalhadores do setor privado, com carteira de trabalho assinada, cair de 51,9%, em 1985, para 39,7%, em 2000? É o camelô, de fato, um empecilho à geração de empregos⁷⁷ ou esta depende de (1) escolhas (políticas e econômicas) feitas pelos empregadores; (2) do uso mais ou menos intenso de novas tecnologias; e (3) do aumento da demanda do mercado consumidor (seja pela diminuição dos preços das mercadorias, seja pela distribuição mais eqüitativa da renda, o que levaria à incorporação de setores, até então, excluídos de um padrão mínimo de consumo)?

Afirmar que o comércio de rua bloqueia a geração de empregos não seria o mesmo que associar a questão social à vagabundagem, ou seja, deslocar a existência de um conjunto de pessoas (marcadas por precárias condições de vida) para a margem da sociedade, tendo como conseqüência a não indagação a respeito do processo que gera os supranumerários (CASTEL, 1998:142)? A existência de pessoas que ganham suas vidas nas ruas de São Paulo é a expressão da insuficiência na criação de postos de trabalho, no Brasil, de problemas (semelhantes ou não) em outras partes do mundo, pois há ambulantes estrangeiros na cidade de São Paulo, mas também, primordialmente, de um processo de urbanização e de industrialização realizado sem qualquer referência ao bem-estar das pessoas que abandonaram sua terra natal, cuja lógica é a do mero amontoamento de pessoas.

O que causa profundo incômodo no discurso da Viva o Centro é a ausência (1) de quaisquer referências históricas sobre a insuficiência dos postos de trabalho criados na sociedade brasileira, mas, acima de tudo, (2) de uma investigação mais acurada a respeito das trajetórias de vida dos ambulantes, o que levam à produção e generalização de informações que não mantêm correspondência alguma com a vida dos ambulantes. Ao menos na investigação que fizemos em vários informes produzidos pela Viva o

⁷⁶ Sem falar nos serviços terceirizados, como os ligados à fabricação de calçados, em que oficinas de fundo de quintal realizam tarefas para indústrias localizadas na cidade de Franca (São Paulo) ou em Novo Hamburgo (Rio Grande do Sul), num ambiente marcado por profunda precariedade do trabalho. Nesses locais, crianças que exercem algum tipo de atividade adquirem lesões cerebrais provocadas pela cola de sapateiro (cf. CONIC, 2000:44). Calçados que, é bom lembrar, serão vendidos em vários centros comerciais. Não que todos os empresários estejam envolvidos em práticas como essas. A Fundação ABRINQ, por exemplo, demonstra uma atuação contrária ao trabalho infantil. Isso serve para lembrar que a questão da sonegação de impostos é muito mais ampla e complexa do que sua redução ao problema dos ambulantes e, em nenhum momento, essa preocupação é mencionada nos boletins da Associação.

⁷⁷ Que fique claro: também é preciso indagar a respeito das condições dos possíveis postos de trabalho, dada a tendência, salientada por muitos sociólogos, economistas, geógrafos, historiadores, à expansão de empregos parciais, temporários, precários, subcontratados, "terceirizados" (cf. ANTUNES, 1997:41).

Centro, a respeito dos camelôs, tudo o que podemos concluir é que, em nenhum momento, vislumbramos qualquer idéia que pudesse iluminar as trajetórias dessas pessoas. Ler esses boletins não acrescenta absolutamente nada a respeito dos motivos que fizeram com que essas pessoas terminassem (ganhando?) a vida nas ruas de São Paulo. Para uma instituição que se mostra como defensora da cidadania, essa ausência compromete muito a solução do problema do uso do espaço urbano paulistano. A Viva o Centro não demonstra conhecer a situação dos ambulantes que tanto critica.

TABELA 5: Distribuição dos trabalhadores ocupados segundo a posição na ocupação - RMSP (1985-2000).

Posição na Ocupação	1985	1988 (Fev - Dez)	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Ocupados	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Assalariados (1)	70,3	71,7	72,1	71,6	67,4	66,6	65,8	65,8	65,1	63,0	61,6	62,2	61,4	62,0
Setor Privado	60,1	61,6	62,1	61,3	57,4	55,8	54,4	55,7	55,4	53,9	53,2	53,5	52,8	53,6
com carteira	51,9	52,9	53,0	53,0	48,2	46,7	44,9	45,3	44,5	42,5	41,3	41,5	40,4	39,7
sem carteira	8,2	8,6	9,1	8,3	9,2	9,1	9,5	10,4	11,0	11,4	11,9	12,0	12,5	13,9
Setor Público	9,9	9,9	9,8	10,2	9,9	10,7	11,3	10,0	9,6	9,1	8,3	8,6	8,5	8,4
Autônomos	15,1	15,2	15,6	16,1	18,1	18,6	18,6	18,6	18,7	19,8	20,5	20,6	21,0	21,2
para o Público	8,6	9,6	10,1	10,7	12,2	12,1	11,9	11,7	12,0	12,5	12,9	12,9	12,9	13,0
para Empresa	6,5	5,6	5,5	5,3	6,0	6,4	6,7	6,9	6,7	7,4	7,5	7,7	8,1	8,2
Empregador	4,2	4,2	4,1	4,3	5,0	4,8	5,1	5,4	5,5	5,8	6,0	5,5	5,4	5,1
Doméstico	8,2	6,9	6,1	6,0	6,9	7,3	7,1	7,2	7,6	8,1	8,4	8,4	8,9	8,6
Mensalista	6,0	4,9	4,2	4,1	4,7	5,2	5,1	5,1	5,6	6,1	6,5	6,6	7,0	6,9
Diarista	2,1	2,0	1,8	1,9	2,2	2,1	2,1	2,1	2,0	2,0	1,9	1,8	1,8	1,7
Outros	2,3	2,0	2,0	2,1	2,5	2,8	3,3	3,0	3,1	3,3	3,6	3,3	3,3	3,1

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego – SEADE/DIEESE.

(1) Inclusive os que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham.

Vamos analisar mais alguns dados estatísticos. Verificando o número de ocupados (com carteira de trabalho), segundo a escolaridade, observamos que o grupo mais atingido foi aquele formado pelas pessoas menos escolarizadas (analfabetos e os que não chegaram a completar o nível fundamental), como mostra a Tabela 6.

Se acrescentarmos a isso o fato de que o tempo médio de trabalho daqueles que não têm carteira assinada é muito inferior ao daqueles que desfrutam de tal direito (veja a Tabela 7), fato que indica maior rotatividade de emprego, e que a grande maioria dos camelôs possui esse nível de escolaridade⁷⁸, então podemos fazer a seguinte pergunta:

⁷⁸ Uma pesquisa quantitativa seria o melhor instrumento para dar maior veracidade a esse tipo de informação. Entretanto, acreditamos poder afirmar o seguinte: ao menos pelas entrevistas, é possível apreender certa semelhança nas trajetórias de vida dos camelôs, o que significa afirmar que vêm das

não é justo pensar que o trabalho nas ruas constitui a expressão do alto nível de incerteza que marca a vida dessas pessoas (ainda mais se levarmos em conta o aumento do tempo médio despendido na procura de emprego, como fica claro na Tabela 8)? Ou melhor, podemos ir além: não é possível afirmar que o comércio ambulante é, praticamente, uma prisão da qual é muito improvável qualquer tentativa de fuga bem sucedida? Isso sem falar que, em geral, os postos de trabalho preenchidos por essas pessoas são os mais mal remunerados, se formos entrar no mérito de uma volta à formalidade.

TABELA 6: Distribuição dos assalariados do setor privado com carteira assinada pelo atual empregador, segundo grau de instrução – RMSP (1985-1998).

Atributos	1985	1988 (Fev-Dez)	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Total (%)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Nível de Instrução														
Analfabeto	4,7	5,2	4,5	4,0	4,1	4,2	4,2	3,8	4,2	3,5	3,1	3,1	2,8	2,4
Fundamental Incompleto	51,9	51,8	50,8	49,4	47,0	45,4	43,1	41,8	40,2	38,7	36,9	34,1	31,0	29,7
Fundamental + Médio Incompleto	18,0	19,2	20,0	20,3	20,6	20,9	20,8	21,6	21,3	21,8	21,2	21,3	21,4	20,8
Médio + Superior Incompleto	17,8	16,5	17,2	18,2	19,2	20,0	21,6	22,3	23,8	24,4	26,2	28,9	31,3	34,0
Superior Completo	7,5	7,4	7,5	8,1	9,1	9,6	10,3	10,6	10,5	11,6	12,6	12,6	13,5	13,2

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego – SEADE/DIEESE.

TABELA 7: Tempo médio de emprego dos assalariados com e sem carteira de trabalho assinada pelo atual empregador – RMSP (1985-2000).

Período (em meses)	1985	1988 (Fev - Dez)	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Com carteira	(1)	46	47	51	52	54	55	55	52	54	55	55	57	56
Sem carteira	(1)	14	14	16	16	19	15	15	15	17	19	19	22	22

FONTE: Pesquisa de Emprego e Desemprego – SEADE/DIEESE.

(1) Informação não disponível.

Falamos da existência não apenas de pessoas que não obtêm êxito na tentativa de se integrarem no mercado formal, mas também de uma parcela da população que, em virtude de seus precários rendimentos, não tem acesso aos produtos comercializados por esse mesmo mercado. Almejamos incluir no debate uma noção de bem-estar, presente nos discursos e práticas dos camelôs, sem esquecer, é claro, que há outros

mesmas regiões, são marcados por níveis de escolaridade que não variam muito, tiveram situações de trabalho com vários pontos em comum e, acima de tudo, pertencem a redes de sociabilidade (de parentesco e amizade) que permitem a identificação entre si, o ingresso nesse tipo de atividade e a legitimação desta. Assim, talvez não seja nenhum exagero a assertiva acima feita.

aspectos envolvidos no objeto de nossa análise. Reconhecemos a necessidade de uma explicação mais precisa acerca desse aspecto.

TABELA 8: Tempo médio e mediano despendido pelos desempregados na procura de trabalho, segundo tipo de desemprego - RMSP (1985-2000).

Tipo de Desemprego	Em semanas															
	Tempo Despendido na Procura de Trabalho															
	Anos															
	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Desemprego Total																
Média	25	17	14	15	15	16	18	23	26	25	22	24	28	35	44	48
Desemprego Aberto																
Média	22	15	13	14	13	14	16	19	22	21	18	21	24	30	39	41
Desemprego Oculto																
Média	30	19	17	20	22	22	24	28	31	31	29	29	35	42	53	60

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego – DIEESE/SEADE.

Na luta entre revolução e reformismo, ou seja, entre aqueles que buscam vislumbrar as condições necessárias à superação das relações de trabalho de cunho capitalista e aqueles que, por vários motivos, abrem mão desse horizonte e se preocupam com a luta por melhores condições de vida sob o capital, o último princípio parece levar a melhor. Logo, não faria sentido pensar mais numa diferença entre eles e nós (burgueses e proletários) como sendo o cerne de um imaginário de mudanças sociais radicais (CASTEL, 1998:464). Nesse sentido, há uma disputa em torno de classificações e colocações, estabelecidas entre distintos pólos de atividades salariais, sendo o consumo o principal parâmetro usado na distribuição dos indivíduos num *continuum* de posições (*ibid.*, 475), o que não significa que pertençamos aos que falam em sociedade de consumidores (já chamamos a atenção para a relação entre consumo e trabalho). É a integração (por meio do consumo⁷⁹), e não a possibilidade de uma sociedade comunista, que está em debate.

Ora, em várias entrevistas, os camelôs fazem constantes referências a empregos em que teriam ganhos inferiores aos adquiridos no comércio de rua, mas também a épocas em que a situação era melhor, visto que aposentadoria, 13º salário e férias remuneradas eram uma realidade minimamente parecida com o sistema de proteção social construído nos países do 1º mundo (como a França descrita por Castel).

⁷⁹ Discutindo a constituição do “mercado universal”, Braverman dá destaque à transformação na fonte de *status* social. Com a generalização do modo de produção capitalista, a capacidade de fabricar coisas deixa de ser a base da distribuição do *status* social e passa a ser substituída pela capacidade de comprá-las (BRAVERMAN, 1987:235).

Muitas vezes, os próprios camelôs sustentam que o comércio de rua possibilita ganhos não tão miseráveis, se comparados a outras atividades que fazem parte de seu universo de possibilidades. A bem da verdade, essa moeda possui também um lado mais sombrio, representado pela ausência de qualquer direito relacionado a velhice, doenças, acidentes, desemprego. Seria mais adequado falar que, se comparado à alta rotatividade de emprego que marca a vida dos trabalhadores (e que se torna muito pior para aqueles sem carteira assinada e com baixos níveis de escolaridade, como fica fácil depreender nas tabelas acima apresentadas), o comércio de rua, quando muito, apenas ratifica a insegurança marcante na vida de parte da classe trabalhadora, sobretudo aquela composta por migrantes de origem nordestina. (1) O fato de alguns não terem padrão (somente alguns), (2) não precisarem respeitar horários rígidos e hierarquias de cunho impessoal dos empregos numa grande metrópole, (3) e mesmo de afirmarem que, em algumas situações, auferem ganhos mais significativos, não endossa a visão daqueles que garantem que os ambulantes não têm o menor interesse de retorno às relações formais de emprego, como faz a Viva o Centro.

As condições históricas de criação de postos de trabalho na sociedade brasileira (apresentadas no capítulo anterior) e as considerações que foram desenvolvidas até aqui e as que ainda serão apresentadas neste capítulo, sugerem muito mais processos de precarização das relações de trabalho e, portanto, da própria vida.

Assim, os camelôs formam um grupo pelo qual a sociedade não se sente responsável nas situações extremas anteriormente aludidas. Se, por exemplo, tomarmos o termo cidadania e sua consequência, ou seja, a existência de um senso de responsabilidade da coletividade em relação ao bem-estar de todos os seus membros (cf. MARSHALL, 1967:104), é possível afirmar que ela não vale para todos aqueles que sobrevivem do comércio de rua. Não há traços de um sentimento que demonstre alguma obrigação para com eles. Pelo contrário: predomina a repressão, a imagem de que, de alguma forma, os ambulantes são uma espécie de pedra no caminho. Em outras palavras, o camelô está fora de todo sistema de proteção material, sem contar o fato de não estar inscrito numa ordem de direito. Ou seja, ele não faz parte da sociedade salarial⁸⁰ (CASTEL, 1998:408). Para os ambulantes, quando se fala em seguridade, só

⁸⁰ Os camelôs também não podem ser incluídos, sem maiores precauções, no que Robert Castel chamou de "bloco periférico", caracterizado por ocupações instáveis, sazonais, intermitentes, preenchidas, principalmente, por mulheres, migrantes, jovens sem qualificação e idosos (CASTEL, 1998:475), apesar de ser freqüente a presença dessas pessoas no comércio de rua. O que questionamos é a idéia de ocupação instável, visto que não é exíguo o número de pessoas que, literalmente, fizeram (e fazem) do

mesmo aquela propiciada pelos laços de vizinhança, parentesco e amizade (aspectos que tornam menos penosa a sobrevivência nas ruas).

A constituição da condição salarial pode ser traduzida não somente pela instituição de uma série de direitos ligados ao trabalho assalariado, mas também por um aumento do bem-estar da população, cujo primeiro anúncio pôde ser visto na articulação, promovida pelo fordismo, entre produção e consumo de massa. Daí em diante, acrescentou-se uma série de serviços públicos: saúde, higiene, educação, moradia, seguridade, aposentadoria, renda mínima (*ibid.*, 431-432). Isso significa uma distância em relação à supressão de necessidades imediatas que marcaram, durante muitos anos, a vida dos trabalhadores (*ibid.*; 444). É o problema da escassez que está em questão. Ao contrário da Idade Média, em que a precariedade era uma condição comum a todos (*ibid.*, 55), o homem ocidental viu declinar sua tolerância em relação a essa situação. Todas essas possibilidades despertam, em todas as classes, o desejo (legítimo) de bem-estar, mesmo que, em países periféricos⁸¹, elas não se generalizem. Nos países tecnologicamente mais dinâmicos, alimentou-se o sonho de ser possível erradicar a miséria e a pobreza (cf. HADDAD, 1998:29).

Antes de prosseguirmos, há uma controvérsia, comentada por Castel, em relação à associação entre fordismo e bem-estar dos trabalhadores, que não nos deixa seguir em frente sem que seja lembrada.

Braverman tece algumas linhas a respeito da reação dos trabalhadores em face das tentativas de implantação da linha de montagem nas fábricas, mesmo com a adoção de um salário de US\$ 5,00 por dia, que era praticamente o dobro da média encontrada nos EUA, no início do século XX. A suposta aceitação da nova forma de atividade laborativa por parte dos trabalhadores só pode ser explicada, segundo esse autor, da seguinte forma: à medida que Ford ia ganhando terreno na batalha concorrencial, a linha de produção ia alcançando novas fábricas, o que fez com que os trabalhadores ficassem sem escolha (BRAVERMAN, 1987:132). Nas palavras do próprio Braverman,

trabalho nas ruas a principal fonte de recursos necessários à sobrevivência (em muitos casos, a única fonte).

⁸¹ Na década de 70, Celso Furtado já tecia algumas reflexões a respeito do abismo existente entre as possibilidades de consumo e sua efetividade. Analisando o capitalismo periférico, marcado por alta concentração de renda, que vence os anos e chega aos nossos dias, o padrão de consumo dos países centrais, por meio de “mimetismo cultural”, só poderia ser reproduzido por uma minoria (FURTADO: 1996:45), tendo em vista um grau de acumulação que não permitia a generalização de salários mais elevados. Ora, se os meios de realização dos “sonhos” de consumo são pessimamente distribuídos, o mesmo não pode ser dito a respeito do desejo de vê-los satisfeitos.

"a aclimatação aparente do trabalhador aos novos modos de produção surge da destruição de todos os modos de vida, a contundência das barganhas salariais que permitem certa maleabilidade dos costumeiros níveis de subsistência da classe trabalhadora, o emaranhado da rede da vida capitalista moderna que torna finalmente todos os outros meios de vida impossíveis (ibid., 133).

De tudo o que foi dito aqui, talvez possamos afirmar o seguinte: os camelôs, definitivamente, não fazem parte, para usar um termo de Robert Castel, da sociedade salarial (até porque esta, obviamente, “não” existiu no Brasil segundo os moldes europeus, e, portanto, não constitui uma referência com bom poder explicativo quando nos debruçamos sobre as condições de trabalho aqui construídas ao longo do tempo). Entretanto, para essas pessoas, o comércio de rua termina por ser o meio restante de se afastarem da situação de necessidade imediata (viver da mão para a boca, para fazer uso de uma expressão bem conhecida), de formas ainda mais penosas de existência (pensamos na mendicância). Isso não significa que eles consigam constituir qualquer tipo de poupança. Os camelôs realizam individualmente e de maneira muito precária aquilo que recebeu o estatuto de direito em outros países, o que mais uma vez é revelador da ausência de qualquer sentimento de responsabilidade da sociedade em relação ao destino de seus membros.

Um último ponto é digno de nota. Cremos na dificuldade de casar, sem maiores problemas, duas idéias presentes no seguinte princípio da Associação Viva o Centro: **“só a metrópole socialmente justa e politicamente democrática pode ser funcional e competitiva”**. Não estamos querendo afirmar que não seja esse o real anseio da Associação e de vários setores da sociedade. O problema é que justiça social e competição parecem não demonstrar, ao longo da história, uma convivência pacífica. Trata-se de um matrimônio tenso, marcado por muitas discussões e brigas. Desde que o capital começou a ser questionado a respeito da não realização do ideal de educação universal para todos e de erradicação do trabalho excessivo e pesado, (decorrência do progresso técnico da humanidade) (MARSHALL, 1967:59); desde que a separação de classes foi apreendida como um obstáculo à vigência do princípio da igualdade formal de direitos, um problema nos foi legado: qual a possibilidade de combinar crescimento da cidadania e capitalismo, bem-estar e competição (*ibid.*, 62-63), se levarmos em conta que a formação social urbana capitalista ampliou muito o número de pessoas que

vivem em situações precárias de vida, decorrentes das condições de emprego e desemprego (BRAVERMAN, 1987:238)?

A simplicidade com que os princípios da cidadania e da competitividade são postos lado a lado pela Associação Viva o Centro também causa desconforto, sobretudo porque não vislumbramos suficiente argumentação que confira uma sólida sustentação a essa proposição. Trata-se de questão extremamente complicada. É bom lembrar que o próprio Marshall frisou que a redução das disparidades sociais (por meio de direitos civis, políticos e sociais), conseguida a duras penas, produziu uma inflexão na idéia de cidadania: mesmo quando, a partir da II Guerra Mundial, em alguns países europeus, vimos sua consolidação como instrumento fundamental na conquista de um mínimo de bem-estar, a cidadania também foi convertida em elemento criador de desigualdade social. Além da ampliação da rede de serviços sociais nem sempre tender a igualar as rendas⁸², entrou em cena uma discriminação explicitada na vergonha de ter de ser assistido pelo poder público (MARSHALL, 1967:93-94).

Muito antes de Marshall, numa das passagens do *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*, Rousseau destaca a lógica do mercado e sua disjunção em relação a uma razão de caráter público⁸³.

Robert Castel chama a atenção para uma questão que retorna com muito vigor: o desejo de construir um aparelho produtivo competitivo lança na quase exclusão muitos daqueles que estavam no centro dessa dinâmica modernizante (CASTEL, 1998:299). O anseio por competição e por uma melhor qualificação converte conquistas sociais em obstáculos e provoca o surgimento dos “inúteis para o mundo” (*ibid.*, 517-518), ou seja, a explosão de uma massa de desempregados que coloca em xeque os

⁸² Marshall considerava aceitáveis as diferenças de renda. Para ele, a ampliação dos serviços sociais não deveria atuar nesse plano, mas sim no sentido de promover um “enriquecimento da vida civilizada”, uma redução dos riscos e da insegurança, de tal forma que todos tivessem direito a um mínimo socialmente necessário para prover a subsistência (MARSHALL, 1977:93-4) sem cair na “indigência”, ou seja, situação de todos os que não conseguem se apropriar de uma parcela mínima da riqueza socialmente produzida, que seja adequada a uma vida decente (*ibid.*, 78), de acordo com determinado momento histórico.

⁸³ Fazemos menção ao seguinte trecho: “*Que se poderá pensar de um comércio no qual a razão de cada particular lhe dita máximas diferentemente contrárias às que a razão pública prega ao corpo da sociedade e onde cada um encontra seu lucro na infelicidade de outrem? Não haverá, certamente, um homem de fortuna a quem herdeiros ávidos e, freqüentemente, seus próprios filhos não desejem intimamente a morte; nenhum navio naufragado deixou de constituir uma boa notícia para certo negociante; não há uma casa que um devedor de má fé não gostaria que se incendiasse com todos os papéis que contém; todos os povos se regozijam com os desastres de seus vizinhos. Assim, encontramos nossos lucros no prejuízo de nossos semelhantes e a perda de um quase sempre determina a prosperidade de outro*” (ROUSSEAU, 1999a:127).

sistemas de proteção existentes; o aumento do número de indivíduos submetidos a trabalhos precários, intermitentes e sem qualquer direito reconhecido (*ibid.*, 21).

Enfim, consideramos pertinente a tentativa de combinação entre interesses de caráter mais social e aqueles de ordem econômica (a revalorização também é um negócio), mas desde que haja argumentos que mostrem a viabilidade desse projeto. Contudo, ao menos nas publicações às quais tivemos acesso no decorrer da pesquisa, não encontramos argumentos que dissipem nosso desconforto.

À guisa de uma conclusão preliminar, há vários aspectos que conferem pertinência à questão colocada no início deste trabalho e que, portanto, revelam interesses não tão gerais como proclamados. No fim de sua obra, Castel questiona (como já foi frisado) se há, de fato, a possibilidade (ou mesmo o desejo) de instituir políticas que combinem sucesso econômico e assistência aos mais desfavorecidos. Tentando fornecer uma resposta, diz que as políticas voltadas para os “excluídos” correm sério risco de se limitarem a um mínimo necessário para que não haja grandes disfunções visíveis (*ibid.*, 548). Referindo-se a um relatório francês (de 1988), que concerne ao programa de Desenvolvimento Social de Bairros (DSQ), o autor salienta o seguinte: até então, não haviam sido criados empregos e, em alguns casos, houve até o aumento do número de pessoas desempregadas (*ibid.*, 551).

Aos que se apressam em crer na realização do que é proclamado nos promissores discursos de revalorização de determinadas áreas, eis os questionamentos que alimentam certo ceticismo em relação aos passos que (supostamente) devem ser dados em busca de um lugar à sombra no mundo globalizado. Afinal de contas, não devemos esquecer que qualquer política de revalorização significa investimentos numa determinada região, o que provoca o encarecimento das condições de moradia, na medida em que o espaço passa a ser mais valorizado e, conseqüentemente, há um reflexo, por exemplo, no preço dos aluguéis, nos serviços urbanos oferecidos e nos produtos comercializados. Se a exclusão não for direta, o aumento do custo de vida se encarrega de garantir apenas a presença daqueles que podem arcar com o novo padrão de despesas.

Lembre-mos do seguinte: citando Raquel Rolnik, Bianca Medeiros afirma que populações de diversas faixas de renda estão disputando o mesmo espaço, o que leva ao reforço de novas formas de diferenciação simbólica (fonte de novas maneiras de discriminação) (MEDEIROS, 1997:806). Ao lado da segregação sócio-espacial e da reprodução artificial da vida urbana em ambientes fechados e controlados (cf.

MARQUES & TORRES, 1997:3-4) (condomínios fechados, shoppings e parques temáticos – uma propaganda publicitária a respeito de um novo parque de diversões é baseada no seguinte *slogan*: o Hoppy Hare é o “país” mais divertido do mundo⁸⁴), a pobreza explode (talvez) com igual intensidade. Na cidade (São Paulo), onde há escritórios de multinacionais; onde circulam importantes fluxos de capitais, informações e recursos; onde ganham força os serviços (em detrimento das atividades industriais), ou seja, na cidade que, na visão de alguns, é candidata ao “título” de cidade-mundial⁸⁵, os bárbaros não podem fazer parte do cenário oferecido ao olhar público civilizado, já que “Calcutá”, nem de longe, possui a importância atribuída aos grandes centros do planeta. A suposta cidade mundial ainda parece ter um pé no século XIX e causa desconforto a seus Severinos.

3. TRABALHO E CIDADANIA

Em nossa breve análise a respeito do posicionamento da Associação Viva o Centro com relação à permanência nas ruas de pessoas que ganham sua vida no comércio ambulante da Paulicéia, chegamos a apontar o cerne do enfoque que será melhor desenvolvido a partir de agora. Como já salientado, dissemos que a última abordagem foi insuficiente para um bom tratamento da acepção do termo **público** e sua articulação com o problema do trabalho precário. Fizemos um esforço no sentido de mostrar como a concepção de cidade da Viva o Centro, em meio a sua ambigüidade, **oferece subsídios para pensarmos no comprometimento da cidadania**, pois esta não se limita à relação dos homens com o espaço físico. Cidadania significa, antes de tudo, as relações entre os homens. **O discurso e a prática da Associação parecem revelar um predomínio da lógica da (re)valorização sobre a lógica da cidadania, uma ratificação da lógica da valorização, da construção de uma cidade que é negociada,**

⁸⁴ Ao fazer uso dessa idéia, os informes publicitários sobre o novo espaço de lazer parecem ratificar o que já havíamos mencionado: quando um espaço de divertimento é comparado a um país, isso significa a pretensão de “auto-suficiência”, no sentido de que, enquanto as pessoas ali permanecerem, não precisarão abandonar o local em busca de lanches, cinemas, compras etc. Como todos esses serviços estão presentes no parque de diversões e se trata de um espaço privado, há garantia de que todos os que para lá se dirigirem não serão importunados, principalmente pelo contato com pessoas de classes sociais mais pobres, de modo que a diversão não será prejudicada.

⁸⁵ Boa apresentação desse debate é apreendida no texto *São Paulo no Sistema Mundial de Cidades*, escrito por Eduardo Marques e Haroldo G. Torres.

seja para retomar um nível passado de lucros, seja para incrementar ainda mais o atual. É nesse sentido que falamos numa cidade negada.

A despeito dos limites do texto, nele já se entrevê uma imbricação entre bem-estar, pertencimento a uma coletividade (na verdade, falamos da condição humana propriamente dita) e uma responsabilidade social que seja condição e consequência de uma esfera pública nos moldes em que Francisco de Oliveira a discute em seu artigo já aludido. O que isso significa?

De um lado, há uma esfera pública burguesa, determinada pela existência de sujeitos privados, isolados uns dos outros, que se posicionam em relação ao Estado e que é o fundamento da aceção liberal das relações mercantis, ou seja, o destino de cada indivíduo envolvido pelo mercado cabe única e exclusivamente a ele, de modo que ao Estado resta a imperiosa responsabilidade de manter sua interferência dentro de limites os mais exíguos possíveis. Hannah Arendt, em *A Condição Humana*, sustenta que, na sociedade moderna, o direito de propriedade se tornou revelador de uma nova situação em que a única coisa comum a todos os proprietários é o direito de propriedade e este passa a ser afirmado contra a esfera comum, sendo o Estado a instância de salvaguarda dos interesses privados (cf. ARENDT, 2000:121). De outro lado, a constituição do que se convencionou chamar de Estado de Bem-Estar Social define, por sua vez, uma esfera pública não burguesa⁸⁶ (OLIVEIRA, 1999:56).

Uma compreensão mais refinada sobre esse tema, principalmente para resgatar seu potencial explicativo a respeito da forma específica de trabalho precário que nos interessa, seria profundamente enriquecida pela noção de contrato social. Trata-se da tentativa de revelar como o contratualismo oferece subsídios que permitirão tornar mais clara a densidade existente na questão do trabalho ambulante, fundamentalmente no que concerne à idéia por nós defendida, qual seja: **a existência daqueles que buscam a vida no comércio informal manifesta, de forma contundente, não apenas haver**

⁸⁶ Ainda que o Estado de Bem-Estar Social passe a existir a partir da 2ª Guerra Mundial, nos países mais ricos, acreditamos não ser muito temeroso afirmar que seu princípio já existia no pensamento de Rousseau. É a seguinte passagem que nos permite esta afirmação: “*Em todos os governos do mundo a pessoa pública consome e nada produz. Donde lhe vem, pois, a substância consumida? Do trabalho de seus membros. É o supérfluo dos particulares que produz o necessário para o público. Conclui-se, daí, que o estado civil só pode subsistir na medida em que o trabalho dos homens render além de suas necessidades*” (ROUSSEAU, 1999b:165). Esse excedente produtivo será, então, distribuído segundo termos outros que a lógica da concorrência promovida pelo mercado. Trata-se, como tentamos mostrar, de uma lógica pública em que o mercado não deve entrar sob pena de destruição desse princípio ou, no mínimo, da criação de obstáculos consideráveis à sua vigência.

pessoas excluídas do contrato de trabalho (do mercado formal), mas, sim, a própria ruptura do contrato social.

Falar em quebra do contrato social é assumir uma perspectiva mais abrangente, que engloba a questão do contrato jurídico de trabalho e que denuncia uma situação socialmente mais grave, pois, quando há respeito ao contrato social, nos termos que vamos desenvolver, os desempregados são amparados por toda uma estrutura de proteção diante das idas e vindas da economia, por exemplo. Eis o princípio fundamental da social-democracia, que remete à desconexão entre emprego e renda e as oscilações do mercado (cf. NUN, 1998:10). Aliás, as próprias oscilações econômicas seriam questionadas, sobretudo as conseqüências perversas na vida das pessoas. Quando, por outro lado, os próprios princípios do contrato social não têm vigência, então aqueles que estão fora das malhas da formalidade, são lançados à sua própria sorte, não despertam a menor reação nos mais bem posicionados na sociedade, ou seja, não há uma noção de bem comum partilhada por todos. Restam apenas indivíduos isolados uns dos outros, que parecem não ter qualquer relação entre si, o que representa sério comprometimento da cidadania.

Em seguida, procuraremos desenvolver argumentos sobre o significado dessa ruptura do contrato social.

A tarefa passa, necessariamente, pelo resgate de uma parcela da tradição do pensamento contratualista. Referimos-nos aqui a Jean-Jacques Rousseau, já que é nele que percebemos a raiz da concepção pública não burguesa que nos interessa. Porém, antes de prosseguirmos, devemos uma nota explicativa que justifique o contratualismo como recurso que permita iluminar a situação dos ambulantes na cidade de São Paulo.

Qualquer abordagem que se debruce sobre a noção de algo que é público e que não passe pela reflexão desenvolvida por Jean-Jacques Rousseau é capenga. Além do mais, Milton Meira do Nascimento, em sua dissertação de mestrado (*“O Contrato Social” ou as Ilusões do Jogo do Poder*), já chamava a atenção para um ponto de suma importância para nossas pretensões: a obra de Rousseau deve ser considerada como *“a grande escala que permitirá uma leitura cuidadosa do real”* (NASCIMENTO, 1978:10). Ou seja, quando lemos o *Contrato Social*, nos referimos ao conjunto de princípios que oferecem ferramentas que nos permitam dar conta da análise de condições históricas específicas, já que Rousseau sempre esteve atento às peculiaridades que fazem com que os povos sejam diferentes. Rousseau achava extremamente importante respeitar a especificidade de cada povo (cf. NASCIMENTO,

1978:17; NASCIMENTO, 2000:184). É nesse sentido que almejamos inserir parte da reflexão de Rousseau sobre a constituição (e o desrespeito) da ordem pública e também sobre a desigualdade social, a fim de contribuirmos para a elucidação do fenômeno social do comércio ambulante nas ruas de São Paulo.

Quando falamos no pensamento de Rousseau, referimo-nos a duas obras cruciais: “*Do Contrato Social*” e “*Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*”, pois uma não pode ser pensada sem a outra.

Para resgatar o pensamento desse genebrês e, simultaneamente, não perder de vista a vida dos ambulantes de São Paulo, talvez a melhor forma de construir essa articulação seja iniciar nossa exposição com um dos relatos obtidos nas ruas da Paulicéia. Foi Amadeu quem nos ofereceu a seguinte história.

Casado, pai de um filho, morador do Campo Limpo Paulista, Amadeu tem 42 anos, o primário completo e nasceu na cidade de Brotas de Macaúba (BA). Quando ainda morava na Bahia, trabalhava com sua família na lavoura de milho e feijão, na terra que pertencia a seus pais.

Há 22 anos em São Paulo, decidiu abandonar a cidade natal em virtude dos problemas causados pela seca. Já conhecia alguns amigos e passou a morar numa pensão. O primeiro trabalho (indicado por um amigo) foi conseguido numa lanchonete, onde exercia a função de balconista. Trabalhou fichado durante 6 anos, de segunda a sábado, de 9 a 10 horas por dia. Após pedir demissão, passou a trabalhar na metalúrgica KRUPP como rebarbador. Foi durante esse período que Amadeu conseguiu pagar as prestações de sua casa. Ao longo de 1 ano e meio, tais prestações correspondiam a, aproximadamente, 40% de seu salário mensal. Passados 6 anos, desta vez foi demitido. Com o dinheiro da indenização, comprou a própria barraca e se estabeleceu na Av. Faria Lima (ponto indicado por colegas, conterrâneos já conhecidos da Bahia), mas teve de abandonar esse local devido à intervenção da Prefeitura. Afirmou que ninguém manifestou qualquer reprovação no que diz respeito à sua atividade.

Atualmente estabelecido na Rua Cardeal Arco Verde, Amadeu compra suas mercadorias (relógios) na Galeria Pagé. Trabalha de segunda a sábado, das 9h00 às 18h00, e paga R\$ 1,00/dia para o pernoite de sua barraca. Quando foi perguntado a respeito da renda mensal, primeiramente não soube informar o valor, mas logo depois disse que tem uma despesa de mais ou menos R\$ 700,00, sendo que, normalmente, não sobra nada além do necessário para cobrir seus gastos.

Manifestou não ter nenhum medo em relação à atividade de ambulante e também que jamais teve problemas com os demais camelôs. Amadeu vê com bons

olhos o fato de não ter de receber ordens de nenhum patrão, mas disse que voltaria para a metalúrgica caso tivesse alguma proposta nesse sentido. Alegou que o trabalho na empresa propiciava mais segurança (planos de saúde, férias), além de seus ganhos serem maiores. Também é preciso frisar o seguinte: quando perguntado se traria seu filho para trabalhar com ele, caso tivesse uma outra barraca, disse que não gostaria de que isso ocorresse. Seria melhor que seu filho conseguisse um serviço fixo.

O relato acima traz indícios que nos permitem falar de uma vida que demonstra o processo de precarização do trabalho após um período de ajustamento às condições de vida da metrópole. Amadeu é um dos muitos migrantes que fugiram/fogem da seca nordestina, das condições de vida daquela região. Em todas as entrevistas, os migrantes já contam com a presença de parentes ou amigos, na metrópole, o que revela a migração como um fenômeno social e também o entrelaçamento das ações realizadas entre as gerações. Nessas circunstâncias, as alternativas de vida de alguns (os mais novos) passam, necessariamente, pelas trilhas abertas pelos mais velhos. Esse fato não pode ser deixado de lado, pois a migração, como fenômeno que “arranca” pessoas de sua terra natal e, com o passar do tempo, as leva aos milhões para os grandes centros urbanos, sem que haja adequadas condições de sobrevivência na chegada, constitui um dos principais eixos que vão orientar nossa reflexão.

Após 6 anos trabalhando como balconista numa lanchonete, Amadeu pediu demissão, certamente por considerar o emprego na metalúrgica mais viável para se ajustar às condições de vida de São Paulo. Essa visão é corroborada pelo fato de que seu salário e a indenização decorrente da demissão foram fundamentais para a aquisição da casa própria. Também frisou maior segurança e maiores ganhos propiciados pela relação formal de trabalho. Além do mais, ofereceu uma enfática desaprovação quando questionado a respeito da possibilidade de seu filho vir a ser um camelô. Nesse sentido, o comércio de rua aconteceu à sua revelia.

O repúdio ao processo migratório já havia sido discutido por Rousseau. Não cremos ser ocioso dizer como um texto do século XVIII, guardadas as devidas proporções, parece servir como orientação (mas jamais como uma transposição mecânica, pois falamos de momentos e condições sociais e históricas distintas) para a análise de uma cidade como São Paulo, cujo cenário urbano é marcado, há muito tempo, por mendigos nas calçadas e praças; por crianças pedindo esmolas, vendendo doces em cruzamentos, limpando pára-brisas de carros, consumindo drogas ou

realizando pequenos assaltos; e pelos próprios ambulantes. Toda a preocupação de Rousseau, em relação à formação dos grandes centros urbanos (e os problemas decorrentes desse processo), pode ser vislumbrada na seguinte passagem:

“À medida que a indústria e as artes se estendem e florescem, o cultivador desprezado, sobrecarregado de impostos necessários à manutenção do luxo e condenado a passar uma vida de trabalho e fome, abandona seus campos para ir procurar nas cidades o pão que deveria levar para lá. Quanto mais as capitais enchem de admiração os olhos estúpidos do povo, tanto mais se deveria sofrer vendo os campos abandonados, as terras incultas e as estradas inundadas de infelizes cidadãos transformados em mendigos ou ladrões, e destinados a um dia acabarem a sua miséria no suplício ou num monturo” (ROUSSEAU, 1999a:131-132).

O trecho acima exposto já mostra um Rousseau atento ao fenômeno da divisão do trabalho entre campo e cidade, e, simultaneamente, traz indícios sobre a crescente dificuldade que os camponeses passaram a ter para permanecerem no meio rural, sobretudo em decorrência do aumento dos impostos, e da criação de uma concepção social da cidade como local promissor (*“as capitais enchem de admiração os olhos estúpidos do povo”*). Obviamente, isso deve ser relativizado, pois o desejo de rumar para os grandes centros urbanos só deve ser compreendido quando posto ao lado de transformações que tornavam *“insuportáveis”* a vida no campo. Importa também dizer que Rousseau chama a atenção para o fato de que a migração pode criar obstáculos ao exercício da cidadania.

No Brasil, situado no contexto sócio-econômico da América Latina, Morse diz que os migrantes chegam às cidades com pouco preparo social, educacional ou psicológico para as alternativas profissionais oferecidas (MORSE, 1970:18)⁸⁷. Como vimos no capítulo anterior, o problema agrário, no período em que passou a haver uma intensificação do êxodo rural, não deveria ser tratado como uma questão do campesinato. No fundo, falamos de assalariados propriamente ditos, o que remete à

⁸⁷ Já mencionamos o cuidado com esse tipo de análise e nossa discordância, pois não apenas encontramos pessoas nascidas em São Paulo, com escolaridade média superior à de seus pais, e que também vivem do comércio de rua, mas também não podemos nos esquecer de que muitos, como Amadeu, passaram vários anos em empregos formais, o que, num primeiro momento, seria um bom indicativo de pessoas que, a despeito dos problemas, conseguiram superar o suposto despreparo inicial. Ou isso talvez seja um exemplo que nos possibilite levantar a hipótese de que esse despreparo não era tão grande assim.

nossa especificidade histórico-social em relação à Europa. Rousseau parece contribuir para a elucidação de nossos problemas de pesquisa quando chama a atenção para o fato de que a formação dos grandes centros urbanos traz consigo a formação de uma grande massa de pobres e miseráveis. Ele deve ser lido mais ou menos da seguinte forma: a migração não necessariamente traz apenas melhorias; ela pode também ser fonte de inúmeros problemas. A cidade não pode ser diretamente associada à expansão e enriquecimento da cidadania.

Quando afirmamos que Amadeu obteve os recursos necessários ao financiamento de sua casa própria, podemos dizer que, de um lado, amenizou a exploração à qual todos os trabalhadores são submetidos de uma forma ou de outra, em maior ou menor grau. Ora, jamais é ocioso lembrar que o processo de exploração não se limita ao âmbito da atividade profissional propriamente dita. Em seu *“Manifesto do Partido Comunista”*, Marx e Engels já nos ensinavam que...

“Uma vez terminada a exploração do operário pelo fabricante mediante o pagamento do salário em dinheiro, caem sobre ele as outras parcelas da burguesia: os proprietários de imóveis, o dono da mercearia, o agiota, etc.” (MARX & ENGELS, 1998:15).

Por outro lado, Amadeu foi demitido da metalúrgica após 6 anos de serviços prestados e a alternativa do mercado informal não o agrada muito, como é possível notar. A ausência dos benefícios representados por um contrato de trabalho vem logo à sua memória. Se pensarmos, como faz Boaventura de Sousa Santos, que um dos termos do contrato social remete ao que ele chamou de “socialização da economia”, ou seja, da possibilidade de uma regulação das condições e do tempo de trabalho, dos salários, da possibilidade de seguro-desemprego e outros benefícios, do reconhecimento do direito de greve, dos sindicatos e de negociações coletivas (cf. SANTOS, 1999:88), então a história de Amadeu já começa a revelar a armadilha da ruptura do contrato social. Na vida de Amadeu, o trabalho foi totalmente despido daquilo que antes lhe conferia uma utilidade social reconhecida pelas pessoas e também das garantias institucionais que permitiam ao trabalhador o direito de por em questão as condições de exercício de suas atividades. Digamos que a pessoa chamada Amadeu está inserida numa série de vínculos de parentesco, vizinhança e amizade que proporcionam auxílio nos momentos de dificuldade, mas o trabalhador chamado Amadeu não tem qualquer possibilidade de

reivindicar direitos em relação à sua atividade. Como trabalhador, está isolado, sem ter a quem se dirigir para fazer valer seus direitos (a despeito de o trabalho estar incluído na carta constitucional). O migrante não é cidadão pleno.

Em termos de remuneração, ainda que o entrevistado não tenha sido preciso ao falar de seu rendimento mensal (fato comum no discurso de muitos camelôs), ele nos ofereceu um dado muito relevante: praticamente não há qualquer possibilidade de poupança, de modo que se não fosse, por exemplo, o fato de se ver livre do aluguel (conquista decorrente de seus outros empregos, em que sua remuneração era bem melhor, ao menos na metalúrgica, como ele mesmo nos disse), sua situação seria muito mais grave, tendo em vista ter uma família e, portanto, a impossibilidade de residir em módicas pensões, como outros ambulantes fazem, sobretudo os mais novos e migrantes recém-chegados. Além disso, a insatisfação em relação à sua atividade também se faz presente no desejo de não ver o filho trilhar os caminhos do pai. Amadeu almeja uma vida mais segura para o filho, pautada por um serviço fixo. Estas e outras informações deveriam ser conhecidas por aqueles que afirmam um “total desinteresse” dos camelôs por voltarem à formalidade.

Quando o filósofo genebrês se dispôs a conhecer os homens com o intuito de atingir a fonte de suas desigualdades (ROUSSEAU, 1999a:43), não conseguiu se desvencilhar dos problemas oriundos das condições de trabalho às quais os próprios homens se submeteram ao longo de sua história. Antes de Marx, Rousseau já associava o trabalho à exploração. Contudo, é óbvio que Marx apreendeu melhor do que ninguém a lógica da exploração econômica do trabalho, as formas pelas quais esta se realiza e suas conseqüências para a vida dos trabalhadores. Sempre que o ser humano e suas condições de vida estiverem em jogo, Marx e Rousseau devem ser lembrados.

Dentre as mazelas que marcam a vida em sociedade, notamos uma preocupação com o excesso de ociosidade, de um lado, e o excesso de trabalho, de outro, como marcas que distinguem a vida de setores sociais diversos. Quanto aos trabalhos degradantes, Rousseau menciona atividades que corroem a alma dos homens (*ibid.*, 61), o que sugere seu desconforto em relação às atividades que mortificam o ser humano. Se a partir do pensamento de Adam Smith, o trabalho ganha ênfase como produtor de valores, não é menos verdade que ele começa a ser também fonte de angústias, sobretudo para todos aqueles que deveriam viver do suor de seu rosto.

Podemos dizer que Rousseau percebe também o que será o cerne de toda obra de Marx, qual seja, a articulação entre trabalho e propriedade como uma forma de

poder exercido sobre os trabalhadores. A segunda parte do “*Discurso*” desfere um ataque direto ao pilar de sustentação de toda desigualdade e, portanto, de toda (re)produção da miséria humana.

“O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer isto é meu e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo. Quantos crimes, guerras, assassínios, misérias e horrores não poupou ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, tivesse gritado a seus semelhantes: ‘Defendei-vos de ouvir esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e que a terra não pertence a ninguém!’” (ROUSSEAU, 1999a:87).

É nesse sentido que toda a forma de propriedade define a possibilidade do exercício de um poder sobre as parcelas destituídas da sociedade, sobretudo na interferência que esse poder exerce nos destinos dos homens. É assim que podemos falar nas outras parcelas da burguesia, que agem por meio do (1) aluguel cobrado daqueles que não possuem casa própria; (2) da instituição financeira que exige juros de todos os que realizam algum tipo de empréstimo (e isso pode incluir a moradia, pois os parcelamentos de longo prazo se assemelham muito à locação de imóvel); (3) dos donos de estabelecimentos que comercializam os bens necessários à sobrevivência. As alternativas de vida dos trabalhadores dependem da maior ou menor proporção dessas formas de exploração, em relação aos ganhos que obtêm em suas atividades.

Precisamos fazer uma breve nota antes de prosseguirmos com nossa análise. A fim de não incorrermos numa visão demasiado simplista do pensamento de Marx, devemos lembrar que a propriedade é, antes de tudo, uma relação social que define uma forma específica de organização do trabalho no que concerne ao seu material, aos instrumentos empregados e ao produto final da atividade (MARX & ENGELS, 1993:29). Se a noção de classe social traz consigo a separação entre aqueles que detêm os meios de produção e aqueles que são destituídos deles, então a própria noção de classe social deve ser também compreendida como uma relação social. Nesse sentido, não falamos em segmentos estanques da sociedade, mas no princípio fundamental que qualifica as relações entre os homens (incluídas as mulheres) numa sociedade capitalista.

As relações de trabalho permeadas pelo princípio da propriedade privada e pelo arcabouço institucional que a protege, criam uma situação em que formas precárias de

trabalho são produzidas seja pela intensificação da exploração daqueles que estão empregados, seja pela demissão destes, seja pela formação de um mercado de trabalho incapaz de absorver a demanda social por trabalho (que frisamos no capítulo anterior). No que diz respeito ao nosso assunto, podemos dizer que a combinação desses três fatores engendrou as condições necessárias ao surgimento do comércio de rua em grandes proporções.

Por que chamamos a atenção para esse fato? Porque pode muito bem haver trabalhadores que, por exemplo, possuem não apenas a residência na qual moram, mas outra que lhe possibilite uma renda mensal provinda de seu aluguel. Assim, em relação ao locatário, ele assume a posição de um burguês. Isso acontece entre os próprios camelôs. Se, num primeiro momento, todos eles são trabalhadores, alguns que possuem várias barracas não deixam de explorar outros que assumem a posição de funcionários. Inúmeros são os ambulantes que não possuem sua própria barraca e ficam sujeitos a essa condição.

Tomás, um entrevistado que produz artigos de couro (bolsas e carteiras) vendidos para ambulantes ou mesmo para estabelecimentos comerciais, afirmou empregar pessoas sem registro em carteira. De um lado, sua entrevista revela, de forma muito clara, todos os problemas decorrentes das tentativas de ajustamento às condições urbanas de vida. Após muitos anos viajando de cidade em cidade, muitas vezes sem ter local definido para ficar (Tomás disse que, em alguns momentos, colocava uma rede entre duas árvores), ele conseguiu, digamos, fincar raízes em Guarulhos. Por outro lado, o estabelecimento de um negócio por conta própria em que, após inúmeras experiências de trabalho como ambulante, agricultor, funcionário de construção civil, etc., ele ocupa a posição de patrão, faz com que ele passe a reproduzir práticas referentes à rotatividade de funcionários, redução de salários e contratação sem carteira assinada.

Tomás tem 59 anos e nasceu em Itaberaba-BA. Sabe ler e escrever não porque frequentou a escola, mas por ter “aprendido no mundo”. Desde 1971, reside em Guarulhos com sua esposa e seus filhos.

Começou a trabalhar na lavoura com 7 anos de idade, época em que já começava a realizar atividades comerciais (comprava e vendia galinhas e ovos em uma feira). Ficou na Bahia até os 14 anos. Após isso, foi para Minas Gerais sozinho, alegando que procurava melhores condições de trabalho. Isso foi em 1958. Permaneceu nesse estado durante, aproximadamente, 3,5 anos, período em que

trabalhou na lavoura de algodão e também tomava conta de um armazém que fornecia mantimentos para os próprios trabalhadores da fazenda. Segundo ele, era comum o endividamento dos funcionários. Ao ser perguntado se era possível acumular algumas economias, disse que as famílias mais numerosas tinham mais facilidade para fazer isso, pois mais braços eram empregados no trabalho. Alguns também vivenciavam a seguinte situação: no fim do mês, conseguiam a produção necessária para pagar suas dívidas, mas como precisavam comer, pegavam os alimentos no armazém e, mais uma vez, ficavam devendo.

Tomás residia nas terras do patrão e afirmou que já conhecia alguns amigos em Minas. Explica também que, naquela época, ao chegar no estado, saía de fazenda em fazenda procurando serviço.

Mencionou que esteve em muitos lugares, o que foi motivo para seu cunhado, logo após a entrevista, dizer que levou uma vida de cigano. Esteve em Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Paraná, Mato Grosso, Amazonas. Chegou a trabalhar como garimpeiro. Afirmou que havia lugares em que permanecia por 1 ou 2 anos, outros em que ficava 3 meses, 8 dias. Nunca dormia por muito tempo na casa de outras pessoas. Procurava um hotel (quando tinha condições), uma rede no pé das árvores ou fazia sua própria casa com madeira. Segundo José, “eu tinha que fazer o meu lugar de qualquer jeito”.

De Minas Gerais, foi para o Mato Grosso, onde também trabalhou em lavouras. No Paraná, durante 1 ano e alguns meses, trabalhou em lavouras de café, derrubada de mato e também numa construtora.

Saindo do Paraná, dirigiu-se para São Paulo (onde já havia trabalhado em pavimentações) e conseguiu serviço, mais uma vez, numa construtora. Permaneceu nela durante, mais ou menos, 2 anos. Nessa época, Tomás já havia se casado (1966). Contou que sempre desejou trabalhar por conta própria e só trabalhou na construção por não ter condições de fazê-lo. Começou a exercer essas atividades a partir de 1975 e permanece nesse ramo até hoje.

A primeira casa própria só foi conseguida em São Paulo (Guarulhos), sendo que foi construída em esquema de mutirão. Essa residência já foi vendida. Afirmou que chegou a ter uma casa na região de Teodoro Sampaio, mas não conta como casa, pois era feita de madeira. Na época, chegou a vendê-la e voltou para a Bahia com o intuito de buscar sua mãe e seus irmãos (uma irmã era viúva). Retornaram para São Paulo, mas logo foram para o Paraná, onde trabalharam nas lavouras de café e viviam em uma casa que pertencia ao dono da fazenda.

Voltando ao serviço por conta própria, disse que começou vendendo bijuterias, artigos de plástico e couro. Após algum tempo, começou a fabricar bolsas para viagem. Nos períodos de maior volume de vendas, chegou a ter 12 empregados trabalhando para si, sendo necessário frisar que os filhos e a esposa sempre trabalharam com ele. Afirmou que alguns eram registrados e ficava com os

empregados durante períodos que variavam de 6 meses a 1 ano, no máximo. No passado, teve 10 máquinas de costura, mas hoje possui 6. O local de trabalho fica na própria residência. No momento, tem 3 pessoas contratadas. Costuma pagar R\$ 200,00, R\$ 300,00 para seus funcionários, sendo que nenhum deles é registrado atualmente. No passado, disse que pagava todos os direitos sociais. Afirmou que há serviço para 2 meses no momento e não paga os impostos referentes à sua atividade (“ela é só o ganha pão”). Disse também que nunca contratou ambulantes para ficar em barracas vendendo suas mercadorias.

No que diz respeito aos consumidores de seus produtos, afirmou que a maioria é composta por lojistas que se situam em São Paulo (rua 25 de Março). Quase toda venda é feita a prazo, o que gera vários problemas com calotes, tanto por parte de lojistas como de ambulantes. Segundo ele, boa parte do dinheiro referente a essas situações é perdida e a solução é “trabalhar com bons pagadores”.

Ao se referir ao movimento das vendas, disse que não estão muito boas. Há um estoque de 20 mil carteiras a serem vendidas. Quando perguntado a respeito de qual é um bom nível de vendas, disse que, nos melhores períodos (governo Sarney), chegou a fabricar de 600 a 1000 bolsas por dia.

Já dissemos que Amadeu viu o trabalho reduzido à sua dimensão meramente privada, sem que seja possível pensar em formas de organização das quais surjam reivindicações. Esse caráter limitado do trabalho está presente na entrevista de Tomás. Quando questionado a respeito da situação de seus funcionários, mais especificamente, o cumprimento de todas as obrigações trabalhistas às quais qualquer empregador está sujeito, Tomás afirmou que não as cumpre e justificou sua atitude dizendo que a atividade é apenas um “*ganha pão*”. De certa forma, o trabalho informal (dizemos isso porque aqui o problema é mais abrangente, tendo em vista que Tomás não é ambulante) faz com que todo conjunto de direitos trabalhistas seja convertido em mero capricho, em algo supérfluo quando a situação de patrões e empregados não seja lá das melhores. O mau andamento dos negócios levou Tomás a suspender todos os direitos trabalhistas. Do lado dos funcionários, os problemas ligados ao desemprego os levam à sujeição às atividades exercidas sem qualquer proteção legal.

O princípio da separação entre classes define as relações sociais quanto ao trabalho não apenas entre um setor social privilegiado e outro mais pobre, mas também tem vigência no meio deste. Trata-se de uma lógica que corta a sociedade de ponta a ponta e envolve todos os seus integrantes. Não falamos de uma lógica que demarca, de forma nítida, classes sociais antagônicas, de maneira a ser fácil saber quem é

explorador e quem é explorado. A análise de uma sociedade cindida em classes é mais promissora e frutífera se essa cisão for tomada como uma relação.

A situação de um ambulante que não é dono de sua barraca (portanto, aqui não valem o desejo de não ter patrão e horário a ser cumprido, e muito menos - como no caso de Amadeu - melhores rendimentos conferidos pelo trabalho como ambulante), pode ser esclarecida a partir da entrevista de Joel. Há dois anos em São Paulo, podemos dizer que seu ajustamento à cidade é marcado por um rendimento mensal que caiu pela metade desde seu primeiro emprego como faxineiro (era de R\$ 600,00 e passou a ser de R\$ 75,00/semana) e pela moradia numa pensão, cujo aluguel representa um terço de seu “salário” e fica próxima ao local de trabalho (ao menos no momento da entrevista, quando estava em frente ao Hospital das Clínicas), o que faz com que suas necessidades não sejam encarecidas com o preço de passagens de ônibus. Da mesma forma que Amadeu, Joel almeja um emprego formal.

Joel tem 30 anos e nasceu na cidade de Jequié-BA. É solteiro e mora em uma pensão, na rua Teodoro Sampaio, pela qual paga R\$ 100,00/mês.

Veio sozinho da Bahia há 2 anos, sendo que alguns primos já estavam aqui. Ao chegar, procurou a Casa da Convivência (Av. Rebouças, 305), local indicado por amigos, onde conseguiu o primeiro trabalho e moradia.

Sua primeira atividade em São Paulo foi como varredor de rua, contratado pela Enterpa. Permaneceu nesse emprego por 1 ano e 6 meses, ganhando R\$ 600,00/mês, até ser demitido, sendo que não mencionaram motivo algum para tal atitude. Segundo Joel, pagaram toda a indenização.

Voltou a ser varredor pela empresa Cavo, na condição de temporário. Registrado, aí permaneceu por 4 meses e mais uma vez foi demitido. Apesar de exercer a mesma atividade, passou a receber R\$ 400,00/mês.

Na terceira experiência de trabalho, tornou-se ambulante há 6 meses. Vende queijo, doce de leite e goiabada, mas não é proprietário de sua barraca. Segundo Joel, trata-se de um bico, pois não é registrado. Recebe R\$ 75,00/semana e mais o almoço, que é oferecido pelo dono da barraca. Este traz as barraca em uma kombi todos os dias. Não há férias e o dono também não oferece vale transporte.

Afirmou que foi um amigo ambulante que o apresentou ao dono da barraca. Disse que Joel era um bom rapaz e estava precisando de emprego. Joel também afirmou que é melhor ganhar pouco do que estar parado e que, no momento, não está procurando outra atividade, sendo que se conseguisse um trabalho registrado, abandonaria a atual situação.

Todas as entrevistas foram feitas com trabalhadores que obtiveram emprego quando chegaram a São Paulo, ficaram desempregados e rumaram para o comércio ambulante, ou pessoas que ingressaram nessa atividade desde o início. Entretanto, na entrevista de Flávia notamos como o comércio ambulante representa a precarização de quem já chegou a administrar dois estabelecimentos voltados para a venda de roupas, o que terminou por ser economicamente inviável. Se levarmos em consideração o tempo de permanência em São Paulo (13 anos) e a forma como ela e seu marido promoveram o ajustamento em termos de trabalho, podemos dizer que, se comparada com outras experiências de migração, a do casal foi privilegiada, tendo em vista que a experiência inicial como ambulantes serviu como um tipo de alavanca capaz de alçá-los ao comércio formal. Contudo, essa diferença não foi suficiente para impedir o comércio nas ruas da Paulicéia como destino, o que novamente reforça nossa precaução diante de afirmações a respeito de um suposto despreparo inicial dos migrantes.

Flávia tem 39 anos e nasceu em Barra da Estirpa-BA. Estudou até a 5ª série do ensino fundamental.

Seu primeiro trabalho foi como lavradora, em uma propriedade de seu pai. Permaneceu nesse serviço durante 10 anos, plantando café, feijão, milho, batata, cenoura e tomate. Veio para São Paulo quando se casou, há 13 anos. Segundo ela, gostava muito do trabalho na roça.

Em São Paulo, ela e o marido mantiveram uma barraca de jornais por um ano. Após essa experiência, começaram a vender roupas, como ambulantes. Chegaram a ter duas lojas, uma localizada na rua Caetano Pinto e outra no Cambuci. De acordo com o relato oferecido, permaneceram um ano em uma das lojas e 8 meses na outra. O negócio não vingou em decorrência do baixo movimento de vendas.

Há 12 anos, quando ainda tinha uma das lojas, já mantinha uma barraca nas ruas, a fim de ver se a loja dava resultado, fato que não ocorreu. Flávia ainda alimenta o projeto e a esperança (“em nome de Jesus”) de obter uma nova loja.

Quanto ao serviço como ambulante, disse ser melhor do que ficar parada. Quando se trabalha, pensa-se apenas em coisas boas, segundo ela.

Sua rotina pode ser resumida da seguinte forma: acorda todos os dias às 5h30 da manhã e vai dormir às 2h00 da madrugada. Reside num apartamento próprio, localizado no Brás, sendo que, no início, permaneceu um ano em casa alugada. Trabalha todos os dias da semana, das 7h30 às 20h00. No que diz respeito à aquisição de mercadorias, ela afirmou que há fornecedores que se dirigem até o local da banca e fazem as ofertas. A barraca permanece na rua durante a noite e ela desembolsa R\$ 30,00 mensais pela segurança. Quanto ao

rendimento, afirmou que, num bom mês, chega a fazer R\$ 2000,00. Tem uma funcionária que recebe R\$ 400,00, fora o almoço e a condução, e que presta auxílio na venda de mercadorias e na organização da banca.

Rousseau preocupou-se muito com processos sociais que produziam desigualdade entre os homens, que, a cada momento, parecia atingir maiores proporções, de modo a interferir cada vez mais na vida de cada pessoa. Em relação à propriedade privada, isso significa que, mesmo não fazendo parte da natureza humana, terminou por ganhar, primeiro, o estatuto de algo já tradicional, na acepção weberiana da palavra, ou seja, daquilo que é marcado por uma atitude arraigada (WEBER, 1998:20). Se, em Rousseau, a propriedade é um dos marcos do exercício do poder de alguns homens sobre outros, ao longo do tempo, ela é, digamos, “santificada” por meio de uma tradição existente “desde sempre” (*ibid.*, 708). Salvo alguns comunistas (ou mesmo pessoas que, por algum motivo, negariam essa alcunha) que sonham com um mundo sem a propriedade privada, mas que também têm de dar conta do fim das experiências socialistas em nações como a ex-URSS e países do Leste Europeu, os homens não conseguem vislumbrar uma sociedade sem a propriedade (ao menos o homem ocidental). Parece fazer parte de uma tradição imemorial e intocável. Eis o motivo da alusão ao pensamento de Max Weber.

Se encararmos a literatura como um tipo de reflexão artística sobre fatos e transformações sociais, um trecho do romance *São Bernardo*, de Graciliano Ramos, é muito elucidativo quanto à possibilidade de vislumbrar mudanças e o poder de uma tradição que afirma a imemorialidade de certas condições sociais. Num diálogo do romance, diante da indignação de um dos personagens (Padilha), profundamente crítico em relação à concentração de grandes áreas territoriais nas mãos de poucas pessoas, outro personagem, Casimiro Lopes, resigna-se afirmando que as coisas são assim desde que o mundo é mundo.

“Nesse ponto surgiu-me um pequeno contratempo. Uma tarde surpreendi no oitão da capela (a capela estava concluída; faltava pintura) Luís Padilha discursando para Marciano e Casimiro Lopes:

“- Um roubo. É o que tem sido demonstrado categoricamente pelos filósofos e vem nos livros. Vejam: mais de uma légua de terra, casas, mata, açude, gado, tudo de um homem. Não está certo.

“Marciano, mulato esbodegado, regalou-se, entronchando-se todo e mostrando as gengivas banguelas:

“O senhor tem razão, seu Padilha. Eu não entendo, sou bruto, mas perco o sono assuntando nisso. A gente se mata por causa dos outros. É ou não é, Casimiro?

*“Casimiro Lopes franziu as ventas, **declarou que as coisas desde o começo do mundo tinham dono**” (RAMOS, 2000b:58).*

Por outro lado, num segundo momento, a propriedade passou a ser protegida e, portanto, perpetuada pela lei. Somada à tradição, passamos a ter a legislação. O que era usurpação, na acepção de Rousseau, converteu-se em direito (ROUSSEAU, 1999a:100). O estabelecimento do Estado inaugura uma ordem jurídica capaz de legitimar legalmente a posse (que nada mais é do que uma expressão da desigualdade entre os homens). A história da humanidade, portanto, é a história da dominação (NASCIMENTO, 2000:149-150).

Vale a pena transcrever uma passagem primorosa de Rousseau:

“Ora, quando as heranças cresceram em número e em extensão, a ponto de cobrir todo o solo, e tocaram-se uma às outras, uns só puderam prosperar às expensas dos outros, e os supranumerários, que a fraqueza ou a indolência tinham impedido por seu turno de as adquirir, tendo se tornado pobres sem nada ter perdido, porque, tudo mudando à sua volta, somente eles não mudaram, viram-se obrigados a receber ou roubar sua subsistência da mão dos ricos. Daí começaram a nascer, segundo os vários caracteres de uns e de outros, a dominação e a servidão, ou a violência e os roubos” (ROUSSEAU, 1999a:98).

A partir do momento em que o trabalho é transformado em fonte de toda a riqueza e a instituição da ordem legal termina por estabelecer os limites dentro dos quais as atividades econômicas são aceitas, os trabalhadores que estão fora da lei começam a ter sérios problemas. Não por que vêm no comércio de rua, por exemplo, uma atividade preferencial, mas por que o acesso ao setor formal torna-se extremamente difícil (isso quando já não resta muita esperança de retorno à condição de empregado).

Retomando a entrevista de Amadeu, ele só se converteu num camelô por ser um trabalhador livre, por fazer parte da classe daqueles destituídos da propriedade (dos meios de produção), para entrarmos diretamente no referencial elaborado por Marx. Os proprietários, pela sua condição, tomam todas as decisões envolvidas no mundo do

trabalho e estas afetam profundamente o destino dos trabalhadores. Amadeu tornou-se camelô não por desejo profissional (se ele pudesse, voltaria à metalúrgica ou a uma atividade similar). Vende relógios nas ruas de São Paulo em função de sua condição de desempregado e, sobretudo, de um desempregado que conseguiu acumular o dinheiro necessário para a obtenção da moradia, mas não para a abertura de um negócio por conta própria, por exemplo. O desemprego, ainda que muito comum em nosso mundo, não fazia parte de seus planos. Muito menos o comércio de rua. Pelas descrições já mencionadas, é possível afirmar que a mudança da condição de balconista para a de metalúrgico, significou uma ascensão em termos materiais e de estima. Só não contava com o desemprego, que terminou por causar um descenso, tanto em termos de estima como de renda.

Podemos afirmar que a vida dos ambulantes, a despeito das singularidades que marcam a história de cada entrevistado, carrega em si a possibilidade de ser associada à privação, mesmo que eles terminem por se “acostumar” a essa condição, o que não invalida, de maneira alguma, nossa colocação. Não nos esqueçamos de que esta afirmação deve ser relativizada quando nos referimos aos ambulantes que também são “empregadores” de mão-de-obra “assalariada”.

Começamos a desenvolver o tema da desigualdade, sobretudo em seu débito para com o trabalho e a propriedade. Como fica, porém, a questão do contrato social?

Na formulação construída por Jean-Jacques Rousseau, o contrato está intimamente associado ao bem-estar de todos os envolvidos. O essencial numa sociedade⁸⁸ é o fato de ela compor um corpo político que busca o bem comum (ROUSSEAU, 1999b:67). O que isso quer dizer? A “*vontade geral*” (noção formulada por Rousseau), resultado do contrato e fundamento a ser mantido a fim de assegurar a vitalidade da sociedade naquilo a que ela se propõe (o bem-estar de todos os envolvidos), remete a um tipo de compromisso recíproco entre os interesses particulares, que terminam por dar origem a uma ordem social qualitativamente distinta, pautada por um interesse de caráter público e não pela soma aritmética das vontades, dos desejos individuais (*ibid.*, 73).

⁸⁸ Um contratualista moderno (John Rawls) define a sociedade da seguinte forma: um grupo mais ou menos auto-suficiente de pessoas que mantêm relações entre si e reconhecem obrigações mútuas determinadas por um conjunto de regras obrigatórias. Rawls também reconhece a necessidade de uma identidade entre os diversos interesses existentes em qualquer corpo coletivo “*porque a cooperação social possibilita que todos tenham uma vida melhor da que teria qualquer um dos membros se cada um dependesse de seus próprios esforços*” (cf. RAWLS, 2000:4). Esta última referência não deve ser esquecida.

Quando falamos em bem-estar, entramos diretamente nos atos necessários à sobrevivência dos seres humanos. Em outras palavras, é possível interpretar o contrato pela perspectiva das ações que os homens realizam com o intuito de produzir e reproduzir a vida. Rousseau, como já foi visto, alimenta uma preocupação muito grande com as desigualdades entre os homens, sobretudo com aquela que se deve à riqueza (ROUSSEAU, 1999a:111), ainda que, de maneira alguma, isso signifique que seu “edifício” filosófico fique restrito a uma dimensão meramente econômica. Nada seria mais falso e injusto do que taxá-lo, assim como muitos insistem em fazer com Marx, de economicista. Talvez uma das mais belas passagens, reveladora do medo que ele alimentava em relação à existência de sociedades injustas, seja esta:

“(…) que nenhum cidadão seja suficientemente opulento para poder comprar um outro e não haja nenhum tão pobre que se veja constringido a vender-se” (ROUSSEAU, 1999b: 127).

Percebam que falamos em termos de princípios contratualistas que, em nossa maneira de ver, ainda são válidos para os dias atuais. A grande questão que distancia nossa época daquela em que Rousseau escreveu, talvez seja a da constituição dos mecanismos sociais necessários à concretização desses princípios e os próprios problemas a serem enfrentados. Se falamos no Estado, não nos esqueçamos de que esse mesmo Estado passa por processos de privatização e, portanto, já não é o mesmo o Estado (desenvolvimentista – que Rousseau também não conheceu!) que teve papel fundamental na industrialização da sociedade brasileira, por exemplo. Se falamos num princípio público que se contrapõe à lógica do mercado (ou, ao menos, que deve se contrapor), vale lembrar que as relações entre capital e trabalho também passam por profundas redefinições, sobretudo vinculadas ao emprego de novas técnicas que liberam parte da mão-de-obra, acarretando, assim, um aumento das taxas de desemprego e subemprego. Em outras palavras, o contratualismo ainda tem sua validade, mas as condições sociais e os problemas nos deixam diante de novos desafios, ou mesmo da necessidade de repensarmos velhas questões.

Partindo do que foi exposto, qualquer desigualdade mais acentuada na distribuição dos bens necessários a uma vida digna converte-se numa ameaça ou mesmo numa ruptura com os termos do contrato social. Rousseau repudiava,

veementemente, essa situação, pois nada mais significa do que a construção e manutenção do luxo de alguns às custas da miséria do povo. Em seu “*Discurso*”, lê-se:

“O luxo é um remédio muito pior do que o mal que pretende sanar, ou melhor, ele mesmo, em qualquer Estado, grande ou pequeno, é o pior de todos os males que possam advir e, para sustentar uma multidão de criados e de miseráveis engendrados por ele, oprime e arruína o operário e o cidadão. É como aqueles ventos escaldantes do Sul que, cobrindo a erva e a verdura de insetos devoradores, subtraem a substância dos animais úteis e levam a todos os lugares em que se fazem sentir a penúria e a morte” (ROUSSEAU, 1999a:31).

No *Contrato Social*, ele reforça seu pensamento quando afirma que o estado social só é vantajoso em circunstâncias em que todos os integrantes tenham o necessário para uma vida digna e nenhum tenha demais⁸⁹ (ROUSSEAU, 1999b:81).

Por que afirmar tudo isso e, o mais importante, em que medida essa reflexão contribui para iluminar a existência do comércio ambulante nas ruas da Paulicéia? Ora, já mostramos como os direitos trabalhistas são profundamente desrespeitados e chegam a ser representados como algo supérfluo (ao menos na visão de Tomás, que é proprietário de um negócio, mas lembrança significativa presente nos anseios de outros entrevistados). A presença de um grande número de ambulantes nas ruas expressa uma ordem social profundamente injusta na distribuição de seus bens (sobretudo renda e emprego). Acreditamos que mais uma entrevista se faça necessária para que nosso pensamento ganhe maior consistência.

Mônica, 26 anos, vende CD's, rádios portáteis, fitas cassetes e de vídeo, chaveiros, capas para controle remoto, pochetes, cadeados, bonecas e brinquedos eletrônicos. Trabalha na rua Teodoro Sampaio, perto do Hospital das Clínicas.

Nasceu na cidade de Grande Rio (PR). Veio para São Paulo quando ainda tinha 2 anos de idade. É casada, tem uma filha, reside em casa própria, em Taboão da Serra, e abandonou os estudos sem chegar a completar a 6ª série do antigo primeiro grau. Segundo ela, precisou trabalhar para ajudar os pais.

⁸⁹ Rousseau repudia toda forma de desigualdade social. Chega a afirmar que, dentre todas as condições necessárias à constituição de uma sociedade verdadeiramente democrática, a igualdade entre classes e fortunas e a existência de pouco ou mesmo de nenhum luxo são requisitos essenciais (ROUSSEAU, 1999b:151). John Rawls é mais condescendente com a desigual distribuição da riqueza. Mesmo assim, defende a idéia de que as desigualdades econômicas e sociais seriam justas apenas se, de alguma forma, oferecessem compensações, principalmente, aos menos favorecidos (RAWLS, 2000:16). Em ambas as referências, grandes disparidades são inaceitáveis quando temos em vista um horizonte definido por uma ordem social justa.

Seu primeiro trabalho foi conseguido na casa de uma amiga. Tinha 8 ou 9 anos (não se lembra exatamente). Auxiliava a amiga na limpeza da casa. Em troca, ganhava algumas roupas e também um "dinheirinho". Não recorda nem o tempo em que permaneceu nessa atividade, nem o motivo de seu abandono.

Após isso, começou a cuidar do sobrinho para a irmã. Recebia um pagamento, mas não era registrada.

Passou, então, a trabalhar em uma loja de bordados em Pinheiros, na qual era vendedora e também não possuía registro em carteira, pois era menor de idade. Permaneceu nesse lugar por 4 meses e, como havia muito tempo que não recebia nada, pois o pagamento era feito por comissão, decidiu abandonar esse trabalho.

Logo em seguida, começou a trabalhar na Preçolândia, dessa vez registrada. Exercia atividades como empacotadora e pediu as contas quando brigou com o filho do dono, pois este queria sair com ela (situação que não foi aceita por Mônica).

Transferiu-se para o Shopping Eldorado. Era atendente de público. Trabalhou sem registro, pois, segundo ela, exercia sua função apenas nos sábados, domingos e feriados, período em que cobria a folga de outros funcionários. Após quase um ano, encontrou um serviço melhor no próprio Eldorado. Trabalhava de segunda a segunda, preparando batata e nhoque fritos, e servindo refrigerantes. Essas atividades propiciaram um melhor rendimento se comparado ao recebido em experiências anteriores. Mais uma vez não possuía registro em carteira e faltaram 2 dias para completar 6 meses nesse trabalho. Mônica disse que teve um desentendimento com uma "bixa" que seria o futuro gerente da loja. Como ela estava há 4 meses na loja no momento de sua chegada, achava que deveria ensinar os serviços ao novato, mas ele começou a dar ordens e opiniões a respeito de como as atividades deveriam ser feitas. Após uma discussão (ele já era o gerente do estabelecimento), ela foi demitida.

Começou a trabalhar em feiras, vendendo frutas e verduras. Conhecia alguns donos de barracas e saiu perguntando se estavam precisando de alguém para trabalhar. Passou por 3 barracas que vendiam frutas e por uma que comercializava verduras. Chegou a permanecer quase dois anos em uma delas.

Mônica casou-se e passou a cuidar do lar. Voltou a trabalhar num shopping, dessa vez no Morumbi, onde cuidava da máquina de um cartão chamado Play Card. Registrada, trabalhou nesse lugar por 3 meses, pois era um emprego temporário.

Foi para o Shopping Iguatemi. Exerceu atividades como copeira, de segunda a segunda, durante 3 meses, mas abandonou o serviço por não gostar de usar vestido (uniforme obrigatório). No mesmo shopping, conseguiu outro emprego como ajudante em um restaurante (Raskal). Na época, ela adoeceu e o

estabelecimento deu um prazo de uma semana para tratar-se. Sua mãe veio para auxiliar em seu tratamento e a aconselhou a sair do serviço. A filha seguiu essa recomendação. Era registrada e recebeu todos os direitos referentes aos serviços prestados.

Voltou a ficar em casa (durante um bom tempo, segundo ela). Chegou a cuidar de um menino durante 4 meses, mas não tinha paciência.

Após tudo isso, começou a trabalhar como ambulante na Dr. Arnaldo. Brigou com o dono da barraca "por besteira". Afirmou que trabalhava de segunda a segunda (fato, ao que tudo indica, recorrente em sua vida), das 8h00 às 20h00, não tinha férias e ganhava R\$ 150,00/mês.

Mônica está há 3 meses na Teodoro. Não é dona de sua barraca. O dono (camelô que também trabalhava na Dr. Arnaldo) custeia café da manhã, almoço, lanche da tarde, vale transporte e paga um salário de R\$ 150,00/mês. Foi contratada para cuidar da barraca nos momentos em que o dono precisa se ausentar (durante a entrevista, ele havia ido à Galeria Pagé para comprar mercadorias).

Quando questionada a respeito de seu gosto por esse trabalho, disse que gostava e acrescentou que é necessário gostar do que se faz. Seu marido é meio-oficial de pintura e trabalha com móveis para escritório. Ao ser abordada no início da entrevista, assistia à televisão, que estava ligada em uma extensão conectada à "casinha" de fiscais de uma empresa de ônibus.

Na história de Mônica, as experiências de emprego revelam-se ainda mais precárias se comparadas à situação de Amadeu. Em 26 anos de vida, a rotatividade já torna-se evidente em suas experiências profissionais. Empregos exercidos durante curtos períodos de tempo, ausência das formalizações trabalhistas, comprometimento do período de descanso semanal (foram duas vezes que ela disse trabalhar de segunda a segunda) ou seu contraponto (trabalho só nos sábados, domingos e feriados para cobrir férias e descanso de outros funcionários), assédio sexual e comprometimento dos estudos marcam sua trajetória. Nas ruas, como não possui sua própria barraca, sujeita-se a receber R\$ 150,00 mensais. Ainda que o trabalho assuma um papel secundário (pelo relato, podemos inferir que os gastos com a família são, certamente, custeados pelo salário do marido) e ela tenha afirmado gostar de sua atividade (apesar de ter acrescentado que é preciso gostar do que se faz), a precarização não deixa de ser um termo adequado para nos referirmos ao trabalho em sua vida. Não fosse o casamento, por exemplo, talvez só não teria uma vida extremamente penosa em caso de auxílio de amigos ou familiares, se levamos em conta sua atual remuneração (o valor mais

módico de pensão que aparece nas entrevistas com outros ambulantes foi de R\$ 100,00) e sua baixa escolaridade, pois não ter o ensino fundamental concluído torna bem mais exíguas as possibilidades de obtenção de um emprego que propicie uma vida, digamos, mais segura e digna. A necessidade de ingressar no comércio de rua representa um tipo de constrangimento na vida dos ambulantes, que tem suas raízes na distribuição das ofertas de trabalho da metrópole. Como bem disseram Milton Santos e María Laura Silveira,

“As grandes cidades são propícias a receber e acolher gente pobre e lhes oferecer alguma espécie de ocupação (não propriamente empregos). Mas as grandes cidades também criam gente pobre: a extrema variedade de capitais nelas presentes, tanto fixos como variáveis, assegura a possibilidade de uma extrema variedade do trabalho” (SANTOS & SILVEIRA, 2001:286).

Se o contrato social remete à existência de um senso público mais ou menos partilhado por todos os indivíduos e garantidos por algumas instituições sociais; se a esfera pública, na acepção aqui aceita, vincula-se diretamente ao bem-estar e este articula-se com o acesso aos bens necessários à vida (rendimentos, educação, saúde, produção cultural em suas mais variadas formas e segurança), sendo que o trabalho (sobretudo o emprego) ainda constitui o melhor meio de acesso e garantia desses bens (ou sua negação); e o pacto em questão tem uma abrangência universalizante (é a condição humana que é firmada), então, não há porque não considerar a persistência de formas de trabalho precário como indício da ruptura do contrato.

Recordemos a reportagem da Folha de S. Paulo, sobre a criação de “zeladorias” do espaço público (nota 67). Nela, um dos moradores de rua afirmou que havia sido retirado como se fosse um animal. A animalidade é a negação da condição humana. O bem-estar deixa de ser um bem aberto a todos. Limita-se a certos grupos sociais e, portanto, converte-se em privilégio. Como todo privilégio tem sua essência calcada num critério de exclusão (não é aberto a todos), é quase a condição humana que é negada aos camelôs. Talvez o passo para a negação plena revele a mendicância. Os inúmeros casos de mendigos queimados durante a noite provavelmente podem ser interpretados como a total exclusão em relação ao contrato, pois, ao que tudo indica, essas pessoas deixam de pertencer à condição humana quando são queimadas como se fossem lixo. Mesmo aí, há tentativas de reconstrução do contrato quando assistimos à

criação de cooperativas de catadores de papel, por exemplo, que nada mais é do que a possibilidade de retomada de um trabalho que confira a essas pessoas a dignidade perdida. Obviamente, não podemos deixar de mencionar os negócios que se valem da alcunha do cooperativismo, mas representam, antes de tudo, formas de intensificação da exploração do trabalho.

Como falamos em privilégio, uma nota se faz necessária antes de prosseguirmos. Não acreditamos, como Boaventura de Sousa Santos, que o contrato social se assente em critérios de exclusão e inclusão. Para o sociólogo português, nos termos do pensamento moderno, o contrato incluiria os indivíduos e as associações, uma cidadania territorialmente fundada e os interesses de caráter público. Assim, ficariam fora do pacto socialmente firmado a natureza, o estrangeiro e os interesses ligados ao âmbito da vida privada, do espaço doméstico, da intimidade (SANTOS, 1999:84).

Ora, defendemos a idéia de que o contrato é universal. Em primeiro lugar, Rousseau fala do ser humano de um modo geral, tanto no *Discurso* como no *Contrato*, e não do cidadão deste ou daquele país. É claro que o problema do território está presente em sua análise (“*Quando o Estado se instituiu, o consentimento encontra-se no fato de residir; habitar o território é submeter-se à cidadania*”) (cf. ROUSSEAU, 1999b:204). Contudo, como não esquecer, neste momento, o último capítulo do *Contrato*, escrito à guisa de conclusão:

“Depois de haver estabelecido os verdadeiros princípios do direito político e ter-me esforçado por fundar o Estado em sua base, ainda restaria ampará-lo por suas relações externas, o que compreenderia o direito das gentes, o comércio, o direito da guerra e as conquistas, o direito público, as ligas, as negociações, os tratados etc. Tudo isso, porém, forma um novo objeto muito vasto para as minhas curtas vistas, e eu deveria fixá-las sempre mais perto de mim” (ibid., 243).

Quando muito, o problema da inclusão/exclusão viria à tona em casos de indivíduos que desrespeitassem os termos do contrato. Além disso, um dos pilares do *Discurso* é a relação não apenas dos homens entre si, mas entre eles e a natureza, por meio do trabalho, da satisfação das necessidades humanas; como é, digamos, o processo civilizatório que nos coloca, hoje em dia, diante do problema relacionado à degradação do meio ambiente, e Rousseau encarava a civilização humana como

degradação dos homens (cf. ROUSSEAU, 1999a: 74;93), então talvez possamos falar que uma intervenção destrutiva do ser humano sobre a natureza está potencialmente contida nos termos do contrato, ainda que não esteja explicitamente colocada, pois, naquela época, não se haviam instaurado as condições para que a questão ambiental fosse posta na ordem do dia.

O fato de Rousseau, no *Contrato*, não se ter embrenhado pelas sendas das relações internacionais (mas ele a sugeriu, como ficou claro) e de não expor com todas as palavras a questão do meio ambiente, não nos permite falar em uma crise do contrato social. A não realização dos princípios contidos no contratualismo não necessariamente significa a existência de uma crise dos “*dispositivos e dos pressupostos do contrato*”, como frisa Boaventura de Sousa Santos. Antes, podemos dizer que os princípios continuam válidos e o empenho em sua concretização ainda é um desafio. No lugar da crise, poderíamos dizer que se trata, antes de tudo, da realização de um esforço de releitura de um clássico, à luz dos problemas que nos foram legados pelas gerações passadas, mesmo que estes, obviamente, estejam ausentes nas linhas escritas por Jean-Jacques Rousseau.

O desafio não é pequeno. A despeito de não crermos na crise do contrato, não há como negar dois fenômenos apontados por Santos: o que ele chamou de pós-contratualismo e pré-contratualismo.

Em sua abordagem, fica muito clara a relação entre os princípios do pensamento contratualista e o trabalho humano. A partir daí, o pós-contratualismo emerge como a questão de todos aqueles que estavam incluídos nos termos do contrato por meio do trabalho e, portanto, gozavam, minimamente, da condição humana, mas que, a partir de um certo momento, foram excluídos e não alimentam quaisquer perspectivas de retorno (SANTOS, 1999:96). Nesse sentido, para aqueles que ficaram desempregados e sem qualquer esperança de retorno à rede de proteção da formalidade, resta a ansiedade, que não se restringe aos desempregados. Esta é a angústia dos que alimentam receios quando à continuidade ou não de seus empregos; dos desempregados em busca de trabalho; dos que não têm condições de procurar emprego; e dos trabalhadores autônomos e clandestinos (*ibid.*, 100).

Quanto ao pré-contratualismo, nada mais é do que uma espécie de formação de um bloqueio posto entre os que estão fora do contrato e aqueles que almejam o *status* de cidadão (*ibid.*, 96).

Segundo Santos, ambas as formas de exclusão produzem ansiedade quanto ao presente e ao futuro (portanto, entramos no âmbito dos projetos de vida alimentados por homens e mulheres, de suas expectativas de vida), e de um caos permanente no que diz respeito a tudo o que é realizado com o objetivo de promover a sobrevivência (*ibid.*, 97).

Ainda em termos da ruptura do contrato social, este, segundo Rawls, exige a constituição de políticas sociais e econômicas que visem maximizar as expectativas de longo prazo, principalmente dos segmentos menos favorecidos da sociedade (RAWLS, 2000:216). Tais princípios assumem a forma de uma legislação. Os incisos VII e VIII do Art. 170 da Constituição Federal Brasileira versam sobre a redução das desigualdades regionais e sociais, e sobre a busca do pleno emprego, respectivamente. No capítulo sobre direitos sociais (Cap. II, Art. 6º), a Constituição afirma que estes são formados por educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, e assistência aos desamparados. A quebra do contrato torna-se patente, pois todos os entrevistados tentaram se manter no mercado formal de trabalho; alguns chegaram a se aposentar, mas com proventos tão parcos que a possibilidade de uma vida que não incluía qualquer ocupação é descartada; jovens tiveram seus estudos comprometidos pela coerção imposta pelos salários insuficientes dos adultos da família; alguns, como Fernando (entrevista apresentada no capítulo I – páginas 31 e 32), viram-se numa cilada por não investirem na formação escolar. No caso dos migrantes, desde a chegada na cidade, a vida foi marcada por um esforço na luta por melhores e mais seguras opções de emprego, dentre o leque de possibilidades abertas a eles. Logo, homens e mulheres, jovens e adultos, ingressam nas ruas em virtude de ofertas precárias de trabalho. Os vínculos com o mercado formal parecem por demais fluidos. Como vimos, em alguns casos, desmancham-se com grande facilidade. Em outros casos, mesmo após anos passados na formalidade (como na história de Amadeu e de outros entrevistados) o desfecho é o mesmo. Alguns jamais conheceram a formalidade, como pode ser notado na pequena, porém reveladora, entrevista de Valdir.

Valdir tem 40 anos, nasceu na cidade de Cravo-CE e veio para São Paulo com 3 anos de idade. Mora em uma casa alugada no Jaguaré, é casado e tem 3 filhos.

Seu primeiro trabalho aqui foi como engraxate e vendedor de limão na feira. Vendia a mercadoria para um senhor e ganhava a comissão. Fez isso dos 10 aos 20 anos de idade.

Valdir é camelô há 20 anos. O primeiro ponto como camelô foi na Lapa, época em que Jânio Quadros "limpou" a área e ele teve de procurar outro local. Desde então, permanece em Pinheiros.

Chegou a trabalhar para outro ambulante. Hoje, a barraca é própria e está cheia de enfeites de Natal e brinquedos eletrônicos. A barraca é guardada próxima ao local de trabalho e o pernoite custa R\$ 100,00/mês. Perguntado a respeito da escolha do ponto, disse que tempos atrás a própria Prefeitura indicava os pontos em que era permitido o comércio dos ambulantes. Em relação à renda mensal, afirmou que é de, aproximadamente, R\$ 200,00⁹⁰, sendo que a mulher também possui uma barraca há 10 anos, comprada com o dinheiro proveniente das atividades como empregada doméstica.

Valdir possui o antigo 1º grau completo e sua esposa, o primário completo.

Afirmamos que o vínculo com o mercado formal durante muitos anos não significa, necessariamente, garantia de segurança para o trabalhador. O relato construído a partir de uma conversa com Adelaide também contribui para reforçar a consistência de nossos argumentos e mostra como os anos de formalidade são insuficientes para que alguém pense estar livre do comércio ambulante. Aliás, revela

⁹⁰ O valor mencionado é digno de considerações. Num primeiro momento, ele parece ser muito baixo não tanto por ser dono de sua barraca, mas sobretudo pelo valor do pernoite da mercadoria (R\$100,00/mês) e por viver em casa alugada. Algumas possibilidades podem ser enunciadas. Ele pode ter mencionado um valor que não corresponde ao valor verdadeiro não por má fé, mas por desconfiança, sobretudo em relação ao que as pessoas podem comentar (um dos entrevistados negou-se a mencionar valores). Contudo, levando-se em conta que sua esposa também possui uma barraca e que também pode existir alguma fonte de renda proveniente de seus filhos (ao menos de um deles), o valor pode ter veracidade (até porque outros ambulantes chegaram a mencionar faixas de rendimentos que não se afastam muito do valor aludido). Uma reportagem da Folha de S. Paulo, de 20/12/1999, traz o seguinte título: “Falta de empregos cria ‘neocamelôs’”, referindo-se a pessoas que tinham empregos fixos e iriam “passar o primeiro Natal como vendedores de produtos nas ruas”. A despeito de os neocamelôs serem mais antigos do que a reportagem do referido jornal supõe, como pudemos ver nas entrevistas, um trecho é digno de nota quando pensamos no rendimento declarado por Valdir: “Adilson Saraiva Cavalcanti, 29, perdeu seu emprego de estoquista em uma metalúrgica há mais de um ano. Ele e a noiva, Deli Regiane, 23, trabalham há oito meses em um trailer vendendo pastéis, sucos, refrigerantes e sanduíches. A jornada de trabalho continua praticamente a mesma (das 7h às 17h), mas o salário diminuiu. Adilson ganhava R\$ 480,00 como estoquista. Agora, ele e a noiva dividem escassos R\$ 300,00”. O certo é que, nos termos desse problema, no fundo, a entrevista acima peca pela insuficiência de informações. Esse aspecto está intimamente vinculado à relação entre o entrevistado e o pesquisador no momento da obtenção das informações. Muitos são os que se negam a falar qualquer coisa. A desconfiança parece ser uma boa referência, pois Valdir pediu para que eu apresentasse, no fim da conversa, algum documento que demonstrasse meu vínculo com a universidade. Apesar disso, o relato é digno de nota quanto à ausência do mercado formal de trabalho na história de Valdir, há, praticamente, 30 anos atrelado à informalidade.

como a condição de ambulante é/pode ser engendrada por acontecimentos relacionados ao mercado formal de trabalho.

Adelaide tem 50 anos, nasceu na cidade de Senhor do Bonfim-BA, onde residiu até os 16 anos. Possui a 4ª série completa. Na cidade natal, trabalhava nas plantações de feijão, arroz e cana-de-açúcar, que pertenciam a seus pais. Alegou que a vida era muito difícil e tinha que prestar auxílio aos pais. Por isso, acompanhada de uma prima, veio para São Paulo, cidade na qual já estavam alguns irmãos, que residiam no Bairro Novo Mundo, e passou a morar com eles.

O primeiro trabalho foi conseguido numa fábrica de chinelos Hawaianas, por meio da indicação de uma pessoa conhecida que lá trabalhava. Era registrada e sua atividade era colocar as correias na sola do chinelo. Após 4 meses, a fábrica foi transferida para Santo Amaro. Ofereceram a possibilidade de transferência, mas ela não tinha condições de ir, pois o local era muito distante de sua casa.

Em seguida, começou a trabalhar no Brás, em uma fábrica têxtil, realizando revisão de peças. Não era registrada e ficou nesse lugar durante 3 anos, tendo de sair em decorrência de seu casamento. Passou a residir com o marido, no bairro do Tatuapé, em casa alugada.

Após um ano de casamento, em decorrência das necessidades, voltou a trabalhar, desta vez em uma metalúrgica (Tatim), onde era registrada e exercia suas atividades no setor de montagem de velocímetros automotivos. Não se lembra exatamente quanto ganhava ("era tão pouco"). Mais uma vez teve de abandonar o emprego, pois a empresa em que o marido exercia suas atividades (uma indústria química) foi transferida para Cotia. Após a mudança, passou a trabalhar na mesma empresa em que o marido estava. Aliás, moravam no terreno da firma. Disse que o marido era encarregado e que, durante a noite, exercia o papel de vigia. A esposa realizava limpeza no laboratório. Era registrada.

Quando ficou grávida, ambos foram demitidos. Segundo ela, tiveram de sair da casa, pois a empresa não aceitava crianças em suas instalações, já que havia produtos inflamáveis. O marido trabalhava há 16 anos nessa indústria.

Passou, então, a trabalhar com venda de enxovais. Era registrada e oferecia a mercadoria de porta em porta. Exerceu essa atividade durante 1 ano, após o qual a empresa faliu. Nessa época, o marido começou a trabalhar como motorista em outra indústria química, onde ficou por 12 anos. Deixou esse emprego quando a empresa foi transferida para Rio Claro e eles não quiseram realizar essa nova mudança.

Adelaide voltou a trabalhar com enxovais. Dessa vez, exerceu a atividade durante 2 ou 3 anos (não soube informar com precisão). Novamente, a empresa foi fechada.

Ela e o marido passaram, então, a trabalhar em feiras (locais onde conseguiu estabelecer alguns contatos quando trabalhava vendendo enxovais), comercializando roupas, e nas ruas, como ambulantes. Na feira, trabalham nas manhãs das terças, quintas e sextas. Nas tardes, vão para o ponto na Rua Teodoro Sampaio. Nas segundas e quartas, chegam na rua, aproximadamente, às 10h00 e aí ficam até 17h00, 18h00 (16h00 nos dias de rodízio de carros). Possuem carro para deslocar as mercadorias e a barraca, que é própria.

Ela paga o INPS como autônoma e o marido já é aposentado. Quando questionada a respeito do salário de aposentadoria do marido, disse que é somente um salário mínimo e lamentou esse fato, pois o marido ganhava bem em seus empregos, mas no cálculo da aposentadoria foram considerados apenas os últimos 36 meses de trabalho (como autônomo), fato que limitou o valor ao nível mencionado.

Há pouco mais de 16 anos na rua, conseguiu autorização durante o governo de Luiza Erundina (1989-1992). Contudo, a licença foi feita em nome de uma mulher que mora com ela atualmente (cuida dos filhos), pois ela é mais velha (requisito para a liberação da licença).

Afirmou que gostaria que Deus a ajudasse a não ter que terminar a vida trabalhando. Apesar de ser a atividade de que tira o sustento dos filhos, afirmou que é muito humilhada pelos comerciantes locais. Mencionou também um recadastramento feito, em 1998, pelo sindicato dos ambulantes. Segundo Adelaide, que paga uma taxa de R\$ 10,00/mês a esse órgão, o pessoal do sindicato a tirou do ponto onde estava e outra pessoa foi posta em seu lugar. Houve comentários de que se tratava de uma injustiça, pois ela já estava lá há muito tempo, mas de nada adiantou.

Atualmente, o casal ainda reside em Cotia, em casa própria.

No relato de Adelaide, em que há informações a respeito de sua vida e de seu marido, os anos de formalidade não possibilitaram ao casal um padrão de vida que não tornasse imperioso o mercado ambulante como meio de sobrevivência. As demissões do marido alteraram significativamente sua renda como aposentado. Como autônomo, talvez não tivesse condições de despender gastos mais elevados, a fim de assegurar uma aposentadoria que oferecesse um rendimento suficiente para que o casal não se visse na incômoda situação de persistência do trabalho nas condições referidas. A escolaridade de Adelaide e, por que não dizer, sua idade constituem obstáculos à conquista de alternativas de trabalho mais aprazíveis (fica clara a avaliação negativa que ela faz quando se refere à aposentadoria do marido e no momento em que clama a Deus para que ambos não terminem a vida trabalhando, sobretudo como ambulantes).

Outros aspectos demonstram, com mais vigor, a gravidade da inserção da entrevistada no mercado de trabalho. Em seu primeiro emprego em São Paulo, uma mente ingênua poderia, de maneira equívoca, afirmar que era dada a ela a escolha de acompanhar a empresa em sua mudança. Entretanto, se nos recordarmos de que ela solucionou o problema inicial da moradia vivendo com seus irmãos, veremos que Adelaide não teria os recursos materiais suficientes para se estabelecer em outra localidade, no caso, Santo Amaro. Tais condições estavam além de suas possibilidades de deliberação sobre o destino de sua própria vida naquele instante. Isso sem contar o fato de que sua atividade dentro da empresa não pode ser incluída no rol de funções que exigem, do funcionário, uma qualificação específica, o que não deixa de se refletir nos proventos oriundos do emprego.

Quando se casou com um homem que residia na empresa em que trabalhava, o problema persistiu. Em primeiro lugar, porque essa condição oferece à empresa um maior controle sobre a vida do empregado. Mais grave, contudo, é o fato de que os destinos do empregado perdem ainda mais a autonomia, já limitada ante às deliberações do empregador. Uma ocorrência completamente normal como o nascimento de um filho, pelo relato, provocou a demissão do funcionário. Uma nova transferência (de uma empresa que decidiu mudar suas instalações para Rio Claro) terminou por selar as condições necessárias para que o comércio ambulante viesse à tona como alternativa concreta de sobrevivência. Como é possível notar, não há muitas razões para crermos nos argumentos dos que encaram a condição de camelô como resultado de algum tipo de preferência individual.

Há um agravante em tudo o que foi dito. Quando falamos em ruptura do contrato social, nos referimos a trabalhadores que ou não tiveram acesso ao mercado formal, ou foram demitidos e não obtiveram sucesso na busca por um novo emprego. Contudo, a história de Adelaide e seu marido mostram que o fenômeno é um pouco mais complexo, pois ela recolhe taxas no INSS como autônoma e ele já é aposentado. Ou seja, em termos formais, estão dentro das malhas do contrato social, mas essa inclusão é insuficiente para abolir de suas vidas o comércio de rua. A entrevista de Paulo (mencionada mais adiante, nas páginas 196-197) revela uma história semelhante, pois também é aposentado.

Não devemos esquecer que permanecemos no âmbito do contrato social e de sua relação com as oportunidades de trabalho. Em nosso caso, a ruptura com os termos do pacto demonstra sua vitalidade por meio das experiências de trabalho precário. Nesse

ínterim, reconhecemos a possibilidade de uma indagação vir à tona e exigir uma resposta convincente. Aludimos à seguinte questão: como o trabalho precário é socialmente produzido? Mais do que isso, como a sociedade produz as pessoas sujeitas a essa condição? Se essa curiosidade ganhou vida no decorrer de nossa reflexão, cabe, então, fazer uma incursão, ainda que breve, pelo debate em torno do contingente humano que é considerado supérfluo segundo o registro da produção econômica. Devemos nos lembrar de que o termo supranumerários já havia aparecido numa passagem de Rousseau e é justamente isso que vai merecer nossa atenção a partir de agora.

Reconhecemos que o tema é profundamente árido e, por si só, já é digno de um esforço muito acentuado de pesquisa. Aqui, limitar-nos-emos a trazer à baila a reflexão presente no capítulo XXIII de *O Capital* (“A Lei Geral da Acumulação Capitalista”), não nos esquecendo dos artigos “*Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal*” e “*O Futuro do Emprego e a Tese da Massa Marginal*”, escritos por José Nun.

John Rawls e o próprio Rousseau nos ensinam que o fundamental na construção teórica que resgatamos, e que serve de referência para iluminar o comércio ambulante das ruas da Paulicéia, resume-se no seguinte princípio: a noção de bem comum que esses autores tentam sustentar, e que deve ser garantida pela própria sociedade para que o contrato social tenha vigência, é que os homens devem ser tratados como fins em si mesmos (RAWLS, 2000:195). Em hipótese alguma devem ser instrumentalizados e o desemprego, ao menos na discussão que Marx faz sobre superpopulação e exército industrial de reserva, significa instrumentalização das pessoas.

4. TRABALHO E DESEMPREGO

O debate em torno dos supranumerários diz respeito à periodicidade e às formas como as pessoas são ligadas e desligadas do mercado de trabalho. Em outras palavras, estão em jogo as experiências de emprego (seja ele qualificado ou não), desemprego e trabalho precário pelas quais um mesmo indivíduo pode passar no decorrer de sua vida. Para sermos mais fiéis à realidade, não devemos nos esquecer do seguinte: a julgar pelas entrevistas obtidas, também vale ressaltar as histórias de pessoas que, até o momento, jamais obtiveram uma atividade remunerada formal.

Podemos iniciar a explanação a respeito dessa parte com mais um relato construído a partir das entrevistas realizadas. Agora, nossa atenção é voltada para a história de Ademir.

Ademir tem 29 anos, é solteiro, nasceu em São Paulo e possui o ensino médio completo. Reside na Vila Sabrina junto com os pais e a casa é própria.

Quando questionado a respeito de suas experiências de trabalho, Ademir disse que sua primeira atividade foi como aprendiz de mecânico. Permaneceu durante 5 anos nesse serviço e era registrado. A empresa fabricava brinquedos. Foi demitido em 1995 ou 1996 (não soube informar com precisão o ano), a partir do momento em que a importação de brinquedos começou a trazer problemas à firma. Segundo ele, mais da metade dos funcionários foi incluída nas demissões.

Em seu segundo emprego, trabalhou na Blindex durante 10 meses. Era registrado e foi mais uma vez demitido. Houve uma reestruturação no processo produtivo (substituição de homens por máquinas), de modo que onde havia, por exemplo, 10 pessoas, permaneceram somente duas.

Chegou a trabalhar em atividades de pesquisa durante um ano e meio, no IBGE, e também em mais duas empresas. No que diz respeito a estas, disse que ficou 3 meses em cada uma, não era registrado e se referiu a essas duas atividades como quebra galho.

Prestou concurso para a Guarda Civil Metropolitana e foi aprovado. Durante o ano 2000, fez o curso na academia de polícia. Segundo ele, não foi chamado para a guarda por ser ano eleitoral, mas ainda espera a convocação.

Seu pai também tem um ponto no centro de São Paulo e Ademir está nas ruas desde novembro de 2000. Afirmou que gosta de trabalhar como ambulante. A barraca é de um amigo de seu pai. Ademir chegou a afirmar que, mesmo quando for incorporado à Guarda, pretende continuar como ambulante, afirmação curiosa se levarmos em conta os constantes conflitos que envolvem os camelôs e o policiamento municipal.

Quanto à remuneração, ganha de R\$ 350,00 a R\$ 400,00 por mês. Trabalha de segunda a sábado, das 7h30 às 19h00, 19h30. Afirmou que ninguém reclamou de sua atual atividade. Seu pai já é ambulante há 25 anos e nasceu em Pernambuco. A mercadoria (calças e camisas) é comprada no Brás.

Com 29 anos de idade, Ademir já traz consigo algumas demissões. De acordo com o relato, o entrevistado foi demitido em decorrência de transformações do mercado, de decisões tomadas pelas pessoas que controlavam as empresas nas quais trabalhou. Tais escolhas, obviamente, giravam em torno do processo produtivo

(barateamento de produtos, aumento da margem de lucro, produtividade, concorrência, enfim). O importante a ser frisado é que Ademir não pediu desligamento. Ele foi desligado do mercado de trabalho e só então o comércio ambulante, próximo por compor uma experiência de 25 anos na vida de seu pai (migrante, nascido em Pernambuco), surgiu como meio concreto de obtenção de renda, como trabalho. Além do mais, não se trata de um caso isolado. A vida de Ademir encarna uma experiência individual do que representa a vigência das relações capitalistas de trabalho e de suas conseqüências na vida de todos os trabalhadores. Como Marx afirmou,

“A força de trabalho tem de incorporar-se continuamente ao capital como meio de expandi-lo, não pode livrar-se dele. Sua escravização ao capital se dissimula apenas com a mudança dos capitalistas a que se vende, e sua reprodução constitui, na realidade, um fator de reprodução do próprio capital” (MARX, 1982:714).

No fim da seção anterior, dissemos que a condição sem a qual não há a realização do bem comum é justamente o homem ser tratado como um fim em si mesmo. Ora, não é exagero dizer que o capitalismo representa a perversão total desse princípio, pois coloca as pessoas num segundo plano no que diz respeito à produção. Em outras palavras, sob as relações econômico-sociais engendradas no capitalismo, os homens passam a ser encarados como meios utilizados para o aumento do capital, ou seja, o essencial passa a ser a produção em si e não as necessidades do ser humano. Podemos afirmar que toda a produção de Marx busca dar conta dessa perversa inversão, na qual o homem serve ao processo produtivo e não o contrário. Eis um trecho em que esta idéia se torna clara. Na produção capitalista,

“(...) não se compra força de trabalho para satisfazer as necessidades pessoais do adquirente por meio dos serviços que ela presta ou do que ela produz. O objetivo do comprador é aumentar seu capital, produzir mercadorias que contêm mais trabalho do que ele paga e cuja venda realiza também a parte do valor obtida gratuitamente. Produzir mais-valia é a lei absoluta desse modo de produção. A força de trabalho só é vendável quando conserva os meios de produção como capital, reproduz seu próprio valor como capital e proporciona, como o trabalho não pago, uma fonte de capital adicional” (MARX, 1982:718-719).

Se a força de trabalho passa a ser reduzida à condição de mero instrumento usado no incremento do capital, então chegamos, finalmente, ao ponto que nos diz respeito: o trabalhador obtém emprego ou é submetido à condição de desempregado segundo esse princípio sagrado da produção. Qualquer perversão dessa lógica é vista, por alguns, como uma verdadeira profanação.

Se tomarmos as necessidades que os homens devem satisfazer para realizar sua sobrevivência, os empregos que mantêm uma disjunção em relação a elas, sobretudo por serem caracterizados por baixos salários, duras exigências físicas por parte do trabalhador, carência de outros benefícios oferecidos, enfim, criam condições que tornam imperativa a realização de outros meios para que, dentro de certos limites, as necessidades de saúde, moradia, alimentação, cultura, educação, etc. sejam satisfeitas (não raro, é bem verdade, de modo precário). A entrevista com Romeu elucida bem essa questão do trabalho precário.

Romeu tem 26 anos e nasceu em São Paulo. É casado, reside com a família (esposa e dois filhos) na Penha e tem o 2º grau completo.

Seu primeiro trabalho foi como meio-oficial de caldeireiro. Tinha 14 anos e havia feito o curso de caldeiraria no SENAI. Era fichado. Passou 4 anos nessa atividade e foi demitido por ter brigado com o encarregado. Segundo Romeu, ele o havia promovido a oficial de caldeireiro, mas ficava, ilegalmente, com a parte salarial relativa ao aumento a que ele tinha direito devido à promoção.

Conseguiu outro trabalho como encarregado de almoxarifado. Também tinha carteira assinada. Trabalhou durante 5 anos e resolveu pedir a conta, a fim de usar o dinheiro da indenização para construir sua casa. Disse que faltou um pouco, mas como já estava trabalhando, fazendo “uns bicos” como motorista, foi possível cobrir os gastos da obra.

Também conseguiu uma colocação como gerente comercial na lanchonete da ESPM. Aí permaneceu por 3,5 anos e chegou a fazer um curso de processamento de dados, por ser funcionário da instituição. Afirmou que foi demitido quando resolveram fechar a lanchonete para abrir mais uma turma de administração de empresa.

Nessa época, ficou 1 ano parado e fazia bico trabalhando como caixa num posto de gasolina, nas quintas, sextas, sábados e domingos. Ganhava R\$ 100,00 por semana, mas foi mandado embora quando o sindicato começou a fazer pressão para que o chefe o registrasse.

Romeu é ambulante há um ano. Já conhecia a mulher para quem trabalha. No início, permanecia na barraca das 19h30 às 8h00 ou 10h00. Como seu casamento começou a ficar comprometido (não se encontrava mais com sua família devido às diferenças entre horários), conseguiu mudar o período de serviço. Hoje, ele trabalha

das 8h00 às 19h30, de segunda a sábado. O salário inclui somente a condução. O almoço, segundo ele, "a gente dá um jeito. Conhece bastante gente, come um lanche aqui, outro ali, enche a barriga de frutas".

Sua família não oferece nenhuma resistência à atual atividade, pois a situação está difícil. Só demonstraram certo receio por ter de trabalhar à noite, principalmente por causa de malandros.

Ter no currículo o ensino médio completo, um curso de caldeiraria do SENAI e outro de processamento de dados, não foi suficiente para que Romeu escapasse do trabalho ambulante como fonte de rendimentos. Aliás, é curioso notar como há uma disjunção entre as necessidades de vida. Após cinco anos como encarregado de almoxarifado, Romeu decidiu pedir demissão, pois, paradoxalmente, só assim teve condições de construir sua casa e, dessa forma, escapar dos aluguéis. Outra passagem é digna de nota. Em seu caso, vale a pena frisar como a organização sindical surge não como instância de defesa de direitos, mas sim como empecilho à permanência no trabalho obtido num posto de gasolina. Aquilo que, a princípio, deveria ser visto como uma instituição defensora de direitos trabalhistas, foi representado como algo que ia de encontro aos anseios de Romeu, pois em seu discurso não notamos qualquer questionamento sobre o fato de não ter registro em carteira.

Para os desempregados, a situação é pior, na medida em que não há qualquer fonte de proventos. Para aqueles que tiveram registro em carteira, o auxílio-desemprego funciona como exíguo apoio que, não podemos nos esquecer, logo termina. Dependendo do tempo em que o trabalhador se converte num desempregado, a diferença entre os registrados e os não registrados tende a ser nula. É nesse sentido que as formas de trabalho precário devem começar a ser entendidas e é aqui que a utilidade ou superfluidade dos trabalhadores entra em jogo, ou seja, precisamos mostrar qual o significado de se afirmar que, em algumas situações, parte dos trabalhadores, a despeito de suas necessidades e, principalmente, a despeito de sua condição humana, tornam-se supérfluos para o capital.

O termo supérfluo, segundo o *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa, Michaelis*, assume o sentido daquilo que é desnecessário, demasiado, inútil por excesso. Quando dissemos que os homens devem ser um fim em si mesmo ao discutirmos o bem comum, esse posicionamento nos coloca diante de um imperativo muito preciso: todos os homens são úteis e, portanto, insubstituíveis, inigualáveis. Assim, nada melhor do que expor ao leitor um trecho de John Rawls:

“A natureza social da espécie humana aparece mais nitidamente por oposição à concepção de sociedade ‘privada’(...) Precisamos uns dos outros como parceiros de estilos de vida que são adotados por seu valor próprio, e os sucessos e satisfações dos outros são necessários e complementares ao nosso bem” (RAWLS, 2000:582).

Em termos de Marx, isso constitui o princípio fundamental do movimento de superação das condições de vida da sociedade capitalista, pois...

“No lugar da velha sociedade burguesa, com suas classes e seus antagonismos de classe, surge uma associação em que o livre desenvolvimento de cada um é pressuposto para o livre desenvolvimento de todos” (MARX & ENGELS, 1998:29).

O desligamento do trabalhador em relação ao mercado de trabalho revela, num primeiro momento, que ele é desnecessário para o capital. É convertido num ser supérfluo. Não obstante essa afirmação, podemos dizer que o problema é mais intrincado. Se são as necessidades de acumulação de capital que definem quantos e quando estarão sem emprego, então o desemprego, como Marx já havia dito, é um produto do modo capitalista de produção (MARX, 1982:732-733). Logo, podemos fazer a seguinte questão: que utilidade o capital encontra na produção de desempregados, de pessoas submetidas a formas precárias de trabalho? Em que medida essa população excedente contribui (contra sua vontade) para a ampliação do capital? Quando ela assume a condição do que Marx chamou de *“exército industrial de reserva”*. Mas por quê? Eis dois trechos-chaves.

“A massa de riqueza social que se torna transbordante com o progresso da acumulação e pode ser transformada em capital adicional lança-se freneticamente aos ramos de produção antigos cujo mercado se amplia subitamente ou aos novos, como ferrovias etc. cuja necessidade decorre do desenvolvimento dos antigos. Nesses casos, grandes massas humanas têm de estar disponíveis para serem lançadas nos pontos decisivos, sem prejudicar a escala de produção nos outros ramos. A superpopulação fornece-as” (MARX, 1982:734).

“O trabalho excessivo da parte empregada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de seu exército de reserva, enquanto inversamente a forte pressão que este exerce sobre aquela, através da concorrência, compele-a ao

trabalho excessivo e a sujeitar-se às exigências do capital. A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada, em virtude do trabalho excessivo da outra parte, torna-se fonte de enriquecimento individual dos capitalistas e acelera ao mesmo tempo a produção do exército industrial de reserva numa escala correspondente ao progresso da acumulação social” (ibid., 738).

Como podemos notar, os trabalhadores liberados de seus empregos exercem um papel importante, pois funcionam como contingente humano a ser convocado ao trabalho nos momentos de (1) expansão de velhos setores da economia ou mesmo no surgimento de novos, ou como (2) fonte de pressão sobre os empregados, a fim de que eles sejam obrigados a aceitar certas condições de trabalho relacionadas a níveis salariais e jornada de serviço, por exemplo. O motivo? Se forem rebeldes, sempre haverá um desempregado disposto a ocupar seu lugar. Se ousarem falar em reivindicações, poderão ser “agraciados” com uma carta de demissão.

Antes de seguirmos adiante na companhia de Marx, vamos lembrar o leitor (ou revelar, se for o caso) que, na década de 60, um sociólogo chamado José Nun levantou a seguinte controvérsia: toda população excedente é útil ao capital? A superpopulação assume sempre a função do exército industrial de reserva ou haveria contingentes humanos não funcionais ou mesmo disfuncionais em relação ao processo produtivo (NUN, 1969:185)? José Nun diz que nem sempre a funcionalidade é uma referência capaz de lançar luz à situação dos trabalhadores. O grande problema é que os intérpretes de Marx ficaram limitados ao capítulo XXIII de *O Capital* e se equivocaram quando não fizeram a separação entre as noções de *superpopulação relativa* e *exército industrial de reserva*. Portanto, precisamos apresentar, mesmo que em poucas palavras, as condições em que isso ocorre.

O cerne da alegação de Nun remete-nos ao processo de mecanização da produção, o que acarreta a necessidade de trabalhadores mais qualificados. Assim, “Conseqüentemente, diminuem as probabilidades de transferir trabalhadores de um setor para outro que, como se lembrará, partiam do suposto de um baixo nível geral de qualificação⁹¹”. Se, de um lado, de acordo com Nun, a maior qualificação torna mais problemática a transferência de trabalhadores entre os mais variados setores da

⁹¹ No original: “En consecuencia, declinan las probabilidades de transferir trabajadores de una rama a otra que, como se recordará, partían del supuesto de un bajo nivel general de calificación” (NUN, 1969:199).

economia, por outro, os grupos compostos pelos não qualificados tornam-se cada vez mais, definitivamente, supérfluos em relação aos ramos produtivos marcados pelo emprego das descobertas científicas e das inovações tecnológicas (*ibid.*, 199). A parcela que, nessas condições, é totalmente descartada pelos setores tecnologicamente mais avançados da economia passou a ser chamada de “*massa marginal*”.

A despeito do primor com que Nun escreve seu texto e, sobretudo, da pertinência da questão por ele levantada, acreditamos ser possível afirmar que o problema da parcela dos trabalhadores que não desempenha função alguma no processo produtivo, ou mesmo daquela que é disfuncional, já pode ser percebida no capítulo de *O Capital* por nós aludido. Há um problema quando fazemos uma afirmação como esta, tendo em vista que, em seu texto, José Nun busca um reequacionamento das discussões marxistas sobre o exército industrial de reserva à luz da realidade de países sul-americanos, na década de 60. Talvez seja o caso de afirmarmos que as parcelas afuncionais e disfuncionais, mencionadas por Marx, foram repensadas em função das relações entre países centrais e periféricos, para compreender melhor as condições de trabalho das pessoas que vivem longe dos países centrais. Em outras palavras, José Nun confere outra dimensão aos trabalhadores que, mesmo desocupados, não realizariam a função de uma reserva de trabalho.

Segundo Marx, a população excedente assume três formas: flutuante, latente e estagnada (cf. MARX, 1982:743).

A **forma flutuante** diz respeito às constantes variações dos níveis de emprego e desemprego. Ao que tudo indica, trata-se de uma forma marcada por momentos de expansão do capital, de modo que parte desses desempregados nada mais faz do que migrar de setor para setor segundo os movimentos ditados por ele. Trata-se de uma fase em que o número de empregados aumenta, pois o capital em expansão o exige, como já ficou claro num trecho exposto acima (cf. MARX, 1982:743-744).

No instante em que as relações capitalistas atingem o campo, reduz-se drasticamente o número de trabalhadores necessários no processo de trabalho, sem que, ao contrário da forma flutuante mencionada, haja qualquer tipo de compensação, de contratação em outros setores em expansão (*ibid.*, 745). Entre esses trabalhadores, uma parte permanece no campo, mas outra, necessariamente, termina optando pelos caminhos que levam aos grandes centros urbanos e ajuda a compor o fenômeno do êxodo rural, pois passa a não ter qualquer função em sua terra natal e isso já é o primeiro passo para a indigência, para o pauperismo absoluto e, portanto, para a morte.

Eles fogem da morte, buscam uma trilha que os leve para longe da inutilidade social. Eis o que Marx chamou de **forma latente**.

A terceira forma é aquela que Marx chamou de **estagnada**, composta por trabalhadores que estão no exercício de suas atividades, mas com “*ocupação totalmente irregular*”, marcada também por condições de vida situadas abaixo da média da classe trabalhadora e por elevados níveis de exploração, pois são submetidos a um grande número de horas de trabalho e recebem uma remuneração extremamente reduzida (*ibid.*, 746).

Enfim, chegamos num trecho que merece ser totalmente transcrito, pois é justificativa para dizer que os inúteis para o capital já eram levados em conta por Marx em sua reflexão a respeito da vida humana sob o capitalismo, mesmo no capítulo XXIII de sua obra.

“Finalmente, o mais profundo sedimento da superpopulação relativa vegeta no inferno da indigência, do pauperismo. Pondo de lado os vagabundos, os criminosos, as prostitutas, o rebotalho do proletariado em suma, essa camada social consiste de três categorias. Primeiro, os aptos para o trabalho. Basta olhar as estatísticas inglesas, referentes ao pauperismo, para se verificar que seu número aumenta em todas as crises e diminui quando os negócios se reanimam. Segundo, os órfãos e filhos de indigentes. Irão engrossar o exército industrial de reserva, e são recrutados rapidamente e em massa para o exército ativo dos trabalhadores em tempos de grande prosperidade, como em 1860, por exemplo. Terceiro, os degradados, desmoralizados, incapazes de trabalhar. São notadamente os indivíduos que sucumbem em virtude de sua incapacidade de adaptação, decorrente da divisão do trabalho; os que ultrapassam a idade normal de um trabalhador, e as vítimas da indústria, os mutilados, enfermos, viúvas etc., cujo número aumenta com as máquinas perigosas, as minas, as fábricas de produtos químicos etc. O pauperismo constitui o asilo dos inválidos do exército ativo dos trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção, sua necessidade se compreendem na produção e na necessidade da superpopulação relativa, e ambos constituem condição de existência da produção capitalista e dos desenvolvimento da riqueza. O pauperismo faz parte das despesas extras da produção capitalista, mas o capital arranja sempre um meio de transferi-las para a classe trabalhadora e para a classe média inferior” (*ibid.*, 746-747).

Marx fala em desclassificados, nos que não obtiveram sucesso na adaptação às transformações sociais e econômicas, refere-se aos idosos, às pessoas que tiveram

acidentes de trabalho, prostitutas, criminosos, vagabundos, enfim, às várias formas de inutilidade que ajudam a compor os segmentos mais miseráveis da sociedade, o “*peso morto*” da classe dos trabalhadores. O trecho sugere que a superpopulação relativa, dependendo de certas condições, pode (ou não) se converter em exército industrial de reserva, ou seja, pode (ou não) ser funcional ao processo de acumulação de capital.

Começando com uma entrevista reveladora que diz respeito ao ligamento e ao desligamento do trabalhador do mercado de trabalho, deixamo-nos levar pelo pensamento de Marx e parece-nos que os ambulantes perderam seu lugar. Perderam apenas aparentemente. A Tabela 9 é uma espécie de informação geral a respeito de local de nascimento e de trabalho (como ambulante) dos entrevistados, suas idades, escolaridade e condição no que diz respeito à posse ou não de mercadorias, pois, mesmo nas ruas, tem vigência a separação entre donos dos “meios de produção” e expropriados, patrões e empregados.

A maior parte dos entrevistados é proveniente de outros estados, principalmente do Nordeste. Alguns dos que afirmaram ter nascido na cidade de São Paulo, possuem ascendentes que fizeram parte de processos migratórios. Em vários relatos, atividades agrícolas surgem em suas reminiscências. Decidem abandoná-las e optam pelos grandes centros urbanos como uma tentativa de dar continuidade à vida. Podemos mencionar algumas informações a respeito do maranhense Marcelo.

Nascido em Pastos Bons-MA, Marcelo tem 28 anos, possui a 8ª série completa e reside em casa própria no bairro Cidade Ari Carvalho.

Quando perguntado a respeito do primeiro emprego, mencionou uma firma na qual ingressou quando tinha 23 anos, mas depois afirmou que desde os 10 anos de idade auxiliou os pais na roça, onde plantavam arroz, feijão, milho. Resolveu abandonar a roça para tentar algo melhor em termos de remuneração. Nessa empresa, já em São Paulo, fazia embalagens de bolsa. Era fichado e permaneceu nesse serviço por 3 anos, após os quais pediu demissão, alegando que o salário não cobria os custos com o aluguel. A partir daí, foi para a casa de um irmão.

Procurou outros empregos e, não tendo sucesso, passou a trabalhar como ambulante (atividade que exerce há 6 anos).

Sempre foi o dono de sua própria mercadoria, que é comprada no Paraguai. Trabalha de segunda a sábado, das 10h00 às 20h00 e afirmou ganhar, aproximadamente, R\$ 400,00 por mês. Marcelo chegou a mencionar uma faixa de rendimentos que varia de R\$ 300,00 a R\$ 500,00 (num mês de bom movimento).

Como a maioria dos camelôs, paga pelo pernoite de sua mercadoria (R\$ 30,00 por mês).

Vale fazer o seguinte esclarecimento: um esforço mais “exaustivo” de compreensão sobre a forma de trabalho precário que determina a vida dos ambulantes torna imperiosa uma abordagem mais aguçada a respeito de informações referentes ao processo que levou essas pessoas a deixarem o campo e partirem para as grandes cidades. Aliás, isso envolve uma discussão sobre o processo de constituição da moderna ordem capitalista, a industrialização e a urbanização. Contudo, o objetivo da pesquisa não é este. Há uma infinda produção acadêmica que versa sobre esse assunto, mas o mesmo não ocorre quando o assunto é o trabalho ambulante, que constitui nossa escolha e, no limite, toda pesquisa envolve certas escolhas. Contudo, nosso trabalho apresentaria uma carência muito significativa se, ao menos, não tocássemos nesse assunto. As entrevistas apresentadas oferecem algumas informações (insuficientes, é óbvio), mas também procuramos obras de caráter mais histórico e geográfico. Fizemos isso com o intuito de oferecer algumas balizas a fim de que uma lacuna total não deixasse completamente perdidos todos os que venham a alimentar alguma curiosidade quanto ao conteúdo desta pesquisa.

No caso da entrevista de Marcelo, uma melhor investigação a respeito de suas condições de trabalho no Maranhão ofereceria subsídios para revelar o seguinte: aquilo que, num primeiro momento, vem à tona como mera escolha pessoal (vir para São Paulo), talvez não passe do desfecho para um processo que, praticamente, produz as condições para que a vida, na terra Natal, em muitos casos seja possível apenas se o indivíduo aceitar o pauperismo, a miséria, e todos sabemos que ninguém aceita essa situação de bom grado. De forma muito sutil, a insatisfação emerge em sua fala. Mas o essencial na entrevista com Marcelo é que ele, dentro dos limites aqui determinados, carrega consigo a herança da penetração das relações capitalistas no campo⁹² (como a grande maioria dos que ajudaram e ajudam, ao longo da história, a compor o cenário urbano das grandes metrópoles brasileiras) e o fardo de quem se integrou temporariamente no mercado, foi desligado, buscou (inutilmente) reatar os laços ao

⁹² Santos e Silveira fazem uma boa análise (e também uma síntese) das transformações que caracterizam o Brasil que ingressa no século XXI. Apresentam uma excelente análise e um tratamento não menos primoroso a respeito das mudanças que ocorreram no meio rural brasileiro, sobretudo no que concerne à mecanização e cientificização do mundo agrícola e sua inexorável consequência: a diminuição da população rural em todo o país. Segundo os autores, é a partir de 1970 que o Brasil assiste a uma queda de sua população rural, em termos absolutos (cf. SANTOS & SILVEIRA, 2001:211).

processo de exploração de seu próprio trabalho e terminou como mais um ambulante que procura o sustento nas ruas da Paulicéia.

Com base nas idéias acima expostas, podemos afirmar que o comércio ambulante representa um dos fardos produzidos pelas relações de trabalho típicas do capitalismo e que é transferido para os setores menos favorecidos da sociedade. O fardo do desemprego cabe ao ambulante e sua família. Está nas ruas, pois não há quaisquer perspectivas quanto ao futuro, muito menos quanto à possibilidade de auxílios sociais consistentes e, acima de tudo, quanto à criação de empregos necessários para que as pessoas sejam (re)integradas ao mercado de trabalho e de consumo. Em outras palavras, a sociedade “peca”, em seu desinteresse ou em sua ineficiência, na aplicação dos recursos provindos da parcela excedente do trabalho (falamos do fundo público) na concretização dos princípios contidos no contrato social nos termos até aqui expostos. A sociedade brasileira nem gera número suficiente de postos de trabalho, nem protege os deserdados da distribuição dos empregos existentes.

No que concerne aos anos passados na escola, notamos que o nível de escolaridade é muito baixo. Somente um dos entrevistados chegou a cursar o primeiro ano do nível superior, mas não conseguiu concluí-lo. Entretanto, a escolaridade já não parece ter a mesma consistência de outros dias como meio de se obter segurança e estabilidade na vida. A entrevista de Rodrigo nos parece paradigmática, pois traz um estilo de vida característico do que se convencionou chamar de classe média, mas que não impediu sua família de ter de ir para as ruas, a fim de garantir a sobrevivência.

Após ser abordado e dizer que estava péssimo para dar respostas, Rodrigo decidiu ser entrevistado. Nasceu em São Paulo, tem 19 anos, 5 irmãos e reside em Pinheiros. Vende bonecas e brinquedos eletrônicos. Possui o ensino médio completo e, atualmente, está fazendo curso pré-vestibular, cuja mensalidade, incluindo o aluguel da casa (antes moravam na Av. Faria Lima), corresponde a R\$ 800,00/mês. Os demais irmãos (exceção feita à irmã que decidiu interromper seus estudos) freqüentam escolas públicas.

Disse que já havia trabalhado nas ruas dos 14 aos 17 anos. Após esse período, exerceu atividades como vendedor de motocicletas durante 1 ano e 4 meses. Voltou para as ruas e afirmou que o trabalho como ambulante é bom, pois possui tempo para estudar enquanto realiza suas vendas.

Começou a exercer essa atividade auxiliando seus pais, que estão nas ruas desde 1992. Eles exerciam funções em uma empresa de pesquisa de mercado. Permaneceram nesse trabalho no período de 1979 a 1992. Seu pai possui o

fundamental completo e sua mãe, nascida em Parintins-AM, o primário completo. O pai saiu do trabalho antes de sua mãe. Segundo Rodrigo, eles ganhavam por trabalho realizado e, na época, não havia muito serviço. Abandonaram a residência na Av. Faria Lima quando o aluguel começou a ficar muito alto.

Ao todo, possuem 3 barracas.

No mais, os camelôs distribuem-se num espectro que vai desde o analfabetismo total até o nível médio completo. Uma distribuição dos entrevistados segundo a escolaridade pode ser vista na Tabela 10.

Tabela 10: Escolaridade dos ambulantes entrevistados segundo o local de nascimento.

Escolaridade	Nascidos na cidade de São Paulo	Nascidos em outros estados	Total
Sem escolaridade	0	2	2
Fundamental incompleto	3	15	18
Fundamental completo	3	3	6
Médio incompleto	0	1	1
Médio completo	6	2	8
Superior incompleto	0	1	1
Superior completo	0	0	0
Total	12	24	36⁹³

Quando nos vemos diante de informações sobre os processos migratórios, sobre as tentativas (frustradas) de integração ao mercado de trabalho nas mais diversas áreas; quando levamos em conta o baixo nível de escolaridade da grande maioria e o insucesso da tentativa de criar laços junto à formalidade, mesmo daqueles que já possuem o nível médio (portanto, privilegiados em relação, por exemplo, a seus pais, que nem terminaram o ensino fundamental), estamos diante de pessoas que são supérfluas segundo os cânones do processo produtivo. Se tomarmos como referência os

⁹³ Foram entrevistados 38 ambulantes na cidade de São Paulo, mas dois deles não forneceram informações a respeito da escolaridade, o que explica o total de 36 apresentado na Tabela 10. Vale também o seguinte esclarecimento: as informações de caráter quantitativo, construídas a partir dos dados colhidos durante as entrevistas, em hipótese alguma apresentam significação estatística. Não se trata de amostragem. Servem apenas como uma maneira de organizar melhor as informações a fim de facilitar a exposição das idéias desenvolvidas. Outros comentários também são dignos de nota. Dos seis entrevistados que conseguiram concluir o nível médio e que nasceram em São Paulo, o mais velho possui 29 anos, o que nos leva a falar numa espécie de “2ª geração” de migrantes que, por incentivo dos pais, por exigências postas pelo meio social e por vontade própria também, descobriram que um dos requisitos fundamentais para o ajustamento numa cidade como São Paulo passa pela escolaridade, principalmente porque, ao que tudo indica, as condições sociais sob as quais as pessoas vivem na cidade parecem ser mais propícias à sua escolarização. Basta ver que, dos entrevistados que têm até 29 anos de idade, nenhum dos nascidos em outras regiões possui o ensino médio completo. Há dois (um nascido no Ceará e outra em Pernambuco) que possuem esse nível de instrução, sendo que ambos têm idade superior a 30 anos.

setores do mercado caracterizados por processos que envolvem alta tecnologia, então praticamente todos eles fazem parte do que foi chamado de massa marginal, por José Nun. Obtiveram empregos, mas as atividades que desenvolvem já revelam em que condições: faxineiros, empregadas domésticas, vendedores, empacotadores, carregadores de caminhão e de entulho, empregados de feirantes, metalúrgicos, pedreiros, construção civil, tecelagem, linhas de produção, vigilância, serviços administrativos mais simples, enfim, nada que, na maioria das vezes, exija grande qualificação. São facilmente expulsos do mercado, pois fácil também é a reposição dessas “peças”.

Entretanto, o suposto privilégio dos mais escolarizados logo se desmancha, pois, ao que tudo indica, nos dias de hoje, as condições sociais são distintas daquelas que marcaram a vinda de seus pais para a Paulicéia. Isso porque, nos últimos 15 anos, aumentou muito o número de desempregados nos grupos que tem o fundamental completo e ensino médio incompleto, e mesmo entre aqueles que obtiveram sucesso na conclusão do nível médio, como podemos constatar na Tabela 11. A porcentagem de desempregados que possuem o ensino médio incompleto passou de 17,6%, em 1985, para quase 30 % em 2000 (28,8%). Quanto aos que já concluíram o ensino médio, o aumento é ainda mais contundente, pois, no mesmo período, os valores são 9,3% e 22,6%, respectivamente. Obviamente, a escolaridade do brasileiro subiu no período em questão, o que talvez justifique parte desses aumentos. Contudo, não há como não inferir que o aumento da escolaridade deixou de ser fonte de segurança no que concerne à possibilidade de emprego. Aquilo que seria luxo nas vidas, para muitos dos entrevistados mais velhos, já perdeu a majestade entre os mais novos, ainda que estes (e os mais velhos também já o fazem) encarem a formação escolar como um requisito essencial para o ajustamento às condições de vida que a metrópole exige de seus moradores. Mais um motivo para afirmar que a escolaridade deixou de ter caráter supérfluo e assumiu, definitivamente, a posição de algo estritamente necessário.

Outra informação é digna de atenção. Em 1985 ou mesmo 1988 (portanto, estamos falando de um momento em que boa parte dos entrevistados já trabalhava como ambulantes, pois declararam ganhar a vida dessa maneira há 10, 20 ou mesmo 30 anos), 65% dos desempregados não haviam concluído o ensino fundamental. Logo, podemos perceber a condição de ambulante como uma espécie de condenação quase inexorável para alguns, fato que aumenta sua gravidade no decorrer dos anos, de modo que podemos falar na ausência total de possibilidades de abandono das ruas. Não

porque não desejem retornar à formalidade, mas sim porque o desalento quanto à busca de oportunidades de trabalho, os baixos salários e a rotatividade⁹⁴ das atividades que fizeram parte de suas vidas, a idade e a própria exigência de níveis mais elevados de instrução compõem uma rede que os envolve de modo tão contundente, que não resta nada a não ser perceber a rua como destino no qual permanecerão até o momento em que não tenham mais condições físicas de trabalhar. O comércio ambulante não passa de uma *iron cage* informal.

TABELA 11: Distribuição dos desempregados segundo nível de instrução – RMSP (1985-2000).

Nível de Instrução	Desempregados segundo nível de instrução ao longo dos anos (%)													
	1985	1988 (Fev a Dez)	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Analfabeto	5,1	4,8	4,3	3,8	4,1	4,3	4,3	4,1	4,6	4,0	3,5	3,6	3,9	3,5
Ensino Fundamental Incompleto	65,2	65,1	63,4	62,4	61,0	60,3	58,2	54,3	52,8	52,3	50,9	46,9	43,1	41,3
Ens Fund.Comp.+ Ens.Médio Inc.	17,6	18,9	20,6	20,1	20,8	20,4	22,3	24,4	23,8	24,9	26,1	27,4	28,4	28,8
Ens. Médio Comp+ Ens.Sup.Inc.	9,3	9,0	9,0	11,1	10,9	12,0	12,1	14,0	15,2	15,2	15,8	18,8	20,8	22,6
Ensino Superior Completo	2,9	2,1	2,8	2,6	3,3	3,1	3,1	3,2	3,6	3,6	3,7	3,3	3,7	3,8

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego – DIEESE/SEADE.

O retorno ao mercado formal de trabalho é um desejo de muitos, sobretudo se forem mais bem remunerados, pois os níveis salariais jamais devem ser deixados de lado, já que deles dependem diretamente as condições de vida dos trabalhadores. Quanto menor for o salário de um trabalhador, mais ele se vê indefeso diante das práticas de exploração engendradas numa sociedade como a nossa. Em outras palavras, quanto menor o rendimento e o prestígio da atividade, maiores são as chances de que os trabalhadores sejam praticamente forçados a aceitar condições precárias de trabalho, desrespeito aos direitos trabalhistas, enfim. Suas possibilidades de vida, no sentido amplo da palavra (saúde, moradia, educação, cultura, alimentação, mudanças de

⁹⁴ A alta rotatividade nas atividades que exigem pouca ou nenhuma qualificação tem grande importância nesta análise, pois os compromissos financeiros assumidos por esses trabalhadores (aluguéis, prestações referentes à aquisição de eletrodomésticos, ao financiamento de moradias ou mesmo reformas, que costumam perdurar por muitos meses, para não dizer anos, quando falamos dos setores mais pobres da sociedade) são incompatíveis com empregos que não ofereçam um mínimo de segurança quanto ao futuro, ainda mais num momento em que vemos a proliferação dos chamados contratos temporários de trabalho.

emprego), são profundamente determinadas por sua remuneração. Como afirmou Marx, dependendo de seu salário, os trabalhadores...

“podem ampliar seus gastos, provendo-se melhor de roupas, móveis etc., e formar um pequeno fundo de reserva em dinheiro. Roupa, alimentação e tratamento melhores e maior pecúlio não eliminam a dependência e a exploração do escravo, nem as do assalariado. Elevação do preço do trabalho, em virtude da acumulação do capital, significa que a extensão e o peso dos grilhões de ouro que o assalariado forjou para si mesmo apenas permitem que fique menos rigidamente acorrentado” (ibid., 717-718).

Como já foi mencionado, alguns ambulantes tiveram condições de formar, ao longo da vida, o pecúlio necessário para livrar-se do aluguel e obter a própria moradia, de modo a amenizar as condições de exploração de sua força de trabalho (sem jamais se libertar plenamente delas). Em alguns casos, pensões módicas ou mesmo a divisão de residências alugadas com outros membros da família, sobretudo irmãos, barracos em favelas, em outros, compõem os subterfúgios de que lançam mão para se ajustarem ao ambiente social urbano. Esses aspectos estão presentes nas entrevistas até aqui mostradas e são reforçados no relato sobre a entrevista realizada com Josimar, que demonstra bem os problemas enfrentados na obtenção da moradia.

Josimar nasceu em Alagoas, tem 18 anos, é solteiro e demorou um pouco para dizer sua escolaridade (6ª série). Reside numa casa alugada, juntamente com dois irmãos e duas irmãs.

Em nossa conversa, disse que sempre trabalhou em terras de seus pais, plantando milho e feijão. Afirmou que também pescava e comercializava, em feiras, o que conseguia. Josimar confessou que o serviço estava muito fraco em sua terra natal e também tinha vontade de conhecer São Paulo.

Veio junto com alguns irmãos, sendo que um deles já estava aqui. Começaram a residir na casa em que ele estava, mas logo se mudaram para o Bairro do Limão, onde o aluguel era mais barato.

Seu primeiro trabalho já foi como ambulante, vendendo CD's. Trabalhou para o cunhado por um mês. No momento, possui sua própria mercadoria, adquirida na Galeria Pagé.

Está há um ano e sete meses como camelô. Trabalha de segunda a sábado, das 9h00 às 20h00. Deixa a mercadoria em um guarda-volume pelo qual paga R\$ 28,00 mensais. Num mês bom, chega a ganhar R\$ 300,00. O aluguel equivale a R\$ 75,00 para cada um dos irmãos, sendo que todos trabalham como ambulantes. Afirmou gostar do serviço, pois chega a hora que quer e trabalha para si mesmo.

Mas também disse que se tivesse uma melhor proposta de trabalho, sairia das ruas.

Por que é seguro afirmar que a moradia só se realiza de forma precária? Em primeiro lugar, houve mudança de residência decorrente de um aluguel que, pelo visto, excedia a remuneração provinda de suas atividades (todos os irmãos são ambulantes). Em segundo lugar, se moram em cinco e Josimar disse que o aluguel representa R\$ 75,00 para cada um, então seu valor é R\$ 375,00. Como o entrevistado afirmou que, num mês de bom movimento, ele fatura R\$ 300,00, se não fosse a presença de seus irmãos, seus ganhos seriam insuficientes para a moradia, o que já é muitíssimo revelador, se levarmos em conta que não contabilizamos gastos com alimentação, saúde, etc.

A entrevista obtida com Eduardo corrobora, de maneira ainda mais contundente, a situação precária de trabalho à qual muitas pessoas são submetidas na cidade de São Paulo.

Eduardo tem 19 anos, nasceu na cidade de Remijo-PB e sua família mudou-se para Recife quando ele tinha 6 meses de idade. Permaneceram lá até o filho completar um ano. Em relação à escolaridade, Eduardo disse que não estuda há 5 anos. Quando os pais se separaram, ele se mudou e perdeu a escola. Fez até a 3ª série. Em São Paulo, mora numa travessa da Av. do Estado. Divide uma casa alugada com amigos. Incluindo água e luz, o aluguel custa R\$ 320,00.

Na primeira vez que veio para São Paulo, permaneceu durante 3 meses. Atualmente, está na cidade há 1 ano e 4 meses.

Seu primeiro trabalho foi conseguido quando tinha 18 anos, ainda no Norte. Trabalhou num supermercado e pediu demissão, pois ganhava muito pouco (R\$ 80,00). Além disso, não era registrado. Fazia entregas e, na época, residia com uma tia.

Em São Paulo, conseguiu seu primeiro trabalho numa loja e também não era registrado. Exerceu sua atividade duas vezes nesse estabelecimento. Na primeira, ganhava R\$ 200,00 e, na segunda, R\$ 150,00.

Na terceira experiência, permaneceu já como ambulante durante 6 meses, trabalhando para uma mulher. Decidiu deixar o serviço (venda de bijuterias), pois, segundo ele, ela nunca pagou o combinado (R\$ 200,00). Passou, então, a trabalhar com o irmão dela.

Atualmente, trabalha numa barraca que vende calças. No início, ganhava R\$ 100,00/semana, mas o salário foi rebaixado para R\$ 80,00/semana, sob a alegação de que o movimento estava fraco. Eduardo não é dono de sua barraca,

mas pretende ter sua própria mercadoria. Só não a conseguiu ainda porque não tem dinheiro.

Há um ano nas ruas, disse que jamais reclamou da condição de ambulante, mas sairia das ruas se obtivesse um emprego mais bem remunerado e registrado. Trabalha de domingo a domingo, das 7h30, 8h00 às 18h30, 19h00.

Os R\$ 80,00 que Eduardo ganhava quando trabalhou num supermercado constituem remuneração excessivamente módica, insuficiente quando comparada às necessidades postas pela vida. A moradia, por exemplo, só foi possível porque o entrevistado residia com uma tia e, portanto, não tinha de arcar sozinho com o ônus do aluguel, já que, pelo teor do relato, não é possível pensar na compra de uma residência.

Como Eduardo disse que já esteve antes em São Paulo durante 3 meses, é possível inferir que essa primeira tentativa de integração ao meio social metropolitano foi infrutífera. Na segunda tentativa, não é possível afirmar que tenha havido profundas alterações em sua vida. O desemprego e o rebaixamento de salário tornam-se evidentes, já que foi contratado duas vezes pela mesma loja, que não fez nenhum registro em carteira e diminuiu em R\$ 50,00 sua remuneração.

Como ambulante, a atividade propiciou um aumento em sua remuneração, a despeito de que, assim como no mercado “formal” (entre aspas, pois jamais foi registrado), seu salário sofreu nova redução. Na primeira, os R\$ 50,00 representavam 25% de seu salário inicial (R\$ 200,00). Na segunda, a perda de R\$ 20,00 por semana, portanto, R\$ 80,00 ao mês, também representa 25% dos R\$ 400,00. Os R\$ 320,00 só possibilitam um ajustamento mínimo ao novo meio social metropolitano porque a residência, por exemplo, é dividida com alguns amigos. Não nos esqueçamos de que, pela sua declaração, não há descanso semanal (ele trabalha de domingo e domingo, aproximadamente 13 horas por dia). A despeito da vinda para uma grande cidade (terra das oportunidades para alguns), suas condições de vida não deixaram de ser extremamente precárias.

Mesmo quando falamos numa parcela de trabalhadores mais qualificados e, portanto, menos suscetíveis às demissões, devemos lembrar que os setores tecnologicamente mais avançados não prescindem de mão-de-obra não qualificada, empregada em processos de montagem, limpeza, empacotamento, transporte, telemarketing para ficarmos apenas em alguns exemplos. Como Caio Prado Jr., acreditamos que a tecnologia empregada não é a característica fundamental do

capitalismo (cf. PRADO JR., 1999:106), mas sim, como mostramos, o emprego de mão-de-obra com o intuito de crescimento do capital. A Tabela 11 (página 177) também apresentou um aumento, ainda que mais suave, até do número de desempregados que possuem nível superior de escolaridade.

A fim de dar maior consistência às mudanças ocorridas desde a concepção da tese da massa marginal, para dar conta das condições de trabalho da sociedade brasileira, mais especificamente, da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), precisamos apresentar mais algumas referências. Na Tabela 12, vemos que, desde 1985, há uma redução muito acentuada do rendimento médio dos trabalhadores, sem que haja qualquer possibilidade de afirmar que a escolaridade constitua um obstáculo a essa tendência. Aliás, é curioso notar como as pessoas que completaram o ensino universitário passam de uma situação, em 1985, em que obtinham um rendimento médio de R\$ 4149,00 para uma outra realidade, em 2000, onde esse valor cai para R\$ 2553,00, o que representa uma redução de 38,9%. Todos aqueles que compõem o grupo dos que obtiveram êxito na conclusão de cursos superiores e que, portanto, certamente constituem o que José Nun chama de trabalhadores mais qualificados, ao que tudo indica, estão tão submetidos aos princípios do capitalismo (no caso, uma tendência ao barateamento da mão-de-obra) quanto os que não possuem qualificação nenhuma. Hoje em dia, além do aviltamento das condições de vida dos trabalhadores que não possuem qualificação alguma, assistimos ao aumento da incerteza entre os que possuíam maior segurança nas décadas de 60 e 70, ou seja, os trabalhadores qualificados (cf. NUN, 1998:7).

Como enveredamos pelas condições de trabalho no entorno da cidade de São Paulo e também já dissemos que as condições encontradas pelos migrantes mais recentes difere daquelas encontradas pelas pessoas que abandonaram a cidade natal há 15 anos ou mais, cremos ser fundamental acrescentar mais alguns dados essenciais, que corroboram muito do pensamento até aqui exposto. As Tabelas 13 e 14 apontam algumas transformações que ocorreram no mercado de trabalho e também oferecem subsídios para compreendermos melhor a situação dos ambulantes.

Se prestarmos atenção nas duas tabelas e tivermos em mente que conversamos com ambulantes que já tiveram passagem pela indústria, pelo comércio e pela construção civil (também houve mulheres que declararam ter realizado tarefas referentes a serviços domésticos, mas a maior parte pode ser incluída nos outros setores mencionados), vislumbramos uma transformação que joga água em nosso moinho, ou

seja, serve como sustentação para a reserva que mantemos diante de uma análise do comércio de rua como sendo decorrente de escolhas individuais ou do fracasso no processo de ajustamento às condições de vida que marcam a metrópole. Como disse Rousseau numa das passagens já citadas, às vezes as condições sociais mudam e, à revelia das pessoas, isso já é o bastante para o empobrecimento da população.

TABELA 12: Rendimento médio dos ocupados no trabalho principal (1), segundo nível de escolaridade – RMSP (1985-2000).

Valores em reais de novembro de 2000														
Grau de instrução	1985	1988 (Fev - Dez)	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Ocupados (2)	1.336	1.041	1.134	984	842	755	848	905	1.020	1.017	1.019	986	930	874
Analfabeto	503	431	458	387	349	292	300	315	397	399	402	386	359	345
Ensino Fund. Incompleto	861	681	733	634	522	459	494	514	604	589	573	550	518	484
Ens. Fund.Comp. +Ens.Médio Inc.	1.209	966	1.042	887	740	630	688	721	772	771	734	697	634	603
Ens. Médio Comp. + Ens.Sup.Inc.	1.954	1.544	1.678	1.374	1.135	1.035	1.134	1.222	1.276	1.241	1.209	1.119	1.021	927
Ensino Superior Completo	4.149	3.054	3.258	2.679	2.301	2.018	2.284	2.422	2.781	2.745	2.786	2.785	2.636	2553

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego – SEADE/DIEESE.

(1) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. Inflator utilizado: ICV do DIEESE.

(2) Inclusive os que não declararam o grau de instrução.

TABELA 13: Rendimento médio real dos ocupados no trabalho principal (1), segundo setor de atividade econômica – RMSP (1985-2000).

Valores em reais de novembro de 2000														
Sector de atividade	1985	1988 (Fev - Dez)	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Ocupados (2)	1.336	1.041	1.134	984	842	755	848	905	1.020	1.017	1.019	986	930	874
Indústria	1.557	1.231	1.242	1.065	922	919	1.019	1.077	1.100	1.129	1.151	1.106	1.019	977
Construção Civil	1.203	975	1.063	881	822	727	793	881	1.014	965	1.005	995	937	839
Comércio	1.212	909	1.089	911	748	631	734	802	963	907	897	809	757	686
Serviços	1.448	1.083	1.208	1.074	924	802	905	969	1.121	1.126	1.123	1.106	1.058	992
Serviços Domésticos	255	253	270	252	269	198	194	214	308	348	356	358	341	317
Outros	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego – SEADE/DIEESE.

(1) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

Inflator utilizado: ICV do DIEESE.

(2) Inclusive os que não declararam o setor de atividade no qual trabalharam.

(3) A amostra não comporta desagregação para esta categoria.

Na Tabela 14, observamos que, desde 1985, houve um decréscimo considerável do número de trabalhadores alocados no setor industrial. Quando, em nosso marco inicial, a indústria contava com a presença de 32,8% da mão-de-obra

empregada, o mesmo setor chegou, no ano 2000, contando com, aproximadamente, 20% dos trabalhadores (19,9%). No mesmo período, o comércio revelou um aumento muito limitado, passando de 14,1% para 15,7% da mão-de-obra, e o setor de serviços (manancial das novas possibilidades de trabalho, numa visão muito difundida no meio acadêmico e em outros setores da sociedade) saltou de 40,7% para 53,0% dos trabalhadores ocupados na Paulicéia e em seu entorno. Assim, podemos ver que a névoa ao redor do processo que lança as pessoas nas ruas começa a se dissipar. Muitos dos que chegaram a ocupar um posto de trabalho na indústria, como Ademir, foram excluídos por inúmeras decisões que trazem à tona o fato de que o setor em questão não precisa mais de tantos trabalhadores como em tempos idos. O sonho de obter um lugar na indústria e ter rendimentos mais altos torna-se cada vez mais difícil, em decorrência de dois motivos. Em primeiro lugar, o setor industrial não contrata mais como antigamente. Além disso, o rendimento médio dos funcionários aí ocupados apresenta uma considerável redução. Em 1985, a média de rendimentos era de R\$ 1557,00, ao passo que, quinze anos mais tarde, chegou ao valor de R\$ 977,00 (queda de 37,3%), nível levemente mais baixo que o rendimento médio apresentado pelo setor de serviços (R\$ 992,00).

TABELA 14: Distribuição dos ocupados, segundo ramos de atividade – RMS (1985-2000).

Em porcentagem														
Ramos de Atividade	1985	1988 (Fev - Dez)	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Ocupados	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria	32,8	32,1	33,0	31,2	28,3	26,4	25,2	25,3	24,7	22,6	21,0	19,8	19,6	19,9
Construção Civil	3,3	4,3	3,9	3,4	2,9	3,3	2,9	3,0	2,6	3,0	2,7	2,6	2,3	2,2
Comércio	14,1	14,2	14,8	16,0	16,3	16,3	16,3	16,9	17,0	17,2	17,0	16,7	16,1	15,7
Serviços	40,7	41,7	41,3	42,5	44,9	46,0	47,7	46,9	47,6	48,6	50,3	51,8	52,7	53,0
Serviços Domésticos	8,2	6,9	6,1	6,0	6,9	7,3	7,1	7,2	7,6	8,1	8,4	8,4	8,9	8,6
Outros	0,9	0,9	0,9	0,9	0,7	0,7	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,5	0,5	0,6

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego – SEADE/DIEESE.

Contudo, não podemos dizer que os serviços constituam uma espécie de Eldorado, pronto a oferecer melhores condições aos pioneiros que neles se aventurem. Muito pelo contrário. Mesmo nesse setor, em que podemos perceber sinais de crescimento e, portanto, de novas possibilidades de investimento para o capital, também há a tendência ao barateamento da mão-de-obra, visto que os R\$ 992,00 mencionados não se comparam com os R\$ 1448,00 de 1985. Grosso modo, são essas as condições encontradas pelo trabalhador na cidade de São Paulo e é sob elas que tentam

produzir a vida as pessoas aqui nascidas e as que ainda chegam, movidas pelo sonho de minimizar as privações pelas quais passavam em seus lugares de origem.

Capítulo III

SEVERINOS NA METRÓPOLE:

os ambulantes e o debate sobre a centralidade do trabalho

No primeiro capítulo, buscamos oferecer um conjunto de informações de cunho histórico, imbuídos de duas preocupações centrais: (1) fazer uma apresentação a respeito dos marcos principais que devem ser levados em conta para a compreensão adequada do processo que desembocou numa formação social em que as gerações passaram a ser “moldadas” segundo uma nova ética dominante, a ética do trabalho. Isso implicou novas formas de (re)produção social da coletividade e dos indivíduos. Se, antes, pelos motivos mencionados, o trabalho era sinônimo de degradação física e moral, os marcos da modernidade, a nova ordem social brasileira exigiu (e produziu) novas formas de satisfação das necessidades, criou novas necessidades e pontuou novas maneiras desejáveis de agir com referência ao trabalho. Este passou a ocupar lugar central na sociedade e na vida das pessoas, totalmente imbuído por uma nova temporalidade (aquela do trabalho regular, homogêneo, contínuo, exterior, coercitivo, linear e abstrato) (AUGUSTO, 1999:2-3)⁹⁵. (2) Dentro dessas alterações de caráter mais amplo, buscamos também apreender as transformações pelas quais, desde o fim do século XIX, o comércio ambulante passou, na sociedade brasileira de modo a iluminar, com mais precisão, a situação atual dos ambulantes na cidade de São Paulo. Por meio da articulação desses dois recortes, almejamos situar o camelô no debate acadêmico a respeito do fim da sociedade do trabalho.

A nova ordem social é alvo de inúmeras análises que têm por objetivo demonstrar que o trabalho não mais pode ser apreendido à luz dos paradigmas teóricos que o colocavam no centro das dinâmicas sociais e que, portanto, servem de fundamento para a invenção e a compreensão da chamada sociedade do trabalho. O que vamos fazer a partir de agora é por o leitor em contato com boa parte do conjunto de argumentações que procuram desbancar a tese da centralidade do trabalho e, ao mesmo tempo, mostrar seus limites quanto à possibilidade de oferecerem os subsídios necessários, à compreensão da forma de trabalho precário que diretamente nos

⁹⁵ Uma boa referência sobre a discussão a respeito da temporalidade do trabalho na modernidade e também das considerações que devem ser levadas em conta à luz das mudanças pelas quais a organização e distribuição do trabalho vêm passando pode ser apreendida no texto *Temporalidade, Individualidade e Ordem Social*, de Maria Helena Oliva Augusto, apresentado na reunião da ANPED, em 1999.

interessa. De maneira muito limitada e modesta, existe aqui a tentativa de revelar a especificidade histórica do Brasil que não permite a mera transposição dos termos do referido debate. Eis mais um motivo que tornou imprescindível nossa incursão inicial por algumas obras que dão conta da formação da ordem capitalista na sociedade brasileira.

A princípio, podemos notar algumas modificações que giram em torno da organização e distribuição do trabalho. Elas permitem e tornam imprescindível uma incursão pela referida problematização da ordem social que tem no trabalho o eixo central de todo seu dinamismo. Se voltarmos à Tabela 14 (página 183), sobre a distribuição das pessoas ocupadas, segundo ramos de atividade, podemos ver que, de 1985 a 2000, a Região Metropolitana de São Paulo assistiu ao declínio dos postos de trabalho gerados pelo setor industrial e, paralelamente, presenciou também uma alteração significativa no que diz respeito ao aumento da participação do setor de serviços no conjunto de ocupações oferecidas no mercado. Nesse mesmo período, como mostra a Tabela 15, observamos um crescimento do desemprego. Vale a pena notar que não estamos diante de meras oscilações sazonais dos níveis de emprego, mas de um aumento que, a despeito das leves idas e vindas, sinaliza um sentido subjacente de persistência ao longo do tempo, tornando claro o caráter estrutural, freqüentemente mencionado nas produções acadêmicas, nos jornais e na televisão.

TABELA 15: Taxa de desemprego, segundo seu tipo na RMSP (1985-2000).

		Em porcentagem												
Tipo de Desemprego	1985	1988 (Fev a Dez)	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Total	12,2	9,5	8,7	10,3	11,7	15,2	14,6	14,2	13,2	15,1	16,0	18,2	19,3	17,6
Aberto	7,6	7,0	6,5	7,4	7,9	9,2	8,6	8,9	9,0	10,0	10,3	11,7	12,0	11,0
Oculto	4,6	2,5	2,2	2,9	3,8	6,0	6,0	5,3	4,2	5,1	5,7	6,5	7,2	6,6

FONTE: Pesquisa de emprego e desemprego – SEADE/DIEESE.

A fim de verificar até que ponto a literatura referente às transformações que ocorrem nas relações de trabalho pode contribuir para esclarecermos o fenômeno do comércio ambulante presente nas ruas de São Paulo, devemos apresentar as idéias essenciais para que o leitor perceba não apenas o que significa falar em fim da sociedade do trabalho, mas também que tais idéias não devem ser integralmente adotadas quando temos em vista as considerações históricas sobre trabalho e emprego no Brasil, mais especificamente, a forma de trabalho precário que diretamente nos interessa.

Talvez a primeira obra a abordar essa questão de forma sistematizada seja *Adeus ao Proletariado*, de André Gorz. Nesse livro, o autor afirma que a crise do capitalismo se explicita e se agrava com o surgimento de uma *não-classe-de-não-trabalhadores*, ou seja, pessoas que foram expulsas do mercado formal pelo processo de abolição do trabalho, representado pela automatização e pela informatização. Tal processo, tendo como consequência altos índices de desemprego, parece levar à decomposição da sociedade fundada na dignidade, valorização, utilidade social e no desejo do trabalho⁹⁶ (GORZ, 1982:87). Assim, ao contrário da classe operária tradicional que desfruta de estabilidade, sindicalização e contratos coletivos de trabalho (minoridade privilegiada em nossos dias), surge um grande número de pessoas submetidas a empregos acidentais, provisórios e contingentes⁹⁷ (*ibid.*, 89).

Em decorrência do que foi dito acima, Gorz afirma ser praticamente impossível investir em um determinado trabalho e, ao mesmo tempo, agrava-se também a dificuldade de se identificar com ele⁹⁸. Em nosso mundo, passa-se de um trabalho para outro; alguns começam a investir em estudos sem lugar no mercado de trabalho, sem utilidade prática; surge uma situação em que muitos possuem várias ocupações (*ibid.*, 90).

Devemos também considerar a não neutralidade dos meios de produção, ou seja, longe de ser apenas um processo natural, irrefreável e totalmente neutro, o desenvolvimento tecnológico configura-se como uma maneira de inscrever e reforçar a

⁹⁶ É importante ressaltar que, em nenhum momento, André Gorz confunde a abolição do trabalho com a abolição da necessidade do esforço, do desejo de atividade, do amor à obra e da necessidade de cooperar e ser útil (GORZ, 1982:11). Para ele, o que está em discussão é um tipo de trabalho historicamente localizável e datado (se assim é permitido dizer), ou seja, as atividades que são exercidas por conta de terceiros, em troca de um salário, cujas formas, horários e fins são definidos por quem paga (*ibid.*, 9).

⁹⁷ No caso do Brasil, em que só no fim da década de 70 começa a se formar um sindicalismo autônomo em relação ao Estado, mesmo os setores que fazem parte dos sindicatos historicamente mais combativos, como o dos metalúrgicos, enfrentam muitos problemas, haja visto, por exemplo, o fim das câmaras setoriais das indústrias automotivas, que representaram uma tentativa de fazer com que questões como "divisão do bolo", propriedade, introdução de novas tecnologias, dispensa de trabalhadores pudessem ser discutidas com os próprios trabalhadores (cf. OLIVEIRA, 1999:76). Isso sem falar na diminuição do número dos alocados no setor industrial, o que comprometeu profundamente a capacidade de organização e reivindicação dos trabalhadores, pois quem ficou está mais preocupado com o medo de ser demitido e, portanto, busca, de todas as formas, manter o emprego.

⁹⁸ Essa questão da identificação com o trabalho já está presente em momentos historicamente anteriores, nas discussões a respeito do surgimento da sociedade capitalista. Gorz está atento a isso. Segundo ele, a socialização do processo produtivo (divisão e normalização do trabalho, padronização dos instrumentos, processos e saberes utilizados no trabalho) configura uma situação não apenas de heteronomia, mas também de intercambialidade dos trabalhadores, o que passa a constituir grande obstáculo à sua identificação com as atividades que desempenham (*ibid.*, 50).

dominação exercida sobre os trabalhadores (*ibid.*, 40). Nesse sentido, o autor afirma que o trabalho (meio de inserção na cooperação universal) surge mais como modo de submissão ao aparelho de dominação (*ibid.*, 90) do que como fonte de libertação do ser humano.

Ainda em relação ao desenvolvimento tecnológico, Gorz salienta a diminuição do tempo dedicado à produção de tudo o que for socialmente útil à vida, pois essas atividades poderiam muito bem ocupar apenas umas duas horas por dia na vida de cada indivíduo (*ibid.*, 91).

Ora, se o trabalho passa a ser cada vez menos gratificante e as pressões sociais são também cada vez mais fortes, então os indivíduos atribuiriam maior importância a outras atividades, como, por exemplo, a vida em família, a horta doméstica, a pequena oficina, a casa de campo, a coleção de objetos antigos, a música, a gastronomia, o esporte, a vida amorosa, entre outras (*ibid.*, 99).

Inserindo-se no mesmo debate e negando a eficácia do trabalho em sua capacidade de explicar os fatos sociais, Claus Offe é incisivo ao afirmar que tomar conhecimento de que alguém trabalha não ilumina nada em relação à sua ação, percepção de interesses e estilo de vida. (OFFE, 1989:19).

Em segundo lugar, diferenças como variações de renda, qualificação, estabilidade no emprego, visibilidade e reconhecimento social, carga de trabalho, possibilidades de ascensão social, de comunicação e autonomia, associadas à erosão da sustentação cultural e política do trabalho, têm como consequência a perda do foco de significação social do trabalho assalariado (*ibid.*, 21).

Para que o trabalho fosse central na vida do indivíduo, ele deveria ser a referência para uma vida moralmente correta, ou condição externa para sua sobrevivência física (*ibid.*, 26). Segundo Offe, porém, atualmente, assistimos ao fracasso do trabalho em sua dimensão moral, devido ao fato de que as pessoas não se apropriam dele na construção de suas vidas e de suas auto-imagens, o que é agravado pela diminuição do tempo de trabalho na vida do indivíduo e pela freqüente descontinuidade entre formação e exercício profissional (*ibid.*, 28).

Offe também menciona que o aumento da chance de que a experiência do desemprego seja vivida pelas pessoas acarretaria a perda da força da desocupação como fonte de estigmatização moral, pois ela não mais seria vista como resultado do fracasso individual (*ibid.*, 28). De responsável pela sua condição, o desempregado seria visto como uma vítima. Mais do que isso, as barreiras à reintegração ao mercado formal de

trabalho teriam como consequência a formação de “*subculturas de economia informal/clandestina*”, cujos participantes (citando Gorz) “*adquirem uma aversão no mínimo passiva com respeito aos valores e regras legais da sociedade do trabalho*” (*ibid.*, 33).

Robert Kurz, por sua vez, afirma que a "sociedade do trabalho" não é algo inerente à humanidade (KURZ, 1996:20) e isso significa que Kurz, como Gorz, menciona uma forma histórica do trabalho, qual seja: a "*exploração econômica abstrata, em empresas, da força de trabalho humana e das matérias-primas*". Trata-se de uma exploração que traz seu fim em si mesma, caracterizada pelo maior e mais intenso dispêndio possível de força de trabalho, além das necessidades concretas subjetivamente perceptíveis (*ibid.*, 21-22).

Além disso, se, antes, o trabalho era associado à estafa e à moléstia, isso não passava do resultado do baixo desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, as formas de trabalho perigosas e desgastantes existiam porque ainda não havia o emprego de técnicas capazes de liberar o ser humano dessas atividades. Aliás, nesse período, “*falar em sociedade do trabalho seria uma redundância, pois a vida social só era uma vida que incluísse o trabalho*” (*ibid.*, 26). Este era uma necessidade imposta pela natureza. Ao contrário, no capitalismo, há uma inversão, pois a reprodução social da mercadoria, convertida em fim absoluto, passou a fazer o papel de segunda natureza à qual praticamente todos estão submetidos. A *iron cage* aprisiona todas as pessoas⁹⁹.

Kurz também chama a atenção para um capitalismo incapaz de explorar, pois o que se nota é a diminuição da massa global de trabalho abstrato explorado na produção (*ibid.*, 226). Em outras palavras, aumento do desemprego. Se há uma eliminação tendencial do trabalho, o sistema capitalista "*não pode ser criticado ou superado pelo trabalho*" (*ibid.*, 227).

Nos três autores mencionados, há um ponto central em comum: o aumento do número de pessoas que, no mínimo, não mais conseguem permanecer ligadas por muito

⁹⁹ Vale a pena citar um trecho final da obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Nela, "O puritano queria tornar-se um profissional, e todos tiveram que segui-lo. Pois quando o ascetismo foi levado para fora dos mosteiros e transferido para a vida profissional, passando a influenciar a moralidade secular, fê-lo contribuindo poderosamente para a formação da moderna ordem econômica e técnica ligada à produção em série através da máquina, que atualmente determina de maneira violenta o estilo de vida de todo indivíduo nascido sob esse sistema, e não apenas daqueles diretamente atingidos pela aquisição econômica, e, quem sabe, o determinará até que a última tonelada de combustível tiver sido gasta. De acordo com a opinião de Baxter, preocupações pelos bens materiais somente poderiam vestir os ombros do santo 'como um tênue manto, do qual a toda hora, se pudesse despir'. O destino iria fazer com que o manto se transformasse numa prisão de ferro" (WEBER, 1992:130-131).

tempo ao mercado formal de trabalho, ou seja, o grande número de desempregados provoca o questionamento em relação ao lugar do trabalho na sociedade. De modo sucinto, inovações tecnológicas, aumento da produtividade e novas maneiras de utilização do trabalho humano fazem com que surja um questionamento do trabalho como valor central e como eixo em torno do qual as pessoas constroem suas biografias. Tudo isso gera desestruturação, desordem e ininteligibilidade da ordem social. A sensação de incerteza, decorrente dessa nova configuração social, é expressão de um certo descompasso entre a visão que as pessoas têm a respeito do trabalho (estruturador de suas vidas) e a ausência de condições para que essa representação se sustente; há uma disjunção entre a percepção na qual o trabalho ainda ocupa a posição de elemento dominante e a nova configuração do mercado de trabalho, que não condiz mais com essa representação (cf. AUGUSTO, 1999:4). Eis a fonte da angústia social característica do atual momento histórico.

Com base no que foi dito, devemos fazer algumas indagações: podemos dizer que o trabalho está mesmo fadado a assumir uma posição secundária não somente nas obras acadêmicas, mas também na vida das pessoas? Somos espectadores do fim da sociedade do trabalho? Como situar os camelôs nesse debate? As respostas a essas questões não são tão simples.

Em primeiro lugar, Offe parece associar trabalho a emprego. Isso fica evidente quando menciona a perda da significação social do trabalho assalariado e, principalmente, ao afirmar que a continuidade entre formação e exercício profissional converteu-se em exceção nos dias atuais. O mesmo faz Kurz (ao mencionar um capitalismo incapaz de explorar) e André Gorz, tal como foi visto na nota 96, com a diferença de que esse último autor leva em consideração aspectos outros que não se limitam ao emprego formal, como pode ser visto na mesma nota. Mas trabalho não se reduz a emprego. Isso porque toda profundidade do trabalho para o ser humano é vivida pelos camelôs, por exemplo, mediante a situação de perda do emprego. Se, num primeiro momento, trabalho e emprego estão fortemente associados, **nas ruas ganha ênfase a experiência de trabalhar sem ter emprego.**

Além do mais, as idéias de diminuição da associação do desemprego ao fracasso individual e de aversão aos valores e regras legais da sociedade do trabalho não parecem ser totalmente verdadeiras, pelo menos no Brasil. Ao estudar os albergados, Ana Cristina Nasser revela que o trabalho continua a fazer sentido para eles, pois “ninguém vive sem trabalho” (único meio de libertação da exclusão social

decorrente de quem “*não teve cabeça*” para guiar a vida) (NASSER, 1996:214)¹⁰⁰. Essa referência também está presente nos discursos dos camelôs. Vimos que há unanimidade quanto ao seguinte fato: mesmo na rua, o comércio ambulante funciona como meio de (1) satisfação das necessidades (sustento da família, pagamento dos impostos e alugueis, construção da moradia, enfim) e de (2) diferenciação em relação àqueles que não se submetem às exigências do trabalho (sobretudo aos seus aspectos menos prazerosos) e lançam mão de meios tidos como ilegítimos. Trocando em miúdos, o trabalhador está numa posição diametralmente oposta à do bandido e à do vagabundo. Nasser também demonstra como a noção de trabalho pode ser rearticulada, pois, se ele era visto como sinônimo de carteira assinada, na impossibilidade desta, ele passa a significar “*estar ativo*” (*ibid.*, 125). São esses mesmos excluídos que deveriam alimentar aversão às regras formais de trabalho e não deveriam sofrer com a estigmatização, o que não acontece. A vida dos albergados resume-se, então, à luta para continuarem sendo trabalhadores, ao menos nas representações. Se há uma desarticulação entre a representação e as condições efetivas de trabalho, isso não leva à suposta aversão às regras legais do trabalho.

Em relação à perda do lado subjetivo do trabalho, que proporcionaria uma identidade entre o homem e sua atividade, não seria esse um traço da formação capitalista?

Em Marx, trabalho se confunde com produção da vida (da própria e da alheia); produção de um modo de vida, de uma consciência, sendo ele, um ato histórico transformador, condição da relação entre homem e natureza (MARX & ENGELS, 1993:27). O trabalho é objeto da consciência humana e se dá mesmo que o homem esteja livre das necessidades imediatas. Há uma dimensão que, digamos, vai para além da esfera econômica do trabalho, sugerida na passagem em que Marx diz “*O homem também forma segundo as leis da beleza*” (MARX, 1983b:157), mas que fica profundamente comprometida quando o homem se submete/é submetido aos princípios das relações tipicamente capitalistas de produção.

Ao ser expropriado do produto de seu trabalho, dos meios empregados no processo produtivo e, portanto, ao perder totalmente o controle sobre a produção, o trabalhador não mais se reconhece em sua atividade. Eis a ausência de identidade entre

¹⁰⁰ Recentemente, a obra de Ana Cristina Arantes Nasser foi publicada pela Editora Hucitec/FAPESP, sob o título *Sair para o Mundo: trabalho, família e lazer na vida de excluídos* (2001).

o trabalhador e sua atividade, mas que não impede Marx de considerar o trabalho como algo fundamental para a compreensão do modo de vida capitalista e suas contradições.

O estranhamento entre o homem e seu trabalho, e a contradição que essa situação mantém com o trabalho como eterna necessidade humana, faz com que seja possível notar aqui não somente o caráter “desumanizador” do trabalho, mas também a possibilidade de ser engendrada uma consciência a respeito das condições de vida na sociedade a partir daquilo de que o indivíduo carece, e que, tal como o acesso à moradia, mencionado por Milton Santos, se inclui “*num projeto que o mundo em torno autoriza*” (SANTOS, 1996:65). Trabalhar, ter, ou mesmo (re)criar o espaço para isso, fazem parte daquilo que nossa sociedade autoriza, mesmo estando, tal como os camelôs, em uma situação de fronteira entre o legítimo e o ilegítimo, o que os leva a realizarem uma apropriação similar do espaço, pois a mudança do meio ambiente está intimamente relacionada às transformações das relações sociais (CASTELLS, 1983:272).

Há ainda mais um ponto que deve ser frisado. Se pensarmos bem, notaremos que o processo histórico que deu origem à chamada sociedade do trabalho e, portanto, permitiu a construção do trabalho como “*categoria sociológica fundamental*”, remete à situação em que o trabalho, o conjunto de atos pelos quais homens e mulheres conquistam os meios necessários à sobrevivência, foi elevado à condição de pilar que dava sustentação a toda uma “estrutura” (institucional e moral) que conferia segurança à vida das pessoas, seja como o fiel da balança num processo de superação das contradições sociais engendradas pelo capitalismo, seja como meio pelo qual as elas podem se integrar ao estilo de vida característico da sociedade capitalista, usufruindo, de maneira digna, toda a produção humana, desde bens estritamente materiais até outros como saúde, educação formal, espetáculos culturais, artísticos, etc. De um modo ou de outro, há uma associação entre trabalho e segurança diante das marcantes e freqüentes crises econômicas, que, em alguns casos, têm efeitos devastadores na vida de muita gente. É assim que todos os autores mencionados acima chamam a atenção (1) para o aumento do desemprego e do número de pessoas que deixam de estar submetidas à estabilidade e à segurança de acordos sindicais; (2) para a impossibilidade de continuar a ver o trabalho como fonte de libertação do ser humano; (3) e para a condição cada vez mais insustentável do trabalho como meio de construção de auto-imagens dignas do louvor público.

Por trás de todo esse processo, há a história da organização dos trabalhadores e das lutas e acordos entre capital, trabalhadores e Estado, que deu origem à formação de uma esfera pública de negociação a partir da qual foi possível pensar em mecanismos de proteção das pessoas ante as vicissitudes de ordem econômica. No caso do Europa, após a II Guerra Mundial, isso culminou na concepção do que passou a ser chamado de Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*).

A questão que levantamos é a seguinte: como vimos no primeiro capítulo, a história do trabalho no Brasil é marcada por inúmeros problemas relacionados à elevação das atividades referentes à (re)produção da vida à condição de fonte de segurança e dignidade, e à estruturação de um espaço de negociação em que capital, trabalho e Estado passassem a se reconhecer como atores capazes de deliberar em busca de pontos em comum e fizessem com que as deliberações e transformações dos mundos político e econômico não terminassem por se converter num pesado fardo sobre os trabalhadores, e que estes também não insistissem em defender posições que, por exemplo, pudessem redundar em prejuízos para os empresários. Ao menos este é o princípio fundamental da lógica consensual. No Brasil, as dificuldades apontadas tanto na construção como na manutenção desse espaço público nos levam a dar destaque à forma precária que a sociedade do trabalho assumiu. Não que os elementos que pautam todo o questionamento mencionado estejam totalmente alheios. Vimos que na Região Metropolitana de São Paulo, que representa, digamos, o grau máximo de desenvolvimento das relações capitalistas no país, há, desde 1985, alterações profundamente semelhantes às aquelas mencionadas pelos críticos da centralidade do trabalho. Podemos até mesmo dizer que parte (não sabemos exatamente quanto) do número de ambulantes da cidade de São Paulo pode ter se “decidido” pelo comércio de rua em decorrência das modificações mencionadas. Se nos lembrarmos da entrevista de Ademir (página 163), ela revela que suas experiências de desemprego se deram na década de 90 (mais especificamente, entre 1995 e 1997) e que, em seu relato sobre os dez meses em que trabalhou na Blindex, mencionou uma reestruturação após a qual apenas dois, a cada dez funcionários, permaneceram em alguns setores da empresa.

Não negamos que os últimos anos trouxeram profundas alterações à vida de muitos trabalhadores e que estas sugerem algo muito próximo ao debate expresso acima. Num primeiro momento, os camelôs parecem constituir o que Gorz chamou de “*não-classe-de-não-trabalhadores*”. Contudo, cremos ser mais adequado sustentar que, no Brasil, as novas transformações das relações de trabalho devem ser encaradas da

seguinte maneira: elas se somam à nossa já mencionada incapacidade histórica de criação de um mercado capaz de gerar o número de empregos necessários para a integração dos trabalhadores, sobretudo dos mais pobres, e a articulação entre as atuais modificações e os fatores legados do passado produz uma configuração social que não anuncia o fim da sociedade do trabalho (semelhante ao que, por exemplo, ocorre na Europa), mas sim o agravamento de uma forma histórica de centralidade perversa do trabalho, que torna ainda mais difícil a realização das promessas engendradas durante o período em que o capitalismo foi sendo generalizado em nosso meio.

Como vimos, o colapso da modernidade traz consigo um descompasso entre a idéia, partilhada socialmente, de que o trabalho ainda é central e o novo tempo em que o trabalho, definitivamente, não mais pode ocupar o centro, pois não mais vislumbramos as condições sociais para isso, ficamos nos perguntando se, no caso dos brasileiros (especificamente, dos camelôs), não seria mais adequado falar em outro tipo de descompasso: a combinação entre os arcaísmos já sugeridos e as atuais modificações das relações de trabalho engendra um abismo entre a promessa de que o trabalho é fonte de dignidade e pilar de sustentação da construção das biografias das pessoas, e as condições sociais que emperram a realização plena desse sonho que os trabalhadores alimentam. Não se trata de um esgotamento do trabalho, mas de barreiras que ainda não fizeram com que o Brasil superasse (1) sua antiga percepção do trabalho como algo degradante e também (2) sua condição de sociedade historicamente marcada por privilégios¹⁰¹, sendo que esses dois traços se entrelaçam profundamente. Assim, o trabalhador, principalmente o precarizado, vive às voltas com um dilema que não parece ter solução: como equacionar os aspectos degradantes do trabalho e sua condição de fonte e dignidade? Tal dilema pode ser apreendido na entrevista com Manuel.

Manuel nasceu em Vargem Grande-MA, tem 37 anos e possui a 8ª série incompleta. Quando era criança, estudou até a 2ª série e só retomou os estudos com 26 anos de idade. Nessa época, trabalhava numa serraria, era registrado e ali permaneceu por cinco anos. No fim desse trabalho, a empresa passava por

¹⁰¹ Exemplo bem acabado de crescimento econômico imbuído de privilégios sociais diz respeito à própria Região Metropolitana de São Paulo. No livro *Escritos Urbanos* (espécie de apresentação de sua produção acadêmica), Lúcio Kowarick mostra como essa região combinou aumento de produtividade, deterioração dos salários e, a partir dos anos 80, aumento do desemprego e do subemprego, que se reflete no grande número de pessoas que participam da trama urbana pedindo esmolas, vendendo mercadorias a pedestres e motoristas (KOWARICK, 2000:20;21).

dificuldades e começou a atrasar os pagamentos. Ao invés de um salário, a empresa começou a distribuir um tipo vale-compra para seus funcionários. Os estudos foram prejudicados devido a uma mudança no horário de trabalho. Havia alternância entre jornadas diurnas e noturnas, o que fez com que ele começasse a faltar no serviço para ir à escola. Por causa disso, terminou sendo demitido.

Quase sempre trabalhou no ramo de madeiras. Segundo Manuel, esse setor era muito forte na sua região. Passou por várias empresas, totalizando, aproximadamente, 12 anos de registro em carteira. Após essa experiência de cinco anos, foi para o Pará, onde conseguiu emprego na construção civil durante um mês. Na entrevista, deu a entender que nem sabia o que estava sendo construído. Quando questionado, afirmou que “eles” diziam ser um beneficiador de adubo. Retornou ao Maranhão para trabalhar, mais uma vez, no ramo madeireiro.

Manuel é casado, tem uma criança de 4 anos e mora numa pensão. Ao todo (luz, água e aluguel), afirma gastar R\$ 230,00/mês. Reside em São Paulo há um ano e meio. Já tinha uma irmã que morava em São Paulo e esta sempre o convidava para tentar arrumar algo aqui, mas jamais teve vontade de fazer a viagem. Ainda hoje demonstra vontade de retornar ao Maranhão e disse manter constante contato com familiares e amigos a fim de ver se surge alguma oportunidade de vida por lá.

Até então, nunca havia trabalhado como camelô. Considera essa atividade um bico, pois sempre procurou outro serviço. Chegou a preencher algumas fichas em empresas, mas nunca obteve sucesso. Segundo ele, “isso não é vida”. Só nesse ano, gastou, mais ou menos, R\$ 500,00 de sua poupança para reaver mercadorias que foram apreendidas pelo “rapa”.

Até os primeiros dois meses, residiu com a irmã. Após esse período, teve de abandonar a casa. Chegou a procurar moradia num prédio invadido, mas afirmaram que não havia vaga. Esta só foi conseguida numa pensão a partir de um colega de rua.

No início, Manuel chegou a trabalhar ganhando comissão. Hoje tem a própria mercadoria, mas também ganha menos. Antigamente, chegava a faturar R\$ 600, 00/mês, pois a concorrência não era tão forte. Em sua barraca, vende bonés e disse que o número de camelôs que comercializam esse tipo de mercadoria aumentou muito nos últimos tempos.

Em relação à aquisição de mercadorias, ele as compra na Rua 25 de Março e as guarda num tipo de armazém, específico para camelôs. Paga R\$ 7,00/semana pelo pernoite. Almoça todos os dias na rua. Segundo ele, há camelôs que passam vendendo “marmitex” . No momento da entrevista, foi possível ver vários ambulantes almoçando dessa forma. Trabalha a semana inteira, das 9h00 às 19h00, e falou que ganha uma média de R\$ 400,00/mês. Mesmo na época em

que não era dono de suas mercadorias, Manuel mantinha o mesmo ritmo de trabalho, pois não havia pressão por parte do dono dos produtos.

O comércio ambulante é o meio pelo qual Manuel obtém a renda necessária para cobrir os gastos referentes à pensão onde mora e ao seu sustento e o de sua família (afirmou ter uma filha de quatro anos). Falamos em arcaísmos e não podemos deixar de mencionar o fato de que Manuel revelou uma situação que merece destaque: quando exerceu suas atividades na serraria, no Maranhão, e o estabelecimento começou a passar por uma crise econômica, houve atrasos nos salários, mas é importante destacar que estes, a partir de certo momento, assumiram quase a forma de pagamento em espécie (vale-compra), ou seja, as modernas relações de trabalho, mediadas pelo dinheiro, foram suspensas. A entrevista de Manuel ratifica o comércio ambulante como forma precária de trabalho e é reveladora do dilema por nós mencionado. A lembrança de suas experiências anteriores de trabalho; o fato de viver numa pensão (não ter a própria moradia ou mesmo pagar o aluguel de uma casa); a frustração causada pelas ações da fiscalização, que terminam por comprometer possíveis economias (poupança) na re aquisição das mercadorias confiscadas, levam-no a dizer que “isso não é vida”.

Aqui, devemos nos lembrar da entrevista feita com Jorge, apresentada no primeiro capítulo. Nela, Jorge demonstrou o desejo de deixar São Paulo, pois aqui o camelô é mais perseguido que bandido, segundo suas palavras. Essa afirmação e a de Manuel trazem à tona a degradação que a atividade como ambulante pode causar no trabalhador. O comércio ambulante, mesmo sendo afirmado como trabalho, portanto, como fonte de diferenciação em relação aos vagabundos e bandidos, chega a ficar comprometida pelas condições de vida de muitos que se dedicam a esse tipo de negócio. Em suma, os problemas enfrentados por aqueles que sobrevivem nas ruas da Paulicéia chegam a sujeitar as pessoas a uma situação limite em que a própria substituição do emprego/trabalho pela sua representação fica comprometida. Digamos que a precariedade das condições de trabalho termina por se refletir no plano das representações, de modo que a sustentação destas converte-se numa tarefa tão difícil quanto o ato de ganhar a vida.

Os camelôs buscam afirmação como trabalhadores, contrapõem-se ao ato de ganhar a vida por meio do crime, mas carregam consigo múltiplas histórias que fazem deles herdeiros de promessas irrealizadas (que alimentaram todo o processo migratório) e dessa combinação perversa entre passado e presente. Em suma, o “novo” desafio não

se baseia no fato de que **o trabalho não mais é central, mas sim de que, no Brasil, para muitos trabalhadores, dentre eles os camelôs, o trabalho ainda nem se firmou como fonte de segurança.** Nossa história guarda um sem-número de formas de espoliação (urbana e rural).

No lugar da temporalidade moderna (orientada para o futuro, para a construção individual de segurança futura ou mesmo para um projeto coletivo de transformação revolucionária da sociedade), entra em cena uma nova ordem social centrada no momento presente (AUGUSTO, 1999:2). Nesse sentido, vale a pena fazer as seguintes considerações.

Por incrível que pareça, ganhar a vida nas ruas é visto pelos entrevistados como forma de dar resposta ao problema do desemprego, da ausência de rendimentos regulares necessários à satisfação das necessidades impostas pelo ambiente urbano. Além do mais, podemos dizer que, entre os projetos futuros permitidos pelo mundo moderno, inclui-se o de abolir a coerção do trabalho ao menos no fim da vida, significando a aposentadoria. Empregamos uma expressão que destaca o teor coercitivo das atividades que provêm a sobrevivência, pois não se trata da abolição do trabalho em geral, mas das situações que não deixam escolha para as pessoas. Assim, o aposentado teria a segurança do rendimento previdenciário e poderia se dedicar, por gosto, a qualquer atividade, sem sofrer com o tom imperativo assumido pelo trabalho no mundo moderno. Caso não desejasse isso, a aposentadoria lhe permitiria, digamos, dormir o sono dos justos. Entretanto, entrevistamos um aposentado (Paulo) para quem o valor de seu rendimento o levou a continuar ativo como “funcionário” de outro ambulante, perpetuando a coerção do trabalho para além daquilo que era esperado, e de forma muito perversa, posto que exercido nas ruas. Quando ele disse que gostava da atual atividade, mas se não gostasse, também não haveria o que fazer, revelou algo que não estava previsto nos sonhos referentes ao futuro. Não nos esqueçamos da história de Flávia e seu marido aposentado (apresentada no segundo capítulo), que chegaram a ter uma banca de jornais e lojas de comercialização de roupas, mas hoje desejam que Deus não permita a continuidade do trabalho até o fim de suas vidas. Eles não esperavam terminar a vida trabalhando, ainda mais como ambulantes. Eis a entrevista de Paulo.

Paulo tem 65 anos, nasceu em São Paulo e é morador do Butantã. Casado há 40 anos, pai de 3 filhos, possui a 8ª série completa, sendo que esta só foi concluída após

a aposentadoria (até então, ele tinha a 4ª série do antigo primeiro grau). Possui casa própria (BNH) e ainda está pagando as prestações.

Paulo trabalhou em uma firma de calçados durante 27 anos. Começou suas atividades em 1949, exercendo a função de operador de máquinas de montagem de sapatos. Trabalhava de segunda a sexta e fazia horas-extras sempre que era necessário. Quando a empresa fechou as portas, pagou apenas os funcionários “velhos de casa”. Paulo disse que chegou a passar fome e ainda hoje corre o processo referente à indenização a ser paga. Nessa época, ele morava na Vila Mariana.

Sendo necessário obter outro emprego, passou algum tempo exercendo atividades como servente de pedreiro (qualificada por ele como “bico”), afirmando que recebia um salário muito baixo. Além do mais, havia um problema relacionado à instabilidade: assim que acabava uma obra, era preciso encontrar outras atividades para sobreviver. Normalmente, os períodos de trabalho eram menores que os de sua ausência (chegou a mencionar uma proporção de 2 por 6 meses).

Durante 6 meses, trabalhou em uma oficina de concerto de calçados de um amigo, sendo que não era fichado. Após esse período, conseguiu vaga em uma distribuidora de bebidas da Skoll, onde permaneceu por 6 anos, trabalhando (com carteira assinada) em um caminhão como entregador de bebidas. Paulo não lembra qual era sua renda mensal, mas disse que a situação era apertada. Além do mais, mencionou que se tratava de uma época de alta inflação. Como o depósito também foi fechado, mais uma vez perdeu seu emprego (ainda que, dessa vez, tinha recebido toda a indenização referente à demissão). Nesse época, ele também já estava aposentado.

Tendo que complementar a renda proveniente da aposentadoria (R\$ 200,00) que vem recebendo há 15 anos (um dos filhos, que está noivo, também colabora com o pagamento da conta de luz), Paulo está há 10 anos na rua. Ganha R\$ 300,00/mês para tomar conta da barraca do dono da oficina na qual trabalhou. Como a oficina também faliu, seu amigo se transformou em marreteiro (algo que Paulo disse após perguntar se haveria algum perigo na entrevista concedida).

Paulo chega ao local de trabalho às 8h00 e ali permanece até as 18h00, seguindo essa rotina de segunda a sábado. Além disso, quando perguntado se gostava de sua atual atividade, respondeu afirmativamente, mas acrescentou o seguinte: se não gostasse, também não haveria outra saída.

Podemos, então, falar que a perpetuação do presente marca a vida de muitos ambulantes, mas não por causa do deslocamento do trabalho de sua posição central, mas sim pelo conjunto de circunstâncias histórico-sociais que, no Brasil, mantêm o trabalho a um passo da centralidade. O trabalho foi central na vida de Paulo. Trabalhou durante 27 anos numa firma de calçados. Mesmo assim, afirmou que chegou a passar fome e até hoje não recebeu os direitos referentes à sua demissão. O trabalho não foi

sinônimo de respeito à cidadania. Trabalhou como servente de pedreiro, como entregador de bebidas; voltou a trabalhar com calçados, numa pequena oficina. Mesmo aposentado, ainda paga as parcelas referentes ao financiamento de sua moradia. Esse relato a respeito de uma vida marcada por períodos de formalidade e informalidade confere sustentação à nossa alegação de que, na sociedade brasileira, na balança da centralidade do trabalho, o prato da degradação pesa mais que o da segurança e da dignidade. Assim, em nosso país, a história do emprego e do trabalho revela, antes de tudo, que, desde 1888, assistimos à formação de uma centralidade do trabalho mal realizada, capenga. O trabalho ganhou o estatuto da liberdade jurídica e de fonte de dignidade, mas as condições de seu exercício (das quais os camelôs talvez sejam apenas um dos exemplos mais claros) deixam a inúmeras pessoas um legado de opressão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tecelões, surradores de couro, tipógrafos, estampadores de chita, fabricantes de papel, sapateiros, carpinteiros, padeiros, metalúrgicos, chapeleiros, pintores, bombeiros, vidraceiros, ferreiros, todos esses tipos de trabalhadores, segundo Hobsbawm, chegavam a realizar viagens de até 2000 quilômetros em busca de trabalho (HOBSBAWM, 2000:53). Talvez soe estranho a muitos ouvidos, mas nada incomum para aqueles que vêem a história do trabalho, principalmente a partir do século XIX, como sendo a história das migrações, de homens em movimento (*ibid.*, 51). E o dinamismo persiste até nossos dias. O fotógrafo Sebastião Salgado há pouco lançou uma obra (*Êxodos*) em que buscou registrar imagens dos deslocamentos humanos. Num texto que abre o livro, podemos encontrar a seguinte afirmação:

"Este livro conta a história da humanidade em trânsito. É uma história perturbadora, pois poucas pessoas abandonam a terra natal por vontade própria. Em geral elas se tornam migrantes, refugiadas ou exiladas constrangidas por forças que não têm como controlar, fugindo da pobreza, da repressão ou das guerras. Partem com os pertences que conseguem carregar, avançam como podem a bordo de frágeis embarcações, espremidas em trens e caminhões, a pé... Viajam sozinhas, com as famílias ou em grupos. Algumas sabem para onde estão indo, confiantes de que as espera uma vida melhor. Outras estão simplesmente em fuga, aliviadas por estarem vivas. Muitas não conseguirão chegar a lugar nenhum" (SALGADO, 2000:7).

Naquela época (século XIX), quase todas as pessoas ganhavam a vida por meio de pequenos ofícios ambulantes e alimentavam a expectativa de ter de viajar em algumas ocasiões de suas vidas, sobretudo em momentos de depressão econômica. Considerando viagens dentro de um mesmo país ou entre nações distintas, a verdade é que se tornou cada vez mais raro passar toda a vida no local de nascimento¹⁰². Contudo, Hobsbawm também chama nossa atenção para o fato de que, em todos os ofícios, se constituía, aos poucos, uma nítida linha entre a maioria que não mais esperava viajar, pois já se havia estabelecido, e uma minoria que *"tinha mais formiga nos pés"* (*ibid.*, 63). Em outras palavras, paralelo ao constante fluxo humano por todo o planeta, os

¹⁰² Numa reportagem da *Folha de S. Paulo*, de 26 de janeiro de 2001, constata-se que apenas 45% dos moradores de São Paulo nasceram nessa metrópole. Na mesma notícia, 70% das pessoas vindas de outros estados alimentam o sonho de regresso aos locais de nascimento.

viajantes também buscavam fincar raízes, já que um padrão de vida tido como mais ou menos digno incluía um estilo de vida mais sedentário.

Meios de transporte, como o trem e o bonde, entraram com seu quinhão nesse processo. Com seu surgimento, buscar emprego em locais mais distantes não necessariamente significaria mudar o local de moradia (*ibid.*, 65). Obviamente, isso tem limites. No caso de todos os que vêm da região nordeste do Brasil (praticamente todos os entrevistados ou seus ascendentes provinham dessa região), uma vez definida a opção rumo a São Paulo, por exemplo, será preciso mudar de residência. Entretanto, tornou-se muito comum a existência das chamadas cidades-dormitório, para as quais seus moradores regressam no fim do expediente de trabalho, realizado em outras localidades mais próximas.

Para os migrantes, o deslocamento representa a esperança de conquistar melhores condições de vida. Mas não se vive apenas de esperança. É preciso vislumbrar caminhos para que esta se concretize e, no mundo moderno, as condições não são lá as melhores.

Até meados do século XIX, na Inglaterra, o setor não capitalista da economia era muito grande e o capitalista, muito localizado. Nessas circunstâncias, nos momentos de colapso, os movimentos migratórios constituíam tentativas de fazer frente às depressões econômicas que afetassem o país como um todo (*ibid.*, 67). Ora, os muros que cercavam as cidades medievais ruíram, mas talvez possamos arriscar a seguinte afirmação: no mundo atual, mesmo sem muros, a fuga se tomou impossível. Para todo lugar que se olhe, podemos imaginar um muro invisível¹⁰³. Esta idéia merece ser melhor explicada.

Para começar, é muito pertinente citar alguns trechos de Marx e Engels a respeito da formação do mercado mundial (pequeno prólogo para os que crêem ser a globalização um fenômeno histórico recente). Segundo eles,

¹⁰³ Ao pensar nessa idéia, logo veio à mente uma passagem da obra *Os Tigres Assustados: uma viagem pela fronteira dos séculos*, de Cristovam Buarque. Nela, o autor afirma que "(...) por todas as partes, o mundo da globalização é um arquipélago de ilhas refrigeradas dos shopping centers no meio de um imenso e caloroso camelódromo que se espalha pelos cinco continentes" (cf. BUARQUE, 1999:97). Ora, a metáfora do "camelódromo global" parece interessante para explicar nossa percepção, pois, no fundo, ela representa bem um mundo em que o desemprego e as formas de trabalho precário se globalizam junto com a economia.

"A necessidade de um escoamento sempre mais extenso para os seus produtos persegue a burguesia por todo o globo terrestre. Tem de se implantar em toda a parte, instalar-se em toda a parte, estabelecer contatos em toda a parte.

"A burguesia, pela sua exploração do mercado mundial, configurou de um modo cosmopolita a produção e o consumo de todos os países. Para grande pesar dos reacionários, tirou à indústria o solo nacional onde firmava os pés (...) Para o lugar das velhas necessidades, satisfeitas por artigos do país, entram [necessidades] novas que exigem para a sua satisfação os produtos dos países e dos climas mais longínquos. Para o lugar da velha auto-suficiência e do velho isolamento locais e nacionais, entram um intercâmbio onnilateral, uma dependência das nações umas das outras. E tal como na produção material, assim também na produção espiritual. Os artigos espirituais das nações singulares tornam-se bem comum. A unilateralidade e a estreiteza nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis, e das muitas literaturas nacionais e locais formou-se uma literatura mundial" (MARX & ENGELS, 1997: 39-40).

Há mudanças significativas entre o capitalismo do período de Marx e o de nossos dias. Não negamos isso. A referência ao pensador alemão é significativa para apreender o processo histórico de globalização. Quanto ao nosso problema, a universalização das relações de produção tipicamente capitalistas torna todos os indivíduos submetidos à sua lógica. Os camelôs não mais vendem aquilo que plantaram, pouquíssimos são os que vendem colares, anéis, brincos, adornos feitos pelas próprias mãos.

De acordo com uma reportagem da *Folha de S. Paulo*, de 03/09/2000, 80% dos produtos contrabandeados provêm da China. Tênis, roupas, brinquedos, isqueiros, canetas, óculos, fitas e cd's, ferramentas (muito comuns nas barracas dos ambulantes) saem de Hong Kong e chegam a São Paulo.

Se, como mostrado nas entrevistas, muitos dos ambulantes se empregaram no processo produtivo, em indústrias, no comércio ou mesmo no setor de serviços (o que, de forma alguma, é sinônimo de carteira assinada), no fim das contas acabam participando da lógica produtiva pela sua rebarba. Servem como “entrepoto” comercial nas ruas de metrópoles como São Paulo. Vendem uma pequena parcela da produção nacional (não sabemos exatamente quanto), seja lá qual for a procedência das mercadorias (compradas legalmente ou provenientes de roubos, furtos e contrabandos).

O roubo surge nas conversas com aqueles que sobrevivem do comércio ambulante. Um dos entrevistados (Ricardo), a despeito de ter o ensino médio completo, trabalha há 20 anos como camelô não apenas nas ruas de São Paulo, mas também em outras cidades, pois segue o conselho de um amigo, que disse ser bem lucrativo descer para o litoral em feriados (ano novo e carnaval, por exemplo). Segundo Ricardo, há play-boys ("filhinhos de papai") que realizam roubos e tentam vender as mercadorias para os camelôs. Quando questionado a respeito de já ter adquirido algo dessa procedência, respondeu afirmativamente. Em primeiro lugar, disse que não foi ele quem roubou. Além disso, se não comprar, outras pessoas vão aproveitar o ensejo.

Na cidade, onde a divisão do trabalho já está plenamente desenvolvida, vislumbra-se uma distribuição desigual (em termos quantitativos e qualitativos) do trabalho e seus produtos (MARX & ENGELS, 1993:46). Na metrópole, os migrantes deparam-se com a perda do trabalho como pilar de uma vida segura (*ibid.*, 52). Rotatividade de empregos, redução de salários e sua insuficiência ante as exigências da vida na metrópole revelam o caráter opressor do trabalho, agravado no caso dos ambulantes. Os trabalhadores excluídos da grande indústria ficam numa situação ainda pior se comparada à daqueles que nela ganham/perdem a vida (*ibid.*, 94). Nas entrevistas, são muito diversas as histórias das pessoas que trabalham nas ruas da Paulicéia. Na maioria dos casos, ocupações formais antecederam ao comércio informal. Em outras, o migrante já inicia suas atividades como ambulante.

Se os movimentos migratórios são um dos traços mais significativos da história do trabalho; se o comércio ambulante está presente em vários momentos da história do Brasil, isso não nos permite fazer generalizações para longos períodos de tempo. No que diz respeito ao Brasil, queremos dizer que o camelô de hoje não é a continuação do mascate de outrora, da Paulicéia do século XIX, que começava a construir a imagem (e também a ilusão) de ser a terra das possibilidades. O mascate e o camelô correspondem a momentos históricos distintos, a tipos sociais que não se confundem.

Em análises históricas como *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Jr., e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, não nos deparamos com o termo "camelô". Há o mascate, que caminha, de fazenda em fazenda, vendendo móveis, tecidos ou realizando pequenos consertos. Segundo o historiador Ronaldo Vainfas, o termo mascate (de origem árabe) passou a ser associado ao pequeno comerciante, ao comércio a retalho, ao vendedor ambulante. Acabou se popularizando, no século XIX,

como o vendedor de miudezas que perambulava de povoado em povoado (cf. VAINFAS, 2000:383).

Dois depoimentos são sugestivos. Conversando com meu pai (um português radicado no Brasil em 1949), o ambulante, o vendedor de gravatas e o “turco” estão presentes em suas reminiscências, mas não a palavra camelô. Enquanto residia no interior de uma pequena cidade do interior de Minas Gerais, minha mãe jamais tinha ouvido falar nesse termo. Havia o “viajante”, que vendia cortes de vestidos, chinelos, cobertores de barbante.

No livro *Anel, Cordão e Perfume Barato*, Elizabeth Goldfarb Costa menciona que, na década de 70, surgem as categorias **marreteiro**, **camelô**, **inválido** e **ambulante**¹⁰⁴ (fenômeno associado, no texto, ao aumento do “subemprego” e de negócios envolvendo vendas e aluguéis de pontos e licenças) (cf. COSTA, 1989:40). Na mesma obra é afirmado que os ambulantes começaram a ser chamados de marreteiros, em 1965, quando surgiram pontos fixos de venda. Num dos decretos da Prefeitura Municipal de São Paulo, do ano de 1975, ficou estabelecida a distinção entre os ambulantes (deficientes físicos e sexagenários devidamente credenciados para o exercício da atividade) e o marreteiro (aquele que não possui licença) (*ibid.*, 44). A palavra camelô, por exemplo, já é mencionada numa reportagem do *Jornal da Tarde*, de 25/06/1986 (*Camelôs, trombadinhas, bilheteiros, violeiros, ambulantes, bêbados, pedintes, pregadores, artistas e vendedores de ilusões: todos fora da praça!*) e também numa reportagem do jornal *Notícias Populares*, de 26/07/1986 (*Camelô chega a pagar 10 mil por um “ponto”*) (cf. CAMARGO, 1989).

O mapeamento acima exposto é impreciso. A idéia que aqui defendemos exige uma pesquisa mais apurada em obras literárias e acadêmicas (sobretudo aquelas que tratam dos problemas relacionados ao trabalho e à sobrevivência na cidade de São Paulo) e nos arquivos de jornais. Entretanto, ele já parece oferecer subsídios para que, ao menos, possamos expor nosso argumento.

Enfocar o surgimento/desaparecimento de palavras no meio social significa, antes de mais nada, preocupar-se com a produção de novas condições sociais. Em *O*

¹⁰⁴ O ambulante e a invalidez (as primeiras regulamentações do comércio de rua referiam-se a pessoas inválidas e idosas) são bem mais antigos, o que nos leva a crer que a autora tinha, por objetivo, salientar as outras duas categorias mencionadas, pois se levarmos em conta os “comerciantes” que tinham licença para realizar seus negócios nas ruas, nos termos acima frisados, chamamos a atenção para o fato de que o termo *marreteiro*, segundo o dicionário Michaelis, quer dizer “*pessoa que, nas feiras, comercia geralmente com quinquilharias, sem que, para isso, esteja devidamente licenciada*”.

Processo Civilizador, Norbert Elias fornece à palavra o estatuto de cristalização de experiências identificadas pelas gerações ao longo dos tempos históricos (cf. ELIAS, 1990:26-27).

Marx nos ensina que a linguagem, além de socialmente produzida, nasce de carências que levam os homens a criarem respostas que, de alguma forma, ordenem o caos.

"A linguagem é tão antiga quanto a consciência - a linguagem é a consciência real, prática, que existe para os outros homens e, portanto, existe para mim mesmo; e a linguagem nasce, como a consciência, da carência, da necessidade de intercâmbio com outros homens " (MARX & ENGELS, 1993: 43).

Resgatando mais uma vez a literatura como algo que nos oferece pistas fundamentais para pensarmos o real, um dos personagens de *Vidas Secas*, Fabiano, já havia se espantado com sua experiência citadina durante uma festa. Espanto e medo são sinônimos de carência, da incapacidade de nomear as novidades. As palavras de Fabiano e seus familiares não ofereciam condições necessárias para que eles pudessem se orientar entre tantas pessoas e coisas novas. É desse contato que, por meio de sua ficção, Graciliano Ramos nos faz tomar consciência de um "vácuo". A cidade coloca os migrantes diante da necessidade de repensar suas referências de vida e seus estoques culturais, pois seus conhecimentos, até então suficientes para se guiarem neste mundo, revelaram-se "mancos". A migração é também uma transformação do ser humano (de seu local de moradia, seu trabalho, sonhos e receios; das possibilidades que vislumbra para sua própria vida e para a de sua família e seus filhos, quando for o caso)¹⁰⁵. No fim da obra, o personagem Fabiano é outro: afirma que na cidade, seus filhos vão estudar e aprender "*coisas difíceis e necessárias*" (RAMOS, 2000a:126).

¹⁰⁵ No livro *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, Florestan Fernandes procurou apreender como a sociedade brasileira resolveu o seguinte problema: a partir do momento em que o cerco ao tráfico de escravo tornou-se mais acirrado e, em 1888, foi declarada a abolição da escravidão no Brasil, o que fazer com os negros, antes reduzidos à desumana condição de escravos e, de uma hora para outra, lançados na concorrência com os brancos, sobretudo estrangeiros, pelos postos de trabalho? Ao tratar da presença do negro nos grandes centros urbanos (sobretudo São Paulo), o autor percebe que a vida urbana significava a possibilidade de expansão da experiência pessoal e do conhecimento a respeito do mundo; tornava possível uma maior comunicação com o local, com o restante do país e com o exterior. Assim, o negro buscava se transformar, a duras penas e, em alguns casos, inutilmente, para auferir todos os benefícios oferecidos pelo mundo moderno (FERNANDES, 1965b:20;22). Richard Morse também destacou a cidade como local de promessas referentes à instrução, às oportunidades econômicas e à libertação da miséria rural; local onde existia iluminação a gás, bondes, grandes avenidas, teatros, companhias líricas e edifícios públicos monumentais (MORSE, 1970:17).

O fato de mencionarmos autores cujas idéias, no geral, são conflitantes (Nobert Elias tece algumas críticas ao marxismo - cf. ELIAS & SCOTSON, 2000:21) pode ser contornado, pois, ao menos é o que nos parece, o pensamento dos dois autores se tocam no seguinte ponto: as palavras (a linguagem) não estão livres das modificações históricas. Não são fenômenos destituídos de historicidade. A linguagem também faz parte do processo produtivo humano (produção na acepção mais ampla da palavra). Jamais será ocioso mencionar uma maravilhosa passagem de Marx que, cremos, derruba quaisquer idéias segundo as quais o pensador alemão limitou sua reflexão à esfera propriamente econômica. Para Marx, os sentidos humanos são o produto de toda a história humana. A descoberta da música desperta, no homem, o ouvido musical; a beleza engendra o olhar atento ao belo (MARX, 1983b:175). Nesse sentido, a assertiva apresentada logo abaixo nos leva a situar as carências humanas sem incorreremos no erro (grave e muito comum) de considerar a pobreza e a miséria apenas em sua dimensão econômica:

“Para o homem esfomeado não existe a forma humana do alimento, mas apenas a sua existência abstrata como alimento; poderia muito bem estar aí na forma mais crua, e não há como dizer em que esta atividade de alimentar-se se distinguiria da atividade animal de alimentar-se. O homem carente, cheio de preocupações, não tem sentido algum para o mais belo espetáculo (...)” (ibid., 176).

Com essas sucintas observações etimológicas, queremos dizer que o termo camelô deve ter sido incorporado ao cotidiano das grandes cidades no momento em que foi possível falar, em primeiro lugar, no predomínio do urbano sobre o rural. No momento em que as metrópoles começaram a atrair pessoas do meio rural, os padrões de produção e consumo foram alterados; o aumento da produtividade trouxe consigo a necessidade de novas formas de distribuição/comercialização das mercadorias (e de pessoas dedicadas a essas novas atividades). Houve um incremento, então, do número de homens, mulheres e crianças que passaram a ganhar a vida comercializando mercadorias nas ruas. Aos poucos, o mascate foi desaparecendo e um novo tipo social foi galgando seu lugar: o camelô. Com esse novo tipo social, vem a necessidade de entendê-lo, de nomeá-lo. A uma nova experiência social, associa-se uma carência e esta requer uma nova palavra, pois os homens são impelidos a se orientarem em meio à névoa. A existência de milhares de pessoas que trabalham nas vias públicas de diversas

idades brasileiras, nos lança um complicado desafio: (1) compreender melhor as nuances das classes sociais, (2) reconhecer o camelô como parte das classes trabalhadoras e (3) (re)construir uma rede de proteção social que leve em conta a combinação perversa entre as formas de exploração de longa data e as mais atuais.

O tipo social do mascate está associado ao momento em que, com o fim do trabalho escravo, muitos imigrantes passaram a vir para o Brasil, movidos pelo sonho de novas (e boas) possibilidades de trabalho. Nessa época, (1) a ausência de uma rede nacional de estabelecimentos comerciais, sobretudo que abrangesse as pequenas e médias localidades do interior, fez com que a figura do mercador viajante fosse fundamental para a circulação de mercadorias (como foi mostrado por Joaquim Nabuco); (2) além do mais, as possibilidades de ascensão social abertas aos que se dispusessem a ser mascates, configuravam essa atividade como uma alternativa deliberada, sobretudo para os estrangeiros (italianos, sírio-libaneses, etc.).

Mas qual a origem da palavra camelô?

Na língua francesa, há o termo *camelot*, palavra da qual se originou seu similar português. Sabemos que a Universidade de São Paulo, um dos principais centros de formação do pensamento científico (de uma “elite” intelectual), possui raízes na produção acadêmica francesa, ao menos nas ciências humanas. Vários foram os professores que vieram da França e auxiliaram na constituição da universidade e nela ministraram aulas. Assim, os processos migratórios, as condições de trabalho que marcaram a cidade e as transformações do espaço urbano jamais poderiam passar despercebidos diante daqueles que se dispuseram a refletir sobre as contradições sociais. Ainda mais se levarmos em conta, que desde sua fundação na década de 30, a história da Universidade de São Paulo mistura-se com profundas transformações que promoveram uma reviravolta na sociedade brasileira.

Também é notório que, da mesma forma, a influência francesa esteve sempre presente, também, no círculo social da elite econômica. Aliás, durante muitos anos foi ela quem teve acesso aos bancos universitários. Lustres franceses e outros adornos ajudaram a compor o cenário dos palacetes das famílias mais abastadas os pais sempre zelaram para que a língua francesa fosse dominada por seus filhos. Boris Fausto lembra-nos o seguinte: os imigrantes que conseguiam ascender socialmente procuravam não somente construir seus palacetes, mas refinar a etiqueta à maneira da elite paulista, que buscava inspiração no país da Cidade Luz (FAUSTO, 2000:44).

O crescimento do parque industrial brasileiro, a formação dos sindicatos e a criação da CLT foram centrais nas discussões que remetiam às condições urbanas de vida. O dilema era ser ou não um assalariado (ao menos se tomarmos como referência a Europa). A sociedade salarial, tal como descrita por Castel, que garantiu a integração da grande maioria da população francesa (e também de outros países europeus), por meio de salários diretos e indiretos (auxílios em casos de acidentes, doenças, desemprego e velhice) (CASTEL, 1998:465; 475), talvez sempre tenha sido a referência no que diz respeito à constituição de direitos. A própria literatura que buscou compreender os conflitos de classe tem no romance (francês) *Germinal*, de Émile Zola, uma de suas principais referências, pela beleza e pela competência com que seu autor apreendeu, artisticamente, os processos sociais que, aos poucos, (re)produziam uma sociedade cindida em classes antagônicas, cisão que se refletia nos dilemas psicológicos dos personagens (e de homens e mulheres, na vida real).

Enfim, o pensamento social brasileiro tem um pé na França, ainda que não possamos deixar de mencionar também a constituição de uma sociologia enraizada, ou seja, de reflexões capazes de perceber que as referências teóricas européias não devem ser usadas, sem maiores cuidados, para pensarmos a especificidade brasileira. Apesar dos esforços dessa tendência, até hoje nos deparamos com críticas que procuram alertar para os problemas decorrentes de ver o Brasil com um olhar europeu (ou americano)¹⁰⁶.

Ocorre que, no Brasil, a sociedade salarial jamais se constituiu à européia. Voltamos a frisar: no Brasil, a rua se torna algo permanente para muitas pessoas. "Criam-se" pontos e barracas são fixadas. Subjetivamente, os ambulantes não

¹⁰⁶ Essa incapacidade (falta de vontade, em alguns casos) de perceber as nuances que marcam profundamente a sociedade brasileira também está presente na arte. No poema *O cão sem plumas* (1949-1950), de João Cabral de Melo Neto, há um trecho muito sugestivo, no qual o escritor repudia a posição das elites pernambucanas, com seu olhar voltado para o mar, seja para apreciá-lo, seja pelo fato de que esses versos, simbolicamente, revelam olhares que estão voltados para a Europa e, portanto, incapazes de apreender e de solucionar os problemas do sertanejo.

“(...)
Algo da estagnação
das árvores obesas
pingando os mil açúcares
das salas de jantar pernambucanas,
por onde se veio arrastando.

“(É nelas,
mas de costas para o rio,
que ‘as grandes famílias espirituais’ da cidade
chocam os ovos gordos
de sua prosa (...).”

alimentam muitas esperanças em relação ao retomo à formalidade. Objetivamente, talvez as condições sociais de trabalho não desmintam essas expectativas.

Hoje, o comércio ambulante não é sinônimo de sobrevivência de um setor de subsistência, não-capitalista, não-econômico (seja lá qual for o nome que se queira dar). Não podemos mais falar no "mercado caipira", realizado por pessoas que, no início do século XX, vinham da Penha, da Nossa Senhora do Ó, Santana, Santo Amaro e Guarulhos, e chegavam no centro a fim de vender produtos agrícolas, medicinais, artesanais (todos de fabricação própria), madeira e outros artefatos (cf. SANTOS, 1998:101). Para a elite paulista, não passavam de caipiras incômodos, pois circulavam pelas ruas que se queriam européias (*ibid.*, 106).

As formas de trabalho precário que aumentaram muito, segundo já afirmado, na virada do século XIX para o XX, eram representativas de uma espécie de economia de subsistência, formas de trabalho possíveis numa ordem social que começava a dar os primeiros passos rumo mudanças que tornassem dominante a organização produtiva (emprego de técnicas com o intuito de aumentar a produtividade, trabalho disciplinado, remunerado e hierarquizado em sua execução) e as representações sociais (valorização social do trabalho e trabalhador) de cunho capitalista. Além do mais, no fim do século XIX e início do XX, ainda era possível encontrar práticas agrícolas mesmo numa cidade como São Paulo, e elas constituíam um esteio contra as flutuações da economia de mercado, que são sinônimo de desemprego (MORSE, 1970, 310).

A influência francesa, presente numa pequena parcela da sociedade brasileira, fez com que a palavra *camelot* fosse assimilada ao vocabulário nacional e terminasse por ser disseminada por todas as classes. Há anos, o ambulante da Paulicéia não demonstra ser o imigrante do fim do século XIX e início do XX, que chegava a montar um negócio após dias e anos carregando suas mercadorias pelas vias públicas. A rua, nesse sentido, não é a alternativa passageira para um empreendimento futuro. No momento em que a cidade estava sendo construída, o mascate fazia de sua atividade uma alavanca que lhe possibilitasse acumular os recursos necessários para a constituição de estabelecimentos comerciais, pois o caminho estava aberto aos que vislumbravam oportunidades em meio aos problemas e percalços (como reza o credo da administração).

Na Paulicéia já feita, o comércio ambulante não podia ser mais visto como um estilo de produção e sobrevivência que, aos poucos, ia perdendo terreno, quase totalmente alheio ao mercado de grande escala que girava em torno da exportação de

café para a Europa. Não mais falamos de “mundos” distintos, mas sim da articulação entre todo o sistema produtor de mercadorias e o comércio promovido pelos ambulantes nas ruas das grandes metrópoles. O que nos autoriza a fazer essa afirmação?

Em muitos casos, o dinheiro empregado na aquisição das barracas e das mercadorias provém dos momentos de formalidade, de poupanças acumuladas enquanto os entrevistados estavam empregados. Assim, as condições materiais que servem de alavanca para a iniciativa da implantação do mercado informal nas ruas são produzidas pelo sistema produtivo como um todo. Aliás, é o mesmo sistema que produz as pessoas que passam a se dedicar a esse tipo de atividade, pois praticamente todos os entrevistados, em determinados momentos, fizeram parte das relações “formais” de trabalho (mesmo que sem registro em carteira).

Quando falamos que as modificações na forma como o trabalho é organizado e distribuído entre as pessoas da sociedade engendram aqueles que vão ser lançados à condição de ambulante, devemos frisar o seguinte: de um lado, o crescimento urbano criou uma infinidade de ofertas de trabalho que foram preenchidas por migrantes, independentemente de serem ou não qualificados profissionalmente, de serem ou não escolarizados (ainda que possamos hierarquizar essas ocupações segundo esses critérios); de outro, porém, mesmo após “construído” (não totalmente, posto que os homens ainda realizam transformações), o setor produtivo começou a passar por profundas mudanças. Se, num primeiro momento, cabia à indústria o papel de grande empregadora de mão-de-obra, vimos que alguns dados nos permitem falar numa mudança radical desse perfil nos grande centros urbanos.

Percebemos que se houve um tempo em que escolaridade era luxo e “passaporte” para os postos de trabalho mais prestigiados e melhor remunerados, vemos, atualmente, o aumento no número dos desempregados, mesmo entre aqueles que avançaram mais em seus estudos. Vimos também que as indústrias mantêm o processo produtivo, mas sem necessitarem do mesmo número de trabalhadores de outras épocas, devido à incorporação de novas técnicas que modificam a relação entre capital e trabalho (o emprego intensivo de mão-de-obra torna-se desnecessário); (2) às políticas de terceirização, que terminam por eliminar serviços antes realizados pelos próprios funcionários; (3) às privatizações, que acabam tendo, como consequência, o enxugamento do quadro de funcionários das antigas estatais; (4) e às políticas de juros, de importação e exportação, e de oferta de crédito para grandes, médios, pequenos e

micro-empresários, que, direta ou indiretamente, interferem na capacidade de geração de empregos.

O comércio ambulante está entranhado no processo produtivo. Tudo o que é comercializado nas ruas de São Paulo provém do setor formal da economia. Pilhas, chocolates, fitas cassetes, aparelhos eletrônicos, ferramentas, latas de refrigerante e cerveja, enfim, revelam que os ambulantes contribuem para a venda e circulação das mercadorias. Além disso, estacionamentos, residências e até mesmo consultórios odontológicos cobram mensalidades para o pernoite das mercadorias e barracas; empresas colocam barracas nas ruas para negociar parte de sua produção. Assim, o setor formal auferir lucros fazendo uso da presença dos ambulantes nas ruas. E como é pela renda obtida nas ruas que esses trabalhadores custeiam todas as suas despesas (alimentação, vestimentas, moradia etc.), não há como afirmar a inexistência de vínculos funcionais entre os setores formal e informal da economia. Obviamente, as informações coligidas nas conversas com os ambulantes não permitem nenhuma resposta à pergunta sobre que parcela do lucro total da economia se deve à comercialização realizada pelos ambulantes. Isso seria objeto de outras investigações. Ao menos, porém, sabemos que o vínculo existe e sugere a funcionalidade do que foi chamado de “massa marginal”.

Outra diferença entre os antigos mascates e os atuais camelôs deve ser salientada. A partir da virada do século XIX para o XX, a indústria e o comércio eram incipientes e, portanto, outras, as possibilidades de ascensão social. A valorização dos terrenos, sua disponibilidade e localização, os aluguéis (aspectos fundamentais para quem deseja constituir um estabelecimento comercial) não podem ser deixados de lado. A parcela mais pobre da população, que, nas primeiras décadas do século XX, morava no Centro Velho de São Paulo, aos poucos foi expulsa dessa região não apenas devido aos ideais de higienização que tiveram (e têm) lugar na sociedade paulistana, mas também em decorrência do aumento dos aluguéis, que andam de mãos dadas com as práticas de urbanização e revalorização. Ora, a ocupação do espaço urbano, em termos de distribuição da produção, comércio, residência e serviços; sua valorização em função dos serviços (públicos ou privados) neles incorporados; e as novas condições de trabalho nos levam a crer que as possibilidades de ascensão social não são as mesmas, o que, portanto, reconfigura o próprio mercado informal segundo as novas condições históricas.

Muitos camelôs estão há anos na rua. Uma palavra francesa foi incorporada à nossa língua e popularizou-se, pois o tipo social que lhe dá sustentação tornou-se familiar na Paulicéia. O *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* afirma que a palavra “camelô” foi incorporada ao português em 1975. Isso reforça o que procuramos provar: ao contrário do mascate, o camelô é um tipo social característico do momento em que o Brasil passa a ser um país urbano, em que as zonas urbanas superam o mundo rural em termos demográficos. O camelô não mantém uma relação de continuidade com o antigo mascate. Podemos arriscar a seguinte consideração: o mascate não sugeria uma questão social, ao passo que o moderno camelô sim.

A articulação entre o comércio ambulante, a cidade e os processos migratórios constitui outra dimensão essencial para qualquer análise a respeito da atual situação das pessoas que converteram ruas e praças em locais de trabalho.

Quando chegam a um novo ambiente social, os migrantes são pessoas que possuem um estoque cultural, aprendido e armazenado, de formas tradicionais para lidar com questões comunitárias e problemas de caráter coletivo; partilham modelos de como agir em determinadas situações. Entretanto, o tipo de comportamento desses “estrangeiros” nem sempre mantém afinidade com as expectativas das famílias estabelecidas no local há mais tempo (ELIAS & SCOTSON, 2000:105). Os processos migratórios acabam engendrando novas relações entre grupos distintos, seja no trabalho, nos momentos de lazer, na vizinhança, enfim. Abandonando semi-voluntariamente a terra natal em busca de seu ganha-pão, o resultado desse contato é, muitas vezes, conflituoso (*ibid.*, 68). Mas não se trata, pura e simplesmente, de diferenças culturais (o que não significa que estejamos desmerecendo esse aspecto).

O fenômeno migratório termina por gerar relações de poder entre *estabelecidos* e *outsiders*¹⁰⁷, para fazer uso de expressões de Norbert Elias e John

¹⁰⁷ “Em 1959-60, Winston Parva fazia parte de uma área de construções suburbanas nos arredores de uma grande e próspera cidade industrial da região central da Inglaterra. Uma ferrovia separava-a de outras partes desse conjunto que proliferava; uma ponte sobre a via férrea era o único elo com Winston Magna e com o restante de Winston. Ali viviam menos de 5000 habitantes, que formavam uma comunidade bastante coesa, com suas próprias fábricas, escolas, igrejas, lojas e clubes. E com suas próprias divisões” (cf. ELIAS & SCOTSON, 2000:51). Com a chegada de novos moradores, engendrou-se uma situação conflituosa (terreno fértil para a construção de preconceitos). O livro de Elias e Scotson procura analisar esses conflitos e suas conseqüências para a vida das pessoas que residiam em Winston Parva, no sentido de contribuir para uma espécie de sociologia das relações de poder, entre aqueles que já ocupavam há mais tempo a cidade mencionada (alguns desde sua fundação) e os migrantes que, tidos como estranhos, forneceram o ensejo para que os antigos moradores dessem início a um tratamento desigual em relação ao que era empregado entre seus pares. Os migrantes (os outros) passaram a ser alvo de práticas discriminatórias. *Estabelecidos* e *outsiders* passam a ser duas noções teóricas que ajudam a

Scotson. Cria-se um estigma a partir do qual os primeiros passam a considerar-se um grupo humanamente superior (*ibid.*, 19) e a envergonhar as novas pessoas, vistas como indignas de confiança, indisciplinadas e desordeiras (*ibid.*, 27). Diferenças como aparência física (cor da pele, por exemplo) e sotaque servem como meio para reforçar a distância entre os dois grupos (*ibid.*, 31-32). Assim, cria-se a lógica segundo a qual os *estabelecidos*, sentindo uma ameaça que paira sobre seu *status* (*ibid.*, 174), agem sempre com o intuito de manter ou aumentar os diferenciais de poder que os separam dos *outsiders*, ao passo que estes pautam suas ações pela minimização do "abismo" que os separa (*ibid.*, 37). Segundo os autores, somente a diferença de poder (intimamente associada a postos estratégicos em determinados grupos de influência) pode explicar por que o estigma penetra no grupo menos poderoso (*ibid.*, 23). À pergunta "por que as pessoas aceitam a classificação?", é dada a resposta: "não têm como evitar. não têm poder para isso" (*ibid.*, 82). A exclusão das posições de poder tem como objetivo criar uma "ideologia" para justificar a superioridade dos *estabelecidos* (*ibid.*, 65). Mas há resistências. O comércio ambulante sintetiza (1) processos de precarização do trabalho e (2) a luta não apenas para garantir os recursos necessários à satisfação das necessidades postas pela vida, mas também para sustentar a condição de trabalhador no plano das representações. Os ambulantes esforçam-se para se firmarem como trabalhadores, a fim de que a pecha de vagabundos seja mantida bem longe.

Desde a chegada em São Paulo, o migrante busca firmar-se como trabalhador. Contudo, é comum a associação do comércio de rua à vagabundagem. Esse estigma desnuda a concepção (errônea) segundo a qual o desempregado é o responsável por sua condição. Assim, os ambulantes são aqueles que não foram capazes de aceitar qualquer tipo de serviço e terminam sendo, hoje, o pivô do problema da ocupação irregular do espaço urbano e da corrupção estética da cidade. É em meio a essa disputa que os camelôs procuram legitimar sua condição.

Os critérios de exclusão não se resumem à esfera econômica e Elias e Scotson demonstraram essa preocupação. Segundo eles, à medida que os *outsiders* superam a condição de mera subsistência, mais pesam os critérios não econômicos de desigualdade (*ibid.*, 33). Isso porque, em relação aos antigos moradores da pequena cidade inglesa estudada, os novos grupos não apresentavam, por exemplo, grandes diferenças no que dizia respeito a postos de trabalho e remuneração. Quando havia

iluminar o fenômeno social da distribuição desigual de poder e reconhecimento (re)produzida pelas pessoas.

diferenças consideráveis, estas também marcavam a vida dos moradores mais antigos. Nesse caso, o fiel da balança era a ancestralidade (pertencer ou não às famílias mais antigas, fundadoras do lugarejo). Le Goff, de certa forma, privilegia também o não econômico quando afirma que a riqueza não é o único critério de poder urbano. Na cidade, pesam também a cultura e a inteligência (cf. LE GOFF, 1997:144).

Os processos migratórios que fizeram de São Paulo a cidade mais populosa do Brasil, podem ser analisados com base nesse tipo de discussão, pois é comum a percepção de formas de discriminação que associam os camelôs a verdadeiros intrusos e, de acordo com o Moderno Dicionário da Língua Portuguesa (MICHAELLIS, 1998), o termo intruso quer dizer: “1. *que entrou ilegalmente, ou sem ser chamado. 2. Metediço, intrometido. 3. Estranho ao grêmio em que se encontra. 4. Introduzido sem direito em benefício, cargo ou dignidade, sociedade*”. A menção aos termos grêmio e ilegalidade reforça um tipo de ordem à qual nem todos podem ter acesso (estamos diante de um privilégio). Metediço e intrometido talvez possam sugerir a idéia de *persona non grata*. Não raro é possível encontrar a tradicional oposição civilização-barbárie (muito importante para a já aludida oposição entre natureza e cultura) para tratar da presença de ambulantes nas ruas e praças paulistanas.

Não são apenas os impostos e a concorrência “desleal” em relação às lojas que estão em jogo. A esfera econômica, como foi dito, não encerra em si todo o problema. A estética urbana, o senso de ordem e limpeza (LE GOFF, 1997:113), a acusação de se negarem a voltar à formalidade em outras atividades pesam muito na perseguição aos ambulantes. O medo de roubos, agressões, ferimentos e mortes revelam uma das inúmeras obsessões urbanas: a segurança (*ibid.*, 71-73).

Os temores associados a roubos, agressões e mortes fazem parte do rol de preocupações dos próprios camelôs. Se nossa memória não falha, o risco de roubos e atropelamentos e o tráfico de drogas foram mencionados como aspectos negativos do trabalho nas ruas. Os verdadeiros bandidos, na visão dos ambulantes, são associados a tiroteios presenciados nas ruas, que terminam gerando a sensação de insegurança; ou mesmo às práticas de corrupção provindas de fiscais da prefeitura.

O comércio ambulante é associado à corrupção estética da cidade; é visto como impedimento à geração de emprego. Ainda que haja legitimidade nas tentativas de solucionar o que é chamado de privatização de locais públicos, a bem da verdade, os discursos da Associação Viva o Centro e de integrantes do poder público municipal pecam por não abordarem um ponto crucial para apreensão da verdadeira dimensão do

comércio de rua numa cidade como São Paulo. Numa entrevista dada ao MST pelo sociólogo José de Souza Martins, há um trecho que é de grande importância para esclarecermos nossa crítica e merece ser citado.

“A partir dos anos cinquenta, aproximadamente, começa a haver uma espécie de revolução tecnológica no campo. O próprio governo começa a estimular, através de financiamentos subsidiados do Bando do Brasil, dos bancos oficiais em geral e dos bancos particulares, a modernização tecnológica com a mecanização das grandes fazendas; começa a estimular a substituição dos cafezais velhos e deficitários de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, por outros cultivos ou por pastagens. Foi o chamado programa de erradicação do café, que se completou no começo dos anos sessenta. Tratava-se de cafezais antigos, de baixa produtividade e de cafés de má qualidade e pouca aceitação no mercado. A idéia era reduzir as áreas de plantio e promover a produção de cafés finos que tivessem boa cotação no mercado internacional” (MARTINS, 1997:21).

Segundo Martins, esse processo, associado à criação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1962, fez com que se constituísse uma massa de proletários rurais que não mais residiam na propriedade na qual exerciam seu trabalho, e que passaram a ser empregados e demitidos segundo os interesses econômicos dos setores agrícolas. Surgiu um excedente populacional que não tem lugar estável de trabalho e de vida, e que termina absorvido de forma precária pela economia marginal. Ir para a cidade não representa o acesso à cidadania, mas a submissão a uma miséria profundamente desumanizadora (*ibid.*, 22-23).

Eis o ponto central do problema. É nesse sentido que entendemos o comércio de rua como a negação do trabalho e da própria cidadania. Trata-se de uma forma profundamente degradante de obtenção de renda. Essa massa que se dirigiu para os centros urbanos, buscou empregos formais. Em alguns casos, não conseguiu. Em outros, obteve sucesso, mas isso não foi suficiente para conferir a segurança que banisse a condição de camelô do horizonte de possibilidades. Muitos almejam qualquer ocupação que inclua todos os direitos relacionados ao trabalho. Como lembrado por Martins, o mercado de trabalho é o meio de acesso à cidadania e fora do mercado, portanto, a pessoa não existe, não é ninguém (*ibid.*, 26). O emprego e o trabalho, ao invés de serem o alicerce do contrato social (nos termos já propostos), passam a ser a causa e o efeito da quebra dos termos desse contrato e há pessoas que tiram proveito dessa situação.

Há ambulantes que ampliam seus negócios; valem-se de “funcionários” que, em geral, ganham menos que os camelôs autônomos; possuem barracas em camelódromos legalizados e mantêm outros pontos espalhados pela cidade; usam propriedades com o intuito de guardar as mercadorias durante a noite, cobrando esse serviço; e instituem linhas de crédito, fazendo empréstimos aos ambulantes que estão em piores condições financeiras, seja em função de negócios não tão lucrativos, seja pela necessidade de reaver produtos confiscados pelo poder público. Fora da prática do comércio de rua, não podemos deixar de mencionar os fiscais que, por meio de extorsões, lucram com o mercado das propinas. Se é verdade que a condição de ambulante é expressão de um longo processo de degradação das condições de vida, sempre há pessoas que ficam à espreita, maximizando oportunidades de ganho econômico. Nosso desrespeito histórico pela cidadania, que teve/tem início no meio rural, tem lugar na metrópole. Assim, a cidade de São Paulo faz jus à condição (cantada em verso e prosa) de terra das oportunidades, pois a degradação das condições de vida e de trabalho de milhares de pessoas é, no fundo, um imenso e lucrativo negócio, nascido nas trilhas esburacadas de nossa história.

BIIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1973.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez Editora; Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.
- ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro, Ed. Forense Universitária, 2000.
- AUGUSTO, Maria Helena Oliva. *Temporalidade, Individualidade e Ordem Social*. Reunião da ANPED, Caxambu, mimeo, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *As Regras da Arte*. São Paulo, Cia. Das Letras, 1996.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista*. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara Koogan, 1987.
- BUARQUE, Cristovam. *Os Tigres Assustados: uma viagem pela fronteira dos séculos*. Rio de Janeiro, Ed. Rosa dos Tempos, 1999.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros: segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, Ed. 34/Edusp, 2000.
- CAMARGO, Wander Amaral. *Os Ambulantes em São Paulo: sujeitos sociais excluídos*. Dissertação de mestrado apresentada no Depto. de Sociologia da UNESP. Araraquara, 1989.
- CASTEL, Robert. *As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1998.
- CASTELLS, Manuel. *A Questão Urbana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- CONIC. *Dignidade Humana e Paz: novo milênio sem exclusões*. São Paulo, Ed. Salesiana Dom Bosco, 2000.
- COSTA, Elizabeth Goldfarb. *Anel, cordão, perfume barato: uma leitura do espaço do comércio ambulante na cidade de São Paulo*. São Paulo, Nova Stella/Edusp, 1989.
- DAMATTA, Roberto. *A Casa & a Rua*. Rio de Janeiro, Guanabara/Koogan, 1991.
- _____. *Carnavais, Malandros e Heróis*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.
- DECCA, Edgar Salvadori de. *O nascimento das Fábricas*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*. São Paulo, Brasiliense, 1995.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. *A Caminho da Cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1973.
- ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*, vol. 1. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1990.
- EVELYN, Suzana Sochaczewski. *A Produção da Vida: estudo do papel e lugar do trabalho na vida contemporânea*. Tese de doutorado apresentada no Depto. De Sociologia da USP. São Paulo, 1998.

- FAUSTO, Boris. "Imigração: cortes e continuidades". in: SHCWARCZ, Lilia Moritz (org.) *História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*, vol. 4. São Paulo, Cia. das Letras, 2000.
- _____. *História do Brasil*. São Paulo, Edusp, 1999.
- FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes: o legado da "raça branca"*. vol. 1. São Paulo, Dominus Editora:Edusp, 1965a.
- _____. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes: no limiar de uma nova era*. vol. 2. São Paulo, Dominus Editora:Edusp, 1965b.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo, Kairós, 1983.
- FRÚGOLI JR., Heitor. *O Centro, a Avenida Paulista e a Avenida Luiz Carlos Berrini na perspectiva de suas associações: centralidade urbana e exclusão social*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.
- FURTADO, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1996.
- GORZ, André. *Adeus ao Proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.
- HADDAD, Fernando. *Em defesa do socialismo: por ocasião dos 150 anos do Manifesto*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1998.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. "Introdução à História da Filosofia". in: *Hegel*. São Paulo, Ed. Nova Cultural, 1999.
- HOBBSAWM, Eric. *Os Trabalhadores: Estudos sobre a História do Operariado*. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 2000.
- _____. *Era do Extremos: o Breve Século XX (1914-1991)*. São Paulo, Cia. das Letras, 1999.
- HOFFMANN, Helga. *Desemprego e subemprego no Brasil*. São Paulo, Ed. Ática, 1977.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras, 1999.
- _____. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo, Cia. das Letras, 1995.
- KOWARICK, Lúcio. *Escritos Urbanos*. São Paulo, Ed. 34, 2000.
- _____. *Trabalho e Vadiagem. A origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1987.
- KOWARICK, Lúcio et alii. (1976) *São Paulo, 1975: crescimento e pobreza*. São Paulo, Ed. Loyola.
- KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.
- LÉFÈBVRE, Henri. *A Cidade do Capital*. Rio de Janeiro, DP&A, 1999.
- LEFORT, Claude. *A Invenção Democrática*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1983.
- LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun*. São Paulo, Ed. Unesp, 1997.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. São Paulo, Cia. das Letras, 1996.

- LUZ, Rogério Ribeiro da. *Centro Velho de São Paulo: memória – momento*. São Paulo, Massao Ohno Editor, 1999.
- MARQUES, Eduardo e TORRES, Haroldo G. *São Paulo no Sistema Mundial de Cidades*. Universidade de Columbia:Universidade de Harvard, 22 p. mimeo, 1997.
- MARSHALL, T.H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1967.
- MARTINS, José de Souza. “A Questão Agrária Brasileira”. in: STÉDILE, João Pedro (org.). *A Reforma Agrária e a Luta do MST*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1997.
- _____. *O Cativo da Terra*. São Paulo, Ciências Humanas, 1981.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. “Manifesto do Partido Comunista”. in: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *O Manifesto Comunista 150 Anos Depois*. Rio de Janeiro:Contraponto; São Paulo:Fundação Perseu Abramo, 1998.
- _____. *Manifesto do Partido Comunista*. Lisboa, Edições Avante!, 1997.
- _____. *A Ideologia Alemã*. São Paulo, Ed. Hucitec, 1993.
- MARX, Karl. *A Questão Judaica*. São Paulo, Ed. Moraes, 1991.
- _____. *Capítulo VI Inédito de o Capital: resultados do processo de produção imediata*. São Paulo, Ed. Moraes, 1985.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*. vol.1. São Paulo, Abril Cultural, 1983a.
- _____. “A Lei Geral da Acumulação Capitalista”. in: *O Capital: crítica da economia política*. vol. II (livro 1º), São Paulo, Difel, 1982.
- _____. “Trabalho alienado e superação positiva da auto-alienação humana”. in: FERNANDES, Florestan. *Karl Marx/F.Engels: História*. São Paulo, Ática, 1983b.
- _____. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Rio de Janeiro, Editorial Vitória, 1956.
- MEDEIROS, Bianca Freire. *São Paulo, cidade global? Testando algumas hipóteses sobre cidades mundiais na periferia*. Anais da Anpuh, Recife pp. 797-810, 1997.
- MELO NETO, João Cabral. *Serial e Antes*. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1997a.
- _____. *A Educação pela Pedra*. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1997b.
- MELLO, João Manuel Cardoso de & NOVAIS, Fernando A. “Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna”. in: SHCWARCZ, Lilia Moritz (org.) *História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*, vol. 4. São Paulo, Cia. das Letras, 2000.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio: Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1987.
- MICHAELIS. *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo, Cia. Melhoramentos, 1998.
- MILLS, C. Wright. *The Sociological Imagination*. New York, Oxford University Press, 1959.
- MOISÉS, José Álvaro. “Protesto Urbano e Política: O quebra-quebra de 1947”. in: MOISÉS, José Álvaro et al. *Cidade, Povo e Poder*. Rio de Janeiro, CEDEC/Paz e Terra, 1985.
- MORSE, Richar M. *Formação Histórica de São Paulo (de comunidade à sociedade)*. São Paulo, Difel, 1970.

- NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000.
- NASCIMENTO, Milton Meira. *Figuras do Corpo Político: o último dos artefatos morais em Rousseau e Pufendorf*. Tese de Livre-Docência apresentada no Depto. de Filosofia da USP. São Paulo, 2000.
- _____. *"O Contrato Social" ou As Ilusões do Jogo do Poder*. Dissertação de Mestrado apresentada no Depto. de Filosofia da USP. São Paulo, 1978.
- NASSER, Ana Cristina Arantes. *"Sair para o Mundo" – Trabalho, família e lazer: relação e representação na vida dos excluídos*. Tese de Doutorado apresentada no Depto. de Sociologia da USP. São Paulo, 1996. Publicada com o mesmo título: São Paulo:HUCITEC/FAPESP, 2001.
- NUN, José. *O Futuro do Emprego e a Tese da Massa Marginal*. XIV Encontro de Sociologia da International Sociological Association, Montreal, 24 p., mimeo, jul. de 1998.
- _____. *Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal*. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales (Flacso), V(2), 1969.
- OFFE, Claus. *Trabalho e Sociedade*. vol. 1, Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, 1989.
- OLIVEIRA, Francisco de *et. al. Casses Sociais em Mudança e a Luta pelo Socialismo*. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.
- OLIVEIRA, Francisco de. "Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal". in: OLIVEIRA, Francisco de. e PAOLI, Maria Célia (orgs.) *Os Sentidos da Democracia: Políticas do Dissenso e Hegemonia Global*. Petrópolis:Ed. Vozes; Brasília:NEDIC., 1999.
- _____. "A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista". *Estudos Cebrap*, São Paulo, n.2: 3-82, out., 1972.
- PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e Sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1914)*. São Paulo, Edusp, 1994.
- PIRES, Elson Luciano Silva. *Metamorfoses e Regulação: o mercado de trabalho no Brasil dos anos 80*. Tese de Doutorado apresentada no Depto. de Sociologia da USP. São Paulo, 1995.
- PRADO JR., Caio. *A Revolução Brasileira*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1999.
- _____. *Formação do Brasil Contemporâneo - Colônia*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1994.
- PRANDI, José Reginaldo. *Trabalhador por conta própria sob o capital*. São Paulo, Ed. Símbolo, 1978.
- RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. São Paulo, Record, 2000a.
- _____. *São Bernardo*. São Paulo, Record, 2000b.
- RANCIÈRE, Jacques. "O Dissenso". In: NOVAES, Adauto (org.). *A Crise da Razão*. São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 1996.
- RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 2000.
- RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras, 2000a.
- RIBEIRO, Alex. "Investimento externo vai a US\$ 30 bi". *Folha de São Paulo*, 18/01/2000b, p.1, c. 2.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens e Discurso sobre as Ciências e as Artes*. vol 2. São Paulo, Ed. Nova Cultural, 1999a.

- _____. *Do contrato Social e Ensaio sobre a Origem das Línguas*, vol. 1. São Paulo, Ed. Nova Cultural, 1999b.
- ROLNIK, Raquel. "São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política". in: KOWARICK, Lúcio (org.). *As Lutas Sociais e a Cidade: passado e presente*. Rio de Janeiro, Ed. Paz E Terra, 1988.
- SABÓIA, João. "*Tendências do Mercado de Trabalho Metropolitano: Des(assalariamento) da Mão-de-Obra e Precarização das Relações de Trabalho*". in: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz & SANTOS JR., Orlando Alves dos. *Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana: o futuro das cidades brasileiras*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1997.
- SALGADO, Sebastião. *Êxodos*. São Paulo, Cia. das Letras, 2000.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. "Reinventar a Democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo". in: OLIVEIRA, Francisco de. e PAOLI, Maria Célia (orgs.) *Os Sentidos da Democracia: Políticas do Dissenso e Hegemonia Global*. Petrópolis:Ed. Vozes; Brasília:NEDIC., 1999.
- SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem Tudo Era Italiano: São Paulo e Pobreza (1890-1915)*. São Paulo, Annablume, 1998.
- SANTOS, Milton e SILVEIRA, María Laura. *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro, Ed. Record, 2001.
- SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo, Nobel, 1996.
- SILVA, Luiz Antonio Machado da. *Mercados Metropolitanos de Trabalho Manual e Marginalidade*. Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFRJ. Rio de Janeiro, 1971.
- SIMMEL, George. "A *Metrópole e a vida Mental*". in: VELHO, Otávio Guilherme. *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1967.
- SINGER, Paul. *Para Entender o Mundo Financeiro*. São Paulo, Ed. Contexto, 2000.
- SOUZA, Antonio Candido de Mello e. *Os Parceiros do Rio Bonito. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo, Duas Cidades, 1979.
- TELLES, Vera da Silva. *A experiência da Insegurança: trabalho e família nas classes trabalhadoras urbanas em São Paulo*. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, 4(1-2): 53-93, 1992.
- TELLES, Vera da Silva. *Espaço Público e Espaço Privado na Constituição do Social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt*. Tempo Social; Rev. Sociologia USP, S. Paulo, 2 (1): 23-48, 1º sem. 1990.
- VAINFAS, Ronaldo (dir.) *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2000.
- WEBER, Max. *Economia y Sociedad: esbozo de sociologia comprensiva*. México, Fondo de Cultura Económica, 1998.
- _____. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo. Livraria Pioneira Editora, 1992.
- _____. "Conceito e Categorias de Cidade". in: VELHO, Otávio Guilherme. *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1973.
- WEFFORT, Francisco Corrêa. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1978.